



SENADO FEDERAL

Relatório da Presidência

**Referente aos trabalhos da 4.^a Sessão
Legislativa Ordinária da 47.^a Legislatura**

Presidência do Senhor
Senador **JOSÉ FRAGELLI**

SECRETARIA GERAL DA MESA
BRASÍLIA — 1986

INDICE

	Pág.
I — APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO	7
II — INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA	11
III — O SENADO FEDERAL NA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 47ª LEGISLATURA	17
A — Composição	19
B — Alterações na Representação	25
C — Renúncia	27
D — Afastamento do exercício do mandato	29
E — Falecimento	31
F — Afastamento do País	33
a) a convite de Organizações Internacionais	33
b) em carácter particular	33
G — Licença	37
G.1 — Em carácter particular	37
G.2 — Para tratamento de saúde	37
H — Direção	39
H.1 — O Presidente do Senado na Presidência da República	39
I — Lideranças	41
J — O Senado Federal em Funcionamento	43
J.1 — Sessões Realizadas	43
J.1.1 — Comparecimento de Ministros de Estado	44
J.2 — Representação Externa	45
J.2.1 — Missões do Senado	45
a) no Exterior	45
b) no País	45
J.2.2 — Missões do Executivo	46
J.3 — Comissões	47
J.3.1 — Comissões Permanentes	47
a) composição	47
b) direção	61

	Pág.
J.3.2 — Comissões Parlamentares de Inquérito	63
1) Investiga o funcionamento do mercado financeiro do País	63
2) Investiga a crise na Previdência Social brasileira	64
3) Investiga a persistência da pobreza absoluta do Nordeste	65
4) Investiga o funcionamento do Sistema Financeiro e de seu principal agente, o Banco Nacional da Habitação ..	65
5) Apura irregularidades no transporte marítimo brasileiro e estaleiros nacionais	66
6) Investiga e analisa as origens e as causas que determinaram a intervenção no Banco Sulbrasileiro S.A. e no Banco Habitasul S.A.	66
7) Investiga a gestão das sociedades de economia mista nas quais a União mantenha maioria acionária	67
J.3.3 — Comissões Especiais Internas	69
a) Destinada a realizar estudos sobre Reforma Tributária .	69
b) Destinada a estudar aspectos relacionados com a produção de alimentos e corredor de exportação	69
c) Destinada a estudar e apresentar soluções sobre problemas atuais de saúde pública	70
d) Destinada a realizar estudos sobre Reforma Tributária	71
J.3.4 — Comissão Especial Externa	73
J.3.5 — Comissões Especiais Mistas	75
a) Destinada a programar a comemoração dos centenários da Proclamação da República e da Primeira Carta Republicana do País	75
b) Destinada a realizar estudos acerca da fabricação, comercialização e utilização de agrotóxicos no País.....	76
c) Destinada a organizar os atos de comemoração do centenário de nascimento dos Doutores Otávio Mangabeira e Ernesto Simões Filho	77
J.3.6 — Comissões Especiais Criadas Para Exame de Projetos de Código	79
a) Constituída para exame do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1984 (nº 634/75, na Casa de origem), que institui o Código Civil	79
b) Constituída para exame do Projeto de Lei da Câmara nº 175, de 1984 (nº 1.655/83, na Casa de origem), que institui o Código de Processo Penal	80
c) Constituída para exame do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1986 (nº 3.289/84 na Casa de origem), que dispõe sobre o Código Brasileiro do Ar	80
d) Constituída para exame do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 1986, que institui o Código Tributário Nacional	81
J.4 — Participação dos Senhores Senadores nos trabalhos da Casa	83
J.4.1 — Pronunciamentos	83

	Pág.
J.4.2 — Proposições apresentadas	85
J.5 — Matéria Legislativa	87
J.5.1 — Projetos de Lei do Senado	87
a) de sessões legislativas anteriores	87
b) da presente sessão legislativa	159
c) emendados pela Câmara dos Deputados	177
d) súmula	179
J.5.2 — Projetos de Lei da Câmara	181
a) de sessões legislativas anteriores	181
b) da presente sessão legislativa	217
c) súmula	229
J.5.3 — Projetos de Decreto Legislativo	231
a) de sessões legislativas anteriores	231
b) da presente sessão legislativa	237
c) súmula	241
J.5.4 — Projetos de Resolução	243
a) de sessões legislativas anteriores	243
b) da presente sessão legislativa	249
c) súmula	281
J.5.5 — Requerimentos	283
a) de sessões legislativas anteriores	283
b) da presente sessão legislativa	285
c) súmula	307
J.5.6 — Matéria vetada	309
J.5.7 — Escolha de Autoridades	311
a) Mensagens recebidas na sessão legislativa anterior ...	311
b) Mensagens recebidas nesta sessão legislativa	311
L — O Senado Federal em sua relação com outros Órgãos	315
L.1 — Elementos de Ligação	315
L.2 — Jornalistas Credenciados	317
IV — O CONGRESSO NACIONAL REUNIDO	319
A — Sessões realizadas	321
B — Comissões Mistas	323
C — Matéria legislativa	325
C.1 — Propostas de Emenda à Constituição	325
a) de sessões legislativas anteriores	325
b) da presente sessão legislativa	336
c) súmula	341
C.2 — Projetos de Lei	343
a) da sessão legislativa anterior	343

	Pág.
b) da presente sessão legislativa	343
c) súmula	343
C.3 — Decretos-leis	345
a) com tramitação iniciada na sessão legislativa anterior	345
b) com tramitação iniciada na presente sessão legislativa	346
c) aguardando leitura	348
d) súmula	355
C.4 — Propostas de Delegação Legislativa	357
a) de sessões legislativas anteriores	357
b) súmula	358
C.5 — Projetos de Resolução	359
a) de sessões legislativas anteriores	359
b) da presente sessão legislativa	359
c) súmula	359
C.6 — Vetos Presidenciais	361
a) da sessão legislativa anterior	361
b) da presente sessão legislativa	361
c) súmula	367
C.7 — Requerimentos	369
a) da sessão legislativa anterior	369
b) da presente sessão legislativa	369
c) súmula	370
D — Participação dos Senhores Parlamentares nos trabalhos do Congresso Nacional	371

I – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

I – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

As palavras do Senhor Presidente José Fragelli, dirigida aos Senhores Senadores, na sessão de encerramento da 4ª Sessão Legislativa da 47ª Legislatura, realizada às 22,47 horas do dia 5 de dezembro de 1986, bem resumem o desenvolvimento dos trabalhos do Senado Federal, cujos dados estatísticos, constam deste Relatório.

Disse, naquela oportunidade, Sua Excelência:

“Senhores Senadores:

Eis-nos chegados ao fim de mais uma jornada legislativa, que foi de fundamental importância para a vida nacional. A Quadragésima Sétima Legislatura, que hoje se encerra, foi, na verdade, um salto do ontem para o amanhã, mediante o qual o Brasil se reencontrou com o sistema político de sua vocação democrática. Em seu curso, virou-se uma página da História do País e um novo capítulo começou a ser escrito.

Ocioso é lembrar os lances dessa batalha que estão na memória de todos. Reverenciemos apenas os heróis que nela tombaram, entre os quais avultam as figuras de Tancredo Neves e de Teotônio Vilela, homens que honraram e dignificaram o Senado da República. Mas cumpre ressaltar o papel desempenhado pelo Parlamento nessa virada histórica, que foi penosa mas pacífica, por ter sido coordenada e comandada pela ação política sediada no Congresso Nacional. Não fossem os debates aqui travados, as articulações aqui feitas, o comando das lideranças aqui refugiadas, a mudança do sistema teria talvez de fazer-se com revolução e não por evolução.

No entanto, quem se detém nessa análise? Quem se preocupa em acompanhar a ação do político investido de mandato parlamentar? Poucos. A imagem que se procurou transmitir à opinião pública não é nada lisonjeira. Buscou-se, nesta Casa, para notícia, não

a prática do bem, mas a prática de alguns erros. É salutar vivermos sob permanente vigilância. Isso nos estimula. Mas não é lógico que um dos Poderes da República viva permanentemente sob suspeita e sob o peso de acusações, a maioria sem nenhum fundamento.

Há poucos dias, ao ser homenageado pelos jornalistas credenciados, o venerando Senador Amaral Peixoto dirigiu-lhes este veemente apelo: critiquem o Parlamentar que erra ou que se omite, mas poupem o Parlamento, que é a garantia de todos os direitos e liberdades, inclusive o direito e a liberdade de criticar.

Que este meu último ato, que esta minha última palavra de Senador e de Presidente do Senado, seja em defesa do Poder Legislativo e da classe política que o compõem. Eis que também somos uma classe sem sindicato e sem qualquer garantia, mormente no que toca à estabilidade no emprego. Nosso patrão é o povo e o gerente da empresa é o eleitorado que nos elege. É a este que, periodicamente, temos de prestar contas. E nem sempre a correção no desempenho do mandato parlamentar é garantia segura de renovação do contrato. O último e recente episódio eleitoral é a mais recente prova. Homens de escol, figuras eminentes do cenário político-parlamentar nas duas Casas do Congresso, não conseguiram que sua atuação sensibilizasse a classe patronal e foram brindados com o aviso-prévio.

É claro que o Parlamento não é isento de defeitos. Ele é composto de homens, naturalmente sujeitos a erros. Na consciência de cada um de nós está o acervo de nossos acertos e desacertos. Uma avaliação desapassionada demonstra, no entanto, que, como instituição, cumprimos nosso dever. Mesmo num ano atípico como este de 1986, marcado pela batalha eleitoral, o Senado votou todos os projetos de interesse do Estado e da Nação.

O importante é que o País reencontrou o caminho democrático e com ele as sendas do progresso econômico e social. Até há poucos dias, o Presidente José Sarney era objeto de indiscutível popularidade. Mas governar de acordo com o interesse do bem comum nem sempre torna popular o governante. O que há a elogiar é a coragem patriótica de adotar medidas impopulares. A História, a ser escrita no futuro, é que julgará do acerto das ações praticadas no presente.

“Senhores Senadores:

Faz parte integrante deste breve pronunciamento, para ser publicado no **Diário do Congresso Nacional**, relatório sobre as principais atividades desta Presidência e da Comissão Diretora. No desempenho do mandato que honrosamente me foi conferido por meus nobres pares, procurei pautar-me dentro dos parâmetros da dignidade que o cargo impõe. Faço questão de ressaltar que a austeridade foi meta sempre perseguida, podendo garantir que deixo a Presidência desta Alta Casa do Congresso Nacional, sem ter feito uma só nomeação ou contratação para esta Casa.

Ao término de meus mandatos, de Senador e de Presidente do Senado, devo agradecer as manifestações de apreço e de amizade que sempre fui alvo por meus nobres companheiros de trabalho no Senado da República. Sou especialmente grato aos membros da Comissão Diretora e, permitam-me dizer, particularmente, ao 1º-Secretário, com o qual mais intimamente trabalhei, e aos Líderes, a todos os Líderes das Bancadas representadas nesta Casa, que amenizaram os encargos do exercício da Presidência.

Nas pessoas dos Srs. Diretor-Geral, Dr. Lourival Zagonel dos Santos; do Secretário-Geral da Mesa, Dr. Nerione Cardoso, deixo expresso o meu reconhecimento ao funcionalismo da Casa e aos seus órgãos subordinados, PRODASEM E CEGRAF.

Permito-me fazer uma referência não só aos a que acabei de me referir, mas também à Consultoria Geral da Casa, na pessoa do Dr. Alberto Moreira de Vasconcelos, dedicado, competente, sempre entregue à defesa dos interesses do Senado Federal.

A Secretaria de Divulgação e Relações Públicas com João Orlando Barbosa Gonçal-

ves, o Gueguê, companheiro de todas as horas e de todos os momentos.

A Secretaria Legislativa, com Dona Edith Balassini, que já deixou o serviço da Casa, mas que aqui sempre vai permanecer como figura inesquecível.

À Secretaria de Assistência Médica e Social, agora dirigida pelo Dr. Valteno.

Não posso deixar de fazer uma referência pessoal e especial aos membros da Secretaria Geral da Mesa, além do Dr. Nerione Cardoso, aos assessores que tão proximamente conosco trabalharam: o Dr. Luiz Paulo Feliciano de Lima, Dra. Maria Carmem Castro Souza, Dra. Áurea Machado de Araújo, Dra. Maria Tereza Magalhães, Dr. Nilson Avelar, Dra. Sarah Abrahão.

A Secretaria da Ata, com o seu diretor o Dr. Luiz Paulo Parente e todos os seus assistentes.

Ao Serviço de Taquigrafia, ao qual hoje já tive a oportunidade de falar. A Direção do Serviço de Taquigrafia, aos Srs. taquígrafos e às Sras. taquígrafas. Aos jornalistas credenciados, cuja difícil missão compreendo, e com os quais mantive ameno convívio e aberto diálogo, os meus votos de ventura pessoal e profissional.

E agora, confraternizemos todos, os que continuam com mandato e aqueles que retornam a seus Estados, nas festas natalinas, num ambiente de paz, de fraternidade e de afeição, ingredientes que são aval seguro, mais que esperança incerta, do futuro de grandeza do nosso Brasil.

Não posso deixar de agradecer as palavras dos oradores que hoje se fizeram ouvir. Do Senador Octávio Cardoso, com a sua oratória brilhante e que no seu pronunciamento, apenas nas referências que a mim fez, talvez não tenha sido tão feliz. As palavras do meu querido amigo, de tantos momentos de trabalho nesta Casa, o Governador Hélio Gueiros. Do Senador Odacir Soares, como eu, um representante provinciano, na Alta Casa do Congresso Nacional. E ao Senador Mário Maia, também, um companheiro de todas as horas, de muitas horas de trabalho, de vigília nesta Casa, e em muitos momentos pelos quais juntos passamos.

Agradeço a todos os Srs. Senadores, agradeço a todos os funcionários e àqueles que nos acompanharam nesta jornada.

Muito obrigado.”

II – INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

II – INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

Em obediência ao preceituado no art. 29, § 3º, item I, da Constituição Federativa do Brasil, o Congresso Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador José Fragelli, reuniu-se solenemente, às 10:30 horas do dia 1º de março de 1986, instalando a 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 47ª Legislatura.

Presentes à Mesa, além de seus Membros, o Senhor Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados e o Senhor Ministro Moreira Alves, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Após a execução do Hino Nacional, deu entrada em Plenário, o Senhor Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Dr. Marco Antônio de Oliveira Maciel, procedendo a entrega da Mensagem Presidencial.

Lida a Mensagem pelo Senhor Primeiro-Secretário, o Senhor Presidente do Senado Federal, Senador José Fragelli, proferiu a seguinte oração:

“Exmº Sr. Ministro-Presidente do Supremo Tribunal Federal; Exmº Sr. Presidente da Câmara dos Deputados; Exmº Sr. Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República; Exmºs Srs. Ministros de Estado; Exmº Sr. Núncio Apostólico, Decano do Corpo Diplomático; Exmºs Srs. Embaixadores das nações amigas; Exmº Sr. Governador do Distrito Federal; Exmºs Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores; Revmº Sr. Arcebispo de Brasília; Exmºs Srs. Oficiais Gerais; Srs. Senadores; Srs. Deputados;

Senhores Senadores, Senhores Deputados:

A Quadragésima Sétima Legislatura, a cuja última etapa estamos dando início, foi pontilhada por acontecimentos que alteraram, fundamente, os rumos da vida nacional. Começou sob o império do sistema autoritário, que já dava sinais de fadiga e decomposição. Colocada por longo período em estado letárgico, a consciência democrática do povo brasileiro despertava e passava a exigir o rápido encerramento de um capítulo de nossa História, para que outro pudesse ser escrito sob o signo da liberdade política, capaz de restituir-lhe a participação ativa, na construção de um novo modelo político e social.

A eleição geral de 1982, não obstante as leis eleitorais casuísticas que as presidiram, deu aos partidos das oposições maioria na Câmara dos Deputados e importantes governos de Estados, fazendo pender para elas a força votante da Nação. Frente à evidência, o situacionismo conseguiu evitar as eleições diretas para Presidente da República, mesmo após a memorável campanha que mobilizou, em manifestações sem precedentes, o povo brasileiro. Mas não pôde impedir a revolução pacífica que ela suscitou, levando setores políticos responsáveis — Deputados Federais e Estaduais, Senadores, Governadores e lideranças partidárias — a reverem sua posição, e formarem com Tancredo Neves, que, ao lado de Ulysses Guimarães, comandara aquela campanha, para sufragar no próprio Colégio Eleitoral, o saudoso estadista e José Sarney.

A primeira e fundamental mudança consumou-se.

Outras se seguiram, para completar o quadro das mudanças políticas há longo tempo perseguidas. Estas, parece-me, sempre foram o núcleo dos compromissos do PMDB, e depois da Aliança Democrática, para com o povo, no sentido que Fraga Iribarne atribui ao fator po-

lítico, que lembra que em nenhuma sociedade houve uma causa única de progresso social, sendo necessário um complexo de fatores, para concluir:

“Em nenhum caso, os fatores decisivos foram propriamente econômicos. Entre eles, e de todos o mais decisivo, o fator político: o Estado atua como legislador, como administrador, proprietário e empresário e como grande consumidor.”
E acentua:

“Uma estrutura excessivamente autoritária da sociedade é, por isso, pouco favorável a que surjam, em todos os níveis, o espírito de criatividade, a capacidade de resolver problemas, e de todas as atitudes que o desenvolvimento econômico, integrado e contínuo, exige. Por tudo isso, hoje é opinião generalizada que uma teoria de transição ao desenvolvimento econômico, que ao mesmo tempo não explica a mudança política ou meramente a explique como consequência da mudança econômica, é suspeita.”

A esses conceitos cabe o adendo da ilustração concreta de um exemplo, mencionado por outro eminente espanhol:

“Hoje em dia — falava um professor a Madariaga — ao homem corrente, o que o preocupa não é a liberdade, senão os ovos fritos”. E eu lhe repliquei, conta o escritor: “A cura para essa enfermidade é um período de dez anos no cárcere, com ovos fritos todos os dias.”

O fato político — como a liberdade, como os direitos e as garantias individuais — é, pois, o basilar, para a vida do homem e da coletividade.

Tinha, assim, a Nova República, que começar por onde começou, pelas leis marcadamente de reformulações políticas; como as leis de reestruturação dos partidos, da legislação eleitoral, da convocação da Constituinte. Com elas deu-se ao País a base sobre a qual se está construindo, através de decisões democráticas de seus dois poderes políticos, o novo edifício nacional, com os seus departamentos, destacando-se o político e o social, o econômico e o financeiro, o administrativo e o ético.

De toda essa atividade complexa, extensa e profunda, participou o Congresso Nacional, dando seqüência às medidas pelas quais sempre se bateu, ao tempo em que não tinha meios e poderes para influir e decidir. Aliomar Baleeiro, servindo-se de Alexis Carrel, chamou o Supremo Tribunal Federal de “esse desconhecido”, o que lembrou ao saudoso Senador Ruy Santos de qualificar o Congresso de “esse caluniado”. Dentro destes muros, a resistência democrática jamais cessou. Posto em

recessos forçados, mutilado em seus membros, limitado em suas atribuições, jamais deixou de clamar e de propor, sobretudo para reavivar a chama da liberdade.

Mas não só compromissos políticos foram resgatados. No campo social, a Nova República, reagindo às medidas recessivas que de fora se impunham ao País, optou por uma política de recuperação do desenvolvimento, visando, antes de tudo, a combater o desemprego e a recobrar o ganho dos assalariados. O sucesso é inegável, alcançando-se a mais alta taxa de crescimento econômico no mundo e reativando-se a produção industrial e a comercialização dos produtos. Um e meio milhão de empregos novos desafogou a tensão social nos grandes centros urbanos. O Governo deu início à reforma agrária, procurando realizá-la sem comprometer a produção agropecuária, e sem traumas, solucionando velhos conflitos de terras e nelas colocando os agricultores marginalizados. A Previdência Social, causa das maiores preocupações por seus desajustes financeiros, pela corrupção e pelo deficiente atendimento, teve seus déficits crônicos debelados e grande parte de seus problemas conjurados.

Frente a tudo isso, seria injusto e importaria negar a realidade aos fatos, afirmar que nada mudou.

Rebelde, contudo, a todos os esforços do Governo, persistiu o surto inflacionário, crescente e ameaçador, no caminho desastroso da hiperinflação. Causa de constantes confrontações sociais, provocando perturbações profundas nos mais diversos setores, a inflação não podia continuar sem uma providência consequente e decisiva. É a que vem de tomar o Governo, com os riscos inerentes a tais medidas. Solicitadas por parcelas ponderáveis da população, elas não chegaram, contudo, a ser reivindicadas de todos os segmentos sociais. Como o pacto social perseguido pelo Governo e sempre adiado, quando não contestado, o tratamento de choque é decisão pessoal do Chefe da Nação. Já anunciara S. Ex^a que, a não ceder a inflação, tais providências seriam adotadas. Acabar de adotá-las, com o alto senso de responsabilidade e a ponderação medida, que têm marcado sua ação política e administrativa.

Saliente-se que, ao baixar o ato através de decreto-lei, o Presidente assumiu por ele integral responsabilidade, o que, sem dúvida, não elide a nossa, no Congresso, de examiná-lo, apoiá-lo ou contestá-lo, no todo ou em parte. Devo, porém, manifestar a impressão que os acontecimentos destas primeiras horas me transmite: o povo recebeu a atitude do Chefe da Nação com a certeza de que ele vai exigir de todos os escalões governamentais o cumprimento estrito das medidas definidas. Mais

do que isso, que o povo vai colaborar como fiscal, justamente porque acredita na firmeza e determinação do mais alto mandatário do País. A confiança nesse posicionamento popular, manifestou-a, por sua vez, o Presidente, e para ele apelou. Seria, assim, o pacto entre o Presidente e o povo.

A decisão presidencial cobriu a distância que há entre as palavras e a ação. Levou-se quase um ano, entre propostas e debates, pregando-se soluções sem pô-las em prática, através de um plano concertado e coerente de execuções, um plano, diria eu, assumido com responsabilidades definidas e definitivas. Chegou-se à lição que o gênio de Camões aconselhou, e que Monteiro Lobato afirmou ser o que de mais sábio, mais profundo e mais "pedagogia moderna" se encontra na obra do vate:

"Não se aprende, senhor, na fantasia, Sonhando, imaginando, ou estudando; senão vendo, tratando e pelejando."

Batido por circunstâncias adversas, em grande parte criadas por erros que de longe o antecederam, o Governo passa a agir com aquela coragem política que alguém já definiu como a dignidade sobre pressão, que torna a coragem política um caminho difícil, mas inevitável para os homens de integridade. Tendo em vista o objetivo maior, o plano deixa de ser só do Governo, porque o seu êxito ou o seu fracasso, no todo ou em parte, interessa a toda a sociedade brasileira. Isso o povo sentiu, com a instantaneidade de seu instinto social e de sua intuição individual, levantando de pronto sua voz de apoio às medidas, para colaborar naquela parte que à massa dos cidadãos cabe participar, fiscalizando e exigindo o cumprimento da lei.

Ao Congresso, com maior razão, compete analisar o decreto, para ressaltar os pontos positivos e/ou negativos do complexo pro-

grama. E no acompanhar e syndicar sua efetiva e correta aplicação, cabe-lhe aquela responsabilidade que o próprio Presidente José Sarney lhe outorgou, quando disse que "o Congresso retomou o papel de liderança na vida política brasileira".

Aos partidos políticos, igualmente, compete a sua parte de intervir. Aos que dão ao Poder Executivo sustentação, nele atuando por seus Ministros, é curial que assumam as responsabilidades decorrentes, sem engajamentos automáticos e incondicionais, mas coerentes com a situação que ajudaram a criar, respondendo também pela sua permanência. Aos partidos de oposição, o duplo dever de criticar e não apoiar as medidas que julguem erradas, e o de colaborar construtivamente para aquelas que entenda vir ao encontro das soluções necessárias à Nação e das aspirações da maioria do povo.

Srs. Congressistas, a Quadragésima Sétima Legislatura vai encerrar-se com um episódio destinado a marcar os destinos nacionais nos próximos tempos — e possivelmente nas próximas décadas. Se da Assembléia Nacional Constituinte resultar a Constituição desejável, ela nos assegurará a tão ansiada e perseguida estabilidade política, indispensável à construção da estabilidade econômica e social.

Com os votos de que tal ocorra, e que creio serem os votos de todos os Srs. Senadores e todos os Srs. Deputados, declaro instalados os trabalhos da Quarta Sessão Legislativa da Quadragésima Sétima Legislatura.

Declaro cumprida a finalidade da sessão.

Agradeço às autoridades civis, militares, diplomáticas e eclesiásticas que nos honraram com o comparecimento, convidando-os para uma reunião no Salão Nobre do Senado Federal."

III – O SENADO FEDERAL

Na quarta Sessão Legislativa Ordinária da 47ª Legislatura

A — COMPOSIÇÃO

Ao final da sessão legislativa anterior, representando os Estados da Federação, integravam a composição do Senado 26 Senadores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB; 22 do Partido Democrático Social — PDS; 18 do Partido da Frente Liberal — PFL; 2 do Partido Democrático Trabalhista — PDT e 1 do Partido Trabalhista Brasileiro — PTB.

Esta composição foi alterada ao iniciar-se a sessão legislativa e mesmo durante o recesso parlamentar (6 de dezembro de 1985 a 28 de fevereiro de 1986).

A 19 de dezembro de 1985, o Senador Claudionor Roriz que, na Sessão Legislativa anterior se afastara do mandato para assumir a Secretaria de Saúde do Estado de Rondônia, comunica à Mesa o seu desligamento daquela função, e, na mesma data, requer licença, por 120 dias, para tratar de interesses particulares. Permaneceu, assim, no exercício do mandato, o seu Suplente, Senador Alcides Paio, filiado ao PMDB, até 1º de abril de 1986, uma vez que, a 2 do mesmo mês, reassumiu o mandato o Senador titular Claudionor Roriz.

A vaga ocorrida na representação do Estado do Rio de Janeiro, devido a renúncia, a 31 de dezembro de 1985, do Senador Roberto Saturnino, foi preenchida, a 9 de janeiro, quando tomou posse, perante a Mesa do Senado, o Senhor Jamil Haddad, posteriormente comunicando sua filiação ao Partido Socialista Brasileiro — PSB, até então sem representação na Casa.

Tendo o Senador Jorge Bornhausen se afastado do mandato para exercer a função de Ministro de Estado da Educação, em substituição ao Ministro, Senador Marco Maciel que assumira a Chefia do Gabinete Civil da Presidência da República, também perante a Mesa do Senado, a 14 de fevereiro, tomou posse o seu 1º-Suplente, Senhor Ivan Bonato, integrando a representação do Estado de Santa Catarina e a Bancada do PFL.

Ainda a 14 de fevereiro, reassumem o exercício do mandato os Senadores Affonso Carmo, do Estado do Paraná e Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, ambos filiados ao PMDB e que, na sessão legislativa anterior, exerceram as funções de Ministro de Estado dos Transportes e da Agricultura, respectivamente. Cessam, em consequência, os mandatos dos Senhores Roberto Wypych e Alcides Saldanha, seus respectivos suplentes.

A 3 de março, na 1ª Sessão Ordinária desta Sessão Legislativa, o Senador Jutahy Magalhães, da Representação do Estado da Bahia, que se desligara, a 29 de fevereiro, do PFL, comunica à Mesa o seu ingresso no PMDB.

A 4 de março, filia-se ao PFL o Senador Odacir Soares, da Representação do Estado de Rondônia, anteriormente integrante da Bancada do PDS, e, a 5 de março, o Senador Mauro Borges, da Representação do Estado de Goiás, até então filiado ao PMDB, ingressa no Partido Democrata Cristão — PDC que, na Sessão Legislativa anterior, não era representado na Casa.

Em virtude do ocorrido durante o recesso e os cinco primeiros dias do mês de março, o Senado Federal, nesta Sessão Legislativa da 47ª Legislatura, funcionou com a seguinte composição:

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO — PMDB

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Acre	Mário Maia (1)	Minas Gerais	Itamar Franco (3)
Amazonas	Fábio Lucena		Alfredo Campos
Rondônia	Alcides Paio (2)	São Paulo	Fernando Henrique Cardoso
Pará	Hélio Gueiros		Severo Gomes
Piauí	Alberto Silva	Goiás	Henrique Santillo
Rio Grande do Norte	Martins Filho	Mato Grosso	Gastão Müller
Paraíba	Humberto Lucena	Mato Grosso do Sul	José Fragelli
Pernambuco	Cid Sampaio (5)		Marcelo Miranda
Bahia	Jutahy Magalhães	Paraná	Saldanha Derzi
Espírito Santo	João Calmon		Affonso Camargo
	José Ignácio Ferreira		Alvaro Dias
Rio de Janeiro	Nelson Carneiro	Rio Grande do Sul	Enéas Faria
			Pedro Simon

(1) Em 2-4-86 desliga-se do PMDB e passa a integrar a Bancada do PDT

(2) Em 1º-4-86 afasta-se do exercício do Mandato, sendo substituído pelo Senador titular, Senhor Claudionor Roriz, anteriormente filiado ao PFL, e que passa a integrar, a partir de 9-4-86, a Bancada do PMDB e, a partir de 15-5-86, a Bancada do PSB.

(3) Em 14-5-86 desliga-se do PMDB e filia-se ao PL (Partido Liberal), até então, sem representação na Casa.

(4) A partir de 14-5-86 desliga-se do PMDB e passa a integrar a Bancada do PFL.

(5) A partir de 14-5-86 desliga-se do PMDB e passa a integrar a Bancada do PL.

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL — PFL

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Acre	Altevir Leal	Pernambuco	Nivaldo Machado
Amazonas	Eunice Michiles		Aderbal Jurema (1)
Maranhão	Américo de Souza	Alagoas	Guilherme Palmeira
Rondônia	Odacir Soares		Carlos Lyra
Piauí	João Lobo	Sergipe	Luiz Cavalcante
Ceará	José Lins (5)		Albano Franco (6)
			Lourival Baptista
Paraíba	Marcondes Gadelha (3)	Mato Grosso	Benedito Canelas (2)
	Milton Cabral (4)	Santa Catarina	Ivan Bonato
		Rio Grande do Sul	Carlos Criarelli

(1) Falecido em 19-5-86, sendo a vaga na Representação do Estado de Pernambuco preenchido pelo seu 1º-Suplente, Senhor Rubens Vaz da Costa, integrante da Bancada do PDS, que renunciou ao Mandato em 13 de junho de 1986. A 18-6-86 toma posse do Mandato, 2º-Suplente do Senador Aderbal Jurema, Senhor José Urbano, integrando a Bancada do PDS até 12 de agosto quando comunica à Mesa sua filiação à Bancada do PFL.

(2) A partir de 14-5-86 desliga-se do PFL e passa a integrar a Bancada do PL.

(3) Licenciado por 121 dias é substituído pelo Senador Amir Gaudêncio, a partir de 25-6-86, filiando-se à Bancada do PFL.

(4) Em virtude de sua renúncia, assume o Mandato o Senador Maurício Leite que, a 27 de junho, passa a integrar a Bancada do PDS.

(5) Licenciado por 128 dias é substituído pelo Senhor José Dias Macedo, que passa a integrar à Bancada do PDS em 1º-9-86

(6) Em 26 de novembro, comunica seu desligamento do PFL e sua integração à Bancada do PMDB.

OBS.: O Senador Claudionor Roriz que, à época de sua licença, era filiado ao PFL, ao reassumir o seu mandato no mês de abril, comunica à Mesa o seu desligamento desse Partido e sua filiação ao PMDB. A partir de 15 de maio passa a integrar a Bancada do PSB.

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL — PDS

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Acre	Jorge Kalume	Bahia	Lomanto Júnior ⁽⁷⁾ Luiz Viana ⁽²⁾
Amazonas	Raimundo Parente ⁽¹⁾		
Pará	Aloysio Chaves ⁽⁶⁾ Gabriel Hermes	Espírito Santo	Moacyr Dalla ⁽⁶⁾
		Rio de Janeiro	Amaral Peixoto
Maranhão	Alexandre Costa ⁽³⁾ João Castelo	Minas Gerais	Murilo Badaró
Piauí	Helvídio Nunes	São Paulo	Amaral Furlan
		Goiás	Benedito Ferreira ⁽⁸⁾
Ceará	Cesar Cals Virgílio Távora ⁽¹⁰⁾	Mato Grosso	Roberto Campos
Rio Grande do Norte	Moacyr Duarte	Santa Catarina	Lenoir Vargas ⁽⁹⁾
Sergipe	Passos Pôrto ⁽⁴⁾	Rio Grande do Sul	Octávio Cardoso

(1) Em 24-3-86, comunica seu desligamento do PDS e seu ingresso na Bancada do PDT a partir de 21-3-86.

(2) Em 29-4-86, comunica sua filiação ao PMDB.

(3) Em 8-5-86, desliga-se do PDS e filia-se ao PFL.

(4) Em 16-5-86, comunica sua filiação ao PMDB.

(5) Em 14-5-86, desliga-se do PDS e filia-se ao PFL.

(6) Em 20-5-86, comunica seu desligamento do PDS e seu ingresso na Bancada do PFL.

(7) Em 20-5-86, comunica seu desligamento do PDS e seu ingresso na Bancada do PFL.

(8) Em 21-5-86, comunica seu desligamento do PDS e seu ingresso na Bancada do PFL.

(9) Falecido em 1º-8-86, sendo a vaga na representação do Estado de Santa Catarina preenchida pelo seu 2º-Suplente, Senhor Arnor Damiani, integrante da Bancada do PDS.

(10) Licenciado por 122 dias, é substituído pelo Sr. Afonso Sancho, que passa a integrar a Bancada do PDS a partir de 4-9-86.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA — PDT

Estado	Senador
Santa Catarina	Jaison Barreto

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO — PTB

Estado	Senador
Rio Grande do Norte	Carlos Alberto

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO — PSB

Estado	Senador
Rio de Janeiro	Jamil Haddad

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO — PDC

Estado	Senador
Goiás	Mauro Borges

PARTIDO LIBERAL — PL
(com representação a partir de 14-5-86)

Estados	Senadores
Pernambuco Minas Gerais Mato Grosso	Cid Sampaio Itamar Franco (1) Benedito Canelas

(1) Licenciado por 120 dias, a partir de 18 de setembro, tendo sido convocado seu suplente, Senador Mata-Machado que se filia ao PMDB.

Em virtude das transferências enumeradas e das convocações de Suplentes, tendo em vista o licenciamento de alguns Senadores, as Bancadas Partidárias, ao final da sessão legislativa, estavam assim constituídas:

Composição das Bancadas Partidárias em 5-12-86
PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO — PMDB

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Amazonas	Fábio Lucena	Minas Gerais	Alfredo Campos e Mata-Machado
Pará	Hélio Gueiros	São Paulo	Fernando Henrique Cardoso e Severo Gomes
Piauí	Alberto Silva		
Rio Grande do Norte	Martins Filho		
Paraíba	Humberto Lucena	Goiás	Henrique Santillo
Sergipe	Albano Franco e Passos Pôrto	Mato Grosso	Gastão Müller
Bahia	Jutahy Magalhães e Luiz Viana	Mato Grosso do Sul	José Fragelli Marcelo Miranda Saldanha Derzi
Espírito Santo	João Calmon e José Ignácio Ferreira	Paraná	Affonso Camargo Álvaro Dias Enéas Faria
Rio de Janeiro	Nelson Carneiro	Rio Grande do Sul	Pedro Simon

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL — PFL

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Acre	Altevir Leal	Alagoas	Guilherme Palmeira Carlos Lyra e Luiz Cavalcante
Amazonas	Eunice Michiles		
Rondônia	Odacir Soares e Galvão Modesto	Sergipe	Lourival Baptista
Pará	Aloysio Chaves	Bahia	Lomanto Júnior
Maranhão	Alexandre Costa e Bello Parga	Espírito Santo	Moacyr Dalla
Piauí	João Lobo	Goiás	Benedito Ferreira
Paraíba	Marcondes Gadelha	Santa Catarina	Ivan Bonato
Pernambuco	Nivaldo Machado e José Urbano	Rio Grande do Sul	Carlos Chiarelli

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL — PDS

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Acre	Jorge Kalume	Rio Grande do Norte	Moacyr Duarte
Pará	Gabriel Hermes	Paraíba	Maurício Leite
Maranhão	João Castelo	Rio de Janeiro	Amaral Peixoto
Piauí	Helvídio Nunes	Minas Gerais	Murilo Badaró
		São Paulo	Amaral Furlan
		Mato Grosso	Roberto Campos
		Santa Catarina	Arno Damiani
Ceará	Cesar Cals Dias Macedo Afonso Sancho	Rio Grande do Sul	Octávio Cardoso

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA — PDT

Estados	Senadores
Acre	Mário Maia
Amazonas	Raimundo Parente
Santa Catarina	Jaison Barreto

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO — PSB

Estados	Senadores
Rondônia	Claudionor Roriz
Rio de Janeiro	Jamil Haddad

PARTIDO LIBERAL — PL

(com Representação a partir de 14-5-86)

Estados	Senadores
Pernambuco	Cid Sampaio
Mato Grosso	Benedito Canelas

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO — PTB

Estado	Senador
Rio Grande do Norte	Carlos Alberto

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO — PDC

Estado	Senador
Goiás	Mauro Borges

B — ALTERAÇÕES NA REPRESENTAÇÃO

A Representação dos Estados no Senado Federal, neste segundo ano da "Nova República", sofreu, também, algumas alterações.

Convém registrar, embora originária de fato ocorrido na Sessão Legislativa anterior, a substituição do Senador Roberto Saturnino, da Representação do Estado do Rio de Janeiro, pelo seu primeiro Suplente, Senhor Jamil Haddad.

Com referência à sua posse, durante o recesso parlamentar, perante a Comissão Diretora do Senado e não em sessão plenária, conforme determina o art. 4º do Regimento Interno da Casa, a Ata da 1ª Reunião Ordinária da Comissão, realizada em 14 de janeiro de 1986, registra o seguinte:

"O Senhor Presidente deu conhecimento aos demais membros da Comissão Diretora do desejo do Suplente do Senador Roberto Saturnino, Dr. Jamil Haddad, no sentido de tomar posse imediatamente, uma vez que a vaga, decorrente da renúncia do titular, se deu a partir de 1º do corrente mês. Alega o interessado que sua posse ocorrendo somente no mês de março, quando da reabertura dos trabalhos legislativos, deixaria o Estado do Rio desfalcado de um dos seus representantes, o que, no seu entender, feriria o art. 41, § 1º da Constituição, que trata da representação estadual. Acrescenta o **Dr. Jamil Haddad**, em apoio de sua pretensão, que a Câmara dos Deputados vem concedendo posse a Deputados em hipóteses semelhantes, perante o seu Presidente e que, assim, a mesma prática poderia ser adotada no Senado. Debatida a matéria, a Comissão Diretora decidiu, por unanimidade, uma vez que o diploma já se acha em mãos do Sr. Presidente, conceder a posse. Convocado o Dr. Jamil Haddad, este prestou o compromisso de que trata o art. 4º, § 2º do Regimento Interno, perante a Comissão Diretora, sendo o Senador investido no mandato. Decidiu a Comissão Diretora apresentar Projeto de Resolução, alterando o Regimento Interno, no sentido de admitir a possibilidade de se conceder a posse de Senadores, durante o recesso do Senado Federal, perante a Comissão Diretora."

Em decorrência do afastamento do exercício do mandato do Senador Jorge Bornhausen, da Representação do Estado de Santa Catarina, a fim de exercer a função de Ministro de Estado da Educação, assumiu o mandato, seu primeiro Suplente, o Senhor Ivan Bonato, cuja posse, pelas mesmas razões invocadas quando da posse do Senhor Jamil Haddad, se deu perante a Comissão Diretora do Senado, em sua 2ª Reunião Ordinária, realizada em 14 de fevereiro de 1986.

Ainda em 14 de fevereiro os Senhores Senadores Affonso Camargo, da Representação do Estado do Paraná, e Pedro Simon, da Representação do Estado do Rio Grande do Sul, que até então exerciam as funções de Ministros de Estado, respectivamente, dos Transportes e da Agricultura, reassumiram o exercício de seus mandatos. Em conseqüência, afastaram-se os respectivos Suplentes então em exercício, Senhores Roberto Wypych e Alcides Saldanha.

A 2 de abril reassume o Mandato o Senador Claudionor Roriz, da Representação do Estado de Rondônia, afastando-se, em conseqüência, o seu Suplente, Senhor Alcides Paio.

Com o falecimento, a 19 de maio, do Senador Aderbal Jurema, abriu-se uma vaga na Representação do Estado de Pernambuco, sendo a mesma preenchida com a posse, a 29 do mesmo mês, do Senador Rubens Vaz da Costa que, assumindo o nome parlamentar "Rubens Costa",

passa a integrar a Bancada do PDS. Renunciando o Senador Rubens Costa, a 13 de junho, o Mandato de Senador, é convocado e, a 18 de junho, toma posse, o Senhor José Urbano, completando, na Casa, a Representação daquele Estado.

A 18 de junho, em virtude da renúncia do Senador Milton Cabral, que assumira o Governo do Estado da Paraíba, assume o Mandato de Senador por aquele Estado o Senhor Maurício Leite, 1º-suplente convocado.

Licenciado por 121 dias o Senador Marcondes Gadelha, foi convocado, a fim de completar a Representação do Estado da Paraíba, seu 1º-suplente, Senhor Amir Gaudêncio, que tomou posse do Mandato de Senador a 25 de junho, devendo permanecer em exercício até o dia 19 de outubro.

Licenciado por 120 dias o Senador Lomanto Júnior, foi convocado, nos termos do disposto no § 1º do art. 36 da Constituição, o seu 1º-suplente, Senhor Roisler Alaor Metzker Coutinho que, completando a Representação do Estado da Bahia, tomou posse do Mandato de Senador a 1º de agosto, devendo permanecer em exercício até o dia 28 de novembro.

Em virtude do falecimento, a 1º de agosto, do Senador Lenoir Vargas, abriu-se uma vaga na Representação do Estado de Santa Catarina, sendo a mesma preenchida, a 4 do mesmo mês, pelo 2º-suplente, Senhor Arno Damiani, uma vez que o 1º-suplente já era, também, falecido.

Licenciado por 128 dias o Senador José Lins, foi convocado, em virtude da renúncia do 1º-suplente, o 2º-suplente, Senhor José Dias Macedo que, completando a Representação do Estado do Ceará, tomou posse a 1º de setembro, filiando-se à Bancada do PDS e adotando o nome parlamentar Dias Macedo.

Licenciado por 122 dias o Senador Virgílio Távora, nos termos do disposto no § 1º do art. 36 da Constituição, seu 1º-Suplente, Senhor José Afonso Sancho, completando a Representação do Estado do Ceará, tomou posse do Mandato a 4 de setembro, adotando o nome parlamentar Afonso Sancho e integrando a Bancada do PDS.

Licenciado por 120 dias o Senador Itamar Franco, nos termos do disposto no § 1º do art. 36 da Constituição, foi convocado o seu 2º-Suplente, tendo em vista que o seu 1º-Suplente já era falecido, Sr. Edgar de Godoi da Matta-Machado, que tomando posse a 18 de setembro, adotou o nome Parlamentar "Mata-Machado", integrando a Bancada do PMDB.

Tendo renunciado ao Mandato o Senador Américo de Souza, por ter sido nomeado Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, foi convocado e tomou posse o Senhor Luiz Carlos Bello Parga, completando, assim, a Representação do Estado do Maranhão.

C — RENÚNCIA

Na sessão ordinária do dia 13 de junho, a Presidência fez ler em Plenário comunicação do Senador Rubens Costa vazada nos seguintes termos:

“Senador José Fragelli, Presidente do Senado Federal.

Tenho a honra de informar a Vossa Excelência que após examinar em profundidade meus compromissos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, onde exerço as funções de Gerente de Operações, cheguei à conclusão de que a licença que solicitei ao Senado é insuficiente para que eu possa me desincumbir adequadamente de referidos compromissos.

Diante do que precede, não me resta outra alternativa a não ser renunciar ao mandato de Senador por Pernambuco, o que ora faço por meio desta comunicação.

Agradeço a Vossa Excelência a atenção que dispensar ao assunto.
Cordiais saudações. — **Rubens Vaz da Costa.**”

Publicada a comunicação de renúncia no DCN (Seção II) do dia seguinte, a Presidência convocou o 2º-suplente do Senador Aderbal Jurema, Senhor José Urbano da Costa Carvalho que, no dia 18 de junho, assume o Mandato de Senador na vaga ocorrida na Representação do Estado de Pernambuco, adotando o nome parlamentar “José Urbano” e integrando a Bancada do Partido Democrático Social — PDS.

Ainda no mês de junho, na sessão ordinária do dia 17, foi lida comunicação encaminhada pelo Senador Milton Cabral, através da qual Sua Excelência renunciava ao mandato de Senador, tendo em vista ter assumido o Governo do Estado da Paraíba.

Para a vaga ocorrida na Representação daquele Estado foi convocado e, a 18 de junho, assumiu o Mandato de Senador o Senhor Maurício Brasilino Leite que, adotando o nome parlamentar “Maurício Leite”, passou a integrar a Bancada do Partido Democrático Social — PDS.

No dia 3 de dezembro, renuncia o mandato, à vista de ter sido nomeado Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, o Senador Américo de Souza, da Representação do Estado do Maranhão.

Para substituí-lo, assumiu o mandato, na mesma data, o Senhor Luiz Carlos Bello Parga, 2º-Suplente do ex-Senador José Sarney, que adotando o nome parlamentar “Bello Parga”, passou a integrar a Bancada do Partido da Frente Liberal — PFL.

D — AFASTAMENTO DO EXERCÍCIO DO MANDATO

Nos termos do disposto no art. 36 da Constituição e da alínea b do art. 43 do Regimento Interno do Senado Federal, afastou-se do exercício do Mandato, em 14 de fevereiro o Senador Jorge Bornhausen, da Representação do Estado de Santa Catarina, a fim de assumir a função de Ministro de Estado da Educação.

E — FALECIMENTO

Faleceram, nesta 4ª Sessão Legislativa Ordinária da presente Legislatura:

a 19 de maio, o Senhor Senador Aderbal Jurema, da Representação do Estado de Pernambuco, e que integrava, no Senado, a Bancada do Partido da Frente Liberal — PFL;

a 1º de agosto, o Senhor Senador Lenoir Vargas, da Representação do Estado de Santa Catarina, e que integrava, no Senado, a Bancada do Partido Democrático Social — PDS.

F — AFASTAMENTO DO PAÍS

Para afastamento do País, nos termos regimentais, foram encaminhadas à Presidência da Casa as seguintes comunicações:

a) A convite de Organizações Internacionais:

Senadores	
Fernando Henrique Cardoso	— A partir de 8 de janeiro, a fim de participar, na Espanha, do Congresso dos Sociólogos Espanhóis e presidir reunião da International Sociological Association.
	— A partir de 27 de janeiro, a fim de participar de Conferência Internacional em Israel e de reunião da UNESCO, na Itália.
Severo Gomes	— De 18 a 24 de maio, com destino ao Chile, a convite da Comissão Econômica para a América Latina — CEPAL.
Fernando Henrique Cardoso	— A partir de 30 de maio, a fim de participar do colóquio sobre "Democracia e Democratização", a convite do Conseil de l'Europe e da sessão constitutiva do Conselho Internacional do Instituto de Relações Europeu-latinoamericanas (IRELA), do qual é membro.

b) Em caráter particular:

Senadores	Período e finalidade
1) Durante o período de recesso	— 6 de dezembro de 1985 a 28 de fevereiro de 1986.
Roberto Campos	— de 16 a 23 de dezembro e de 28 de janeiro a 28 de fevereiro, para estudos e conferências.
Cesar Cals	— A partir de 2 de janeiro.
Albano Franco	— A partir de 5 de janeiro.
Marcondes Gadelha	— A partir de 15 de janeiro.
Benedito Canelas	— de 1º a 27 de fevereiro

Senadores	Período e finalidade
2) Primeiro período das sessões	— de 1º de março a 30 de junho de 1986.
Fernando Henrique Cardoso	— a partir de 7 de março, a fim de comparecer, como convidado, às solenidades de posse do Dr. Mário Soares como Presidente de Portugal.
	— A partir de 20 de junho, a fim de participar, em Lima, Peru, da reunião da Internacional Socialista, integrando comissão do PMDB, e do Comitê Executivo da Comissão Sulamericana para a Paz, a Segurança Regional e a Democracia.
Roberto Campos	— De 31 de março a 7 de abril; de 21 a 24 de abril; de 27 a 29 de abril e de 3 a 10 de maio, para estudos e conferências.
Moacyr Duarte	— A partir de 24 de abril.
Albano Franco	— A partir de 26 de abril, a fim de, na qualidade de Presidente, participar da XVII Assembléia Extraordinária da Associação de Indústrias Latino-Americanas — AILA, a realizar-se no Chile.
	— A partir de 14 de maio, a fim de participar das solenidades de entrega do título "Homem do Ano de 1986" ao Dr. Luís Eulálio Vidigal, em Nova Iorque.
Murilo Badaró	— A partir de 27 de abril.
Carlos Alberto	— A partir de 1º de maio, a fim de participar do Congresso Latino-Americano de Combate ao Narcótico, a realizar-se em Quito, Equador.
Carlos Lyra	— de 1º a 15 de maio.
Lourival Baptista	— A partir de 14 de maio, a fim de comparecer como convidado do Presidente da Câmara de Comércio Brasil—EE.UU, às solenidades de homenagens programadas por aquela entidade, a se realizarem em Nova Iorque.
Ivan Bonato	— a partir de 24 de junho.
3) Durante o recesso	— de 1º a 31 de julho.
Roberto Campos	— de 14 a 20 de julho, para estudos e conferências.
Albano Franco	— de 28 a 30 de julho, integrando Missão Empresarial que acompanhou o Presidente da República à Argentina.

Senadores	Período e finalidade
4) 2º período das sessões	— de 1º de agosto a 5 de dezembro.
Roberto Campos	— por 30 dias, a partir de 31 de julho para tratamento de saúde;
	— de 13 de setembro a 7 de outubro;
	— de 26 de outubro a 2 de novembro;
	— de 20 a 22 de novembro, para estudos e conferências.
Carlos Lyra	— A partir de 27 de setembro.
Nivaldo Machado	— De 3 a 11 de outubro, em visita à República Federal da Alemanha, atendendo convite da Fundação Friedrich Nauman.
Severo Gomes	— De 7 a 12 de setembro, com destino a Buenos Aires—Argentina e Santiago do Chile.
	— De 16 a 30 de novembro, a New York—EE.UU.
Fernando Henrique Cardoso	— A partir de 13 de agosto, a fim de presidir o Congresso Mundial de Sociologia, a realizar-se na Índia, na qualidade de Presidente da International Sociological Association.
	— de 28 a 30 de novembro como integrante do Comitê Executivo da Comissão Sulamericana de Paz, Uruguai.
	— A partir de 10 de dezembro como conferencista na Universidade de Colúmbia — EE.UU e em visita à Itália e Espanha, onde também proferirá conferências.
Guilherme Palmeira	— A partir de 2 de dezembro, a fim de participar da Conferência Internacional de Educação, em Genebra — Suíça.
Albano Franco	— No período de 2 a 15 de dezembro, em viagem à França e Portugal, atendendo a convite do Ministro da Indústria e Comércio a fim de participar do Seminário de Integração do Empresariado Luso-Brasileiro e da 15ª Sessão do Conselho da Câmara de Comércio Internacional — CCI.
Cesar Cals	— A partir de 27 de dezembro.

G — LICENÇA

G 1 — PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Na 1ª sessão ordinária da presente sessão legislativa, realizada às 14:30 horas do dia 3 de março, a Presidência deu conhecimento ao Plenário do pedido de licença que o Senador CLAUDIONOR RORIZ, a 19 de dezembro de 1985, encaminhou à Mesa. Esclareceu o Sr. Presidente que, aplicando o disposto no § 2º do art. 47 e, por extensão, o previsto no art. 45 do Regimento Interno, deferira o pedido “ad referendum” do Plenário. Não tendo havido objeção dos Senhores Senadores presentes à sessão, a Presidência considerou ratificada a sua decisão e, conseqüentemente, concedida a licença a partir da data do pedido, continuando, assim, no exercício do Mandato o suplente do Senador Claudionor Roriz, Senhor Alcides Paio.

Pelo prazo de 121 dias foi concedida licença ao Senador MARCONDES GADELHA, da Representação do Estado da Paraíba, filiado ao PFL, tendo sido convocado o seu primeiro Suplente, Senhor Amir Gaudêncio de Queiroz que, tomando posse do Mandato de Senador a 25 de junho, adotou o nome parlamentar “Amir Gaudêncio”, filiando-se à Bancada do Partido da Frente Liberal.

Pelo prazo de 120 dias, foi concedida licença ao Senador LOMANTO JÚNIOR, da Representação do Estado da Bahia, a contar de 1.º de agosto. Para substituí-lo foi convocado seu primeiro suplente, senhor Roisler Alaor Metzker Coutinho que, tomando posse a 1º de agosto, adotou o nome parlamentar “Alaor Coutinho”, filiando-se à Bancada do Partido da Frente Liberal.

Pelo prazo de 128 dias, foi concedida licença ao Senador JOSÉ LINS, da Representação do Estado do Ceará, a contar de 28 de agosto. Para substituí-lo, à vista da renúncia do 1º suplente, foi convocado o seu 2º suplente, Senhor Dias Macedo que, tomando posse a 1º de setembro, filia-se à Bancada do Partido Democrático Social.

Pelo prazo de 122 dias, foi concedida licença ao Senador VIRGÍLIO TAVORA, da Representação do Estado do Ceará, a contar de 3 de setembro. Para substituí-lo, seu 1º Suplente, senhor Afonso Sancho, foi convocado e, tomando posse a 4 do mesmo mês, adotou o nome parlamentar “Afonso Sancho”, filiando-se à Bancada do PDS.

Pelo prazo de 120 dias, a partir de 18 de setembro, foi concedida licença ao Senador ITAMAR FRANCO, da Representação do Estado de Minas Gerais. Para substituí-lo foi convocado o seu 1º suplente, senhor Edgard de Godoi da Matta Machado que, tomando posse a 18 de setembro, passou a integrar a Bancada do PMDB, adotando o nome parlamentar “Mata-Machado”.

G 2 — PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Pelo prazo de 30 dias contados a partir de 31 de julho, o Senado concedeu licença ao Senador Roberto Campos, para tratamento de saúde, nos termos do disposto no art. 47, item I, do Regimento Interno.

Na sessão do dia 17 de setembro o Plenário autorizou a prorrogação da licença, por igual período.

H — DIREÇÃO

A Comissão Diretora, a quem compete exercer a administração interna do Senado Federal, é constituída dos titulares da Mesa que é, observadas as normas constitucionais e regimentais, eleita nas reuniões preparatórias que antecedem a instalação da 1ª e 3ª sessões legislativas ordinárias de cada Legislatura, para um mandato de dois anos.

Desta forma, dirigiu a Casa nesta 4ª Sessão Legislativa da 47ª Legislatura, a Mesa eleita a 27 de fevereiro de 1985, sendo assim constituída:

Presidente:	Senador José Fragelli
1º-Vice-Presidente:	Senador Guilherme Palmeira
2º-Vice-Presidente:	Senador Passos Pôrto
1º-Secretário:	Senador Enéas Faria
2º-Secretário:	Senador João Lobo
3º-Secretário:	Senador Marcondes Gadelha
4º-Secretário:	Senadora Eunice Michiles
Suplentes de Secretários:	Senador Martins Filho
	Senador Alberto Silva
	Senador Mário Maia
	Senador Benedito Canelas

H.1 — O PRESIDENTE DO SENADO NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

No impedimento do Presidente da Câmara dos Deputados, e nos termos do disposto no art. 78, *in fine*, da Constituição, o Presidente do Senado Federal, Senador José Fragelli, na presente sessão legislativa, por duas vezes exerceu a Presidência da República.

A primeira, no período compreendido entre 28 e 30 do mês de julho, quando da visita do Presidente da República à Argentina, e a segunda, no período de 9 a 14 de setembro, quando da viagem de Sua Excelência aos Estados Unidos da América.

I — LIDERANÇAS

Nos termos do disposto no § 1º do art. 64 do Regimento Interno, as Bancadas Partidárias, pela maioria de seus membros, encaminharam à Mesa as indicações dos respectivos Líderes. Estes, por sua vez, conforme o estabelecido no § 2º do referido art. 64, indicaram os respectivos Vice-Líderes, funcionando, nesta Sessão Legislativa, o Colégio de Líderes, com a seguinte composição:

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO — PMDB

Líder — Senador Alfredo Campos

Vice-Líderes — **Senadores**

Fábio Lucena ⁽¹⁾

Fernando Henrique Cardoso

Galvão Modesto

Gastão Müller

Hélio Gueiros

João Calmon

Martins Filho

Pedro Simon

Saldanha Derzi

Severo Gomes

PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL — PDS

Líder — Senador Murilo Badaró

Vice-Líderes — **Senadores**

Octávio Cardoso

Virgílio Távora

Jorge Kalume

Moacyr Duarte

Gabriel Hermes

Roberto Campos

(1) Substituído, em 26-6-86, pelo Senador Nelson Carneiro.

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL — PFL

Líder — Senador Carlos Chiarelli

Vice-Líderes — **Senadores**

Américo de Souza

Nivaldo Machado

José Lins

Odacir Soares

Aderbal Jurema

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA — PDT

Líder — Senador Jaison Barreto

Vice-Líderes — **Senadores** ⁽¹⁾

Raimundo Parente

Mário Maia

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO — PTB

Líder — Senador Carlos Alberto

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO — PSB

Líder — Senador Jamil Haddad

Vice-Líder — Senador Claudionor Roriz ⁽²⁾

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO — PDC

Líder — Senador Mauro Borges

PARTIDO LIBERAL — PL

(indicados em 4-6-86)

Líder — Senador Itamar Franco

Vice-Líderes — **Senadores**

Benedito Canelas

Cid Sampaio

(1) Indicados em 10-6-86.

(2) Indicado em 17-6-86.

J — O SENADO FEDERAL EM FUNCIONAMENTO

J.1 — SESSÕES REALIZADAS

O Senado fez realizar 371 sessões plenárias, sendo:

133 ordinárias
237 extraordinárias
1 especial

Deixaram de ser realizadas 41 sessões ordinárias em virtude de:

Realização de sessão especial do Senado Federal	1
Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional	1
Requerimento	7
Reuniões	24
Realização de sessões extraordinárias	2
Falta absoluta de presença na semana que antecedeu o pleito eleitoral	6

Como homenagem de pesar, foram levantadas as seguintes sessões:

3-3-86 — Falecimento do Deputado Darcílio Ayres
31-3-86 — Falecimento do Deputado Siegfried Heuser
8-5-86 — Falecimento do Deputado Ernani Sátiro
20-5-86 — Falecimento do Senador Aderbal Jurema
1º-8-86 — Falecimento do Senador Lenoir Vargas

Em virtude de requerimento aprovado pelo Plenário, foi realizada a seguinte sessão especial:

Reqto.	Autor	Data	Finalidade
107	Moacyr Duarte e outros	10-9-86	Homenagem à memória do Senador Aderbal Jurema

Ainda em virtude de requerimentos aprovados pelo Plenário, o tempo dos oradores do Expediente de 5 sessões foi dedicado a homenagens e comemorações.

Reqto.	Autor	Data	Finalidade
7/86	Gabriel Hermes	20- 3-86	Homenagem à memória do ex-Senador Milton Trindade
14/86	Murilo Badaró	10- 4-86	Homenagem à memória do ex-Deputado José Bonifácio de Andrada
65/86	Milton Cabral	30- 4-86	Comemoração de "O Dia da Comunidade Luso-Brasileira"
165/86	Roberto Campos e outros	26- 6-86	Homenagem ao Professor Eugênio Gudin
386/86	Lourival Baptista e outros	27-11-86	Homenagem à memória de Octávio Mangabeira

J.1.1 — COMPARECIMENTO DE MINISTROS DE ESTADO

A Constituição Federal, no seu art. 38, *caput*, regula o comparecimento de Ministros de Estado ao Plenário do Senado Federal, quando convocados para prestarem informações acerca de assunto previamente determinado.

Nos termos do disposto no art. 418, item I, do Regimento Interno, compareceram perante o Plenário do Senado Federal os seguintes Ministros:

na Sessão Ordinária do dia 2 de dezembro

Dr. Dante de Oliveira, Ministro da Reforma Agrária, em atendimento à convocação feita em virtude da aprovação do Requerimento nº 303, de 1986, de autoria dos Senadores Alaor Coutinho e Jamil Haddad, a fim de prestar informações sobre critérios de desapropriação e implantação da Reforma Agrária.

Após a explanação do Sr. Ministro, usaram da palavra, como interpelantes os Senhores Senadores Benedito Ferreira, Jamil Haddad, Mário Maia, Fernando Henrique Cardoso, Humberto Lucena, Cesar Cals e Gastão Müller.

na Sessão Ordinária do dia 3 de dezembro

Dr. Dilson Funaro, Ministro de Estado da Fazenda, em atendimento à convocação feita em virtude da aprovação do Requerimento nº 266, de 1986, de autoria do Senador Jamil Haddad.

Embora convocado para prestar esclarecimentos a respeito da aplicação, no campo social, dos recursos constantes do denominado Plano de Metas, instituído pelo Decreto-lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, o Senhor Ministro, com a aquiescência do Plenário, discorreu sobre o Plano Cruzado II.

Após a explanação do Senhor Ministro, usaram da palavra, como interpelantes, os Senhores Senadores Jamil Haddad, Cid Sampaio, Carlos Alberto, Roberto Campos e Fernando Henrique Cardoso.

J.2 — REPRESENTAÇÃO EXTERNA

J.2.1 — Missões do Senado

Na presente Sessão Legislativa, foram designados para representar o Senado no exterior e no País, os seguintes Senhores Senadores:

a) no exterior:

Senadores

José Fragelli
Marcondes Gadelha
José Ignácio Ferreira
Cid Sampaio

Delegação oficial em visita à Tchecoslováquia e à Romênia, a convite dos respectivos Governos, no período de 13 a 27 de fevereiro.

Aloysio Chaves
Amaral Peixoto⁽¹⁾
Humberto Lucena⁽¹⁾
Milton Cabral

Delegação do Senado à 75ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se na cidade do México de 7 a 14 de abril.

José Fragelli
Octávio Cardoso
Martins Filho
Hélio Gueiros
Carlos Chiarelli

Delegação do Senado em visita à União das Repúblicas Soviéticas, de 5 a 25 de julho, a convite dos Sovietes da União, das Nacionalidades e Supremo daquele País.

Carlos Alberto

Representação do Presidente do Senado nas solenidades do Centenário de Fundação do Partido Colorado, a realizarem-se no Paraguai, no período de 9 a 15 de setembro.

Aloysio Chaves⁽¹⁾
Amaral Peixoto
Humberto Lucena⁽¹⁾

Delegação Brasileira à 76ª Conferência Interparlamentar, a realizar-se em Buenos Aires (Argentina), no período de 6 a 11 de outubro.

Guilherme Palmeira

Na qualidade de observador parlamentar, integra a Delegação Brasileira à Conferência Internacional de Educação a realizar-se em Genebra, de 2 a 12 de dezembro.

b) no País:

Senadores

Alfredo Campos

Designado para, como representante do Senado, integrar, na qualidade de membro, a Assembléia-Geral da Fundação Presidente Tancredo Neves.

Nivaldo Machado

Designado, em 20 de maio, para representar o Senado nos funerais do Senador Aderbal Jurema, em Pernambuco.

(1) Por motivo de força maior não puderam comparecer ao evento

J.2.2 — MISSÕES DO EXECUTIVO

O Senado Federal concedeu licença para aceitarem missões, para as quais foram designados pelo Poder Executivo, aos seguintes Senhores Senadores:

Como integrantes de comitiva oficial durante viagens ao exterior do Senhor Presidente da República:

A Portugal, de 3 a 11 de maio:	Luiz Viana Alfredo Campos Luiz Cavalcante
À Argentina, de 28 a 30 de julho:	João Calmon Cid Sampaio

Aos Estados Unidos da América do Norte, de 9 a 14 de setembro:	Albano Franco
--	---------------

Como Observadores Parlamentares à 41ª Sessão da Organização das Nações Unidas — ONU:

a partir de 21 de setembro:	Moacyr Duarte José Ignácio Ferreira
a partir de 15 de outubro:	João Lobo
a partir de 20 de novembro:	Murilo Badaró
a partir de 5 de dezembro:	Nivaldo Machado

J.3 — COMISSÕES

J.3.1 — COMISSÕES PERMANENTES

a) composição

Ao término da Sessão Legislativa anterior, em virtude de substituições ocorridas por determinação das lideranças, da transferência de alguns Senadores de uma para outra bancada partidária, e, ainda, por substituição de Senador, afastado do exercício do mandato, pelo respectivo Suplente, a composição das Comissões Permanentes estava assim representada:

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Titulares

Moacyr Duarte
Benedito Ferreira

Álvaro Dias
Martins Filho
Galvão Modesto
Alcides Paio

Benedito Canelas

Suplentes

Moacyr Dalla
Amaral Furlan

Roberto Wypych
Mauro Borges

Nivaldo Machado

PDS

PMDB

PFL

Obs.: Transferiram-se de Partido os seguintes Senadores:

Benedito Ferreira — do PDS para o PFL em 21/5

Galvão Modesto — do PMDB para o PFL em 14/5

Benedito Canelas — do PFL para o PL em 4/6

Moacyr Dalla — do PDS para o PFL em 14/5

Mauro Borges — do PMDB para o PDC em 5/3

O mandato do Senador Roberto Wypych terminou a 14/2

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS

Titulares

Cesar Cals
João Castelo

Suplentes

Aloysio Chaves (1)
Lomanto Júnior

PDS

(1) Substituído, em 17-4-86, pelo Senador Alexandre Costa

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Alberto Silva Cid Sampaio		José Ignácio Ferreira Martins Filho
	PFL	
José Lins Nivaldo Machado		Lourival Baptista
	PTB	
Carlos Alberto		

Obs.: Transferiram-se de Partido os seguintes Senadores:
Cid Sampaio do PMDB para o PL, em 4/6
Alexandre Costa do PDS para o PFL, em 8/5
Lomanto Júnior do PDS para o PFL, em 20/5

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Titulares		Suplentes
	PDS	
Cesar Cals Virgílio Távora (1)		Benedito Ferreira Alexandre Costa
	PMDB	
Severo Gomes Mauro Borges		João Calmon Alberto Silva Alcides Paio
	PFL	
Milton Cabral Carlos Lyra Jutahy Magalhães		

(1) Em 16-9-86 — substituído, durante o período de licença, pelo Senador Afonso Sancho
Obs.: Transferiram-se de Partido os seguintes Senadores:
Mauro Borges, do PMDB para o PDC, em 5/3
Jutahy Magalhães, do PFL para o PMDB, em 3/3
Benedito Ferreira, do PDS para o PFL, em 21/5
Alexandre Costa, do PDS para o PFL, em 8/5
Renunciou o mandato o Senador Milton Cabral, em 16/6

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titulares		Suplentes
	PDS	
Helvídio Nunes Moacyr Duarte Octávio Cardoso Odacir Soares (1) Lenoir Vargas		Roberto Campos Raimundo Parente (2)
	PMDB	
José Ignácio Ferreira Fábio Lucena Hélio Gueiros Alfredo Campos (2) Martins Filho Nelson Carneiro		Severo Gomes Henrique Santillo Alberto Silva

(1) Em 4-3-86 filia-se ao PFL, deixando de integrar a Comissão a partir de 17-4-86.
(2) Substituído, em 20-3-86, pelo Senador Jutahy Magalhães.
(3) Em 21-3-86 filia-se ao PDT, deixando de integrar a Comissão, na representação do PDS, a partir de 17-4-86

Titulares

Aderbal Jurema
Américo de Souza
Luiz Cavalcante
Nivaldo Machado

PFL

Suplentes

Benedito Canelas (4)
José Lins
Jutahy Magalhães

PTB

Carlos Alberto

(4) Substituído, em 29-4-86, pelo Senador Odacir Soares.

Obs.: Transferiram-se de Partido os seguintes Senadores:

Odacir Soares do PDS para o PFL, em 4/3
Benedito Canelas do PFL para o PL, em 4/6
Jutahy Magalhães do PFL para o PMDB, em 3/3
Faleceu, o Senador Aderbal Jurema, em 19-5

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL**Titulares**

Raimundo Parente (2)
Lomanto Júnior
Benedito Ferreira
Alexandre Costa

PDS

Suplentes

Cesar Cals
Helvídio Nunes

PMDB

Mauro Borges
Henrique Santillo
Mário Maia
Alfredo Campos (1)

Marcelo Miranda
Saldanha Derzi
Galvão Modesto

PFL

Lourival Baptista
Aderbal Jurema
Carlos Lyra

Nivaldo Machado
Luiz Cavalcante

(1) Substituído, em 20-3-86, pelo Senador Humberto Lucena

(2) Em 21-3-86 filia-se ao PDT, deixando de integrar a Comissão, na Representação do PDS, a partir de 17-4-86

Obs.: Transferiram-se de Partido os seguintes Senadores:

Lomanto Júnior do PDS para o PFL, em 20/5
Benedito Ferreira do PDS para o PFL, em 21/5
Alexandre Costa do PDS para o PFL, em 8/5
Mário Maia do PMDB para o PDT, em 2/4
Mauro Borges do PMDB para o PDC, em 5/3
Galvão Modesto do PMDB, para o PFL, em 14/5
Faleceu, o Senador Aderbal Jurema, em 19/5

COMISSÃO DE ECONOMIA**Titulares**

Virgílio Távora
Alexandre Costa (1)
Gabriel Hermes
João Castelo

PDS

Suplentes

Moacyr Duarte
Lenoir Vargas
Amaral Furlan (1)

Em 17-4-86, deixam de integrar a Comissão, na representação do PDS, em virtude da nova proporcionalidade partidária.

Titulares**Suplentes**

PMDB

Severo Gomes
Cid Sampaio
Alvaro Dias
Henrique Santillo

Mário Maia
Fábio Lucena

PFL

Carlos Lyra
José Lins
Albano Franco

Benedito Canelas
Américo de Souza

Obs.: Transferiram-se de Partido os seguintes Senadores

Alexandre Costa do PDS para o PFL, em 8/5

Cid Sampaio do PMDB para o PL, em 4/6

Mário Maia do PMDB para o PDT, em 2/4

Benedito Canelas do PFL para o PL, em 4/6

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**Titulares****Suplentes**

PDS

Jorge Kalume
Luiz Viana
Moacyr Duarte
Odacir Soares (1)

Moacyr Dalla
Octávio Cardoso

PMDB

Alvaro Dias
João Calmon
Gastão Müller

Henrique Santillo
Severo Gomes

PFL

Aderbal Jurema (2)
José Lins

Nivaldo Machado
Américo de Souza

(1) Em 4-3-86 filia-se ao PFL, deixando de integrar a Comissão, na representação do PDS, a partir de 17-4-86.

(2) Preenchida, em 26-8-86, a vaga deixada pelo seu falecimento, pelo Senador Aloysio Chaves.

Obs.: Transferiram-se de Partido os seguintes Senadores:

Luiz Viana do PDS para o PMDB, em 29/4

Odacir Soares do PDS para o PFL, em 4/3

Moacyr Dalla do PDS para o PFL, em 14/5

Faleceu, o Senador Aderbal Jurema, em 19/5

COMISSÃO DE FINANÇAS**Titulares****Suplentes**

PDS

Virgílio Távora (2)
Lomanto Júnior
João Castelo
Roberto Campos
Helvídio Nunes

Jorge Kalume
César Cals
Alexandre Costa (1)
Octávio Cardoso

PMDB

Saldanha Derzi
Cid Sampaio
Alcides Saldanha
Marcelo Miranda
Martins Filho
João Calmon

Gastão Müller
Hélio Gueiros
Jaison Barreto
Alvaro Dias

(1) Em 17-4-86, deixa de integrar a Comissão, na representação do PDS, em virtude da nova proporcionalidade partidária.

(2) Em 16-9-86, substituído, durante o período de licença, pelo Senador Afonso Sancho.

Titulares

Américo de Souza
 Carlos Lyra
 Albano Franco
 José Lins
 Jutahy Magalhães

Roberto Saturnino

Suplentes

PFL

Benedito Canelas
 Luiz Cavalcante

PDT

Obs.: Transferiram-se de Partido os seguintes Senadores:

Lomanto Júnior do PDS para o PFL, em 20/5

Cid Sampaio do PMDB para o PL, em 4/6

Jutahy Magalhães do PFL para o PMDB, em 3/3

Alexandre Costa do PDS para o PFL, em 8/5

Benedito Canelas do PFL para o PL, em 4/6

Renunciou o mandato, em 31-12-85, o Senador Roberto Saturnino

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Titulares

Roberto Campos
 Virgílio Távora⁽³⁾
 Gabriel Hermes
 Amaral Furlan
 Vago⁽¹⁾

João Calmon
 Fábio Lucena
 Cid Sampaio
 Henrique Santillo
 Alberto Silva
 Martins Filho

Albano Franco
 José Lins
 Milton Cabral
 Américo de Souza
 Jutahy Magalhães

Roberto Saturnino

Carlos Alberto

Suplentes

PDS

Jorge Kalume
 Lenoir Vargas
 Octávio Cardoso
 Benedito Ferreira⁽²⁾

PMDB

Gastão Müller
 Jaison Barreto
 Roberto Wypych
 Mário Maia

PFL

Nivaldo Machado
 Carlos Lyra

PDT

PTB

(1) Em 17-4-86, designado para a vaga do Senador Alexandre Costa

(2) Em 17-4-86, deixa de integrar a Comissão, na representação do PDS, em virtude da nova proporcionalidade partidária.

(3) Em 16-9-86, substituído, durante o período de licença, pelo Senador Afonso Sancho

Obs.: Transferiram-se de Partido os seguintes Senadores:

Cid Sampaio do PMDB para o PL, em 4/6

Jutahy Magalhães do PFL para o PMDB, em 3/3

Benedito Ferreira do PDS para o PFL, em 21/5

Mário Maia do PMDB para o PDT, em 2/4

Renunciaram o mandato os Senadores:

Roberto Saturnino, em 31-12-85 e

Milton Cabral, em 16/6

O mandato do Senador Roberto Wypych terminou a 14/2.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

Titulares		Suplentes
	PDS	
Gabriel Hermes Helvídio Nunes Vago ⁽¹⁾		Jorge Kalume Vago ⁽²⁾
	PMDB	
Alberto Silva Jaison Barreto Henrique Santillo Alcides Paio		Álvaro Dias Alcides Saldanha
	PFL	
Nivaldo Machado Altevir Leal		Aderbal Jurema Albano Franco Jutahy Magalhães
	PTB	
Carlos Alberto		

(1) Em 17-4-86, designado para a vaga o Senador Moacyr Dalla

(2) Em 17-4-86, designado para a vaga o Senador Moacyr Duarte

Obs.: Transferiram-se de Partido os Senadores:

Jutahy Magalhães do PFL para o PMDB, em 3/3

Albano Franco do PFL para o PMDB, em 26-11

O mandato do Senador Alcides Paio terminou a 2-4, tendo o Senado Aderbal Jurema falecido, em 19 de maio

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Titulares		Suplentes
	PDS	
Cesar Cals Odacir Soares ⁽¹⁾		João Castelo Gabriel Hermes
	PMDB	
Mauro Borges Hélio Gueiros		Severo Gomes Alberto Silva
	PFL	
Milton Cabral ⁽²⁾ Albano Franco Altevir Leal		Luiz Cavalcante

(1) Em 4-3-86, filia-se ao PFL, sendo substituído, em 17-4-86, pelo Senador Benedito Ferreira.

(2) Em 18-8-86 é sua vaga preenchida pela indicação do Senador Odacir Soares para membro titular da Comissão.

Obs.: Transferiram-se de Partido os seguintes Senadores:

Odacir Soares do PDS para o PFL, em 4/3

Mauro Borges do PMDB para o PDC, em 5/3

Albano Franco do PFL para o PMDB, em 26/11

Renunciou o mandato o Senador Milton Cabral, em 16/6

COMISSÃO DE MUNICÍPIOS

Titulares		Suplentes
	PDS	
Jorge Kalume Amaral Furlan Benedito Ferreira Octávio Cardoso Moacyr Dalla		Gabriel Hermes Helvídio Nunes Amaral Peixoto

Titulares**Suplentes****PMDB**

José Ignácio Ferreira
 Marcelo Miranda
 Alfredo Campos⁽¹⁾
 Alcides Saldanha
 Roberto Wypych
 Gastão Müller
 Galvão Modesto
 Alcides Paio
 Nelson Carneiro

Cid Sampaio
 Martins Filho
 Henrique Santillo
 Hélio Gueiros

PFL

Luiz Cavalcante
 Lourival Baptista
 Nivaldo Machado

Américo de Souza
 Milton Cabral
 Altevair Leal

(1) Substituído, em 20-3-86, pelo Senador Jutahy Magalhães

Obs.: Transferiram-se de Partido os seguintes Senadores:

Benedito Ferreira do PDS para o PFL, em 21/5

Galvão Modesto do PMDB para o PDC, em 14/5

Cid Sampaio do PMDB para o PL, em 4/6

Moacyr Dalla do PDS para o PFL, em 14/5

O mandato dos Senadores Alcides Saldanha e Roberto Wypych terminou a 14-2

Renunciam o mandato, a 3-12, o Senador Américo de Souza e, a 16-6, o Senador Milton Cabral

COMISSÃO DE REDAÇÃO**Titulares****Suplentes****PDS**

Jorge Kalume
 Lenoir Vargas

Octávio Cardoso

PMDB

Saldanha Derzi
 José Ignácio Ferreira

Martins Filho

PFL

Américo de Souza

Altevair Leal
 Nivaldo Machado

Obs.: Falece o Senador Lenoir Vargas, em 1º/8

Renuncia o mandato o Senador Américo de Souza, em 3-12

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES**Titulares****Suplentes****PDS**

Luiz Viana
 Virgílio Távora⁽²⁾
 Amaral Peixoto
 Aloysio Chaves⁽¹⁾

Jorge Kalume
 Lomanto Júnior⁽¹⁾
 Moacyr Duarte
 Octávio Cardoso

(1) Em 17-4-86, substituído pelo Senador Lomanto Júnior, que passa de suplente a titular.

(2) Em 16-9-86, substituído, durante o período de licença, pelo Senador Afonso Sancho.

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Saldanha Derzi Severo Gomes Cid Sampaio Itamar Franco ⁽³⁾ Fábio Lucena Nelson Carneiro		Álvaro Dias João Calmon
	PFL	
Milton Cabral Aderbal Jurema Lourival Baptista Albano Franco Jutahy Magalhães		Luiz Cavalcante Carlos Lyra
	PDT	
		Roberto Saturnino

(3) Em 15-10-86, substituído pelo Senador Mata-Machado

Obs.: Transferiram-se de Partido os seguintes Senadores:

Luiz Viana do PDS para o PMDB, em 29-4

Aloysio Chaves do PDS para o PFL, em 20-5

Cid Sampaio do PMDB para o PL, em 15-5

Itamar Franco do PMDB para o PL, em 15-5

Albano Franco do PFL para o PMDB, em 26-11

Jutahy Magalhães do PFL para o PMDB, em 3/3

Lomanto Júnior do PDS para o PFL, em 20-5

Renunciaram o mandato o Senador Roberto Saturnino, em 31-12-85 e o Senador Milton Cabral, em 16-6

Faleceu, em 19-5, o Senador Aderbal Jurema

COMISSÃO DE SAÚDE

Titulares		Suplentes
	PDS	
Raimundo Parente ⁽¹⁾ Amaral Furlan		Benedito Ferreira Jorge Kalume
	PMDB	
Jaison Barreto Henrique Santillo Alcides Paio Galvão Modesto		Marcelo Miranda Mário Maia
	PFL	
Lourival Baptista		Milton Cabral

(1) Em 21-3-86 filia-se ao PDT, sendo substituído, em 17-4-86, pelo Senador Lomanto Júnior.

Obs.: Transferiram-se de Partido os seguintes Senadores:

Galvão Modesto do PMDB para o PFL, em 14-5

Benedito Ferreira do PDS para o PFL, em 21-5

Mário Maia do PMDB para o PDT, em 2-4

O Senador Milton Cabral renunciou o mandato em 16-6 e o mandato do Senador Alcides Paio terminou a 2-4.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

Titulares		Suplentes
	PDS	
Cesar Cals Moacyr Dalla Odacir Soares ⁽¹⁾		Jorge Kalume Luiz Viana

(1) Em 4-3-86 filia-se ao PFL, deixando de integrar a Comissão, na representação do PDS, em 17-4-86

Titulares

Mauro Borges
Gastão Müller

Benedito Canelas
Milton Cabral

PMDB

PFL

Suplentes

José Ignácio Ferreira
Cid Sampaio

Carlos Lyra
Lourival Baptista

Obs.: Transferiram-se de Partido os seguintes Senadores:

Moacyr Dalla do PDS para o PFL, em 14-5
Odacir Soares do PDS para o PFL, em 4-3
Mauro Borges do PMDB para o PDC, em 5-3
Benedito Canelas do PFL para o PL, em 4-6
Luiz Viana do PDS para o PMDB, em 29-4
Cid Sampaio do PMDB para o PL, em 4-6
O Senador Milton Cabral renunciou o mandato em 16-6

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**Titulares**

João Castelo (2)
Helvídio Nunes
Jorge Kalume

Alfredo Campos (1)
Mário Maia

Nivaldo Machado
Albano Franco

PDS

PMDB

PFL

Suplentes

Virgílio Távora (4)
Vago (3)

Fábio Lucena
Hélio Gueiros

José Lins
Jutahy Magalhães

(1) Substituído, em 20-3-86, pelo Senador Alcides Paio e, a 17-4-86, pelo Senador Jutahy Magalhães.

(2) Em 17-4-86, deixa de integrar a Comissão, em virtude da nova proporcionalidade partidária.

(3) Em 18-4-86, designado para a vaga, o Senador Octávio Cardoso.

(4) Em 16-9-86, substituído, durante o período de licença, pelo Senador Afonso Sancho.

Obs.: Transferiram-se de Partido os seguintes Senadores:

Mário Maia do PMDB para o PDT, em 2-4
Albano Franco do PFL para o PMDB, em 3-12
Jutahy Magalhães do PFL para o PMDB, em 3-3

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS**Titulares**

Raimundo Parente (1)
Benedito Ferreira
Alexandre Costa

Roberto Wypych
Marcelo Miranda

Luiz Cavalcante
Aderbal Jurema

PDS

PMDB

PFL

Suplentes

Jorge Kalume
Lenoir Vargas

Saldanha Derzi
Alberto Silva

Lourival Baptista

(1) Em 21-3-86, filia-se ao PDT, deixando de integrar a Comissão, na representação do PDS, a partir de 17-4-86

Obs.: Transferiram-se de Partido os seguintes Senadores:

Benedito Ferreira do PDS para o PFL, em 4-6
Alexandre Costa do PDS para o PFL, em 8-5
O mandato do Senador Roberto Wypych terminou a 14-2
Faleceram os Senadores Aderbal Jurema, em 19-5 e Lenoir Vargas, em 19-8

Em virtude das substituições de Membros, titulares e suplentes, e das transferências de Senadores de um para outro Partido, e, ainda, em virtude da recomposição que os Líderes do PDS e do PFL propuseram, em 4 de agosto, nas representações dos respectivos Partidos, ao término da sessão legislativa as Comissões Permanentes do Senado Federal estavam assim constituídas:

Composição em 5 de dezembro

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Titulares		Suplentes
	PDS	
Moacyr Duarte Arno Damiani		Amaral Furlan
	PMDB	
Álvaro Dias Martins Filho		
	PFL	
Galvão Modesto Benedito Canelas		José Urbano

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS

Titulares		Suplentes
	PDS	
Cesar Cals João Castelo		Maurício Leite
	PMDB	
Alberto Silva		José Ignácio Ferreira Martins Filho
	PFL	
José Lins Nivaldo Machado		Lourival Baptista
	PTB	
Carlos Alberto		

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Titulares		Suplentes
	PDS	
Cesar Cals Virgílio Távora		Arno Damiani
	PMDB	
Severo Gomes		João Calmon Alberto Silva
	PFL	
Nivaldo Machado Carlos Lyra		Alexandre Costa

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titulares		Suplentes
	PDS	
Helvídio Nunes Moacyr Duarte Octávio Cardoso		Roberto Campos João Castelo

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Ignácio Ferreira Fábio Lucena Hélio Gueiros Jutahy Magalhães Martins Filho Nelson Carneiro		Severo Gomes Henrique Santillo Alberto Silva
	PFL	
Aloysio Chaves Américo de Souza Luiz Cavalcante Nivaldo Machado José Urbano		Odacir Soares Moacyr Dalla Ivan Bonato
	PTB	
		Carlos Alberto

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

Titulares		Suplentes
	PDS	
Maurício Leite Amaral Peixoto		Cesar Cals Helvídio Nunes
	PMDB	
Henrique Santillo Humberto Lucena		Marcelo Miranda Saldanha Derzi
	PFL	
Lourival Baptista Alexandre Costa Carlos Lyra		Nivaldo Machado Alaor Coutinho

COMISSÃO DE ECONOMIA

Titulares		Suplentes
	PDS	
Gabriel Hermes João Castelo		Moacyr Duarte Arno Damiani
	PMDB	
Severo Gomes Alvaro Dias Henrique Santillo		Fábio Lucena
	PFL	
Carlos Lyra Ivan Bonato Albano Franco		Alexandre Costa Américo de Souza

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Titulares		Suplentes
	PDS	
Jorge Kalume Moacyr Duarte		Maurício Leite

Titulares**Suplentes**

PMDB

Alvaro Dias
João Calmon
Gastão Müller

Henrique Santillo
Severo Gomes

PFL

Aloysio Chaves
Nivaldo Machado
Ivan Bonato

Moacyr Dalla
Altevir Leal

COMISSÃO DE FINANÇAS**Titulares****Suplentes**

PDS

Virgílio Távora
Roberto Campos
Helvídio Nunes
Maurício Leite

Jorge Kalume
Octávio Cardoso

PMDB

Saldanha Derzi
Marcelo Miranda
Martins Filho
João Calmon

Gastão Müller
Hélio Gueiros
Alvaro Dias

PFL

Américo de Souza
Carlos Lyra
Albano Franco
José Urbano
Alaor Coutinho

Amir Gaudêncio
Odacir Soares
Gaivão Modesto

PDT

Roberto Saturnino

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**Titulares****Suplentes**

PDS

Roberto Campos
Virgílio Távora
Gabriel Hermes
Amaral Furlan

Octávio Cardoso
Amaral Peixoto

PMDB

João Calmon
Fábio Lucena
Henrique Santillo
Alberto Silva
Martins Filho

Gastão Müller

PFL

Ivan Bonato
Benedito Ferreira
Moacyr Dalla
Altevir Leal
Amir Gaudêncio

José Urbano
Odacir Soares
Carlos Lyra

Titulares		Suplentes
	PDT	
Roberto Saturnino		
	PTB	
Carlos Alberto		

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

Titulares		Suplentes
	PDS	
Gabriel Hermes Helvídio Nunes		Moacyr Duarte
	PMDB	
Alberto Silva Henrique Santillo		Alvaro Dias
	PFL	
Aloysio Chaves Amir Gaudêncio Moacyr Dalla		Galvão Modesto Albano Franco
	PTB	
Carlos Alberto		

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Titulares		Suplentes
	PDS	
Cesar Cals João Castelo		Gabriel Hermes
	PMDB	
Hélio Gueiros		Severo Gomes Alberto Silva
	PFL	
Odacir Soares Albano Franco		Luiz Cavalcante

COMISSÃO DE MUNICÍPIOS

Titulares		Suplentes
	PDS	
Jorge Kalume Amaral Furlan Octávio Cardoso Amaral Peixoto		Gabriel Hermes Helvídio Nunes
	PMDB	
José Ignácio Ferreira Marcelo Miranda Jutahy Magalhães Nelson Carneiro Gastão Müller		Martins Filho Henrique Santillo Hélio Gueiros

Titulares

Luiz Cavalcante
Lourival Baptista
Altevir Leal
Galvão Modesto
Moacyr Dalla

Suplentes

Américo de Souza
Benedito Ferreira
Alaor Coutinho

PFL

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Titulares

Jorge Kalume

Saldanha Derzi
José Ignácio Ferreira

Nivaldo Machado

Suplentes

Octávio Cardoso

Martins Filho

Aloysio Chaves

PDS

PMDB

PFL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

Titulares

Virgílio Távora
Amaral Peixoto
Maurício Leite

Saldanha Derzi
Severo Gomes
Matta Machado
Fábio Lucena
Nelson Carneiro

Alexandre Costa
Aloysio Chaves
Lourival Baptista
Albano Franco
Alaor Coutinho

Suplentes

Moacyr Duarte
Octávio Cardoso

Alvaro Dias
João Calmon

Luiz Cavalcante
Carlos Lyra
Moacyr Dalla

PDS

PMDB

PFL

COMISSÃO DE SAÚDE

Titulares

Amaral Furlan
Octávio Cardoso

Henrique Santillo

Alaor Coutinho
Lourival Baptista

Suplentes

Amaral Peixoto

Marcelo Miranda

Albano Franco

PDS

PMDB

PFL

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

Titulares		Suplentes
	PDS	
Cesar Cals João Castelo		Jorge Kalume
	PMDB	
Gastão Müller		José Ignácio Ferreira
	PFL	
Odacir Soares Benedito Ferreira		Alexandre Costa

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Titulares		Suplentes
	PDS	
Helvídio Nunes Jorge Kalume		Virgílio Távora
	PMDB	
Jutahy Magalhães		Fábio Lucena Hélio Gueiros
	PFL	
Nivaldo Machado José Urbano		Albano Franco

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Titulares		Suplentes
	PDS	
Amaral Peixoto Arno Damiani		Jorge Kalume
	PMDB	
Marcelo Miranda		Saldanha Derzi Alberto Silva
	PFL	
Luiz Cavalcante Alexandre Costa		Galvão Modesto

b) Direção

Dirigiram os trabalhos das Comissões Permanentes, nesta 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 47ª Legislatura, os seguintes Senhores Senadores:

Comissões	Presidentes	Vice-Presidentes
Agricultura	Martins Filho	Benedito Ferreira (1)
Assuntos Regionais	José Lins	Alberto Silva
Ciência e Tecnologia	Milton Cabral (2)	Jutahy Magalhães (3)
Constituição e Justiça	José Ignácio Ferreira	Helvídio Nunes e Nivaldo Machado
Distrito Federal	Mauro Borges (4)	Raimundo Parente (5)

- (1) Substituído pelo Senador Arno Damiani
 (2) Substituído pelo Senador Nivaldo Machado
 (3) Substituído pelo Senador Cesar Cals
 (4) Substituído pelo Senador Humberto Lucena
 (5) Substituído pelo Senador Lourival Baptista

Comissões

Economia
Educação e Cultura
Finanças
Fiscalização e Controle
Legislação Social
Minas e Energia
Municípios
Redação
Relações Exteriores

Saúde
Segurança Nacional
Serviço Público Civil
Transportes, Comunicações e
Obras Públicas

Presidentes

João Castelo
Aderbal Jurema ⁽⁶⁾
Lomanto Júnior ⁽⁷⁾
Roberto Campos
Alberto Silva
Albano Franco
Moacyr Dalla ⁽⁸⁾
Lenoir Vargas ⁽⁹⁾
Cid Sampaio

Lourival Baptista
Odacir Soares ⁽¹²⁾
Alfredo Campos ⁽¹³⁾
Alexandre Costa ⁽¹⁴⁾

Vice-Presidentes

Alvaro Dias
Gastão Müller
Carlos Lyra
Américo de Souza ⁽⁸⁾
Gabriel Hermes
Hélio Gueiros
Lourival Baptista
Américo de Souza ⁽¹¹⁾
Virgílio Távora e
Saldanha Derzi
Henrique Santillo
Mauro Borges
Jorge Kalume
Luiz Cavalcante

(6) Substituído pelo Senador Aloysio Chaves

(7) Substituído pelo Senador Maurício Leite

(8) Substituído pelo Senador Ivan Bonato

(9) Substituído pelo Senador Amaral Peixoto

(10) Substituído pelo Senador Jorge Kalume

(11) Substituído pelo Senador Nivaldo Machado

(12) Substituído pelo Senador Cesar Cals

(13) Substituído pelo Senador Jutahy Magalhães

(14) Substituído pelo Senador Arno Damiani

J.3.2. COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) INVESTIGA O FUNCIONAMENTO DO MERCADO FINANCEIRO DO PAÍS (Criada pela Resolução nº 52/80)

Composição em 5-12-85

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Cid Sampaio João Calmon — Presidente Mauro Borges		Gastão Müller Hélio Gueiros
	PDS	
Jorge Kalume Virgílio Távora Gabriel Hermes João Castelo — Vice-Presidente		Lomanto Júnior
	PFL	
José Lins — Relator Marcondes Gadelha		Carlos Lyra Albano Franco Jutahy Magalhães

Prazo da Comissão

2 de abril de 1986 (Resolução nº 97/85)

Prorrogado para 29 de setembro de 1986, pela Resolução nº 2/86
Prorrogado para 23 de março de 1987, pela Resolução nº 225/86

Em 5 de dezembro, na sessão extraordinária das 17,12 horas, a vista do disposto no inciso II do art. 77, combinado com o art. 178 do Regimento Interno, é declarada extinta a Comissão.

Em 5 de dezembro, embora tenha sido declarada extinta, é lido o Relatório nº 4, de 1986, apresentado pelo Relator, Senador Carlos Chiarelli e que vai à publicação.

Composição da Comissão, em 4 de setembro, de conformidade com a nova proporcionalidade partidária

Titulares		Suplentes
	PMDB	
João Calmon Vago Vago		Jutahy Magalhães Gastão Müller Hélio Gueiros
	PFL	
Albano Franco Ivan Bonato Carlos Lyra		Aloysio Chaves José Urbano

Titulares		Suplentes
Jorge Kalume João Castelo	PDS	Gabriel Hermes
Cid Sampaio	PL	Vago
Mauro Borges	PDC	

2) INVESTIGA A CRISE NA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA
(Criada pela Resolução nº 99/82)

Composição em 5-12-85

Titulares		Suplentes
Jaison Barreto — Presidente Mário Maia Roberto Wypych	PMDB	Saldanha Derzi Gastão Müller Galvão Modesto
Odacir Soares Altevir Leal João Castelo	PDS	Lomanto Júnior
Carlos Chiarelli — Relator Lourival Baptista Jutahy Magalhães — Vice-Presidente	PFL	Albano Franco Nivaldo Machado

Prazo da Comissão

21 de maio de 1986 (Resolução nº 96/85)

Prorrogado para 1-12-86, pela Resolução nº 42, de 1986

Prorrogado para 5-12-86, pelo Requerimento nº 523, de 1986

Em 5 de dezembro, na sessão extraordinária das 14 horas, lido o Relatório nº 4, de 1986, apresentando as conclusões da Comissão, ficando esta extinta pela conclusão de seus trabalhos.

Composição da Comissão, em 4 de setembro, de conformidade com a nova proporcionalidade partidária

Titulares		Suplentes
Jutahy Magalhães Vago Vago	PMDB	Gastão Müller Vago
Carlos Chiarelli Lourival Baptista Odacir Soares	PFL	Altevir Leal Galvão Modesto
João Castelo Gabriel Hermes	PDS	Vago
Mário Maia Jaison Barreto	Pequenos Partidos	(uma vaga)

3) INVESTIGA A PERSISTÊNCIA DA POBREZA ABSOLUTA DO NORDESTE

(Criada pela Resolução nº 13/83)

(Composição em 5-12-85)

Titulares		Suplentes
Alberto Silva — Presidente	PMDB	Mário Maia
Hélio Gueiros		Fábio Lucena
Alcides Paio		
Virgílio Távora	PDS	Benedito Ferreira
Helvídio Nunes		Raimundo Parente
Eunice Michiles	PFL	José Lins
Jutahy Magalhães — Relator		

Prazo da Comissão

25 de maio de 1986 (Resolução nº 104/85)

Prorrogado para 17 de novembro de 1986 (Requerimento nº 152, de 19-6-86)

Em 24 de junho, considerada extinta a Comissão, nos termos do disposto no item II do art. 77 do Regimento Interno, por ter esgotado o seu prazo a 25 de maio de 1986, e considerado insubsistente o Requerimento nº 152/86.

Composição da Comissão em 13 de maio, de conformidade com a nova proporcionalidade partidária

Titulares		Suplentes
Alberto Silva	PMDB	Mário Maia
Hélio Gueiros		Fábio Lucena
Claudionor Roriz	PFL	José Lins
Eunice Michiles		
Virgílio Távora	PDS	Benedito Ferreira
Jutahy Magalhães		Raimundo Parente
Helvídio Nunes		

4) INVESTIGA O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO E DE SEU PRINCIPAL AGENTE, O BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

(Criada pela Resolução nº 22, de 1984)

(Composição em 5-12-85)

Titulares		Suplentes
Henrique Santillo — Presidente	PMDB	Enéas Faria
João Calmon		Gastão Müller
Jorge Kalume	PDS	Moacyr Duarte
Virgílio Távora		Gabriel Hermes
José Lins — Relator	PFL	Lourival Baptista
Eunice Michiles		
Jutahy Magalhães — Vice-Presidente		

Prazo da Comissão

19 de junho de 1986 (Resolução nº 131/85)

Prorrogado para 17 de novembro de 1986 (Requerimento n.º 154/86)

Em 18 de novembro, considerada extinta, nos termos do disposto no item II do art. 77, combinado com o art. 178 do Regimento Interno, pelo término do respectivo prazo.

Composição da Comissão, em 4 de setembro de conformidade com a nova proporcionalidade partidária.

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Henrique Santillo João Calmon Jutahy Magalhães		Enéas Faria Gastão Müller
	PFL	
Alaor Coutinho Eunice Michiles		Lourival Baptista
	PDS	
Jorge Kalume Gabriel Hermes		Moacyr Duarte

Pequenos Partidos

Vago

5) APURA IRREGULARIDADES NO TRANSPORTE MARÍTIMO BRASILEIRO E ESTALEIROS NACIONAIS

(Criada em 6-3-85, pela Resolução nº 1, de 1985)

(Composição em 5-12-85)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Alfredo Campos Marcelo Miranda — Relator		Martins Filho
	PDS	
Virgílio Távora — Presidente Alexandre Costa Benedito Ferreira		Gabriel Hermes
	PFL	
José Lins — Vice-Presidente Eunice Michiles		Aderbal Jurema Altevir Leal
	PDT	
		Roberto Saturnino

Prazo da Comissão

28 de maio de 1986 (Resolução nº 117/85)

Prorrogado para 20 de março de 1987 (Resolução nº 62/86)

Extinta a Comissão, em 26 de junho, pela conclusão de seus trabalhos.

Em 26 de junho — leitura, em Plenário, do Relatório nº 2, de 1986, apresentando as conclusões e sugestões da Comissão.

Em 30 de junho — Aprovado o Relatório em suas conclusões e sugestões.

6) INVESTIGA E ANALISA AS ORIGENS E AS CAUSAS QUE DETERMINARAM A INTERVENÇÃO NO BANCO SULBRASILEIRO S.A. E NO BANCO HABITASUL S.A.

(Criada pela Resolução nº 2, de 1985, de 7-3-85, originária do Requerimento nº 7/85, aprovado em 12-3-85)

(Composição em 5-12-85)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Jaison Barreto Alcides Saldanha — Vice-Presidente		Mauro Borges Gastão Müller

Titulares		Suplentes
	PDS	
Octávio Cardoso — Presidente Lenoir Vargas Jorge Kalume		João Castelo Odacir Soares
	PFL	
Carlos Chiarelli — Relator João Lobo		Carlos Lyra

Prazo da Comissão

3 de maio de 1986 (Resolução nº 95/85).
Prorrogado para 1º-12-86, pela Resolução nº 41, de 1986.
Prorrogado para 5-12-86, pelo Requerimento nº 522, de 1986.

Em 5-12-86, é lido e enviado à publicação o Relatório nº 6/87, tendo como Relator o Senador Carlos Chiarelli, ficando, assim, extinta a Comissão pela conclusão de seus trabalhos.

Composição da Comissão, em 4 de setembro, de conformidade com a nova proporcionalidade partidária.

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Vago Vago		Gastão Müller
	PFL	
Carlos Chiarelli João Lobo		Carlos Lyra
	PDS	
Octávio Cardoso Jorge Kalume		João Castelo

Pequenos Partidos

Jaison Barreto	Mauro Borges
----------------	--------------

7) INVESTIGA A GESTÃO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA NAS QUAIS A UNIÃO DETENHA MAIORIA AÇIONÁRIA

(Criada pela Resolução nº 7, de 3-5-85, originária do Requerimento nº 88/85, aprovado em 2-5-85)

(Composição em 5-12-85)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Severo Gomes — Relator João Calmon Fábio Lucena		Martins Filho Gastão Müller
	PDS	
Virgílio Távora Roberto Campos Cesar Cals — Presidente		Jorge Kalume Moacyr Duarte
	PFL	
Milton Cabral — Vice-Presidente Carlos Lyra Jutahy Magalhães		Albano Franco José Lins

Prazo da Comissão

25 de junho de 1986 (Resolução nº 132/85)
Prorrogado para 22 de novembro de 1986 (Requerimento nº 153/86)

Em 24 de novembro, considerada extinta a Comissão, nos termos do disposto no item II do art. 77 do Regimento Interno, combinado com o seu art. 178, por ter se esgotado o seu prazo sem a conclusão de seus trabalhos e sem que o mesmo tenha sido prorrogado.

Composição da Comissão, em 4 de setembro, de conformidade com a nova proporcionalidade partidária.

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Severo Gomes João Calmon Fábio Lucena Jutahy Magalhães		Martins Filho Gastão Müller
	PFL	
Ivan Bonato Américo de Souza Carlos Lyra		Albano Franco José Urbano
	PDS	
Roberto Campos César Cals		Jorge Kalume
	Pequenos Partidos	
Vago		Vago

J.3.3 — COMISSÕES ESPECIAIS INTERNAS

- a) DESTINADA A REALIZAR ESTUDOS SOBRE REFORMA TRIBUTARIA
(Criada pelo Requerimento nº 196, de 1982)

(Composição em 5-12-85)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Alberto Silva Cid Sampaio — Presidente		Alfredo Campos Saldanha Derzi
	PDS	
Roberto Campos Octávio Cardoso — Relator Virgílio Távora — Vice-Presidente		Jorge Kalume
	PFL	
José Lins Nivaldo Machado		Américo de Souza Jutahy Magalhães

Prazo da Comissão

13 de junho de 1986 (Resolução nº 116/85)

Em 17 de junho a Presidência comunica ao Plenário que, tendo esgotado o prazo concedido à Comissão sem que a mesma tenha concluído seus trabalhos, por força do disposto no item II do art. 77 do Regimento Interno, fica a mesma extinta.

- b) DESTINADA A ESTUDAR ASPECTOS RELACIONADOS COM A
PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E CORREDOR DE EXPORTAÇÃO

(CEEPACE)

(Criada pelo Requerimento nº 15, de 1984)

(Composição em 5-12-85)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Ignácio Ferreira — Presidente Alfredo Campos		Mauro Borges Marcelo Miranda
	PDS	
Octávio Cardoso — Vice-Presidente Benedito Ferreira — Relator Odacir Soares		Gabriel Hermes Jorge Kalume
	PFL	
Milton Cabral João Lobo		Eunice Michiles

Prazo da Comissão

18 de maio de 1986 (Resolução nº 82/85)
Prorrogado até 10 de março de 1987 (Resolução nº 56/86)
Extinta a Comissão em 3 de dezembro, pela conclusão de seus trabalhos.

Em 3 de dezembro, sessão extraordinária das 18,30 horas — leitura, em Plenário, do Relatório nº 3, de 1986, apresentando as conclusões e sugestões da Comissão.

Composição da Comissão, em 4 de setembro, de conformidade com a nova proporcionalidade partidária.

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Ignácio Ferreira Alfredo Campos		Marcelo Miranda
	PFL	
João Lobo Benedito Ferreira		Eunice Michiles
	PDS	
Octávio Cardoso Gabriel Hermes		Jorge Kalume

Pequenos Partidos

Mauro Borges

c) DESTINADA A ESTUDAR E APRESENTAR SOLUÇÕES SOBRE PROBLEMAS ATUAIS DE SAÚDE PÚBLICA

(Criada pelo Requerimento nº 86, de 1986)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Fábio Lucena		Nelson Carneiro
	PDS	
Amaral Peixoto — Vice-Presidente		Octávio Cardoso
	PFL	
Marcondes Gadelha — Presidente Eunice Michiles		Nivaldo Machado
	PSB	
Jamil Haddad, por cessão do PMDB — Relator		
	PTB	
		Jaison Barreto

Prazo da Comissão

11 de agosto de 1986 (50 dias)
Prorrogado para 10 de outubro de 1986 (Requerimento nº 161/86)

Extinta a Comissão por decurso de prazo, conforme comunicação feita em Plenário na sessão do dia 13 de outubro.

Composição da Comissão, em 4 de setembro, de conformidade com a nova proporcionalidade partidária.

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Fábio Lucena		Nelson Carneiro
	PFL	
Lourival Baptista		Eunice Michiles
	PDS	
Amaral Peixoto		Octávio Cardoso

Pequenos Partidos

Jaison Barreto

d) DESTINADA A REALIZAR ESTUDOS SOBRE REFORMA TRIBUTÁRIA

(Criada pelo Requerimento nº 160, de 1986, de autoria do Senador Cid Sampaio)

Obs.: O prazo da Comissão foi extinto sem que a mesma tivesse sido instalada. O autor do requerimento que propôs sua criação, Senador Cid Sampaio, apresentou, logo em seguida, Projeto de Lei do Senado que tomou o nº 277, instituindo o novo Código Tributário Nacional, com subsídios colhidos durante o funcionamento da Comissão Especial anteriormente criada.

J.3.4 — COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA

Senadores	Designação	Evento
Amaral Peixoto Nelson Carneiro Jamil Haddad	3-4-86	Solenidades do “Centenário do Colégio Anchieta” a realizar-se em 12-4 em Nova Friburgo — RJ.

J.3.5 — COMISSÕES ESPECIAIS MISTAS

a) DESTINADA A PROGRAMAR A COMEMORAÇÃO DOS CENTENÁRIOS DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E DA PRIMEIRA CARTA REPUBLICANA DO PAÍS

(Criada pelo Requerimento nº 712, de 1983)

(composição em 5-12-85)

Senadores		Deputados
	PDS	
Luiz Viana Aderbal Jurema João Calmon Eunice Michiles Luiz Cavalcante (1) Roberto Campos		Bonifácio de Andrade — Relator Guido Moesch João Faustino Rita Furtado Tarcísio Burity
	PMDB	
Gastão Müller — Vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso Hélio Gueiros		Israel Dias Novaes João Gilberto Virgildásio de Senna
	PDT	
	PT	Bocayuva Cunha
	PTB	Bete Mendes
		Gastoni Righi

Prazo da Comissão

18 de novembro de 1986 (Requerimento nº 409/85)

18 de novembro de 1987 (Requerimento nº 507/86)

(1) Em 16-9-86, substituído pelo Senador Lourival Baptista do PFL

Composição da Comissão em virtude da nova proporcionalidade partidária

Senadores		Deputados
	PMDB	
Luiz Viana Hélio Gueiros Gastão Müller Fernando Henrique Cardoso João Calmon		Israel Dias-Novaes João Gilberto Virgildásio de Sena
	PFL	
Nivaldo Machado Lourival Baptista Amir Gaudêncio		
	PDS	
Roberto Campos Amaral Peixoto		

PDT

Bocayuva Cunha

PTB

Gastone Righi

Em 17-9-86 é eleito Presidente da Comissão o Senador Lourival Baptista, tendo em vista que o Presidente anterior, Senador Marco Maciel aceitara a função de Ministro de Estado.

**b) DESTINADA A REALIZAR ESTUDOS ACERCA DA FABRICAÇÃO,
COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS NO PAÍS**

(Criada pelo Requerimento nº 286, de 1984)

(composição em 5-12-85)

Senadores		Deputados
	PDS	
Amaral Peixoto — Presidente Benedito Ferreira Galvão Modesto Jorge Kalume		Augusto Trein Octávio Cesário Saramago Pinheiro
	PMDB	
Roberto Wypych Martins Filho Mauro Borges Álvaro Dias		Oswaldo Lima Filho — Relator Pacheco Chaves Dirceu Carneiro Raul Belém Borges da Silveira
	PFL	
Alcides Paio Marcondes Gadelha Carlos Lyra		Oscar Alves — Vice-Presidente
	PDT	
		José Frejat

Prazo da Comissão

6 de maio de 1986 (Resolução nº 116/85)
Prorrogado para 4-12-86 (Resolução nº 48, de 1986)

Em 4 de dezembro a Presidência comunica ao Plenário que, tendo se esgotado o prazo concedido à Comissão sem que a mesma tenha concluído seus trabalhos, por força do disposto no item II do art. 77 do Regimento Interno, fica ela extinta.

Em 5 de dezembro, embora extinta a Comissão, é lido o Relatório nº 5, de 1986, tendo como Relator o Deputado Saramago Pinheiro, apresentando as conclusões de seu trabalho.

Composição da Comissão em 4 de setembro, de acordo com a nova proporcionalidade partidária

Senadores		Deputados
	PMDB	
Álvaro Dias Martins Filho Vago Vago		Oswaldo Lima Filho Pacheco Chaves Dirceu Carneiro Raul Belém Borges da Silveira
	PFL	
Benedito Ferreira Galvão Modesto José Urbano		Oscar Alves Lúcio Alcântara

PDS

Amaral Peixoto
Jorge Kalume

Augusto Trein
Octávio Cesário
Saramago Pinheiro

Pequenos Partidos

Mauro Borges

José Frejat

c) DESTINADA A ORGANIZAR OS ATOS DE COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DE
NASCIMENTO DOS DOUTORES OCTÁVIO MANGABEIRA E ERNESTO SIMÕES FILHO
(Criada pelo Requerimento nº 461, de 1985)

(Composição em 8-4-86)

Senadores

Lomanto Júnior
Luiz Viana — Presidente
Nelson Carneiro

Deputados

Leur Lomanto
Paulino Cícero — Vice-Presidente
Jorge Medauar — Relator

Prazo da Comissão

8 de setembro de 1986.

Em 11 de setembro a Presidência comunica ao Plenário que, tendo se esgotado o prazo da Comissão sem que a mesma tenha concluído seus trabalhos, por força do disposto no item II do art. 77 do Regimento Interno, fica ela extinta.

**J.3.6 — COMISSÕES ESPECIAIS CRIADAS PARA EXAME DE
PROJETOS DE CÓDIGO**

**a) Constituída para exame do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1984,
(nº 634/75, na Casa de origem), que institui o Código Civil.**

(composição em 5-12-85)

Titulares		Suplentes
	PDS	
Murilo Badaró — Relator-Geral		Passos Pôrto
Helvídio Nunes — Vice-Presidente		Raimundo Parente
Octávio Cardoso		João Castelo
Luiz Viana		Gabriel Hermes
Roberto Campos		Lenoir Vargas
Carlos Chiarelli		
Odacir Soares		
	PMDB	
José Ignácio Ferreira		Alfredo Campos
Hélio Gueiros		
Nelson Carneiro — Presidente		

Relatores Parciais

1 — Parte Geral	Senador Helvídio Nunes
2 — Livro I — Parte Especial (Obrigações)	Senador José Ignácio Ferreira
3 — Livro II — Parte Especial (Atividade Negocial)	Senador Octávio Cardoso
4 — Livro III — Parte Especial (Das Coisas)	Senador Odacir Soares
5 — Livro IV — Parte Especial (Da Família)	Senador Hélio Gueiros
6 — Livro V — Parte Especial (Sucessões)	Senador Carlos Chiarelli
7 — Livro VI — Parte Especial (Livro Complementar)	Senador Hélio Gueiros

**Composição da Comissão, em 4 de setembro, tendo em vista a nova
proporcionalidade partidária**

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Ignácio Ferreira		Alfredo Campos
Hélio Gueiros		Passos Pôrto
Nelson Carneiro		
Luiz Viana		
	PFL	
Carlos Chiarelli		Moacyr Dalla
Odacir Soares		Aloysio Chaves
Nivaldo Machado		
	PDS	
Murilo Badaró		Octávio Cardoso
		João Castelo

Pequenos Partidos

Vago
Vago

Raimundo Parente

b) Constituída para exame do Projeto de Lei da Câmara nº 175, de 1984 (nº 1.655/83, na Casa de origem), que institui o Código de Processo Penal.

(composição em 5-12-85)

Titulares

Odacir Soares — Relator-Geral
Octávio Cardoso
Lenoir Vargas — Vice-Presidente
João Castelo
Raimundo Parente
Carlos Chiarelli
Helvídio Nunes

PDS

Suplentes

Jorge Kalume
Lomanto Júnior
Roberto Campos

PMDB

Hélio Gueiros
José Ignácio Ferreira — Presidente

Alfredo Campos
Fábio Lucena

Relatores Parciais

- | | | |
|---------------|--|--------------------------|
| 1 — Livro I | — Disposições Introdutórias | Vago |
| 2 — Livro II | — Da Justiça Penal | Senador João Castelo |
| 3 — Livro III | — Dos Atos Processuais | Senador Hélio Gueiros |
| 4 — Livro IV | — Do Processo de Conhecimento | Senador Octávio Cardoso |
| 5 — Livro V | — Da Reparação de Dano Causado pelo crime .. | Vago |
| | — Da Cooperação Internacional nos Processos | |
| 6 — Livro VI | Penais | Senador Lenoir Vargas |
| 7 — Livro VII | — Disposições Finais e Transitórias | Senador Raimundo Parente |

Composição da Comissão, em 4 de setembro, devido à nova proporcionalidade partidária

Titulares

Hélio Gueiros
José Ignácio Ferreira
Vago
Vago

PMDB

Suplentes

Alfredo Campos
Fábio Lucena

PFL

Carlos Chiarelli
Odacir Soares
Aloysio Chaves

Moacyr Dalla
José Urbano

PDS

Helvídio Nunes
Octávio Cardoso

Jorge Kalume
João Castelo

Pequenos Partidos

Raimundo Parente

c) Constituída para exame do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1986 (nº 3.289/84, na Casa de origem), que dispõe sobre o Código Brasileiro do Ar.

(composição em 11-6-86)

Titulares

Severo Gomes
Hélio Gueiros — Presidente
Humberto Lucena
Marcelo Miranda

PMDB

Suplentes

Jutahy Magalhães
João Calmon

Lourival Baptista Américo de Souza — Relator-Geral Lomanto Júnior (1)	PFL	Carlos Lira Odacir Soares (2)
César Cals Jorge Kalume — Vice-Presidente	PDS	Lenoir Vargas (3) Helvídio Nunes
Cid Sampaio	PL	
Jamil Haddad	PSB	
	PTB	Carlos Alberto

Relatores Parciais

	Senadores
1 — Títulos I e II	Jamil Haddad
2 — Títulos III e IV	Humberto Lucena
3 — Títulos V e VI	César Cals
4 — Títulos VII e VIII	Lourival Baptista
5 — Títulos IX, X e XI	Marcelo Miranda

(1) Em 30 de junho, substituído pelo Senador Odacir Soares.

(2) Em 30 de junho, substituído pelo Senador Nivaldo Machado, sendo este substituído, em 4 de setembro pelo Senador Alaor Coutinho.

(3) Em 4 de setembro a liderança preenche a vaga deixada pelo Senador Lenoir Vargas pela indicação do Senador Roberto Campos.

A Comissão é extinta pela conclusão de seu trabalho, concluindo por emitir o parecer nº 1.099/86, favorável ao Projeto e contrário às emendas n.ºs 1 e 11 a ele apresentadas.

Na sessão do dia 1º de dezembro, realizada às 18:30 horas, é o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1986, aprovado e vai à sanção.

Sancionado, com veto parcial, pelo Presidente da República, o projeto deu origem a Lei nº 7.565, de 19-12-86.

d) Constituída para exame do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 1986, de autoria do Senador Cid Sampaio, que institui um novo Código Tributário Nacional.

(composição em 4-12-86)

Titulares		Suplentes
Jutahy Magalhães Fernando Henrique Cardoso Affonso Camargo Alfredo Campos	PMDB	Fábio Lucena Albano Franco
Odacir Soares Ivan Bonato Nivaldo Machado	PFL	João Lobo José Urbano
Jorge Kalume Helvídio Nunes	PDS	César Cals Afonso Sancho
Itamar Franco	PL	
Jamil Haddad	PSB	
	PTB	Carlos Alberto

J.4 — PARTICIPAÇÃO DOS SENHORES SENADORES NOS TRABALHOS DA CASA

A participação dos Senhores Senadores nos trabalhos da Casa, aqui registrada, baseia-se em dados puramente estatísticos.

Esses dados não traduzem a atuação integral de cada Senador, uma vez não assinalarem a participação dos Parlamentares nos assuntos de natureza político-administrativa, muitas vezes ligados ao Estado de origem, sua influência nas deliberações internas dos Partidos Políticos respectivos e sua participação efetiva nas grandes decisões da vida nacional.

Também não relevam, os dados coletados, a influência real dos Senadores no desenvolvimento de todo o processo legislativo, porquanto neles não se incluem, mesmo em termos numéricos, os grandes debates travados nas Comissões Técnicas da Casa.

A atuação das Lideranças, dos responsáveis pela direção da Casa e das Comissões Técnicas, geralmente não apresenta, considerado, apenas, o aspecto estatístico, certa relevância. É mais um exercício de comando, de supervisão, que, embora não apareça nas publicações oficiais, constitui, em verdade, o ponto alto da atividade parlamentar.

A participação dos Senhores Senadores nos trabalhos da Casa, considerados os aspectos acima abordados, de acordo com os registros fornecidos pela Subsecretaria de Análise, pode, estatisticamente, ser assim representada:

J.4.1 — PRONUNCIAMENTOS

Senador	Discurso	Aparte	Discussão	Enc. de votação	Explic. pessoal	Declar. de voto	Questão de ordem
Aderbal Jurema	2	4	—	—	—	—	—
Afonso Sancho	—	1	—	—	—	—	—
Alaor Coutinho	—	1	—	—	—	—	—
Albano Franco	3	—	—	—	—	—	—
Alberto Silva	2	4	—	—	—	—	—
Alexandre Costa	2	1	—	—	—	—	2
Alfredo Campos	21	9	2	—	—	—	—
Aloysio Chaves	—	—	—	1	—	—	2
Altevir Leal	1	2	—	—	—	—	—
Álvaro Dias	2	—	—	—	—	—	—
Amaral Peixoto	10	9	—	2	—	—	1
Américo de Souza	10	13	—	1	—	—	—
Amir Gaudêncio	6	1	—	1	—	—	1
Benedito Ferreira	18	44	6	4	—	—	3
Carlos Alberto	10	11	—	1	—	—	—
Carlos Chiarelli	14	14	1	4	—	—	—
Carlos Lyra	2	4	—	—	—	—	—
Cesar Cals	60	43	5	5	—	—	—
Cid Sampaio	13	21	—	—	—	—	—

Senador	Discurso	Aparte	Discussão	Enc. de votação	Explic. pessoal	Declar. de voto	Questão de ordem
Claudionor Roriz	1	1	—	—	—	—	—
Enéas Faria	13	4	—	2	—	—	3
Eunice Michiles	21	3	—	—	—	—	—
Fábio Lucena	34	31	—	6	—	—	13
Gabriel Hermes	7	8	—	—	—	—	—
Galvão Modesto	5	—	—	—	—	—	—
Gastão Müller	52	22	—	2	—	—	1
Hélio Gueiros	3	15	—	3	—	—	2
Helvídio Nunes	25	15	—	5	—	—	1
Henrique Santillo	1	—	—	—	—	—	—
Humberto Lucena	13	8	—	2	—	—	2
Itamar Franco	27	4	—	4	—	—	1
Ivan Bonato	1	1	—	—	—	—	—
Jaison Barreto	12	7	—	—	—	—	—
Jamil Haddad	58	34	11	8	—	—	3
João Calmon	13	3	—	—	—	—	—
João Lobo	8	15	2	—	—	—	1
Jorge Kalume	80	71	1	5	—	—	—
José Fragelli	40	2	—	—	—	—	12
José Ignácio Ferreira	34	10	1	4	—	—	—
José Lins	9	14	—	1	—	—	1
José Sarney	1	—	—	—	—	—	—
Jútahy Magalhães	24	6	1	—	—	—	—
Lenoir Vargas	12	17	4	3	—	—	—
Lomanto Júnior	1	6	—	—	—	—	—
Lourival Baptista	77	1	—	1	—	—	—
Luiz Cavalcante	12	14	4	1	—	—	—
Luiz Viana	10	10	—	—	—	—	—
Marcelo Miranda	1	1	—	—	—	—	—
Marcondes Gadelha	8	5	—	4	—	—	—
Mário Maia	12	11	2	2	—	—	1
Martins Filho	16	13	—	—	—	—	1
Maurício Leite	3	—	—	1	—	—	—
Mauro Borges	3	1	—	—	—	—	—
Milton Cabral	4	2	—	—	—	—	—
Moacyr Dalla	—	1	—	—	—	—	—
Moacyr Duarte	6	13	1	2	—	—	—
Murilo Badaró	14	10	3	7	—	—	4
Nelson Carneiro	78	20	13	9	—	—	3
Nivaldo Machado	57	29	—	—	—	—	—
Octávio Cardoso	27	24	1	6	—	—	3
Odacir Soares	41	20	3	1	—	—	—
Passos Pôrto	8	13	—	2	—	—	2
Pedro Simon	—	1	—	—	—	—	—
Raimundo Parente	9	—	1	—	—	—	—
Roberto Campos	2	1	—	—	—	—	—
Saldanha Derzi	3	2	—	—	—	—	—
Severo Gomes	5	3	—	—	—	—	—
Virgílio Távora	7	19	—	—	—	—	—

J. 4. 2 — PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

Senador	Projeto de Lei	Projeto de Resolução	Parecer	Proposta de Fiscalização	Requerimento	Emenda
Aderbal Jurema	—	—	6	—	—	—
Affonso Camargo	1	—	2	—	—	—
Afonso Sancho	2	—	12	—	—	—
Alaor Coutinho	2	—	10	—	2	—
Albano Franco	3	—	21	—	1	—
Alberto Silva	—	—	7	—	5	—
Alcides Paio	—	—	9	—	—	—
Alcides Saldanha	—	—	2	—	—	—
Alexandre Costa	—	—	6	—	2	8
Alfredo Campos	7	—	12	—	18	12
Aloysio Chaves	4	—	10	—	—	—
Altevir Leal	—	—	—	—	1	—
Alvaro Dias	4	—	18	—	—	—
Amaral Furlan	1	—	—	—	—	—
Amaral Peixoto	2	—	—	—	—	—
Américo de Souza	2	—	16	—	—	—
Amir Gaudêncio	—	—	18	—	—	—
Arno Damiani	2	—	21	—	—	—
Benedito Ferreira	2	—	76	—	8	—
Carlos Chiarelli	4	—	1	—	6	—
Carlos Lyra	—	—	24	—	—	—
Cesar Cals	11	—	15	—	2	1
Cid Sampaio	3	—	79	—	2	—
Dias Macedo	—	—	1	—	—	—
Enéas Faria	1	—	1	—	5	—
Eunice Michiles	3	—	—	—	1	—
Fábio Lucena	—	—	11	—	2	—
Fernando Henrique Cardoso	3	—	—	—	—	3
Gabriel Hermes	—	—	12	—	2	—
Galvão Modesto	—	—	3	—	—	—
Gastão Müller	8	—	18	—	11	1
Hélio Gueiros	6	—	184	—	7	3
Helvídio Nunes	4	—	34	—	5	—
Henrique Santillo	—	—	14	—	—	—
Humberto Lucena	—	—	1	—	2	—
Itamar Franco	4	—	1	—	2	2

Senador	Projeto de Lei	Projeto de Resolução	Parecer	Proposta de Fiscalização	Requerimento	Emenda
Ivan Bonato	—	—	1	—	—	—
Jaison Barreto	1	—	4	—	—	—
Jamil Haddad	12	—	8	—	17	9
João Calmon	13	—	13	—	1	—
João Castelo	2	—	1	—	—	—
João Lobo	1	—	9	—	6	1
Jorge Kalume	16	1	310	—	13	1
José Fragelli	1	—	4	—	1	—
José Ignácio Ferreira	31	—	47	—	8	—
José Lins	—	—	41	—	2	—
José Urbano	—	—	1	—	—	7
Jutahy Magalhães	12	—	33	—	—	—
Lenoir Vargas	—	—	55	—	1	—
Lomanto Júnior	—	—	15	—	1	—
Lourival Baptista	—	—	4	—	8	—
Luiz Cavalcante	—	—	16	—	1	—
Luiz Viana	—	—	—	—	1	—
Marcelo Miranda	—	—	86	—	—	—
Marcondes Gadelha	—	—	4	—	4	—
Mário Maia	—	—	12	—	1	—
Martins Filho	3	—	143	—	2	—
Mata Machado	—	—	3	—	—	—
Maurício Leite	1	—	19	—	—	12
Mauro Borges	1	—	7	—	—	—
Milton Cabral	2	—	2	—	2	—
Moacyr Dalla	—	—	2	—	—	—
Moacyr Duarte	1	—	20	—	3	—
Murilo Badaró	11	—	1	—	5	4
* Nelson Carneiro	58	—	22	—	12	—
Nivaldo Machado	9	—	179	—	5	1
Octávio Cardoso	1	—	252	—	5	—
Odacir Soares	11	—	29	—	5	4
Passos Pôrto	3	—	3	—	3	—
Pedro Simon	2	—	2	—	—	—
Raimundo Parente	3	—	2	—	—	—
Roberto Campos	—	—	13	—	8	5
Rubens Costa	—	—	—	—	1	—
Saldanha Derzi	—	—	166	—	1	—
Severo Gomes	3	—	28	—	3	—
Virgílio Távora	—	—	16	—	1	—

* Apresentou, ainda, 1 Projeto de Decreto Legislativo.

J.5 — MATÉRIA LEGISLATIVA

J.5.1 PROJETOS DE LEI DO SENADO

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Nº	Autor	Ementa	Resultado
54/62	Afrânio Lages (Tramita em conj. com o PLC nº 118/84)	Dá nova redação aos arts. 358 e 1.605 do Código Civil.	Em tramitação
* 78/68	Josaphat Marinho (Tramita em conj. com o PLC nº 88/76 e PLS nº 12/69)	Proíbe a dispensa de empregado que haja reclamado, ou dado motivo a reclamação, administrativa ou judicial.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
* 12/69	Vasconcelos Torres (Vide PLS nº 78/69)	Modifica o art. 142 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
28/70	Ruy Carneiro	Cria o Serviço Nacional Obrigatório.	Rejeitado
12/75	Franco Montoro (Tramita em conj. com os PLS n.ºs 3, 39, 52/79)	Modifica a estrutura e o funcionamento do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, criado pela Lei nº 4.319/64 e modificado pela Lei nº 5.763/71.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
154/75	Luiz Cavalcante (Complementar)	Altera as Leis Complementares nºs 7/70 e 8/70, com as alterações estabelecidas pelas Leis Complementares n.ºs 17/73 e 19/74; cria o Banco Nacional do Trabalhador (BNT) e dá outras providências.	Em tramitação
276/76	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei nº 4.591, de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.	Em tramitação
183/77	Nelson Carneiro (Complementar)	Acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei Complementar nº 26/75.	Em tramitação
269/77	Osires Teixeira (Complementar)	Acrescenta parágrafo ao art. 5º do Decreto-lei nº 406/68.	Em tramitação
280/77	José Sarney (Tramita em conjunto com o PLS nº 233/79)	Institui o voto distrital e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
305/77	Itamar Franco (Complementar)	Dá nova redação aos §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 91 e acrescenta §§ à Lei nº 5.172/66 — Código Tributário Nacional.	Em tramitação

(*) Por equívoco não constaram do Relatório anterior.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
128/78	Vasconcelos Torres (Complementar) (Tramita em conj. com os PLS n.ºs 153, 159, 252, 330/78 e 50, 152/79)	Determina que o pagamento do PIS-PASEP seja efetuado através de cheques bancários.	Em tramitação
153/78	Franco Montoro (Complementar) (Vide PLS nº 128/78)	Permite aos assalariados a utilização do PIS-PASEP para custeio do curso superior feito pelo próprio interessado ou por seus dependentes.	Em tramitação
159/78	Nelson Carneiro (Complementar) (Vide PLS nº 128/78)	Dispõe sobre a obtenção de empréstimo simples pelos servidores públicos, dos recursos gerados pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP.	Em tramitação
252/78	Nelson Carneiro (Complementar) (Vide PLS nº 128/78)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26/75, que dispõe sobre o PIS-PASEP, para o fim de autorizar a concessão de empréstimo simples aos participantes do fundo.	Em tramitação
330/78	Franco Montoro (Complementar) (Vide PLS nº 128/78)	Estabelece a participação de representantes dos trabalhadores e dos funcionários na administração do PIS-PASEP. Dispõe sobre a descentralização do PIS-PASEP e sua administração nos municípios. Determina que os recursos do PIS-PASEP serão aplicados preferencialmente no financiamento da produção de alimentos, vestuário, habitação e outros bens de uso ou consumo popular.	Em tramitação
3/79	Nelson Carneiro (Vide PLS nº 12/75)	Regulamenta o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
28/79	Franco Montoro	Promove reajustamento de benefícios previdenciários, restaura proporcionalidade entre tetos para contribuição, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
39/79	Humberto Lucena (Vide PLS nº 12/75)	Altera a Lei nº 4.319/64, que cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
50/79	Nelson Carneiro (Complementar) (Vide PLS nº 128/78)	Introduz alterações na Lei Complementar nº 26 de 1975, que unificou o Programa de Integração Social-PIS e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público-PASEP.	Em tramitação
51/79	Pedro Simon	Introduz alterações na CLT, no título referente à organização sindical, para o fim de compatibilizar os seus dispositivos com os preceitos constitucionais de liberdade de associação profissional e de convicção religiosa, política ou filosófica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
52/79	Henrique Santillo (Vide PLS nº 12/75)	Altera a Lei nº 4.319, de 1964.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
53/79	Nelson Carneiro	Acrescenta e altera dispositivo na Lei nº 6.179, de 1974, que instituiu amparo previdenciário para os maiores de setenta anos e para os inválidos.	Em tramitação
74/79	Nelson Carneiro	Introduz alterações na CLT, para o fim de substituir a forma mensal de pagamento de salário pela forma quinzenal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
105/79	Amaral Furlan	Define conseqüências do concubinato.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
131/79	Orestes Quércia (Tramita em conj. com os PLS n.ºs 6 e 45/81)	Acrescenta parágrafo ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado
141/79	Orestes Quércia (Complementar)	Introduz alteração na Lei Complementar nº 25, de 1975, que estabelece critério e limites para a fixação da remuneração de Vereadores.	A Câmara
145/79	Itamar Franco	Dispõe sobre a localização, no território nacional, de usina que opere com reator nuclear, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
149/79	Pedro Simon (Tramita em conj. com o PLC nº 44/83 e PLS nº 36/83)	Altera os arts. 76 e 81 do Decreto-lei nº 5.452, de 1943 (CLT).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
152/79	Franco Montoro (Complementar) (Vide PLS nº 128/78)	Permite aos assalariados a utilização do PIS-PASEP para custeio de curso superior feito pelo próprio interessado ou por seus dependentes.	Em tramitação
156/79	Humberto Lucena (Tramita em conj. com os PLS nºs 304/80, 73 e 75/83 e PLC nº 10/83)	Institui o seguro-desemprego, e determina outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
170/79	Pedro Simon	Altera as Leis nºs 4.131/62, 4.390/64 e 4.728, de 1965, que disciplinam a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
180/79	Passos Pôrto	Institui diretrizes básicas para o desenvolvimento econômico, social, espacial e administrativo de Brasília.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
196/79	Franco Montoro (Complementar)	Dispõe sobre o pagamento de pensão aos dependentes do trabalhador rural falecido antes de 21 de dezembro de 1971.	Em tramitação
229/79	Franco Montoro (Complementar)	Institui o auxílio-doença em favor do trabalhador rural, e dá outras providências.	Rejeitado
233/79	Tarso Dutra (Vide PLS nº 280/77)	Institui o sistema eleitoral misto, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
238/79	Franco Montoro (*) (Sobrestado)	Determina o reajuste automático dos salários sempre que a inflação atingir 10%.	Em tramitação
243/79	Orestes Quércia (Tramita em conj. com o PLS nº 46/80)	Autoriza o saque dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para pagamento de anuidades escolares e dá outras providências.	Rejeitado
262/79	Humberto Lucena (Vide PLC nº 68/79)	Estabelece condições para a transferência do controle de capital de empresas nacionais para pessoas jurídicas estrangeiras.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
277/79	Nelson Carneiro	Determina prazo máximo para a instalação de telefones adquiridos através de financiamento e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

(*) Por equívoco não constou do Relatório anterior.

Nº	Autor	Ementa	Resultado
288/79	Itamar Franco	Fixa critérios para a participação acionária de entidades da administração pública no capital social de empresas de direito privado e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
289/79	Humberto Lucena	Dispõe sobre o instituto de retrocessão e dá outras providências.	À Câmara
304/79	Henrique Santillo	Dispõe sobre a comercialização dos produtos derivados de petróleo no território nacional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
309/79	Gabriel Hermes	Dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
332/79	Humberto Lucena	Dispõe sobre a participação dos empregados nos lucros das empresas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
336/79	Passos Pôrto	Altera o § 4º do art. 27 da Lei nº 2.004, de 1953.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
362/79	Humberto Lucena	Altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 1979.	Prejudicado
24/80	Franco Montoro	Estabelece que a ordem de preferência para a concessão da pensão civil, será também aplicada na pensão militar.	À Câmara
40/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a remessa de documentos complementares dos tratados, convenções e atos internacionais ao Senado e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
46/80	Franco Montoro (Vide PLS nº 243/79)	Permite aos assalariados a utilização do FGTS para o custeio de curso superior feito pelo próprio interessado ou por seus dependentes.	Rejeitado
54/80	Itamar Franco	Dispõe sobre a não aplicação de ressalva constante do art. 453 da CLT ao caso que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
61/80	Humberto Lucena	Altera o art. 130 da CLT que trata da concessão de férias proporcionais ao trabalhador.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
64/80	Humberto Lucena	Altera a redação do § 3º do art. 9º da Lei nº 5.889, de 1973, que dispõe sobre a entrega da moradia pelo trabalhador em decorrência do desfazimento do contrato de trabalho.	Rejeitado
74/80	Humberto Lucena	Revoga dispositivo e introduz alterações na Lei nº 6.620, de 1978, que define os crimes contra a segurança nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
76/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a natureza jurídica dos contratos de serviço com cláusula de risco, a serem celebrados pela PETROBRAS S.A., e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
90/80	Humberto Lucena	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 5.889, de 1973.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
96/80	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a participação dos servidores nos órgãos de direção e fiscalização das entidades que menciona.	À Câmara
98/80	Franco Montoro (Tramita em conj. com os PLS nºs 13 e 50/81)	Institui a estabilidade provisória da gestante, do trabalhador acidentado e do menor no ano de seu alistamento eleitoral.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
100/80	Humberto Lucena	Revoga o art. 1º da Lei nº 6.339, de 1976, o Decreto-lei nº 1.538, de 1977 e o Ato Complementar nº 104, de 1977.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
118/80	Humberto Lucena (Tramita em conj. com o PLS nº 126/80)	Altera a redação do art. 11 da CLT, para que a prescrição bienal seja contada a partir da cessação do contrato de trabalho.	À Câmara
126/80	Henrique Santillo (Vide PLS nº 118/80)	Acrescenta parágrafo único ao art. 11 da CLT.	Prejudicado
128/80	José Sarney	Permite deduções no Imposto de Renda das pessoas Físicas e Jurídicas, para fins culturais, a partir do exercício financeiro de 1981, ano base de 1980, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
131/80	Nelson Carneiro	Obriga a apresentação semestral da conta corrente aos investidores dos incentivos fiscais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
133/80	Itamar Franco	Regulamenta o art. 80 da Constituição, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
138/80	José Sarney (Complementar)	Isenta de impostos federais, estaduais e municipais os ingressos para espetáculos de artes cênicas.	Rejeitado
143/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a remuneração mínima dos professores, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
150/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a aplicação das garantias do art. 543 da CLT, aos Delegados Sindicais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
153/80	Franco Montoro (Complementar)	Estabelece que o PIS-PASEP terá correção anual com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor.	Em tramitação
157/80	Pedro Simon	Altera o parágrafo único do art. 1º, modifica os arts. 2º, 3º, 4º e 8º da Lei nº 6.680, de 1979, que dispõe sobre as relações entre o corpo docente e a instituição de ensino superior e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
193/80	Humberto Lucena	Introduz alteração na Lei da Anistia, objetivando tornar expresso o direito aos adicionais por tempo de serviço dos servidores civis e militares que retornaram ou reverteram ao serviço ativo.	Rejeitado
199/80	Henrique Santillo	Assegura o credenciamento médico pelo INAMPS nos casos que especifica, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
202/80	Henrique Santillo	Proíbe a aquisição de imóveis rurais nos casos que especifica e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
205/80	Humberto Lucena	Revoga dispositivo da CLT.	À Câmara
208/80	Roberto Saturnino (Tramita em conj. com o PLS nº 214/80)	Acrescenta §§ 2º e 3º ao art. 2º da Lei nº 5.107, de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
209/80	Helvídio Nunes	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 3.689, de 1941, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
214/80	Humberto Lucena	Introduz alterações na Lei nº 5.107, de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
217/80	Henrique Santillo (Complementar)	Faculta aos participantes do Fundo de Participação do PIS-PASEP a utilização do saldo de seus depósitos para construção da casa própria ou aquisição de imóvel já edificado.	Em tramitação
220/80	Lázaro Barboza (Complementar)	Institui as Feiras de Produtores, para venda direta ao consumidor, com isenção dos tributos estaduais e municipais incidentes.	Rejeitado
222/80	Henrique Santillo	Dispõe a respeito do máximo rigor à proteção e fiscalização dos alimentos de consumo humano, introduzindo alterações no Decreto-lei nº 986, de 1969.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
228/80	Lázaro Barboza	Dispõe sobre o exercício da profissão de fotógrafo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
229/80	Henrique Santillo	Proíbe a propaganda de medicamentos nos meios de comunicação social.	Rejeitado
230/80	Orestes Quércia (Complementar)	Eleva o valor dos benefícios devidos aos trabalhadores rurais e seus dependentes.	Rejeitado
232/80	Humberto Lucena	Considera crime de corrupção passiva recebimento de doações por titulares ou ex-ocupantes de função pública na forma que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
235/80	Henrique Santillo	Proíbe a participação do capital estrangeiro no caso que especifica e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
237/80	Eunice Michiles (Vide PLC nº 118/84)	Revoga o § 1º do art. 178 e o item IV do art. 219 do Código Civil — Lei nº 3.071, de 1916, corrigido pela Lei nº 3.725, de 1919.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
241/80	Henrique Santillo	Proíbe a participação do capital estrangeiro no ramo de atividade que especifica e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
246/80	Afonso Camargo	Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar dos rótulos ou vasilhames de bebidas, de qualquer espécie, os ingredientes que entram em sua composição.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
252/80	Jorge Kalume (Tramita em conj. com o PLS nº 253/80)	Autoriza o Poder Executivo a conceder aposentadoria especial ao professor, na forma que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
253/80	Lázaro Barboza (Vide PLS nº 252/80)	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.527, de 1968 — restabelece, para as categorias profissionais que menciona, o direito à aposentadoria especial de que trata o art. 31 da Lei nº 3.807, de 1960.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
256/80	Humberto Lucena	Introduz alteração na CLT.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
257/80	Henrique Santillo	Dispõe sobre a atividade do médico residente, fixa seus direitos trabalhistas e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
268/80	Adalberto Sena (Tramita em conj. com o PLC nº 118/84)	Dá nova redação ao art. 358 do Código Civil.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
272/80	Henrique Santillo	Fixa normas para a escolha de dirigentes das Universidades e dos estabelecimentos isolados de ensino superior.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
274/80	Humberto Lucena	Modifica dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
278/80	Humberto Lucena	Altera dispositivo da Lei nº 5.107, de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
281/80	Henrique Santillo	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 1.691, de 1979, que alterou a legislação da Taxa Rodoviária Única.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
286/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a organização e funcionamento de organizações sindicais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
290/80	Jutahy Magalhães	Altera dispositivos da Lei nº 5.107, de 1966.	A Câmara
294/80	Humberto Lucena	Modifica dispositivos da Lei nº 6.019, de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
298/80	Amaral Furlan (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 1971.	Em tramitação
302/80	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivos à CLT.	A Câmara
304/80	Orestes Quércia (Vide PLS nº 156/79)	Institui o seguro desemprego.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
305/80	Humberto Lucena (Complementar)	Altera a Lei Complementar nº 26, de 1975.	Em tramitação
306/80	Henrique Santillo	Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.404, de 1976.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
308/80	Jutahy Magalhães	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 201, de 1967.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
317/80	Humberto Lucena	Modifica dispositivos da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
318/80	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.	Rejeitado
322/80	Humberto Lucena	Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 3.373, de 1958, que dispõe sobre o Plano de Assistência ao Funcionário e sua família.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
326/80	Humberto Lucena (Tramita em conj. com o PLC nº 263/83 e PLS nº 169/84)	Altera a redação do art. 73 da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
327/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio aos trabalhadores abrangidos pela CLT nas condições que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
332/80	Passos Pôrto	Erige em monumento nacional a cidade de Laranjeiras, no Estado de Sergipe.	A Câmara
336/80	Pedro Simon	Dispõe sobre privilégios assegurados às empresas de auditagem de capital nacional e dá outras providências.	A Câmara
6/81	Humberto Lucena (Vide PLS nº 131/79)	Altera a redação do art. 457 da CLT.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
9/81	Lázaro Barboza	Introduz alterações no Código de Mineração.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
13/81	Humberto Lucena (Vide PLS nº 98/80)	Modifica dispositivos da CLT.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
18/81	Gastão Müller	Dispõe sobre a obrigatoriedade de construção, reconstrução ou montagem de museu, nos casos de extinção ou demolição da unidade existente.	Rejeitado
25/81	Nelson Carneiro (Complementar)	Dispõe sobre a isenção de IPI na aquisição de veículos por cooperativas que visem a explorar o transporte coletivo urbano.	Em tramitação
27/81	Humberto Lucena	Altera a redação do art. 62 da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	À Câmara
30/81	Henrique Santillo	Regulamenta o exercício da profissão de guarda-vigilante e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
45/81	Orestes Quércia (Vide PLS nº 131/79)	Acrescenta § 4º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
48/81	Eunice Michiles	Dispõe sobre aval do cônjuge casado sob regime de comunhão de bens.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
50/81	Humberto Lucena (Vide PLS nº 98/80)	Modifica dispositivo da CLT.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
51/81	Raimundo Parente	Dá nova redação ao § 1º do art. 39 da Lei nº 5.988, de 1973, que regulamenta o Direito Autoral no Brasil.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
53/81	Gastão Müller	Obriga os fabricantes de colas ou fluidos para limpeza de máquinas a adicionarem, a estes, produtos repelentes odoríficos que impeçam a sua utilização como substâncias entorpecentes e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
55/81	Itamar Franco	Veda a participação do Presidente e do Vice-Presidente da República, dos Governadores e Vice-Governadores, dos Prefeitos e Vice-Prefeitos nas campanhas eleitorais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
58/81	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivos à CLT.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
60/81	Itamar Franco	Suspende, em relação aos desempregados, a exigibilidade dos créditos vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação e dá outras providências.	Rejeitado
67/81	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivo à CLT.	À Câmara
71/81	Roberto Saturnino	Acrescenta parágrafo único ao art. 3º do Decreto-lei nº 594, de 1969, que instituiu a Loteria Esportiva.	Em tramitação
72/81	Lázaro Barboza	Autoriza as cooperativas de produção agropecuárias a construírem miniusinas de álcool hidratado e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
73/81	Passos Pôrto	Cria o Instituto Nacional de Conservação do Solo e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
74/81	Humberto Lucena	Introduz alteração na CLT.	À Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
76/81	Raimundo Parente	Altera dispositivos da CLT.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
78/81	Itamar Franco	Dispõe sobre a inclusão obrigatória de um médico entre a tripulação das aeronaves que realizam vôos internacional e doméstico nos casos que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
84/81	Humberto Lucena	Introduz alterações na vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
86/81	Lázaro Barboza	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.540, de 1968, visando assegurar aos estudantes de curso superior o direito à transferência, nas condições que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
90/81	Gastão Müller	Veda a cobrança de juros e multas pelo atraso de pagamento de quaisquer obrigações, quando não resultantes de apuração calculada proporcionalmente aos dias de efetivo atraso que lhe deram motivo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
91/81	Humberto Lucena	Introduz alterações na CLT, na parte concernente à organização sindical.	A Câmara
96/81	Pedro Simon	Estabelece vedação ao uso de marcas de produtos e serviços estrangeiros por empresas nacionais e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
97/81	Humberto Lucena (Complementar)	Revoga dispositivo da Lei Complementar nº 5, de 1970.	Em tramitação
98/81	Itamar Franco	Dá nova redação ao item III do art. 4º da Lei nº 4.595, de 1964 e determina a submissão ao Congresso Nacional do Orçamento Monetário.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
104/81	Itamar Franco	Dá nova redação ao art 7º da Lei nº 6.223, de 1975, que dispõe sobre a fiscalização financeira e orçamentária da União pelo Congresso Nacional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
106/81	Itamar Franco	Disciplina a expedição de passaporte e visto de saída dos menores que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
107/81	Henrique Santillo	Estabelece normas para a concessão de incentivos e isenção de impostos no Programa Grande Carajás e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
110/81	Jutahy Magalhães (Vide PLC nº 118/84)	Dá nova redação ao § 2º do art. 589 do Código Civil.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
121/81	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz alteração na Lei Complementar n.º 11, de 1971 e dá outras providências.	Rejeitado
143/81	Humberto Lucena	Revoga a alínea b do art. 39 da Lei n.º 3.807, de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
147/81	Humberto Lucena	Modifica dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	A Câmara
150/81	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a arrecadação de bens vagos, para os efeitos que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
156/81	Nelson Carneiro	Altera e revoga dispositivos da CLT e da Lei nº 5.889, de 1973, para o fim de unificar a prescrição no direito do trabalho.	A Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
160/81	Nelson Carneiro (Complementar) (Tramita em conj. com o PLS nº 48/83)	Introduz alteração na Lei Complementar n.º 11, de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL).	Em tramitação
171/81	Humberto Lucena	Dá nova redação ao art. 72 da Lei nº 5.682, de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
173/81	Passos Pôrto	Extingue os incentivos fiscais a investimentos aplicados na compra de ações e debêntures conversíveis em ações mediante a composição de Fundos de Investimentos autorizados pelo Decreto-lei nº 157, de 1967.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
183/81	Itamar Franco	Institui o adicional de regência de turma para os professores.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
184/81	Itamar Franco (Complementar)	Dá nova redação aos dispositivos que menciona da Lei Complementar nº 5, de 1970.	A Câmara
193/81	Humberto Lucena	Dá nova redação ao inciso VIII do art. 84 da Lei nº 4.215, de 1963.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
194/81	Itamar Franco	Disciplina o televisionamento e a retransmissão de espetáculos desportivos e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
199/81	Raimundo Parente	Dispõe sobre apuração de saldos disponíveis em caderneta de poupança e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
201/81	Henrique Santillo	Assegura ao marido ou companheiro o direito de ser dependente da mulher segurada da Previdência Social.	A Câmara
205/81	Humberto Lucena	Dispõe sobre coligação partidária e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
207/81	Roberto Saturnino	Determina critério para o reajustamento do preço de venda ao consumidor do GLP — gás liquefeito de petróleo e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
210/81	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivo na CLT.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
211/81	Gastão Müller	Torna obrigatória a gravação do número do respectivo chassis nos vidros de veículos automotores fabricados no País e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
215/81	Pedro Simon	Cria taxa de contribuição em favor do Fundo Nacional de Bem-Estar do Menor — FUNABEM.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
216/81	Itamar Franco	Determina o ressarcimento das despesas efetuadas pelo ferroviário designado para prestar serviços fora do estabelecimento.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
218/81	Helvídio Nunes	Limita a aplicação da correção monetária e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
224/81	Humberto Lucena	Introduz alterações na CLT.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
226/81	Itamar Franco	Dispõe sobre a obrigatoriedade da existência de um departamento de educação física nos nosocômios psiquiátricos.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
230/81	João Calmon	Autoriza o Poder Executivo a instituir um adicional sobre a carga tributária das pessoas físicas e jurídicas, revertendo o produto de sua arrecadação para o ensino de primeiro e segundo graus.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
231/81	João Calmon	Permite deduções no imposto de renda das pessoas jurídicas para fins de aplicação em programas de ensino de primeiro e segundo graus.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
232/81	João Calmon	Autoriza o Poder Executivo a instituir adicional sobre o preço ao consumidor de cigarros, charutos e fumo para cachimbo, revertendo o produto dessa arrecadação para o ensino de primeiro e segundo graus.	À Câmara
237/81	Pedro Simon	Dispõe sobre atualização do salário sempre que o custo de vida sofrer aumento igual ou superior a 10%.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
238/81	Humberto Lucena	Introduz alteração na CLT.	Rejeitado
241/81	Roberto Saturnino	Modifica dispositivo do vigente Código Florestal (Lei nº 4.771/65), para o fim de dar destinação específica à parte da receita obtida com a cobrança de ingressos aos visitantes de parques nacionais.	Em tramitação
244/81	Cunha Lima (Complementar)	Acrescenta § 4º ao art. 2º da Lei Complementar nº 1, de 1967, que visa a reduzir, em casos que especifica, o limite mínimo populacional de que trata o inciso I do mesmo artigo.	À Câmara
246/81	Itamar Franco	Dá nova redação ao § 1 do art. 4º da Lei nº 4.319, de 1964, que cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
247/81	Itamar Franco	Assegura, às pessoas carentes de recursos, o direito ao desconto que especifica na aquisição de medicamentos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
248/81	Itamar Franco	Estabelece limite ao reajuste dos preços dos produtos farmacêuticos e medicamentos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
252/81	Itamar Franco	Exime do Imposto sobre a Renda as quantias pagas a título de indenização por férias não gozadas no curso do contrato de trabalho.	Rejeitado
255/81	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 1971, que criou o PRORURAL.	Em tramitação
257/81	Adalberto Sena	Dispõe sobre a situação do servidor habilitado no mesmo concurso público e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
258/81	Gastão Müller	Autoriza a Empresa Brasileira de Filmes S/A — EMBRAFILME, a disciplinar a inclusão obrigatória de filmes nacionais de longa e curta metragem nas programações das estações de televisão.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
259/81	Franco Montoro (Complementar)	Isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) os produtos hortifrutigranjeiros.	Rejeitado
260/81	Nelson Carneiro (Complementar)	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação
261/81	Jorge Kalume	Altera o art. 37 da Lei nº 3.807, de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	À Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
263/81	Humberto Lucena	Dispõe sobre a comercialização, uso e controle dos defensivos agrícolas, instituindo receituário agrônômico e dando outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
266/81	Roberto Saturnino	Autoriza o abatimento da renda bruta, das despesas com o pagamento de aluguéis de imóveis residenciais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
268/81	Lázaro Barboza	Altera a redação do parágrafo único do art. 354 da CLT.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
270/81	Lázaro Barboza	Introduz alterações na Lei nº 5.107, de 1966, permitindo a utilização da conta vinculada do FGTS para saldar empréstimos do Programa de Crédito Educativo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
271/81	Gastão Müller	Considera prestação de socorro a intervenção médica arbitrária indispensável à salvação da vida de terceiros.	Rejeitado
275/81	Orestes Quércia (Complementar)	Isenta do Imposto Sobre Transportes (ISTR), a atividade que espezifca.	Rejeitado
285/81	Itamar Franco	Cria o Conselho para a Promoção dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Homem.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
286/81	Franco Montoro (Complementar)	Autoriza os empregados a utilizar o seu saldo PIS-PASEP para a aquisição ou construção de casa própria.	Em tramitação
287/81	Lázaro Barboza (Complementar)	Altera a Lei Complementar nº 26, de 1975, permitindo a utilização da conta individual do PIS-PASEP para saldar débito perante o Programa de Crédito Educativo.	Em tramitação
291/81	Humberto Lucena	Introduz modificação na Lei nº 4.090, de 1962, que instituiu a Gratificação de Natal, visando a tornar incontroverso o direito do trabalhador ao 13º salário, quando se encontre em gozo de benefício previdenciário.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
293/81	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 1971, que criou o PRORURAL.	Em tramitação
295/81	Roberto Saturnino	Declara de utilidade pública a Associação Fluminense de Engenheiros e Arquitetos de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
300/81	Nelson Carneiro (Complementar)	Modifica dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.	Rejeitado
301/81	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 1971, visando a reduzir a idade limite exigida para obtenção da aposentadoria por velhice, possibilitar a concessão do benefício à mulher do trabalhador rural e indicar a fonte de custeio para tanto.	Rejeitado
304/81	Raimundo Parente	Dispõe sobre o serviço de vigilância em navios por vigias portuários, e determina outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
309/81	Franco Montoro (Complementar)	Elimina a inelegibilidade política dos líderes sindicais afastados ou destituídos de cargos de direção, administração ou representação de entidade sindical.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
311/81	Humberto Lucena	Altera dispositivo da Lei nº 5.527, de 1968.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
312/81	Nelson Carneiro (Complementar) (Tramita em conj. com os PLS nºs 342/81 e 162/83)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.	Em tramitação
313/81	Pedro Simon	Suprime a expressão "entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não for superior a dois anos", contida no § 1º do art. 461 da CLT.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
320/81	Itamar Franco	Declara nulos os atos que tenham por objetivo assegurar direitos extraordinários aos acionistas minoritários das sociedades de economia mista.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
323/81	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivo à CLT, elevando o valor da alçada para efeito de admissão de recurso ordinário.	A Câmara
329/81	Pedro Simon (Tramita em conj. com os PLC nº 78/83 e PLS nºs 35, 37, 78 e 131/83)	Modifica a redação dos incisos I e II do art. 487 da CLT.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
331/81	Itamar Franco	Veda a concessão dos incentivos que menciona às pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no exterior.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
335/81	João Calmon	Autoriza o Poder Executivo a instituir adicional sobre o preço ao consumidor das bebidas alcoólicas, revertendo o produto dessa arrecadação para o ensino de primeiro e segundo graus.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
339/81	Humberto Lucena (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o PIS-PASEP.	Em tramitação
342/81	Nelson Carneiro (Complementar) (Vide PLS nº 312/81)	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.	Em tramitação
346/81	Humberto Lucena	Altera dispositivo da Lei nº 605, de 1949, para o fim de determinar que o pagamento do repouso semanal remunerado compreenda também as horas extraordinárias.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
350/81	Itamar Franco	Determina a aplicação do Decreto nº 22.626, de 1933 (Lei da Usura) às entidades integrantes do sistema financeiro.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
352/81	Itamar Franco	Dispõe sobre a representação por inconstitucionalidade de lei ou ato normativo prevista no art. 119, item I, letra L, da Constituição Federal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
354/81	Jutahy Magalhães	Modifica a redação do art. 176, da Lei nº 4.737, de 1965, que institui o Código Eleitoral.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
355/81	Jutahy Magalhães	Altera a redação do art. 92, caput da Lei nº 4.737, de 1965, que institui o Código Eleitoral.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
356/81	Humberto Lucena	Modifica dispositivo da Lei nº 5.107, de 1966, que institui o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
361/81	Adalberto Sena	Acrescenta parágrafo à Lei nº 6.782, de 1981.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
364/81	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 11 da vigente CLT, compatibilizando o prazo prescricional de direitos do diploma consolidado com o da Lei nº 5.889, de 1973.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
365/81	Itamar Franco	Determina que o Poder Executivo exija das representações diplomáticas estrangeiras o cumprimento da legislação trabalhista.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
368/81	Itamar Franco	Fixa como prioritárias, para fins de desapropriação, as áreas rurais que apresentam tensão social.	Rejeitado
372/81	Humberto Lucena	Altera dispositivo da vigente legislação previdenciária, para o fim de assegurar também ao marido viúvo o direito ao benefício da pensão.	À Câmara
374/81	Eunice Michiles	Dispõe sobre a Política Econômica do Guaraná, cria a "Superintendência do Guaraná" e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
376/81	Eunice Michiles	Determina a criação da Coordenação de Educação Ecológica no ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências.	À Câmara
378/81	Humberto Lucena	Introduz alterações na vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
379/81	José Richa (*) (Complementar)	Dispõe sobre a remoção na Magistratura de carreira dos Estados, e dá outras providências.	Em tramitação
1/82	Nelson Carneiro (Complementar) (Tramita conj. c/os PLS n.º105/82 e 12/83)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 1971, para o fim de atribuir competência fiscalizadora às entidades sindicais de trabalhadores rurais, relativamente à prestação de serviço de saúde.	Em tramitação
8/82	Nelson Carneiro	Disciplina a proteção dos vertebrados pulmonados aquáticos nas águas jurisdicionais brasileiras.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
12/82	Itamar Franco	Dispõe sobre as atividades brasileiras no Continente Antártico, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
17/82	Laélia de Alcântara (Vide PLC nº 118/84)	Altera arts. do Código Civil — Lei nº 3.071, de 1916) com as alterações posteriores.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
19/82	Laélia de Alcântara (Vide PLC nº 118/84)	Dá nova redação ao art. 370 do Código Civil.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
20/82	Henrique Santillo	Altera o § 1º do art. 651 da CLT.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
23/82	Nelson Carneiro (Complementar)	Isenta de tributos e taxas estaduais e municipais as transmissões imobiliárias que especifica.	Rejeitado
24/82	Pedro Simon	Acrescenta letra ao item II e modifica a redação do item III do art. 8º da Lei nº 5.107, de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
31/82	Itamar Franco	Disciplina a expedição de credenciais, plenos poderes ou qualquer outro instrumento que habilite agente diplomático a firmar ato internacional em nome do País.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
32/82	Itamar Franco	Dispõe sobre o envio regular de informações a respeito da evolução da política externa.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
33/82	Jorge Kalume	Prorroga por dois anos a validade do concurso de Fiscal de Contribuições Previdenciárias.	Rejeitado
35/82	Itamar Franco	Institui comissão para coibir o uso indevido do poder econômico ou da estrutura administrativa no processo eleitoral.	À Câmara
36/82	Itamar Franco	Dispõe sobre a apresentação de relatório ao Congresso Nacional após a realização de visita a país estrangeiro pelo Ministro das Relações Exteriores.	À Câmara
38/82	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à vigente CLT, para o fim de estabelecer a obrigatoriedade de fixação de honorários em favor do advogado do trabalhador reclamante.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
42/82	Laélia de Alcântara	Acrescenta art. à Lei nº 6.717, de 1979, que autoriza modalidade de concurso de prognóstico da Loteria Federal, regida pelo Decreto-lei nº 204, de 1967, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
43/82	Humberto Lucena	Autoriza o Poder Executivo a estender aos dependentes dos servidores regidos pela CLT a pensão especial de que trata a Lei nº 6.782, de 1980.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
51/82	Laélia de Alcântara	Acrescenta art. à Lei nº 6.168, de 1974, que cria o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
52/82	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz alteração na Lei Complementar nº 7, de 1970, que instituiu o PIS.	Rejeitado
53/82	Raimundo Parente (Tramita conj. c/ o PLS nº 94/83.	Assegura à filha solteira, maior de 21 anos, não ocupante de cargo público, a pensão temporária de que trata a Lei nº 3.373, de 1958.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
58/82	Bernardino Viana	Altera o art. 47 do Decreto-lei nº 277, de 1967 — Código de Mineração — acrescentando-lhe § 2º e reenumerando seu parágrafo único.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
60/82	Laélia de Alcântara	Acrescenta art. ao Decreto-lei nº 1.923, de 1982, que modifica a legislação que dispõe sobre o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS.	À Câmara
61/82	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao art. 477 da CLT.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
62/82	Lázaro Barboza	Fixa data para a transferência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para Brasília.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
65/82	Itamar Franco	Dispõe sobre a responsabilidade subsidiária dos acionistas ou sócios das empresas pelas obrigações decorrentes do vínculo empregatício.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
71/82	Humberto Lucena	Introduz alteração na Lei nº 1.521, de 1951, para o fim de considerar crime contra a economia popular a cobrança de taxa de juros de 4% ao mês.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
74/82	Gastão Müller	Dispõe sobre a padronização dos contratos relativos ao sistema de consórcio para aquisição de bens e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
75/82	Lázaro Barboza	Acrescenta parágrafo ao art. 552 do Código de Processo Civil.	Em tramitação
78/82	Nelson Carneiro	Altera a redação do parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373, de 1958.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
80/82	Gastão Müller	Veda às emissoras de rádio e televisão fazerem propaganda comercial utilizando-se de frases ou textos em língua estrangeira e dá outras providências.	Rejeitado
83/82	Itamar Franco	Dispensa a realização de vistoria judicial na hipótese que menciona.	À Câmara
86/82	Gastão Müller	Torna obrigatória a impressão, no rótulo e na bula de produtos industriais que contenham a substância "benzeno", da palavra "veneno" e da indicação do correspondente antídoto, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
90/82	Itamar Franco	Dá nova redação ao art. 601, do Código de Processo Civil.	Arquivado (art. 278 do R.I.)
93/82	Gastão Müller	Obriga os cartórios de Vara Cível a fazerem comunicação ao Cartório de Distribuição, para efeito de baixa, das ações arquivadas ou julgadas improcedentes.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
104/82	Gastão Müller	Faculta aos depositantes terem consignados em seus talões de cheques, fornecidos pelos estabelecimentos bancários, as referências que especifica, e dá outras providências.	À Câmara
105/82	Nelson Carneiro (Complementar) (Vide PLS nº 1/82)	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação
106/82	Itamar Franco	Acrescenta parágrafo único ao art. 9º da Lei nº 6.708, de 1979, assegurando a integração no aviso prévio indenizado no tempo de serviço do empregado para os fins que especifica.	À Câmara
107/82	Itamar Franco	Assegura ao empregado contratado no Brasil para prestar serviços no exterior à assistência médico-hospitalar.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
108/82	Gastão Müller	Autoriza o Ministério da Indústria e do Comércio a disciplinar o regime da fabricação de produtos para uso adequado de pessoas canhotas e dá outras providências.	Rejeitado
110/82	Itamar Franco	Submete à apreciação do Congresso Nacional a exportação, reexportação ou trânsito pelo território nacional, de equipamento bélico de qualquer natureza.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
111/82	Itamar Franco	Assegura aos passageiros de aeronave ressarcimento integral dos danos decorrentes de acidente quando decorrer de culpa grave do transportador.	À Câmara
113/82	Eunice Michiles (Tramita conj. com o PLC nº 118/84)	Reduz o limite de idade para efeito de adoção, alterando o art. 368, caput , e parágrafo único da Lei nº 3.071 de 1916 (Código Civil), bem como o art. 32, caput , da Lei nº 6.697, de 1979 (Código de Menores).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
114/82	Eunice Michiles	Dispõe sobre licença especial para a empregada adotante de menor de 2 (dois) anos.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
115/82	Itamar Franco	Institui o seguro obrigatório para cobrir os riscos decorrentes da atividade industrial poluente.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
116/82	Gastão Müller	Dispõe sobre a impressão da data de fabricação e do respectivo prazo de validade nas embalagens de produtos industrializados destinados à alimentação humana.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
120/82	Nelson Carneiro (Complementar)	Estende aos trabalhadores rurais o regime da previdência e assistência social urbana e dá outras providências.	Rejeitado
122/82	Nelson Carneiro (Complementar)	Acrescenta parágrafo único ao art. 12 da Lei Complementar nº 11, de 1971, que dispõe sobre o PRORURAL.	Em tramitação
124/82	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz modificações na Lei Complementar nº 11, de 1971, que institui o PRORURAL.	Em tramitação
126/82	Raimundo Parente	Dispõe sobre o prazo extinto do direito de lançamento do Imposto sobre a Renda.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
137/82	Gastão Müller	Altera o art. 132 do Código Penal e revoga o art. 34 da Lei das Contravenções Penais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
140/82	Pedro Simon	Fixa prazo para restituição do Imposto sobre a Renda descontado na fonte.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
150/82	Orestes Quércia (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 25, de 1975, que dispõe sobre a remuneração de Vereadores.	Em tramitação
151/82	Pedro Simon	Revoga o Decreto-lei nº 1.910, de 1981, que dispõe sobre contribuições para o custeio da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
155/82	Pedro Simon	Fixa prazo para atualização de valores previstos em tabelas de incidência do Imposto sobre a Renda na fonte, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
158/82	Itamar Franco (Complementar)	Veda a instituição ou majoração de tributo por decreto-lei, e dá outras providências.	Em tramitação
159/82	Itamar Franco	Proíbe a cobrança de taxa, emolumentos ou remuneração, por parte dos agentes do Sistema Financeiro de Habitação, nas cessões de direito oriundas de financiamento.	À Câmara
160/82	Laélia de Alcântara	Restringe a disponibilidade dos bens imóveis do analfabeto.	Rejeitado
161/82	Itamar Franco	Determina o pagamento em dobro da parcela salarial impugnada sem relevante fundamento jurídico.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
164/82	Itamar Franco (Complementar)	Assegura ao contribuinte do Imposto sobre a Renda o direito de abater a integralidade das despesas com saúde, educação, habitação e juros provenientes de dívidas pessoais.	Em tramitação
165/82	Lázaro Barboza	Dispõe sobre a proibição da exigência de saldo médio bancário para as pequenas e médias empresas nas operações de crédito, desconto ou financiamento.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
172/82	Moacyr Duarte	Acrescenta letra ao item II do art. 275 do Código de Processo Civil, instituindo rito sumaríssimo para as ações constitutivas de servidão legal de aqueduto.	Rejeitado

Nº	Autor	Ementa	Resultado
184/82	Itamar Franco	Submete à prévia autorização legislativa a participação das Forças Armadas em operação internacional.	Rejeitado
185/82	Itamar Franco	Submete à prévia aprovação legislativa toda transação ou acordo visando solucionar litígio entre a administração pública e pessoa física ou jurídica estrangeira.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
191/82	Itamar Franco	Inclui entre os crimes contra a economia popular, a evasão de divisas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
192/82	Itamar Franco	Disciplina a venda das reservas de ouro do País no mercado internacional, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
204/82	Gastão Müller	Veda a comercialização de plantas ornamentais venenosas, tóxicas ou nocivas à saúde.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
211/82	Orestes Quércia (Complementar)	Introduz alteração no dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 1971, que trata da aposentadoria do trabalhador rural.	Rejeitado
216/82	Gastão Müller	Dispõe sobre a comercialização de produto industrial que contenha substância tóxica ou venenosa.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
217/82	Martins Filho	Altera disposições da legislação eleitoral.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
221/82	Martins Filho	Altera disposição da legislação partidária.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
224/82	Jorge Kalume	Autoriza o Poder Executivo a instalar os cursos superiores que menciona no Município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, e dá outras providências.	A Câmara
241/82	Benedito Ferreira	Dispõe sobre a exploração da navegação turística no transporte de passageiros, ao longo da costa brasileira e entre portos brasileiros, e dá outras providências.	Em tramitação
1/83	Nelson Carneiro	Introduz modificações no Código Brasileiro de Telecomunicações — Lei nº 4.117, de 1962.	A Câmara
3/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.107, de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.	A Câmara
6/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à CLT, para disciplinar o intervalo de repouso na jornada de trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
8/83	Moacyr Duarte	Dispõe sobre validade de concurso para cargo ou emprego na Administração Federal centralizada e descentralizada.	A Câmara
10/83	Nelson Carneiro	Modifica a redação do art. 6º <i>caput</i> , da Lei nº 5.107, de 1966, elevando de 10 para 50 o percentual nele previsto e referente à complementação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a cargo da empresa, pela rescisão de contrato de trabalho sem justa causa.	Em tramitação
11/83	Gastão Müller	Altera a Lei nº 5.988, de 1973, que regula os direitos autorais e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
12/83	Nelson Carneiro (Complementar) (Vide PLS nº 1/82)	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
13/83	Gastão Müller	Dispõe sobre a obrigatoriedade de construção, reconstrução ou montagem de teatro ou biblioteca pública, nos casos de extinção ou demolição da unidade existente.	À Câmara
14/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a inclusão das donas-de-casa nos planos da Previdência Social, na condição de seguradas facultativas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
15/83	Odacir Soares	Estabelece normas de proteção e defesa ao consumidor e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
16/83	Pedro Simon	Revoga o Decreto-lei nº 2.012, de 1983, que dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 6.708, de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
17/83	Itamar Franco	Assegura aos empregados optantes pelo Fundo de Garantia o direito ao adicional de 10% nos casos de rescisão indireta do contrato de trabalho e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
19/83	Henrique Santillo	Revoga dispositivo do Decreto-lei nº 3.688, de 1941 (Lei das Contravenções Penais), para o fim de excluir a contravenção da vadiagem.	Rejeitado
20/83	Henrique Santillo	Altera dispositivo da Lei nº 5.869, de 1973 (Código de Processo Civil) atribuindo impenhorabilidade ao imóvel utilizado como residência da família do devedor e aos móveis de uso doméstico.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
22/83	Mário Maia	Revoga o Decreto-lei nº 1.866, de 1981, alterado pelo Decreto-lei nº 1.937, de 1982, que dispõe sobre a nomeação de prefeito em município declarado de interesse da segurança nacional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
24/83	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Lei nº 6.708, de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
25/83	Nelson Carneiro	Isenta do Imposto sobre a Renda as gratificações que enumera, pagas a servidores públicos.	Rejeitado
26/83	Nelson Carneiro	Dá nova redação a dispositivo da CLT.	À Câmara
27/83	Henrique Santillo	Dispõe sobre a criação de um Fundo Especial para o desenvolvimento integrado na região geoeconômica de Brasília.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
28/83	Gastão Müller	Considera, para fins de comemoração nacional, a data de 10 de dezembro como o "Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos", e dá outras providências.	À Câmara
29/83	Gastão Müller	Limita a utilização de bromato de potássio, como aditivo químico, pelos moinhos, na industrialização da farinha de trigo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
30/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o direito do assinante à transferência do telefone nos lugares onde o serviço é explorado por mais de uma empresa, nas condições que especifica.	À Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
31/83	Humberto Lucena	Altera dispositivo da Lei nº 6.592, de 1978, de modo a possibilitar, expressamente, a cumulatividade da pensão especial nela prevista com benefício previdenciário, em favor do ex-combatente.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
34/83	Itamar Franco	Determina que as normas e regulamentos baixados pela Comissão Nacional de Energia Nuclear sejam publicados na íntegra e em idioma nacional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
35/83	Henrique Santillo (Vide PLS nº 329/81)	Introduz alterações na CLT, no capítulo concernente ao aviso prévio, visando a ampliar o seu prazo em favor do trabalhador.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
36/83	Itamar Franco (Vide PLS nº 149/79)	Fixa novo critério para o cálculo do salário mínimo segundo determina a Convenção 131 da Organização Internacional do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
37/83	Nelson Carneiro (Vide PLS nº 329/81)	Introduz alteração na parte da CLT que disciplina o aviso prévio.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
38/83	Henrique Santillo	Altera dispositivo da CLT, no capítulo concernente à segurança e medicina do trabalho, para determinar que os percentuais relativos ao adicional de insalubridade incidam sobre o salário percebido pelo trabalhador.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
40/83	Itamar Franco	Submete às categorias profissionais os critérios de fixação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
42/83	Mário Maia	Dispõe sobre o cálculo de parcelas da remuneração devida aos servidores públicos civis da União e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
43/83	Alvaro Dias	Modifica a redação do caput do art. 24 da Lei nº 5.772, de 1971 (Código de Propriedade Industrial).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
44/83	Nelson Carneiro	Modifica a redação do § 6º da Lei nº 5.890, de 1973, visando a possibilitar que o exercício de cargo ou função de confiança e de chefia, nas condições que especifica, seja considerado na fixação do salário de benefício do segurado que se aposentar por tempo de serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
45/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre abono de permanência em serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
46/83	Fernando Henrique Cardoso	Assegura a representação dos interessados na administração da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
48/83	Alvaro Dias (Complementar) (Vide PLS nº 160/81)	Introduz alterações no art. 4º da Lei Complementar nº 11, de 1971, que criou o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural — PRO-RURAL.	Em tramitação
49/83	Alvaro Dias (Complementar)	Dispõe sobre a concessão do benefício auxílio-doença ao trabalhador rural.	Em tramitação
50/83	Nelson Carneiro	Revoga dispositivos da Lei nº 7.016 de 1982, que dispõe sobre a reversão para cargos integrantes do Plano de Classificação instituído pela Lei nº 5.645, de 1970.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
51/83	Itamar Franco	Dá nova redação aos arts. que menciona da Lei nº 6.380, de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
52/83	Itamar Franco	Submete os órgãos da administração indireta ao poder investigatório das Comissões Parlamentares de Inquérito.	À Câmara
56/83	Alvaro Dias	Altera o art. 4º da Lei nº 6.178, de 1979.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
57/83	Gastão Müller	Obriga o registro dos estabelecimentos hospitalares nos Conselhos Regionais de Medicina.	À Câmara
58/83	Murilo Badaró	Dispõe sobre cobrança de multa pelas concessionárias de serviço público.	Em tramitação
59/83	Mário Maia	Altera o Decreto-lei nº 1.950, de 1982, que isenta do Imposto de Renda os ganhos auferidos por pessoas físicas em operações com imóveis, estimula a capitalização das pessoas jurídicas, e dá outras providências.	À Câmara
60/83	Itamar Franco	Dispõe sobre o ensino obrigatório, em todos os cursos jurídicos do País, da disciplina "Direitos Humanos Fundamentais".	Arquivado (art. 367 do R.I.)
61/83	Fábio Lucena	Revoga os Decretos-leis nºs 1.866, de 1981 e 1.937, de 1982.	Prejudicado
62/83	Humberto Lucena	Dispõe sobre a venda de combustível aos motoristas profissionais de táxis.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
64/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 1.910, de 1981, estabelecendo piso para os benefícios previdenciários de prestação continuada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
65/83	Nelson Carneiro	Introduz dispositivos na Lei nº 5.859, de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico.	Rejeitado
66/83	Passos Pôrto	Institui o Projeto Nordeste e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
67/83	Helvídio Nunes	Dispõe sobre a cobrança de juros, acessórios e multa nos contratos civis e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
68/83	Roberto Saturnino	Altera a redação do § 4º do art. 27 da Lei nº 2.004, de 1953.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
69/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre incentivo à aquisição de veículo utilitário, movido a álcool, por produtor rural, nas condições que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
70/83	Nelson Carneiro	Estabelece critério e limite para os reajustes dos preços de ingressos de jogos de futebol.	Rejeitado
71/83	Alvaro Dias	Dispõe sobre a efetiva integração da assistência técnica no sistema de crédito rural, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
72/83	Humberto Lucena	Introduz alteração na Lei nº 6.708, de 1979.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
73/83	Mário Maia (Vide PLS nº 156/79)	Cria o Fundo de seguro-desemprego e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
74/83	Murilo Badaró	Revoga o art. 5º e seu parágrafo único da Lei nº 6.708, de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
75/83	Alvaro Dias (Vide PLS nº 156/79)	Dispõe sobre o seguro-desemprego.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
77/83	Fábio Lucena	Revoga dispositivos da Lei de Segurança Nacional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
78/83	Jorge Kalume	Estabelece obrigatoriedade de seguro de crédito para as operações que indica.	À Câmara
79/83	Nelson Carneiro	Introduz alteração na CLT, no Título V, concernente à Organização Sindical, para o fim de instituir o representante sindical.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
80/83	Pedro Simon	Assegura ao estudante matriculado em qualquer estabelecimento de ensino autorizado, registrado ou reconhecido por órgão competente, o direito a pagar metade do preço do ingresso nos cinemas, teatros e circos no território nacional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
81/83	Itamar Franco	Estabelece critério para o reajustamento das prestações dos imóveis residenciais financiados por intermédio do Sistema Financeiro de Habitação.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
82/83	Nelson Carneiro	Estabelece condição especial de atualização de débitos para com a Previdência Social, no caso e forma que especifica.	Rejeitado
83/83	Raimundo Parente	Estende às pessoas jurídicas, sem fins lucrativos, o disposto no art 3º da Lei nº 6.321, de 1976.	À Câmara
84/83	Henrique Santillo	Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 6.045, de 1974, e ao seu § 1º	Arquivado (art. 367 do R.I.)
85/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Legislação Orgânica da Previdência Social, ampliando a definição de dependente para efeito de assistência médica.	À Câmara
86/83	Mário Maia	Dispõe sobre a profissão de Técnico em Enfermagem, regula o seu exercício, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
87/83	Affonso Camargo	Dispõe sobre o tempo de duração da conservação de produtos alimentícios industrializados e dá outras providências.	À Câmara
88/83	Henrique Santillo	Acrescenta os §§ 2º e 3º renumerando 1º o atual parágrafo único do art. 4º do Decreto-lei nº 1.083, de 1970, que dispõe sobre a incidência e cobrança do Imposto Único sobre Minerais, concede isenções e dá outras providências, modificado pelos Decretos-leis nºs 1.402, de 1975 e 1.496, de 1976.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
89/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a proibição de caça ao jacaré e dá outras providências.	À Câmara
90/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de seguro nos hospitais e estabelecimentos similares, nas condições e para o fim que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
91/83	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre representação contra lei ou ato normativo inconstitucional dirigida ao Procurador-Geral da República, alterando o art. 2º da Lei nº 4.337, de 1964.	À Câmara
92/83	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da vigente CLT.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
93/83	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 3.807, de 1960, no capítulo concernente aos dependentes do segurado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
94/83	Roberto Saturnino (Vide PLS nº 53/82)	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373, de 1958	Arquivado (art. 367 do R.I.)
95/83	Álvaro Dias	Circunscreve à pessoa do marido inadimplente a conseqüente restrição de crédito, quando a respectiva mulher possui renda própria, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
97/83	Nelson Carneiro	Introduz alteração na CLT.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
98/83	Álvaro Dias	Dispõe sobre a remuneração dos dirigentes das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.	Em tramitação
99/83	Marco Maciel	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 4.215, de 1963, que dispõe sobre os Estatutos da Ordem dos Advogados do Brasil.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
100/83	Roberto Saturnino	Introduz alterações na Lei nº 6.649, de 1979, para o fim de limitar os reajustes dos aluguéis residenciais a 50% da variação do valor nominal das ORTN.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
101/83	Álvaro Dias	Dá nova redação ao § 2º do art. 19 da Lei nº 1.711, de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.	Rejeitado
102/83	Jutahy Magalhães (Tramitando em conj. com os PLS nºs 150/83 e 6, 131 e 146/84)	Altera a Lei nº 6.708, de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários, modifica a política salarial, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
103/83	Itamar Franco	Exclui dos vencimentos tributáveis as quantias pagas a título de representação, e dá outras providências.	Rejeitado
104/83	Itamar Franco (Tramitando em conj. com o PLS nº 15/85)	Assegura ao locatário, responsável pelo pagamento da quota-parte relativa a despesas comuns do condomínio, o direito de participar das assembleias.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
105/83	Álvaro Dias	Suprime dispositivo da Lei nº 6.367, de 1976, que dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
106/83	Itamar Franco	Estabelece limite para o reajuste de preço público ou tarifa sujeita a controle governamental, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
107/83	Itamar Franco	Proíbe a alteração da Lei Orçamentária por Decreto-lei.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
109/83	Itamar Franco	Faculta ao usuário de serviço de telefonia requerer a instalação de aparelho medidor de impulsos, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
110/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.266, de 1963, que instituiu o salário-família do trabalhador.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
111/83	Nelson Carneiro	Introduz alterações na CLT.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
112/83	Nelson Carneiro	Altera a redação do § 1º do art. 478 da CLT, para o fim de garantir direito à indenização ao trabalhador despedido sem justa causa antes de completado um ano de serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
113/83	Nelson Carneiro	Disciplina o uso de caracteres nas publicações obrigatórias.	À Câmara
114/83	Nelson Carneiro	Introduz alterações na CLT, na parte referente à contribuição sindical, para determinar que a parte que couber a cada sindicato seja movimentada sem qualquer interferência do Ministério do Trabalho.	À Câmara
115/83	Martins Filho	Restabelece direitos aos servidores militares que se encontrem e/ou passarem para a inatividade.	À Câmara
116/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à CLT.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
117/83	Itamar Franco	Dispõe sobre o relacionamento externo da União e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
118/83	Alvaro Dias (Vide PLC nº 49/83)	Altera a redação da alínea c do item II do art. 8º da Lei nº 5.107, de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
119/83	Fernando Henrique Cardoso	Assegura assistência do sindicato ou do Ministério do Trabalho na despedida de empregado doméstico com mais de um ano de serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
120/83	Fernando Henrique Cardoso	Admite, para contagem de tempo de atividade, a inscrição em autarquia controladora do exercício profissional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
121/83	Nelson Carneiro (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o PIS-PASEP.	Em tramitação
122/83	Alvaro Dias	Altera a redação dos arts. 5º e 10 da Lei nº 5.890, de 1973, que alterou a legislação da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
123/83	Henrique Santillo	Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Nacional de Telefonia Rural, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
124/83	Gastão Müller	Faculta às empresas revendedoras de combustível ao público o pagamento à vista ou da parte por elas efetivamente comercializada.	Rejeitado
125/83	Nelson Carneiro	Revoga a alínea b do art. 62 da CLT.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
126/83	Fernando Henrique Cardoso	Assegura estabilidade provisória, na condição especificada, ao empregado que se alistar para a prestação de serviço militar	Arquivado (art. 367 do R.I.)
127/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o direito à meia entrada nos espetáculos de diversão que especifica.	Rejeitado

Nº	Autor	Ementa	Resultado
128/83	Humberto Lucena	Altera o art. 15 da Lei nº 6.649, de 1979, que regula a locação urbana e inclui dispositivo na Lei nº 6.426, de 1977, que estabelece base para correção monetária e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
129/83	Gastão Müller	Obriga os passageiros e tripulantes de embarcações a usar colete salva-vidas durante as travessias fluviais e lacustres.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
130/83	Marco Maciel	Estabelece normas gerais de elaboração legislativa.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
131/83	Roberto Saturnino (Vide PLS nº 329/81)	Dá nova redação ao caput do art. 487 da CLT, fixando novos prazos para o aviso prévio.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
132/83	Roberto Saturnino	Autoriza o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem a isentar os táxis de pagamento de pedágio nas rodovias federais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
133/83	Roberto Campos	Reforça o Fundo de Assistência ao Desemprego e dispõe sobre o auxílio-desemprego.	Arquivado (art. 367 do R.I.) ✓
134/83	Roberto Campos	Estabelece a livre negociação salarial e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.) ✓
135/83	Roberto Campos	Cria contratos de trabalho simplificados para facilitar novos empregos.	Arquivado (art. 367 do R.I.) ✓
136/83	Roberto Campos	Autoriza a delegação de atividade de previdência social a empresas privadas.	Arquivado (art. 367 do R.I.) ✓
137/83	Roberto Campos	Cria nas empresas privadas, como alternativa à dispensa de empregados, a disponibilidade remunerada e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.) ✓
138/83	Roberto Campos	Dispõe sobre a distribuição eventual de lucros a empregados.	À Câmara
139/83	Roberto Campos	Institui Programa de Repartição de Capital.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
140/83	Roberto Campos	Favorece as aposentadorias e a renovação de quadros.	Arquivado (art. 367 do R.I.) ✓
141/83	Roberto Campos	Agiliza as reduções de jornada de trabalho e conseqüentes de salário para evitar dispensa de pessoal.	Arquivado (art. 367 do R.I.) ✓
142/83	Roberto Campos	Regulariza sem aumento de incidências o imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos.	Arquivado (art. 367 do R.I.) ✓
144/83	Gastão Müller	Dispõe sobre a proibição de importação de bebidas alcoólicas em tonéis ou acondicionamento assemelhado e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
145/83	Henrique Santillo	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o PIS-PASEP, visando possibilitar que os seus depósitos sejam utilizados na aquisição de casa própria	Em tramitação
146/83	Itamar Franco	Disciplina a expedição de atestado médico por órgão integrante do sistema previdenciário.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
147/83	Itamar Franco	Autoriza o desdobramento do período de férias para todas as faixas etárias.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
148/83	Fernando Henrique Cardoso	Interpreta dispositivo legal esclarecendo que o reajuste dos benefícios previdenciários obedecerá aos mesmos critérios instituídos pela política salarial.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
149/83	Itamar Franco	Cria procedimento sumaríssimo para as reclamações trabalhistas versando sobre salário retido e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
150/83	Fernando Henrique Cardoso (Vide PLS nº 102/83)	Reduz o prazo da correção automática dos salários, da Lei nº 6.708, de 1979, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
151/83	Pedro Simon	Dá nova redação ao art. 9º do Decreto nº 88.371, de 1983, que dispõe sobre o reajustamento das prestações dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
152/83	Itamar Franco	Concede aposentadoria especial aos que tenham sofrido restrição ao livre exercício de atividade profissional em decorrência dos atos institucionais, complementares e legislação correlata.	À Câmara
153/83	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre a participação dos empregados na direção das sociedades de economia mista e empresas públicas vinculadas à União.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
154/83	Álvaro Dias	Extingue o confisco sobre o café.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
155/83	Fernando Henrique Cardoso	Institui a Comissão Nacional do Custo de Vida no Ministério do Trabalho, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
156/83	Moacyr Dalla	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para aquisição, pelas Prefeituras Municipais, de veículos automotores movidos a álcool.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
157/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à CLT.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
160/83	Nelson Carneiro (Complementar)	Acrescenta parágrafo único ao art. 12 da Lei Complementar nº 11, de 1971, que dispõe sobre o PRORURAL.	Em tramitação
161/83	Henrique Santillo	Determina que o Congresso Nacional passe a ter atribuições para opinar sobre o projeto dos planos de desenvolvimento da SUDENE, SUDECO, SUDAM e SUDESUL, bem como sobre os planos especiais de obras de abastecimento e de assistência às populações flageladas e sobre o acompanhamento dos projetos a serem executados.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
162/83	Nelson Carneiro (Complementar) (Vide PLS nº 312/81)	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação
163/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Lei nº 5.889, de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
164/83	Pedro Simon	Estabelece normas para quitação, baixa da hipoteca e escritura de imóveis financiados pela Caixa Econômica Federal, Banco Nacional da Habitação e seus agentes financeiros.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
165/83	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação
166/83	Fernando Henrique Cardoso	Assegura o amparo da Previdência Social aos inválidos congênitos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
168/83	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz modificação na Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Rejeitado
169/83	Mário Maia	Exclui da relação de municípios declarados de interesse da segurança nacional os municípios que menciona, no Estado do Acre, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
170/83	Hélio Gueiros	Fixa jornada de trabalho para o empregado doméstico.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
171/83	Hélio Gueiros	Fixa jornada de trabalho para os advogados que prestam serviços profissionais em regime de emprego.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
172/83	Hélio Gueiros	Extingue a cobrança de pedágio nas rodovias, pontes e outras obras viárias cuja construção já esteja paga.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
173/83	Hélio Gueiros	Dispõe sobre garantia contra a corrosão da lataria dos veículos, a serem concedidas pelas indústrias automobilísticas em atividade no território nacional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
174/83	Hélio Gueiros	Modifica disposição da Lei nº 4.737, de 1965 (Código Eleitoral).	À Câmara
175/83	Hélio Gueiros	Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 5.869, de 1973 (Código de Processo Civil).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
176/83	Hélio Gueiros	Estabelece a garantia da estabilidade para todos os empregados.	Em tramitação
177/83	Eunice Michiles	Dispõe sobre o exercício da profissão de Esteticista e Cosmetologista e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
178/83	Gastão Müller	Veda a utilização de corantes artificiais na fabricação de produtos alimentícios ou medicinais e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
179/83	Nelson Carneiro	Assegura direito a aposentadoria especial à categoria que especifica.	Rejeitado
180/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a vinculação de funcionários públicos municipais ao INPS, nas condições que especifica e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
181/83	Nelson Carneiro	Introduz alterações na CLT, para o fim de determinar a incidência de juros e correção monetária nos atrasos de pagamento de salários.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
182/83	Alfredo Campos	Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 5.764, de 1971, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas.	À Câmara
183/83	Gastão Müller	Revoga o art. 4º da Lei nº 6.994, de 1982.	À Câmara
184/83	Henrique Santillo	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.360, de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
185/83	Gastão Müller	Dispõe sobre a cobertura da Apólice de Seguro Habitacional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
186/83	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 5.107, de 1966, impondo novo encargo à empresa que rescinde contrato de trabalho de empregado sem justa causa.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
187/83	Passos Pôrto	Estabelece normas de uso do solo agrícola.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
188/83	Nelson Carneiro	Estabelece exigências a serem cumpridas pelos estabelecimentos que comercializam botijões de gás liquefeito de petróleo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
189/83	Roberto Campos	Dispõe sobre a antecipação parcelada da gratificação salarial e respectiva correção monetária e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
190/83	Nelson Carneiro	Manda aplicar aos representantes comerciais e vigilantes, na forma que especifica, os benefícios fiscais concedidos aos taxistas para aquisição de veículo a álcool.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
191/83	Fernando Henrique Cardoso	Dá nova redação ao art. 30 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
192/83	Nelson Carneiro (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o PIS-PASEP, para o fim de determinar que os trabalhadores desempregados não sejam excluídos do direito à retirada anual prevista no § 3º do art. 4º	Em tramitação
193/83	Nelson Carneiro (Complementar)	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 1971, que institui o PRORURAL.	Em tramitação
194/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a administração dos sindicatos rurais e regula a eleição de suas diretorias e representantes.	Rejeitado
195/83	Nelson Carneiro (Tramita em conj. com o PLC nº 118/84)	Altera o Capítulo IV Título III do Livro II do Código Civil (Lei nº 3.071, de 1916), relativo aos prazos da prescrição.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
196/83	Mário Maia	Altera o Decreto-lei nº 2.040, de 1983, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
197/83	Nelson Carneiro	Introduz modificações na CLT, para o fim de impor multa à empresa que atrasar na transferência ao sindicato respectivo, das importâncias correspondentes à contribuição sindical descontada na folha de seus empregados.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
198/83	Mauro Borges (Complementar)	Estabelece a região metropolitana de Brasília e disciplina o respectivo sistema administrativo metropolitano.	Em tramitação
199/83	Nelson Carneiro	Eleva o valor do salário-família do trabalhador e a taxa para o seu custeio.	Rejeitado
200/83	Jorge Kalume	Determina a concessão de subsídios para a compra de gêneros de primeira necessidade a pessoas de baixa renda.	À Câmara
201/83	Henrique Santillo	Inclui na área de atuação da SUDENE a região do Estado de Goiás compreendida no Polígono das Secas, constituída dos municípios que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
202/83	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 5.107, de 1966, que instituiu o FGTS.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
203/83	Hélio Gueiros	Dispõe sobre a restituição de insígnias, medalhas, comendas e outras honrarias, oficialmente concedidas, e que tenham sido cassadas por motivos políticos ou ideológicos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
204/83	Helvídio Nunes	Acrescenta inciso ao art. 171, § 2º do Código Penal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
205/83	Nelson Carneiro (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o PIS-PASEP.	Em tramitação
206/83	Jaison Barreto	Altera dispositivo do Decreto-lei nº 1.950, de 1982, na parte que estimula a capitalização das pessoas jurídicas através da incorporação imobiliária.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
208/83	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 130, caput , da CLT.	Rejeitado
209/83	Fernando Henrique Cardoso	Exclui a cidade de Castilho, no Estado de São Paulo, da relação dos municípios declarados de interesse da segurança nacional, revogando parcialmente o Decreto-lei nº 1.105, de 1970.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
210/83	Nelson Carneiro	Introduz alteração na legislação acidentária do trabalho, visando fixar prazo certo para o pagamento dos benefícios nela previstos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
211/83	Henrique Santillo	Revoga o Decreto-lei nº 1.541, de 1977.	Prejudicado
212/83	Mauro Borges	Introduz modificação no Código Penal — Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
214/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de refeições no local, a cargo da empresa e mediante desconto salarial, nas condições que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
215/83	Henrique Santillo	Dispõe sobre a integração da região que menciona na área de execução do POLONORDESTE.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
216/83	Nelson Carneiro	Introduz alteração na CLT, na parte concernente à estabilidade.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
217/83	Mauro Borges	Altera a Lei nº 6.576, de 1978, que dispõe sobre a proibição do abate de açazeiro, para o fim de tornar abrangida por sua proteção a palmeira babaçu, na forma que especifica.	Rejeitado
218/83	Alvaro Dias	Revoga o item VI do art. 1º da Lei nº 5.449, de 1968, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
219/83	Alvaro Dias	Revoga o Decreto-lei nº 1.170, de 1971, e dá outras providências.	Prejudicado
222/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 1.910, de 1981, que dispõe sobre contribuições para o custeio da previdência social, com vistas a excluir a imposição contributiva os proventos e pensões nos limites que especifica.	Rejeitado
223/83	Alvaro Dias	Dispõe sobre as emissões de papel-moeda, de Letras do Tesouro Nacional e de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
224/83	Mário Maia	Altera a Lei nº 5.988, de 1973, que regula os direitos autorais, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
225/83	Murilo Badaró	Cria e regula a aplicação pela Censura Federal, o Certificado de Liberação Restrita e dá outras providências.	À Câmara
226/83	Nelson Carneiro	Concede anistia a dirigentes sindicais punidos com base na legislação trabalhista.	À Câmara
227/83	Mauro Borges	Revoga dispositivo do Decreto-lei nº 1.541, de 1977, que institui as sublegendas para as eleições de Senador e Prefeito, eliminando o critério de considerar suplente do Senador eleito o candidato a Senador não eleito.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
228/83	Hélio Gueiros	Dispõe sobre a substituição por "Ana Lúcia" do nome "Rogério Python Faria", no logradouro público de Brasília, anteriormente conhecido como Parque da Cidade.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
229/83	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 6.015, de 1973 (Registros Públicos), visando a eliminar a exigência de pagamento de multa por registro de nascimento feito fora do prazo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
230/83	Gastão Müller (Complementar)	Revoga a Lei Complementar nº 28, de 1975, e dá outras providências.	Em tramitação
232/83	Nelson Carneiro (Complementar)	Estende aos trabalhadores rurais o regime da previdência e assistência social urbana, bem como a legislação do seguro de acidentes do trabalho, e dá outras providências.	Em tramitação
233/83	Nelson Carneiro	Considera perigosas, para efeito da vantagem adicional prevista em lei, as atividades dos manobreadores de pátios e guarda-chaves ferroviários.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
234/83	Itamar Franco	Garante desconto do Imposto sobre a Renda de salários pagos a empregados e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
235/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a tributação de medicamentos e produtos farmacêuticos nos casos de remarcação ilegal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
236/83	Nelson Carneiro	Isenta de tributos e taxas, inclusive municipais, as transmissões imobiliárias que especifica.	Retirado pelo autor
237/83	Nelson Carneiro	Modifica toda a Seção III do Capítulo I do Título V da CLT, concernente à administração do Sindicato.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
238/83	Mário Maia	Institui o Dia Nacional das Vítimas dos torpedamentos dos navios brasileiros durante a II Grande Guerra, a ser comemorado, anualmente, a 14 de fevereiro, e dá outras providências.	Rejeitado
239/83	Lázaro Barboza	Introduz dispositivo legal na Lei Orgânica da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
240/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre exigência a ser observada pelos estabelecimentos que comercializam carnes e outros produtos alimentícios perecíveis de origem animal.	Rejeitado
241/83	Martins Filho	Dispõe sobre a instalação de aparelho de alarme para proteção contra incêndio em hotéis e estabelecimentos similares.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
242/83	Nelson Carneiro	Assegura aos aposentados pelo sistema previdenciário uma renda mensal equivalente ao salário mínimo da respectiva região.	Rejeitado
243/83	Mário Maia	Altera a Lei nº 5.861, de 1972, que autoriza o desmembramento da NOVACAP, mediante alteração de seu objetivo e constituição da TERRACAP, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
244/83	Alvaro Dias	Dispõe sobre a possibilidade de os Sindicatos de Trabalhadores poderem reclamar em juízo, independentemente de mandato procuratório, adicionais de insalubridade e periculosidade, em benefício de seus associados.	Rejeitado
245/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à CLT, na parte relativa aos deveres dos sindicatos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
246/83	Lázaro Barboza	Institui obrigação das Empresas de Mineração investirem nos municípios em que se encontram suas minas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
248/83	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 1.711, de 1952, definindo como de efetivo exercício, para efeito de direito a quinquênios, o tempo de licença especial não gozada pelo servidor.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
249/83	Lázaro Barboza	Institui o Regime Especial da Permissão da Lavoura Garimpeira, para o aproveitamento imediato de substâncias minerais e introduz alterações no Código de Mineração.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
250/83	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da CLT, para o fim de garantir imunidade aos dirigentes sindicais.	Rejeitado
252/83	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 1971, que instituiu o PRORURAL.	Em tramitação
253/83	Lázaro Barboza (Tramita em conj. com o PLS nº 255/83)	Introduz alterações no Código de Mineração.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
254/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Lei nº 5.107, de 1966, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
255/83	Lázaro Barboza (Vide PLS nº 253/83)	Introduz alterações no Código de Mineração.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
256/83	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz alteração na Lei Complementar nº 7, de 1970, que instituiu o PIS.	Em tramitação
257/83	Marco Maciel	Dispõe sobre a inclusão de obras de arte nas construções que especifica, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
259/83	Alvaro Dias	Altera a redação do caput e do § 1º do art. 7º da Lei nº 6.194, de 1974, que dispõe sobre seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, às pessoas transportadas ou não.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
260/83	Lázaro Barboza	Institui a figura do ACHADO MINERAL.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
261/83	Nelson Carneiro	Dá nova redação a dispositivo da CLT, elevando para 50 anos o limite de idade exigido dos candidatos a ingresso na magistratura trabalhista.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
262/83	Alvaro Dias	Institui nas empresas industriais e comerciais com mais de 500 empregados o serviço de assistência social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
263/83	Henrique Santillo	Dá nova redação ao § 1º do art. 250 da Lei nº 4.737, de 1965 (Código Eleitoral), e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
264/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à vigente CLT, para o fim de estabelecer a obrigatoriedade de fixação de honorários em favor do advogado do trabalhador reclamante.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
265/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à vigente CLT, na parte concernente ao aviso prévio.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
266/83	Marco Maciel	Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 4.737, de 1965 (Código Eleitoral), e dá outras providências.	Prejudicado
268/83	Marco Maciel	Dispõe sobre a aquisição de passagens aéreas e marítimas pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
269/83	Benedito Ferreira	Concede anistia a infratores das normas do crédito rural.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
270/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.889, que estatui normas reguladoras do trabalhador rural.	Rejeitado
271/83	Fernando Henrique Cardoso (Complementar)	Autoriza o levantamento de recursos do PIS-PASEP para aquisição da casa própria.	Em tramitação
272/83	Milton Cabral	Autoriza o Poder Executivo a isentar as empresas do recolhimento do FGTS de empregado recrutado para prestação de Serviço Militar.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
273/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a reversão para cargos integrantes do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 1970.	Rejeitado
274/83	Mário Maia	Altera a Lei nº 4.131, de 1962, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
275/83	Nelson Carneiro	Autoriza o Governo do Distrito Federal a alienar os imóveis que especifica, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
276/83	Albano Franco	Dispõe sobre a criação do Conselho Econômico e Social, define sua competência, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
277/83	Fernando Henrique Cardoso	Dá nova redação ao § 2º do art. 24 da Lei nº 6.649, de 1979.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
278/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 157, de 1967, com previsão de providência para a revogação do incentivo nele previsto.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
279/83	Nelson Carneiro	Restabelece o art. 62 da Lei nº 5.108, de 1966 (Código Nacional de Trânsito), vetado, com nova redação dispondo sobre o direito de o proprietário de veículo conservar os números de sua placa nas eventuais mudanças desde que o permitam.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
280/83	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à CLT, visando a restabelecer salário mínimo específico para menores, com base no grupo etário.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
281/83	Henrique Santillo	Dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 6.045, de 1974.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
282/83	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 6.708, de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
283/83	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 6.592, de 1978, para o fim de permitir a acumulação da pensão especial nela prevista com pensão previdenciária.	Prejudicado
284/83	Carlos Chiarelli	Introduz alterações na Lei nº 6.515, de 1977, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, para dispor sobre a guarda dos filhos, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
285/83	Fernando Henrique Cardoso	Ampara os trabalhadores rurais no caso de acidente do trabalho.	A Câmara
286/83	Nelson Carneiro	Assegura preferência de subvenção oficial às entidades que especifica.	Rejeitado
287/83	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a divulgação dos dados cadastrais relativos a latifúndios.	A Câmara
288/83	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o arrendamento compulsório de parcelas de latifúndio, para os efeitos que especifica.	Rejeitado
289/83	Fernando Henrique Cardoso	Restaura a redação do § 2º do art. 67 da Lei Orgânica da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
291/83	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a denominação dos juízes classistas nas Juntas de Conciliação e Julgamento.	Rejeitado
292/83	Nelson Carneiro (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 1971, para o fim de atribuir competência fiscalizadora às entidades sindicais de trabalhadores rurais, relativamente à prestação de serviços de saúde.	Em tramitação
293/83	Odacir Soares	Estabelece limite de remuneração para servidores ou empregados de entidades estatais da União, do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
294/83	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Lei nº 5.889, de 1973.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
295/83	Roberto Saturnino	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para a aquisição de automóveis a álcool, por deficiente físico, nas condições que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
296/83	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre abatimento, da renda bruta, de despesas com empregados domésticos.	Em tramitação
297/83	Henrique Santillo	Institui penalidade para empresa, pelo descumprimento de legislação salarial e de decisão final da Justiça Trabalhista e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
298/83	Albano Franco	Altera a redação do § 4º do art. 27 da Lei nº 2.004, de 1953.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
299/83	Pedro Simon	Estabelece que sejam semestrais e que não exceda em 80% do INPC os aumentos de preços de medicamentos que contenham produtos constantes da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais — RENAME.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
300/83	Virgílio Távora	Altera a redação do art. 7º da Lei nº 6.223, de 1975, que dispõe sobre a fiscalização financeira e orçamentária da União pelo Congresso Nacional, modificada pela Lei nº 6.525, de 1978.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
301/83	Iris Célia	Autoriza o Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, a elaborar o projeto do novo Código Tributário Nacional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
1/84 (DF)	Poder Executivo	Estabelece prazo para prescrição do direito de ação contra atos relativos a concursos para provimento de cargos e empregos na administração direta do Distrito Federal e nas suas autarquias.	A sanção Lei nº 7.515, de 10-7-86
2/84	Carlos Chiarelli	Institui, facultativamente, o sistema de garantia do tempo de serviço do empregado doméstico e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
3/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre o trabalho do menor sem qualificação profissional, em regime especial, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
4/84	Carlos Chiarelli	Introduz alterações no art. 7º da Lei nº 5.107, de 1966, para dispor sobre indenização dos aposentados espontaneamente e que estavam com mais de dez anos de serviço na mesma empresa anteriormente a setembro de 1966.	A Câmara
5/84	Carlos Chiarelli	Acrescenta um inciso ao art. 487, da CLT, para adicionar dois dias de aviso prévio por ano de serviço prestado ao mesmo empregador.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
6/84	Carlos Chiarelli (Vide PLS nº 102/83)	Institui fator de correção salarial proporcional ao salário mínimo, sobre o qual deve incidir o Índice Nacional de Preços ao Consumidor.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
7/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a proibição do fabrico, exposição, comercialização e divulgação de brinquedos belicosos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
8/84	Carlos Chiarelli	Altera a redação do art. 10 da Lei nº 6.903, de 1981, para equiparar ao funcionário público civil da União o Juiz Temporário aposentado.	Rejeitado
11/84	Nelson Carneiro (Tramita conj. com o PLC nº 109/83 e PLS nº 28/85)	Altera a redação do art. 11 da vigente CLT, compatibilizando o prazo prescricional de direitos do diploma consolidado com o da Lei nº 5.889, de 1973.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
13/84	Comissão Especial	Estabelece normas sobre a aplicação da Lei de Segurança Nacional, revoga o Decreto-lei nº 898, de 1969, e dá outras providências.	Em tramitação
14/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.435, de 1977, que dispõe sobre as entidades de previdência privada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
15/84	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a dedução das despesas realizadas com a aquisição de medicamentos nas declarações do Imposto de Renda.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
16/84	Jaison Barreto	Modifica a redação do art. 7º e do § 2º do art. 8º da LOPS, de modo a estabelecer que o trabalhador desempregado, mesmo perdendo a qualidade de segurado por ter deixado de contribuir, não ficará privado de assistência médica previdenciária.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
19/84	Nelson Carneiro	Acrescenta à legislação orgânica da previdência social (Lei nº 3.807, de 1960), ampliando o alcance do benefício de auxílio-funeral.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
20/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.649, de 1979, estabelecendo privilégio em favor dos locatários com mais de 80 anos de idade, no caso de despejo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
21/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à CLT, mandando computar as horas extras trabalhadas para efeito de aposentadoria.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
22/84	Nelson Carneiro	Introduz modificações na CLT, de modo a elevar o valor da remuneração das horas extraordinárias.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
24/84	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a autorização para transferência de permissão de exploração de bancas de jornais e revistas no Distrito Federal, nas condições que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
25/84	Marco Maciel	Dispõe sobre o registro de pessoas físicas ou jurídicas junto às Casas do Congresso Nacional para os fins que especifica, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
26/84	Fernando Henrique Cardoso	Concede estabilidade provisória à gestante, ao trabalhador acidentado e ao menor no ano de seu alistamento militar.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
27/84	Itamar Franco	Torna obrigatória a referência ao domicílio das partes nos contratos versando sobre direitos reais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
28/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à CLT, no Capítulo concernente à Justiça do Trabalho.	Rejeitado
29/84	Passos Pôrto	Inclui, ao Polígono das Secas, toda a área dos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
30/84	Nelson Carneiro	Dispõe sobre limitação dos valores das prestações mensais de amortização dos empréstimos para aquisição da casa própria.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
31/84	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação no DO da União, de dados relativos ao Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
33/84	Murilo Badaró	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 6.879, de 1980, que dispõe sobre o cancelamento de penalidades aplicadas aos servidores civis da União e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
35/84	Mário Maia	Dispõe sobre o pagamento dos financiamentos dos contratos imobiliários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Sistema de Financiamento e Empréstimos sob garantia hipotecária.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
36/84	Itamar Franco (Complementar)	Isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM, a comercialização de leite <i>in natura</i> .	À Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
37/84	Nelson Carneiro	Altera os §§ 1º e 3º do art. 477 da CLT, de modo a deixar estabelecido na lei que haja assistência aos empregados em todos os casos de demissão, independentemente do tempo de serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
38/84	Fernando Henrique Cardoso	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 4.090, de 1962.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
39/84	Itamar Franco	Denomina "Aeroporto Internacional Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira" o Aeroporto Internacional de Confins, no Município de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.	Prejudicado
41/84	Fernando Henrique Cardoso	Dá nova redação ao item III do art. 131 da CLT.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
42/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 1.910, de 1981, que dispõe sobre contribuições para o custeio da Previdência Social, determinando a manutenção, pela Previdência Social, de assistência especializada aos idosos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
43/84	Itamar Franco	Altera a redação do art. 66 da Lei nº 4.728, de 1965, que disciplina o instituto da alienação fiduciária, assegurando ao devedor, em qualquer hipótese, a efetiva propriedade do bem dado em garantia.	À Câmara
44/84	Nelson Carneiro	Altera o art. 589 da CLT para o fim de destinar parte da arrecadação das contribuições sindicais às associações de aposentados.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
45/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 1.910, de 1981, que dispõe sobre contribuições para custeio da Previdência Social, com vistas à criação e manutenção de clínicas geriátricas, na assistência médica previdenciária.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
46/84	Carlos Chiarelli	Revoga o art. 2º do Decreto-lei nº 2.087, de 1983.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
47/84	Fernando Henrique Cardoso	Altera a redação de dispositivos da CLT, relativos à segurança e medicina do trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
48/84	Roberto Campos	Dispõe sobre a Política Nacional de Informática e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
49/84	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de conta corrente em nome das pessoas que percebem salário ou proventos, através de estabelecimento bancário oficial, e dá outras providências.	Rejeitado
50/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária dos medicamentos, drogas etc., com vistas a determinar a utilização de embalagens econômicas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
51/84	Humberto Lucena (Complementar) (Tram. em conj. com o PLS nº 132/84)	Dá nova redação aos arts. 4º, inciso X, e 7º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, alterada pela Lei Complementar nº 45, de 14 de dezembro de 1983, que estabelece critérios e limites para a fixação da remuneração de vereadores.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
52/84	Pedro Simon	Dispõe sobre o processo para cobrança de crédito hipotecário vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
53/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas ao estabelecimento de maiores garantias para os representantes dos empregados nas CIPAs.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
54/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre critérios de aplicação de recursos do Sistema Financeiro de Habitação, transferências de imóvel pelo mutuário, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
55/84	Carlos Chiarelli	Introduz alteração no § 1º do art. 21 da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, que instituiu as entidades de previdência privada e acrescenta mais dois parágrafos ao mesmo artigo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
56/84	Hélio Gueiros	Estabelece normas para movimentação das contas bancárias dos órgãos federais da administração direta e indireta e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
57/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivos da Lei nº 4.266, que dispõe sobre o salário-família do trabalhador, e dá outras providências.	Rejeitado
58/84	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a estabelecer que o trabalhador alcance a estabilidade no emprego a partir do 91º dia de vigência do contrato de trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
59/84	Helvídio Nunes (Complementar)	Altera a Lei Complementar nº 15, de 13 de agosto de 1973, que regula a composição e o funcionamento do Colégio que elegerá o Presidente da República, modificada pelo Decreto-lei nº 1.539, de 14 de abril de 1977, e pela Emenda Constitucional nº 22.	Prejudicado
60/84	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da legislação orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807, de 26-8-60) que proíbe ao pensionista do sexo feminino continuar recebendo a pensão quando volte a se casar.	Rejeitado
61/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a considerar legalmente estável o trabalhador que houver completado vinte e oito anos de contribuição para a Previdência Social, independentemente do tempo de serviço prestado a uma mesma empresa.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
62/84	Gastão Müller	Habilita as microdestilarias de álcool para fins carburantes a participarem dos programas oficiais de financiamento, libera a comercialização da respectiva produção e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
63/84	Albano Franco	Dispõe sobre as Letras Comerciais.	Em tramitação
64/84	Itamar Franco	Sujeita à prévia aprovação do Congresso Nacional a instalação ou transferência de sede de representação diplomática para localidade situada em território de soberania disputada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
66/84	Milton Cabral	Altera o art. 126, § 2º, letras d e f , do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
67/84	Milton Cabral	Dispõe sobre normas a serem obedecidas nos processos relativos à privatização de empresas estatais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
68/84	Henrique Santillo	Altera o art. 38, caput , da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
69/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei Orgânica da Previdência Social (nº 3.807) de modo a estender ao cônjuge do sexo masculino o direito à pensão pela morte da mulher contribuinte.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
71/84	Fernando Henrique Cardoso	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
72/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna.	À Câmara
73/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, determinando o sobrestamento das prestações e demais encargos de compra da casa própria em favor do trabalhador desempregado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
74/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
75/84	Gastão Müller	Acrescenta alínea ao item II do § 1º do art. 250 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
76/84	Nelson Carneiro	Introduz modificação na legislação orgânica da Previdência Social (nº 3.807, de 26 de agosto de 1960), com vistas à redução para 90 dias do período de carência para a concessão do benefício de auxílio-doença.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
77/84	Carlos Chiarelli	Introduz alterações na Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
78/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
80/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a limitar em 40 horas semanais a jornada de trabalho.	Em tramitação
82/84	Nelson Carneiro	Altera a redação do § 1º do art. 457, da Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a determinar que o pagamento de horas extras habituais passe a integrar o salário.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
83/84	Carlos Chiarelli	Revoga o art. 6º, incisos e parágrafos da Lei nº 6.650, de 23 de maio de 1979, que dispõe sobre a criação, na Presidência da República, da Secretaria de Comunicação Social, altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
84/84	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 6.445, de 4 de outubro de 1977, que dispõe sobre consignações em folha de pagamento de servidores etc., para o fim de atribuir às consignações a que se refere a Lei nº 1.134, de 14-6-50 o caráter de obrigatórias.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
85/84	Nelson Carneiro (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, com vistas a permitir a utilização dos depósitos do PIS-PASEP na amortização de empréstimos para a casa própria.	Em tramitação
87/84	Nelson Carneiro	Introduz alterações na legislação que define e disciplina o processo e julgamento dos crimes de responsabilidade, com vistas a conceituar como tal o descumprimento de leis sobre controle de poluição.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
89/84	Henrique Santillo	Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Educação Ambiental.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
90/84	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que alterou a legislação previdenciária.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
91/84	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre contagem de tempo de serviço público e de atividade privada, para efeito de aposentadoria pelo INPS.	Em tramitação
92/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.463, de 9 de novembro de 1977, que torna obrigatória a declaração de preço total nas vendas a prestação, e dá outras providências, visando proibir discriminação creditícia por efeito de idade avançada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
93/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a Política Nacional de Informática, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
94/84	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Consolidação das Leis do Trabalho, determinando que o presidente e vice-presidente da CIPA sejam eleitos dentre seus membros.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
96/84	Benedito Ferreira	Dá nova redação aos arts. 23 e 65, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
97/84	Nelson Carneiro	Determina a percepção do adicional de insalubridade pelos trabalhadores da categoria que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
98/84	Nelson Carneiro (Complementar)	Dispõe sobre isenção de tributo municipal, no caso e forma que especifica, nos termos do disposto no § 2º do art. 19, da Constituição Federal.	Em tramitação
99/84	Nelson Carneiro	Permite que as entidades sindicais de âmbito local e regional obtenham empréstimo junto ao Sistema Financeiro de Habitação, para a construção ou aquisição de sede própria.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
101/84	Itamar Franco	Proíbe às entidades integrantes do sistema financeiro público a realização de qualquer negócio jurídico visando assegurar a liquidez ou a solvabilidade de empresa integrante do sistema financeiro privado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
104/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, tratando de isentar da contribuição previdenciária, parte do empregador, as associações sindicais de trabalhadores.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
105/84	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a tornar expresso que o pagamento por horas extras e por gratificações tacitamente ajustadas integram o salário, desde que habituais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
107/84	Gastão Müller	Proíbe ao BNH e quaisquer outras entidades financeiras vinculadas ao Sistema Financeiro de Habitação o fornecimento de informações sobre mutuários em débito.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
108/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, na parte referente à proteção do trabalho da mulher.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
109/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, que dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS, de modo a determinar que a competência para apreciar litígios acidentários seja a da Justiça do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
110/84	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a determinar que a data da constatação de que o trabalho se realize em condições perigosas ou insalubres seja a mesma a partir da qual o trabalhador fará jus aos pagamentos de adicionais correspondentes.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
111/84	Gastão Müller	Estabelece o Seguro Fiança como garantia indiscutível e irrecusável para a locação de imóveis residenciais ou comerciais e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
112/84	Nelson Carneiro	Dá nova redação aos arts. 85, acrescido de parágrafo único, e 117 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
113/84	Marco Maciel	Modifica dispositivos da Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951, que dispõe sobre a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor, acrescenta-lhe novas disposições e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
114/84	Henrique Santillo	Dispõe sobre a criação de um Conselho de Desenvolvimento para a Região Geoeconômica de Brasília.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
115/84	Henrique Santillo	Dá nova redação ao art. 210 do Decreto-lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, que regula o Sistema Tributário do Distrito Federal e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
116/84	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que dispõe sobre o FGTS, com vistas a possibilitar que o empregado optante utilize sua conta vinculada na aquisição ou edificação de casa própria sem a vinculação obrigatória ao Sistema Financeiro de Habitação.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
117/84	Gabriel Hermes	Dá nova redação ao art. 18 do Decreto-lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
118/84	Itamar Franco	Fixa procedimento para apuração da dívida externa e estabelece critérios para o respectivo acompanhamento mensal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
119/84	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, estabelecendo privilégio para os trabalhadores que frequentam curso regular de alfabetização.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
124/84	Nelson Carneiro	Modifica dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, com vistas a permitir a utilização do FGTS também na construção de moradia própria.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
125/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, com a finalidade de impor pesada multa, que reverterá ao trabalhador prejudicado, no caso de descumprimento de exigência legal relativa à isonomia salarial.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
126/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao art. 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, com vistas a permitir o cômputo das horas extras habituais ao tempo de serviço, para efeito de aposentadoria.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
127/84	Jaison Barreto	Altera dispositivo do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, que estabelece normas para a recuperação econômica das atividades da Marinha Mercante, dos Portos Nacionais e da Rede Ferroviária Federal S.A.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
128/84	Nelson Carneiro	Faculta ao trabalhador aposentado readmissão na empresa, na condição que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
129/84	Enéas Faria	Dispõe sobre recenseamento nos municípios das Regiões Metropolitanas.	A Câmara
130/84	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei Orgânica da Previdência Social, de modo a determinar que a restituição de contribuições prevista no § 3º do art. 64 se faça invariavelmente com correção monetária e juros moratórios.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
131/84	Fernando Henrique Cardoso (Vide PLS nº 102/83)	Estabelece a correção automática integral dos salários e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
132/84	Henrique Santillo (Complementar) (Vide PLS nº 51/84)	Altera o inciso X do art. 4º da Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, com a alteração introduzida pela Lei Complementar nº 38, de 13 de novembro de 1979.	Em tramitação
133/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a correção automática dos salários, reajustes das prestações dos imóveis residenciais adquiridos pelo Sistema Financeiro de Habitação, dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
134/84	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, parte referente às comissões internas de prevenção de acidentes — CIPAs — com vistas à ampliação dos direitos de seus integrantes, representantes dos empregados.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
136/84	Jaison Barreto	Faculta o pagamento parcelado dos débitos dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
137/84	Humberto Lucena	Autoriza o Poder Executivo a aplicar recursos do Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL) na assistência médica da Previdência Social.	A Câmara
138/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a permitir a sindicalização da categoria de trabalhadores que menciona.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
141/84	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento médico de urgência por hospitais públicos e dá outras providências.	Rejeitado
142/84	Fernando Henrique Cardoso	Dá nova redação ao § 2º do art. 79 da Lei Orgânica da Previdência Social, a fim de isentar os proprietários de habitações populares da responsabilidade solidária perante a Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
143/84	Amaral Furlan	Dá nova redação ao item IV ao art. 8º da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
144/84	Itamar Franco	Dispõe sobre anotação obrigatória da vacinação contra a hepatite tipo B e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
145/84	Nelson Carneiro (Tramita com os PLS nºs 152/84 e 78/85)	Dispõe sobre a obrigatoriedade de ser designado um representante do sindicato dos aeronautas para acompanhar os inquéritos destinados a apurar causas de acidentes com aviões.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
146/84	Pedro Simon (Vide PLS nº 102/83)	Estabelece a correção trimestral dos salários, fixa critérios para esta correção e revoga dispositivos do Decreto-lei nº 2.065, de 26-10-83.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
147/84	Nelson Carneiro	Atribui às Secretarias de Agricultura, dos Estados, Territórios e Distrito Federal, a competência exclusiva para fixar as quotas de farelo de trigo, soja e arroz que devam caber a cada produtor rural.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
149/84	Gabriel Hermes	Altera disposições do Decreto-lei nº 1.040, de 21 de outubro de 1969.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
150/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, com vistas ao estabelecimento de mais restrições ao desmatamento.	Em tramitação
151/84	Nelson Carneiro	Declara de utilidade pública os serviços de radio-amador e de rádio do cidadão, dando outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
152/84	Gastão Müller (Vide PLS nº 145/84)	Torna obrigatória, nas sindicâncias que envolvam a apuração das causas de acidentes aéreos, a presença de um membro designado pelo Sindicato dos Aeronautas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
154/84	Nelson Carneiro	Define a residência médica e disciplina o exercício profissional da atividade, dando outras providências.	Rejeitado
155/84	Roberto Saturnino	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), incluindo entre os bens absolutamente impenhoráveis os que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
156/84	Pedro Simon	Acrescenta item ao § 1º do art. 27 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, a fim de incluir pelo menos dois mutuários no Conselho de Administração do Banco Nacional da Habitação (BNH).	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
157/84	Gastão Müller	Proíbe o trabalho em horas extraordinárias nas empresas que, no último quinquênio, tenham reduzido o número de empregados.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
158/84	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis), estabelecendo que a gratificação adicional de tempo de serviço seja paga em anuênios.	Rejeitado
159/84	Álvaro Dias	Libera de restrições a moagem colonial de trigo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
160/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, para o fim de determinar a imediata e automática absorção, pelo Judiciário, dos processos de liquidação extrajudicial de instituições financeiras, sociedades seguradoras e entidades de previdência privada, quando não concluídos no prazo de seis meses.	À Câmara
161/84	Nelson Carneiro	Determina que seja incorporada ao vencimento, na condição que especifica, a gratificação de cargo técnico percebida por servidor público.	Rejeitado
162/84	Nelson Carneiro	Autoriza o pagamento do 13º salário em parcelas mensais, a partir do primeiro mês do ano, na condição que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
164/84	Nelson Carneiro	Institui o Estatuto das Empresas Estatais, dispondo sobre a fiscalização de seus atos, criando formas de co-gestão e determinando outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
165/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, visando a restabeleces o privilégio da indenização dobrada ao trabalhador que conta mais de 10 anos de serviço e é despedido sem justa causa.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
166/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito).	À Câmara
167/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Estatística, a produção de informações estatísticas e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
168/84	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
169/84	Nelson Carneiro (Vide PLS nº 326/80)	Dá nova redação ao art. 73, caput , da CLT, com vistas a elevar para 25 o percentual do acréscimo da hora noturna.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
170/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo do Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, para o fim de isentar de contribuição previdenciária os aposentados por invalidez.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
171/84	Carlos Chiarelli	Introduz alterações nos incisos II e III do art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, para permitir que o empregado com mais de 10 anos de serviço numa mesma empresa possa retirar 50% do valor do depósito bancário.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
172/84	Carlos Chiarelli	Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 6.210, de 4 de junho de 1975, para permitir que o segurado aposentado por invalidez possa retornar à atividade laborativa, em caráter parcial, mediante autorização da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
174/84	Fernando Henrique Cardoso	Acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
175/84	Carlos Chiarelli (Vide PLS nº 131/84)	Altera a redação do art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho para estabelecer que o adicional de insalubridade incidirá sobre o salário percebido pelo trabalhador, salvo se se tratar de profissional com profissão regulamentada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
176/84	Jorge Kalume	Autoriza a instituição da Fundação Memorial Israel Pinheiro e dá outras providências.	A Câmara
177/84	Nelson Carneiro (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11-8-75, com vistas a atribuir à Justiça do Trabalho competência para dirimir questões relacionadas com o PIS, bem como a fixar prazo de prescrição para reclamar direitos nesse campo.	Em tramitação
178/84	Fernando Henrique Cardoso	Revoga o item VIII do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
179/84	Henrique Santillo	Altera dispositivos da Lei nº 6.538, de 1978, que dispõe sobre os serviços postais, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
180/84	Nelson Carneiro (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou o PIS-PASEP, com vistas a permitir a utilização do saldo das contas individuais, no caso que especifica.	Em tramitação
181/84	Nelson Carneiro	Altera o art. 35 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, para modificar a atual denominação do Ministério da Indústria e do Comércio.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
182/84	Nelson Carneiro	Estabelece critérios para os reajustes semestrais automáticos dos valores de benefícios de prestação continuada da previdência social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
183/84	Fernando Henrique Cardoso	Dá ao empregado doméstico a proteção da legislação de acidentes do trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
185/84	Nelson Carneiro	Autoriza o Banco do Brasil a realizar empréstimos pessoais simples em favor de servidores públicos aposentados, nas condições que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
186/84	Mário Maia	Denomina Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek a BR-364 e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
187/84	Gastão Müller	Dispõe sobre programação de interesse local nas emissoras de televisão.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
189/84	Gabriel Hermes	Dispõe sobre o registro de profissionais e de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
190/84	Gabriel Hermes	Revoga os arts. 373, 374, 375, 376, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385 e 386 da CLT e altera a redação do § 1º do item IV do art. 389 do mesmo diploma consolidado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
192/84	Moacyr Duarte	Altera o Decreto-lei nº 5.998, de 1943, e a Lei nº 4.870, de 1965, acrescentando artigo ao Decreto-lei nº 3.855, de 1941.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
193/84	Nelson Carneiro (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 1975, que unificou o PIS-PASEP, para o fim de permitir a movimentação da conta individual, na situação que especifica.	Em tramitação
194/84	Gastão Müller	Torna obrigatório o laudo de peritos da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nas obras de arte e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
195/84	Carlos Chiarelli	Institui o Registro Nacional de Propriedade Automotora e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
196/84	Roberto Saturnino	Introduz modificações na CLT.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
198/84	Nelson Carneiro	Resguarda direitos adquiridos por funcionários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal antes da vigência da Lei nº 5.903, de 1973, quanto à percepção de adicionais por quinquênios.	À Câmara
199/84	Itamar Franco	Estabelece limite à fixação de preço público pelo fornecimento de bens ou serviços essenciais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
200/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aumentando para 2 (duas) horas o tempo de descanso concedido à mulher para o aleitamento do filho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
201/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a atribuir aos sindicatos de empregados a prerrogativa de fornecer atestados de desemprego a seus filiados ou a outros trabalhadores da categoria representada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
202/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a regulamentação da profissão de treinador de futebol, e dá outras providências	Arquivado (art. 367 do R.I.)
203/84	Jutahy Magalhães	Modifica os arts. 393 e 394 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.	À Câmara
204/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que modificou a legislação da previdência social, objetivando permitir aos segurados progredir na escala de contribuições na forma e condição que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
206/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de serviço público e privado, com vistas a permitir o cômputo do tempo de duração do curso universitário para efeito de aposentadoria do regime aí estabelecido.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
207/84	Jorge Kalume	Autoriza o Poder Executivo a isentar da cobrança de multas e de correção monetária os débitos relativos no ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural) e a contribuição devida ao INCRA, incidentes sobre imóveis situados na Amazônia Legal, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
208/84	Fernando Henrique Cardoso	Dá nova redação ao § 3º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
209/84	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980, estendendo a todos os servidores, mesmo não estatutários, o direito à pensão especial.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
210/84	Gabriel Hermes	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, alterada pela Lei nº 6.458, de 1º de novembro de 1977, dispondo sobre o pagamento de duplicatas em data posterior à de seus vencimentos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
211/84	Nelson Carneiro (Tram. em conj. com os PLS nºs 234 e 258/84)	Acrescenta dispositivo à CLT, na parte concernente à proteção à maternidade, concedendo à mãe adotiva, na condição que especifica, o direito a descanso para amamentação.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
212/84	Fernando Henrique Cardoso	Dá nova redação ao § 4º do art. 9º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
213/84	Roberto Saturnino	Altera o Decreto-lei nº 1.422, de 23 de outubro de 1975.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
214/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 (Lei de Falências), com vistas a criar a figura do síndico ou depositário para o período imediatamente posterior ao pedido, antes que ocorra a sentença de concessão.	À Câmara
215/84	Gabriel Hermes	Altera o art. 4º do Decreto-lei nº 1.040, de 21 de outubro de 1969.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
216/84	Nelson Carneiro	Estabelece critério para o reajustamento das prestações da casa própria do mutuário profissional liberal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
217/84	Galvão Modesto	Torna obrigatória a prática, nas faculdades de Ciências Agrícolas de ensino médio, de disciplina referente aos agrotóxicos e de outros biocidas e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
218/84	Amaral Furlan	Isenta do pagamento de direitos autorais previstos no art. 73 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, os pequenos e médios comerciantes e industriais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
219/84	Gabriel Hermes	Integra o sistema de eclusas aos projetos de engenharia para aproveitamento hidrelétrico e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
220/84	Henrique Santillo	Estabelece critérios para reajustamento salarial do servidor público e dá outras providências.	Rejeitado
221/84	Carlos Chiarelli	Altera a redação da alínea c do inciso II do art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, para incluir, expressamente, como necessidade grave e premente, enfermidade pessoal ou familiar do trabalhador.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
222/84	Roberto Saturnino	Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, estabelecendo, na forma do disposto no art. 142 da Constituição Federal, a delimitação da competência da Justiça do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
223/84	Nelson Carneiro	Estende às pensões percebidas por viúvas de militares os benefícios da Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
224/84	Jaison Barreto	Dispõe sobre a autorização para taxa de câmbio especial, nos casos que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
225/84	Nelson Carneiro	Estabelece o piso de 100% do INPC para os reajustes salariais que se realizarem no País, qualquer que seja a sua periodicidade.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
226/84	Nelson Carneiro	Revoga o Decreto-lei nº 1.971, de 30 de novembro de 1982.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
227/84	Nelson Carneiro (Complementar)	Autoriza a movimentação das contas individuais do PIS-PASEP, pelos participantes que especifica, durante tempo certo.	Em tramitação
228/84	Nelson Carneiro	Autoriza deduzir da renda bruta das pessoas físicas, sujeitas à tributação do imposto de renda, as despesas com aquisição de aparelho para surdez, na forma que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
229/84	Nelson Carneiro	Altera a Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955, que regula o exercício da enfermagem profissional, com vistas a nela incluir, definindo as respectivas atribuições, o Técnico de Enfermagem.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
230/84	Eunice Michiles	Proíbe a adição do bromato de potássio à farinha de trigo, nos produtos de sua fabricação, pelas panificadoras e confeitarias.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
231/84	Gastão Müller	Dispõe sobre a extração e o transplante de tecidos, órgãos e partes do corpo humano, com fins terapêuticos e científicos, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
234/84	Nelson Carneiro (Vide PLS nº 211/84)	Restabelece o art. 398 da CLT, com nova redação, visando a estender à mãe adotiva, na condição que especifica, as regras de proteção à maternidade dos arts. 392 e 396.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
235/84	Henrique Santillo	Substitui o texto da Lei nº 6.341, de 5 de julho de 1976, e nos artigos onde constar, o termo Movimento Estudantil por Movimento Jovem, dá nova redação ao item II do art. 2º da mesma lei e revoga o parágrafo único do mesmo artigo.	Em tramitação
236/84	Jorge Bornhausen	Acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
237/84	Jorge Bornhausen	Dispõe sobre a constituição de blocos parlamentares e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
238/84	Raimundo Parente	Dispõe sobre isenções tributárias, de taxas e serviços que menciona, as instituições de educação ou de assistência social, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
239/84	Nelson Carneiro	Autoriza as instituições de ensino superior vinculadas à União a manterem cursos noturnos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
240/84	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, com vistas a estabelecer a compatibilidade entre o FGTS e o sistema indenizatório da CLT.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
241/84	Pedro Simon	Dispõe sobre a produção, comercialização, uso, fiscalização e importação de agrotóxicos e afins e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
242/84	João Lobo	Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.	À Câmara
244/84	Nelson Carneiro (Complementar)	Isenta de encargos fiscais as transmissões imobiliárias que especifica.	Em tramitação
246/84	Raimundo Parente (Complementar)	Altera a redação do art. 7º da Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, modificada pelas Leis Complementares nº 28, de 18 de novembro de 1977; nº 33, de 16 de maio de 1978, e nº 46, de 20 de agosto de 1984.	Em tramitação
247/84	João Lobo	Disciplina a aplicação dos recursos do PIN-PROTERRA.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
248/84	Lenoir Vargas	Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 6.899, de 8 de abril de 1981, renumerando os artigos que indica, a fim de corrigir monetariamente os valores de títulos protestados, a partir dos respectivos vencimentos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
249/84	Aderbal Jurema	Dispõe sobre a transmissão de música brasileira pelas emissoras de rádio.	À Câmara
250/84	Nelson Carneiro (Complementar)	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o PRO-RURAL.	Em tramitação
251/84	Raimundo Parente	Destina recursos combinados do FGTS e do FINSOCIAL para a solução do problema habitacional das áreas carentes do Nordeste e do Norte do País e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
252/84	João Lobo	Dá nova redação ao art. 10 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
254/84	Nelson Carneiro	Assegura aposentadoria especial à categoria de trabalhador que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
255/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a comprovação de serviço prestado por profissional liberal perante a Previdência Social, para efeito de concessão de benefícios de prestação continuada.	Rejeitado
256/84	João Lobo	Acrescenta artigo ao Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
257/84	Raimundo Parente	Dispõe sobre a instituição da Licença Remunerada para fins educativos e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
258/84	Nelson Carneiro (Vide PLS nº 211/84)	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente à proteção à maternidade, concedendo à mãe adotiva, na condição que especifica, o direito a descansos para amamentação.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
259/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à legislação do FGTS, restabelecendo, em favor do trabalhador, com mais de dez anos de serviço, despedido sem justa causa, o privilégio da indenização dobrada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
260/84	Virgílio Távora	Dispõe sobre os direitos relativos a software e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
261/84	Jorge Kalume	Estabelece critérios para a fixação das prestações dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, dos reajustamentos dessas prestações e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
262/84	Helvidio Nunes	Altera dispositivo do Decreto-lei nº 1.272, de 29 de maio de 1973, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
263/84	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Capítulo das Disposições Gerais (IV) da Lei nº 5.540, de 1968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.	A Câmara
264/84	Nelson Carneiro	Institui o Código de Aplicações das Normas Jurídicas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
265/84	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei Orgânica da Previdência Social, de modo a estabelecer que a pensionista do sexo feminino mantenha direito à sua cota da pensão em casos de novo matrimônio, com pequeno desconto para a finalidade que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
266/84	Marco Maciel	Dispõe sobre o Ouvidor-Geral e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
5/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 5.958, de 1973, de modo a permitir que a opção retroativa pelo regime do FGTS se faça sem a concordância do empregador.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
6/85	Nelson Carneiro (Vide PLC nº 131/84)	Altera dispositivo da CLT, com vistas a redefinir o alcance do adicional de insalubridade.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
7/85	Alvaro Dias	Descaracteriza como de interesse da segurança nacional os municípios que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
8/85	Nelson Carneiro	Modifica dispositivo do Código Nacional de Trânsito (Lei nº 5.108, de 1966) de modo a estabelecer a facultatividade do uso de cinto de segurança nos veículos.	A Câmara
9/85	Morvan Acayaba	Autoriza o Poder Executivo a considerar extintos os débitos fiscais das microempresas para com a Fazenda Federal e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
10/85	Affonso Camargo (Complementar)	Revoga o art. 6º da Lei Complementar nº 42, de 1982, que altera a Lei Complementar nº 5, de 1970, que estabeleceu casos de inelegibilidade.	Em tramitação
11/85	Nelson Carneiro	Altera o inciso IV do art. 496, acrescenta parágrafo único ao art. 530 e modifica a epígrafe do Capítulo IV do Título X do Livro I da Lei número 5.869, de 1973 (Código de Processo Civil).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
12/85	Mário Maia	Altera o art. 91 da Lei nº 4.737, de 1965 — Código Eleitoral, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
13/85	Carlos Chiarelli	Acrescenta um parágrafo ao art. 6º da Lei número 5.107, de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
14/85	Fábio Lucena (Complementar)	Restringe a exigência do art. 6º da Lei Complementar nº 1, de 1967.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
15/85	Nelson Carneiro (Vide PLS 104/83)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.591, de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações, de modo a estabelecer a possibilidade de o inquilino votar nas assembleias gerais, quando a isso não se oponha o proprietário.	Arquivado (Art. 367 do R.I.)
16/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à CLT, com vistas a determinar que se transfira ao marido o direito a ter filho sob a vigilância e assistência de creche mantida pelo empregador, no caso de separação e condições que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
18/85	Nelson Carneiro	Inclui o marido como dependente da segurada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
18-A/ 1985	José Sarney	Dispõe sobre benefícios fiscais na área do Imposto sobre a Renda atribuídos a operações de caráter cultural ou artística.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
19/85	Odacir Soares (Complementar)	Cria o Estado de Brasília, e dá outras providências.	Em tramitação
20/85	Nelson Carneiro	Declara a nulidade de despedidas de empregados, nos casos que especifica, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
21/85	Carlos Chiarelli	Altera a redação do art. 10 da Lei nº 6.903, de 1981, que dispõe sobre a aposentadoria dos Juizes Temporários da União, de que trata a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
22/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente à nacionalização do trabalho, com vistas a determinar a atribuição de pesos aos robôs importados e considerá-los trabalhadores estrangeiros.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
23/85	Jorge Kalume	Regulamenta a profissão de Treinador de Futebol e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
26/85	Alvaro Dias	Dispõe sobre isenções fiscais para o transporte coletivo urbano visando a reduzir seus custos e tarifas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
27/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre prorrogação de prazo de validade de concursos públicos, nos casos e condições que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
28/85	Carlos Chiarelli (Vide PLS nº 11/84)	Dispõe sobre a prescrição dos direitos do trabalhador, assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
29/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei n.º 5.107, de 13 de setembro de 1966, a fim de permitir a utilização do FGTS também para gastos com ampliação e reforma da casa própria.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
31/85	Jaison Barreto	Estabelece normas para voto por instrumentos e dá outras providências.	A Câmara
32/85	Nelson Carneiro (Tramita em conj. com o PLC nº 13/84)	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, estabelecendo limite mínimo de gratificação para os bancários que exercem cargos de confiança.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
33/85	Hélio Gueiros	Altera a redação do art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
34/85	Nelson Carneiro	Introduz modificação no Decreto-lei nº 1.338, de 23 de julho de 1974, com vistas a permitir resgate antecipado de aplicações no Fundo 157, no caso que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
35/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de deixar expressa a possibilidade de os aposentados participarem da direção de associação sindical.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
36/85	Roberto Saturnino	Estabelece critérios para as contribuições previdenciárias das empresas e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
37/85	Roberto Saturnino	Institui indenização a ser paga pelo empregador no caso de despedida sem justa causa.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
38/85	Alexandre Costa	Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
39/85	Amaral Peixoto	Dispõe sobre a recondução de membros do Conselho Federal de Cultura.	À Câmara
40/85	João Castelo	Isenta do imposto de renda as pensões e os proventos de inatividade das pessoas físicas maiores de 65 anos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
41/85	Roberto Saturnino	Dispõe sobre a concessão de empréstimo especial por motivo de casamento.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
42/85	Roberto Saturnino	Isenta do recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, a aquisição de veículos de fabricação nacional por portadores de deficiência física.	À Câmara
43/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, com vistas a reformular o critério de enquadramento sindical de proprietário agrícola.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
44/85	Carlos Chiarelli (Complementar)	Altera a redação do § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que regula o Programa de Integração Social — PIS, e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — PASEP.	Em tramitação
45/85	Jutahy Magalhães	Torna obrigatória a publicação anual, por parte de todos os órgãos da administração direta e indireta, das despesas efetuadas com propaganda e publicidade, discriminando o montante pago a cada agência ou veículo beneficiado.	À Câmara
46/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações no Código Penal, com vistas a ampliar a imunidade penal do advogado no exercício de sua atividade postulatória judicial.	À Câmara
47/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, impondo ao empregador o encargo de obrigações trabalhistas em dobro, quando não as cumprir dentro do prazo certo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
49/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a determinar que as cobranças judiciais de contribuições sindicais em atraso se façam por intermédio da Justiça do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
50/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a limpeza obrigatória de imóveis não edificados, no Distrito Federal, a cargo do proprietário, nas condições que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
51/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre as Professoras Normalistas e seu engajamento na educação nacional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
52/85	Odacyr Soares	Estende aos servidores públicos civis, militares e autárquicos não sujeitos ao regime jurídico da CLT o direito à gratificação de natal.	Rejeitado
53/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 6.150, de 3 de dezembro de 1974, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de iodação do sal destinado ao consumo humano, etc.", para o fim de também determinar a fluoretação do produto, nas condições que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
54/85	Nelson Carneiro	Estabelece valores para as bolsas de estudos distribuídas pelo Programa Especial de Bolsas de Estudos (PEBE).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
55/85	João Castelo	Institui adicional sobre o IPI de bebidas alcoólicas e de derivados de fumo, para aplicação nos serviços de saúde pública.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
56/85	Jorge Kalume	Altera dispositivos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
57/85	Nelson Carneiro	Trata da fixação de honorários de perito.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
58/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da legislação previdenciária, com vistas a determinar que as filhas solteiras de qualquer condição permaneçam como dependentes dos segurados da previdência, independentemente de limite de idade.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
59/85	Nelson Carneiro	Altera o critério de cobrança da taxa de ocupação pela posse e uso de espaço em próprios do Distrito Federal, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
60/85	Hélio Gueiros	Dispõe sobre a substituição e sucessão temporária do Governador do Distrito Federal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
61/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância.	À Câmara
62/85	Lenoir Vargas	Regula a concessão de carteiras de habilitação a pessoas qualificadas como analfabetas, e acrescenta um parágrafo ao art. 70, da Lei nº 5.108, de 21 de dezembro de 1966, modificada pela Lei nº 6.731, de 4 de dezembro de 1979.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
63/85	Jorge Kalume	Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados o material fotográfico nacional.	À Câmara
64/85	Jorge Kalume	Isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias o material fotográfico nacional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
65/85	Nelson Carneiro	Disciplina seguro obrigatório de veículos automotores.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
66/85	Jutahy Magalhães	Cria o Balanço Trimestral de Transporte Aéreo.	À Câmara
67/85	Carlos Alberto	Dispõe sobre a autonomia das universidades federais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
68/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a exigência de quadro de instrumentador cirúrgico nos hospitais da rede particular, como condição para credenciamento pela previdência social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
70/85	Nelson Carneiro (Tramita em conj. com os PLS nºs 79, 82, 85, 132, 163, 174 e 185 de 1985)	Introduz modificações na Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, com vistas a estabelecer critérios de preferência na admissão e demissão de aeronautas, quando esta se tornar imperiosa por motivo de ordem econômica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
71/85	João Lobo	Dispõe sobre a denominação de "Presidente Tancredo Neves" à atual Praça dos Três Poderes, em Brasília, DF.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
72/85	Alfredo Campos	Dá o nome de "Aeroporto Internacional Presidente Tancredo Neves" ao Aeroporto Internacional de Confins, em Minas Gerais.	Prejudicado
73/85	Fernando Henrique Cardoso	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
74/85	João Castelo	Dispõe sobre o cálculo do imposto de renda das pessoas físicas que são obrigadas a apresentar declaração de rendimentos dentro do ano-base.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
75/85	Nelson Carneiro	Estabelece regra especial de fiscalização dos veículos oficiais, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
76/85	Jorge Kalume	Estabelece a obrigatoriedade do exame de sanidade física e mental para os candidatos aos cargos de Presidente e Vice-Presidente na República.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
77/85	Nelson Carneiro	Modifica a proporcionalidade de empregados brasileiros, alterando o art. 354 da CLT, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
78/85	Itamar Franco (Vide PLS nº 145/84)	Determinando que os procedimentos instaurados para apurar causa de acidente aéreo sejam integrados, paritariamente, por militares, aeronautas e aeroviários.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
79/85	Itamar Franco (Vide PLS nº 70/85)	Dá nova redação ao art. 51 da Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, que "regula o exercício da profissão de aeronauta".	Arquivado (art. 367 do R.I.)
80/85	Lenoir Vargas	Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 7.025, de 8 de setembro de 1982.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
81/85	Jutahy Magalhães	Dá nova redação aos arts. 4º, item II, 5º e 125, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, alterado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969; dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação de atos e contratos de interesse da Administração Pública Federal Direta e Indireta, e dá outras providências.	À Câmara
82/85	Nelson Carneiro (Vide PLS nº 70/85)	Introduz modificações na Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, com a finalidade de estabelecer critério especial de concessão de férias ao aeronauta, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
85/85	Roberto Saturnino (Vide PLS nº 70/85)	Altera dispositivo da Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
87/85	Hélio Gueiros	Extingue o cargo de Vice-Reitor das Universidades autárquicas, e dá outras providências.	Rejeitado
88/85	Lenoir Vargas (Complementar)	Introduz alteração na Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, que "estabelece critério e limites para a fixação da remuneração de Vereadores".	Prejudicado
89/85	Roberto Wypych	Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar das embalagens de produtos alimentícios, de limpeza e de higiene pessoal industrializados inscrição do preço ao consumidor, e dá outras providências.	Rejeitado (art. 367 do R.I.)
90/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre Referência Especial de Salário Mínimo profissional de nível superior, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
91/85	Carlos Alberto (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que "altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP)", com vistas a facultar a movimentação das contas individuais, no caso de calamidade pública decorrente de enchente ou inundação.	Em tramitação
94/85	Nelson Carneiro	Determinando que os conjuntos residenciais construídos com recursos do Sistema Financeiro de Habitação sejam aparelhados com módulos esportivos de uso comum da comunidade.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
95/85	Guilherme Palmeira (Complementar)	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 1971, alterada pela Lei Complementar nº 16, de 1973, e dá outras providências.	Em tramitação
97/85	Carlos Alberto	Modifica a Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que "cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências" visando a permitir a movimentação da conta vinculada no caso de calamidade pública decorrente de enchente ou inundação.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
98/85	Mário Maia	Denomina Aeroporto Internacional Senador Adalberto Sena, o Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre.	A Câmara
100/85	Carlos Alberto	Isenta do imposto de renda na fonte os rendimentos do trabalho assalariado até Cr\$ 6.662.400.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
101/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 3.529, de 13 de janeiro de 1959, que disciplina a aposentadoria especial dos jornalistas profissionais, para o fim de estabelecer que as mulheres, exercentes dessa atividade, possam aposentar-se após vinte e cinco anos de tempo de serviço.	A Câmara
102/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a ampliar as oportunidades de trabalho dos estivadores.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
103/85	Roberto Saturnino	Dispõe sobre a forma de escolha dos dirigentes das universidades mantidas pela União e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
104/85	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que "institui a Lei de Execução Penal".	Arquivado (art. 367 do R.I.)
105/85	Jutahy Magalhães	Cria o Serviço Nacional de Alistamento Eleitoral e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
106/85	Gastão Müller	Institui a Semana Nacional da Democracia, cujo patrono é Tancredo de Almeida Neves.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
107/85	Roberto Saturnino	Altera o inciso IX do art. 659 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
108/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações no Código de Processo Civil (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973), com vistas a restabelecer o antigo recurso de revista, sob a denominação de embargos de divergência, no lugar do atual procedimento de uniformização de jurisprudência.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
109/85	Carlos Alberto	Assegura aos empregados domésticos férias anuais remuneradas iguais às dos trabalhadores em geral.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
110/85	Carlos Chiarelli	Acrescenta uma alínea ao art. 1º da Lei nº 1.234, de 14 de novembro de 1950, para conceder aposentadoria especial aos exercentes de atividades com Raios "X" e substâncias radioativas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
111/85	Roberto Saturnino	Garante emprego dos empregados em empresas sob fusão, incorporação, privatização ou intervenção.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
112/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, dispendo sobre a incidência de correção monetária nas indenizações que lhes forem devidas, estabelecendo foro privilegiado em seu favor e dando outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
113/85	Carlos Alberto	Dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de serviço entre atividades abrangidas pelo Programa de Assistência ao Trabalhador Rural e aquelas vinculadas à Previdência Social Urbana.	Rejeitado
115/85	Raimundo Parente	Destina 5% (cinco por cento) da Renda Líquida da Loteria de Números (LOTO) ao atendimento de deficientes físicos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
116/85	João Castelo	Dispõe sobre o cálculo do Imposto de Renda na fonte sobre rendimentos do trabalho assalariado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
117/85	José Ignácio Ferreira	Institui regime de fiscalização intensiva a ser aplicado pelo Banco Central do Brasil nas instituições que menciona, altera a Lei de Falência (Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945), e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
118/85	Carlos Alberto	Estabelece limites à revisão e reajuste dos contratos administrativos de concessão dos serviços públicos de fornecimento de água e saneamento básico, distribuição de energia elétrica e telefonia.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
119/85	Humberto Lucena	Restitui aos civis e militares as condecorações nacionais que foram retiradas em decorrência de cassação de mandato e de suspensão de direitos políticos, através de atos de exceção.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
120/85	João Calmon	Estabelece padrões mínimos de remuneração para o magistério.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
121/85	Raimundo Parente	Permite o desmembramento de terrenos de mansão com área igual ou superior a 2 ha (dois hectares) e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
122/85	Carlos Alberto (Complementar)	Dá nova redação ao § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que "altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), para o fim de permitir, ao titular de conta individual, o recebimento do respectivo saldo, na hipótese de desemprego involuntário.	Em tramitação
123/85	Carlos Alberto	Acrescenta parágrafo e altera a redação do artigo 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que "cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências".	Arquivado (art. 367 do R.I.)
125/85	Nivaldo Machado	Altera a redação dos artigos 143 e 178 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
126/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, com vistas a beneficiar os integrantes da Marinha Mercante que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
127/85	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a extensão dos efeitos das Leis n.ºs 3.502, de 21 de dezembro de 1985 e 3.164, de 1º de julho de 1957, a outros casos, que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
128/85	Nivaldo Machado	Altera a redação do item IV do artigo 17 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, e dá outras providências.	A Câmara
129/85	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a vedar a concessão de férias a empregado em período que coincida com sua convocação para servir ao júri.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
130/85	Carlos Alberto	Altera a redação dos artigos 116, 145 e 148, e insere o artigo 151 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
131/85	Raimundo Parente	Cria o "Fundo de Recreação Turística" e determina outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
132/85	Nelson Carneiro (Vide PLS nº 70/85)	Modifica a Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, acrescentando-lhe um artigo, sob nº 18, para o fim de determinar que serviços aéreos sejam organizados em carreira, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
133/85	Cid Sampaio (Complementar)	Promove a remissão dos débitos fiscais e para-fiscais das empresas e dá participação aos trabalhadores das mesmas.	A Câmara
134/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a concessão de prazo para purgação da mora nos aforamentos de terrenos pertencentes à União.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
135/85	Carlos Alberto	Altera o § 5º do art. 3º da Lei nº 5.890, de 6 de junho de 1973.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
136/85	Alfredo Campos	Dá o nome de "Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek" ao Aeroporto Internacional de Brasília, no Distrito Federal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
137/85	Nelson Carneiro	Dá nova disciplinação à política salarial e revoga a Lei nº 7.238, de 29 de outubro de 1984.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
138/85	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a manutenção da correção automática semestral dos salários, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
139/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o direito de greve.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
140/85	Gabriel Hermes	Dispõe sobre as atribuições do bacharel em ciências contábeis e do técnico em contabilidade.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
141/85	Passos Porto	Altera dispositivo do Código Civil Brasileiro (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916), que dispõe sobre a herança jacente e a sucessão legítima.	À Câmara
142/85	Lomanto Júnior	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Pró-Município, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
143/85	Jorge Kalume	Revoga disposição do Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981.	Prejudicado
144/85	João Castelo	Elimina o impedimento dos servidores públicos para o exercício da advocacia para a propositura de ação popular.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
145/85	Galvão Modesto	Institui o Dia Nacional de Jejum e Oração.	Rejeitado
146/85	Nelson Carneiro	Determina a inclusão de um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura na Comissão Nacional do Alcool.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
147/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a inclusão obrigatória de um representante dos produtores de cada Estado na administração das Centrais de Abastecimento S.A. — CEASA.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
148/85	Carlos Alberto	Dispõe sobre a criação do Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento do Nordeste.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
149/85	Lenoir Vargas	Acrescenta parágrafo ao artigo 86 da Lei número 7.210, de 11 de julho de 1984 — Lei de Execução Penal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
150/85	Nelson Carneiro	Estabelece limite máximo de comprometimento da renda do trabalhador para pagamento de prestações de casa própria, adquirida através do Sistema Financeiro de Habitação.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
151/85	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a edição de decretos secretos e dá outras providências.	À Câmara
152/85	Nelson Carneiro	Estabelece salário mínimo profissional para os controladores de tráfego aéreo e técnicos de informações aeronáuticas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
154/85	Gastão Müller	Denomina Rodovia Presidente Tancredo Neves a BR-158, que liga Altamira, no Pará, a Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
155/85	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Lei de Imprensa, com vistas a excluir a possibilidade de apreensão de periódicos por ato do Ministro da Justiça.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
156/85	Guilherme Palmeira	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1943.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
158/85	César Cals	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para táxis com motor a álcool e caminhões, para condutores autônomos, e abre linhas de crédito para financiamento desses veículos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
159/85	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, de modo a tornar abrangidos pelo benefício os sindicatos de empregados, no caso que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
161/85	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 474 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
162/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, que dispõe sobre normas de direito processual do trabalho, altera dispositivos da CLT, etc.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
163/85	Nivaldo Machado (Vide PLS nº 70/85)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, que "regula a profissão de aeronauta e dá outras providências".	Arquivado (art. 367 do R.I.)
165/85	César Cals	Cancela débitos para com a Fazenda Nacional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
166/85	Nelson Carneiro	Regula a indenização aos dependentes e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
167/85	Nivaldo Machado	Acrescenta § 2º ao art. 116 e dá nova redação ao art. 117 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
168/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a extensão do benefício da Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, ao deficiente físico, na condição que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
169/85	Nelson Carneiro	Estabelece privilégio para a obtenção de registro de nascimento extemporâneo, destinado a instruir o pedido de Carteira de Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
170/85	Jorge Kalume	Estabelece a reciprocidade da correção monetária e juros no pagamento com atraso de dívidas ao contribuinte.	Rejeitado
171/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o término dos contratos de trabalho por tempo indeterminado, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
173/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que "dispõe sobre o Estatuto da Terra", com vistas a estabelecer restrições à alienação de terras havidas através da distribuição da reforma agrária".	Arquivado (art. 367 do R.I.)
174/85	Roberto Saturnino (Vide PLS nº 70/85)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
175/85	Carlos Alberto	Institui o reajuste trimestral do salário mínimo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
176/85	Carlos Alberto	Dá nova redação ao art. 45 da Lei nº 6.251, de 9 de outubro de 1975, que "institui normas gerais sobre desportos".	Arquivado (art. 367 do R.I.)
177/85	Alfredo Campos	Altera a alínea "a" dos itens I e II e elimina o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, que dispõe sobre o plano de assistência do funcionário, estendendo ao marido e a filha maior de 21 anos o direito a pensão.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
178/85	Alfredo Campos	Dá nova redação ao item I do art. 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, estendendo ao marido e à filha maior de 21 (vinte e um) anos o direito à pensão, na forma que estabelece.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
181/85	Nelson Carneiro	Estabelece normas de assistência ao excepcional e autoriza a criação da Fundação de Assistência ao Excepcional — FUNASE, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
182/85	Virgílio Távora	Altera o caput do art. 3º da Lei nº 7.025, de 8 de setembro de 1982.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
183/85	Gabriel Hermes	Apoio à produção nacional de insumos básicos à indústria farmacêutica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
184/85	Nelson Carneiro (Complementar)	Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, com vistas a atribuir aos sindicatos a competência para comprovar a condição de trabalhador rural de pretendente a benefício do PRORURAL.	Em tramitação
185/85	Nelson Carneiro (Vide PLS nº 70/85)	Introduz modificações na Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, que regula o exercício da profissão de aeronauta.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
186/85	João Castelo	Institui a obrigatoriedade do Ensino Profissionalizante de 2º grau nas empresas estatais.	
187/85	Itamar Franco	Dá nova redação ao Capítulo III, do Título X do livro I, do Código de Processo Civil.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
188/85	Mário Maia	Proíbe e pune a derrubada de seringueiras nativas, obrigando o seu replantio, respeitadas as condições ecológicas.	À Câmara
189/85	Mário Maia	Proíbe o desmatamento das margens dos rios e dispõe sobre a proteção das matas ciliares.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
190/85	Carlos Chiarelli	Altera o caput do art. 6º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, para acrescer de 10% (dez por cento) para 20% (vinte por cento), o montante devido pelo empregador, quando da rescisão do contrato de trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
191/85	Nelson Carniero	Altera dispositivo da Lei nº 6.091, de 15 de agosto de 1974, na parte em que permitiu o exercício do direito de voto aos eleitores residentes no DF mas inscritos em outros Estados, com vistas a estender tal prática aos eleitores residentes em quaisquer municípios.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
192/85	Carlos Alberto	Institui a estabilidade provisória no emprego para todos os trabalhadores.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
193/85	Carlos Alberto	Institui o 13º salário para o empregado doméstico.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
194/85	Carlos Alberto	Concede subsídio para pagamento das contas de água e luz, para os trabalhadores que percebem salário mínimo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
195/85	Gabriel Hermes	Inclui as categorias funcionais de Contador, Auditor e Técnico de Controle Interno entre os destinatários da Gratificação de Desempenho de Atividades de Fiscalização Financeira e Orçamentária da União.	À Câmara
196/85	Benedito Ferreira	Torna obrigatório, nos pagamentos à vista, em estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, que utilizem o sistema de cartões de crédito, um desconto de 10% (dez por cento) mais a correção monetária do mês da operação sobre o preço da mercadoria ou serviço adquirido.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
198/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a extensão, aos servidores que especifica, da gratificação do Decreto-lei nº 1.714, de 21 de novembro de 1979.	Rejeitado
199/85	Carlos Alberto	Estende ao empregado doméstico, o direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Rejeitado
200/85	Carlos Alberto	Autoriza o Poder Executivo a reestruturar o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e adotar outras providências.	A Câmara
202/85	Heráclito Rollemberg (Complementar)	Altera o Código Tributário.	Em tramitação
203/85	Henrique Santillo	Concede moratória aos produtores de soja e algodão e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
204/85	João Castelo	Dispõe sobre o cálculo do lucro tributável pelo Imposto de Renda da pessoa física, nas alienações de imóvel adquirido por herança.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
205/85	Nelson Carneiro	Considera insalubres as atividades dos operadores de telex e teletipo, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
206/85	Jorge Kalume	Permite o uso dos créditos em Fundos do Decreto-lei nº 157, para amortização de prestações do Sistema Financeiro de Habitação.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
207/85	Mário Maia	Altera a redação dos artigos 116 e 123 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
208/85	Nelson Carneiro (Complementar)	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, que instituiu o PIS, de modo a determinar que reverta em favor do trabalhador prejudicado a multa aplicada ao empregador por omissão dolosa ou declaração falsa.	Em tramitação
209/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, de modo a não permitir qualquer diferença de direitos trabalhistas entre homem e mulher, assim como desses em relação aos menores, no trabalho rural.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
210/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a destinação de um (1) concurso de prognóstico da Loteria Esportiva Federal (Decreto-lei nº 594, de 27-5-69) ao Fundo de Assistência ao Atleta Profissional (FAAP).	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
211/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, vom vistas a prever o ressarcimento das despesas realizadas pelo reclamante com o comparecimento, seu e das testemunhas, às audiências, na situação que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
212/85	Guilherme Palmeira	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º-5-1943.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
213/85	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a não permitir jornadas maiores de oito horas de trabalho para vigias.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
214/85	Roberto Saturnino	Atribui à rede bancária oficial a função dos tributos federais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
215/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a aperfeiçoar o mecanismo de funcionamento do Enquadramento Sindical.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
216/85	Gastão Müller	Modifica o "caput" do art. 70 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, para permitir que analfabetos possam obter carteira de habilitação para conduzir veículo automotor.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
217/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, para o fim de definir, como crime contra a economia popular, a remarcação de mercadorias em supermercados e estabelecimentos congêneres.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
218/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, que "dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo da previdência social", para o fim de incluir entre seus beneficiários o membro de unidade familiar do trabalhador rural, na situação que especifica.	Rejeitado
219/85	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a garantir indenização também ao trabalhador despedido antes de completar um ano de serviço, desde que sem justa causa.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
220/85	Nelson Carneiro (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, que "estabelece critério e limites para fixação da remuneração dos Vereadores", com vistas a determinar um piso para tal remuneração.	Em tramitação
221/85	Jorge Kalume	Dispõe sobre isenção do Imposto Territorial Rural para propriedades até 300 hectares, na Amazônia Legal, e dá outras providências.	A Câmara
222/85	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
223/85	Nivaldo Machado	Dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 6.592, de 17 de novembro de 1978, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
224/85	Nelson Carneiro	Acrescenta item ao art. 232 do Código de Processo Civil, disciplinando o conteúdo dos editais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
225/85	Cesar Cals	Amplia as finalidades da Fundação de Assistência ao Estudante, a que se refere a Lei nº 7.091, de 18 de abril de 1983.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
226/85	Nivaldo Machado	Altera a redação da alínea b do artigo 182 da Lei nº 1.711, de 18 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).	À Câmara
227/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, que "define os crimes contra a segurança nacional", de modo a redefinir o crime de entrega de documento sigiloso a estrangeiro.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
228/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a estabelecer nova condição para os casos de despedimento por justa causa.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
229/85	Jorge Kalume	Institui a gratificação de Natal para os funcionários públicos, ativos e inativos e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
230/85	Virgílio Távora	Dispõe sobre o cálculo do imposto de renda na fonte dos servidores públicos civis, federais, estaduais e municipais.	À Câmara
231/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a criação da Polícia Florestal, e dá outras providências.	Em tramitação
232/85	Gastão Müller	Torna isenta de todas as custas judiciárias e cartorárias a ação ou contestação judicial de qualquer natureza, visando à preservação do meio ambiente.	Em tramitação
233/85	Nelson Carneiro	Restabelece a plenitude do direito de associação e de opinião dos estudantes.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
234/85	Odacir Soares	Autoriza o Presidente da República a criar o título de "Cidadão Benemérito do Brasil".	Arquivado (art. 367 do R.I.)
235/85	Poder Executivo DF	Altera os arts. 1º, 2º, 3º, 4º, 10 e 11 da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977, que "dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Distrito Federal.	À sanção Lei nº 7.457, de 9-4-86 Veto parcial
236/85	Marcondes Gadelha	Altera a redação do parágrafo único do art. 2º, da Lei nº 6.433, de 15 de julho de 1977.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
237/85	Nelson Carneiro	Amplia os efeitos da Lei de Anistia e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
238/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a inclusão obrigatória das doenças cardiovasculares entre as doenças profissionais de que trata a legislação acidentária do trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
239/85	Galvão Modesto	Modifica a Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que "cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências", para o fim de permitir que, sem distinção de sexo, o empregado que venha a casar-se, na vigência do contrato de trabalho, possa utilizar a sua conta vinculada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
240/85	Galvão Modesto	Dispõe sobre a periodicidade e a base dos reajustes dos servidores públicos civis e militares federais, estaduais e municipais, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
241/85	Galvão Modesto	Dispõe sobre o enquadramento de servidor público egresso de Tabelas Especial ou Temporária e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
242/85	Carlos Chiarelli	Acrescenta parágrafo ao art. 116 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, para permitir a contagem de tempo de serviço prestado ao serviço público, em outro órgão, para efeito de concessão de Licença Especial.	Rejeitado
243/85	Galvão Modesto	Altera a redação dos arts. 67 e 68 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Arquivado (art. 278 do R.I.)
244/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, que define os crimes contra a Segurança Nacional, eliminando a prisão cautelar policial e transferindo para o juiz a faculdade de determinar a custódia do indiciado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
245/85	Nivaldo Machado	Altera a Lei nº 5.698, de 31 de agosto de 1971, que "dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatente segurado da Previdência Social, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
246/85 (DF)	Poder Executivo	Altera a Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências.	À sanção (Lei nº 7.475, de 13-5-86)
247/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 4.090 de 13 de julho de 1962, para o fim de dispor sobre o pagamento integral da Gratificação Natalina ao trabalhador enfermo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
248/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o enquadramento sindical do trabalhador que exerce atividade de manuseio de lã.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
250/85	Nelson Carneiro	Altera e acrescenta dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a atribuir ao TST a competência para expedir instruções sobre eleições sindicais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
251/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, com vistas a garantir terra para agricultura de subsistência ao empregado rural.	Rejeitado
252/85	João Lobo	Dispõe sobre a distribuição de linhas aéreas regulares internacionais, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
253/85	Jorge Kalume	Autoriza o Poder Executivo a instituir a zona franca na cidade de Cruzeiro do Sul, município do Estado do Acre, pelo prazo que especifica, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
254/85	Nelson Carneiro (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, concedendo o direito de saque do Fundo PIS-PASEP a todos os participantes casados, mesmo que o casamento tenha sido realizado anteriormente.	Em tramitação
255/85	Comissão Diretora	Altera a estrutura da Categoria Funcional de Bibliotecário, do Grupo-Outras Atividade de Nível Superior, do Quadro Permanente do Senado Federal, e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
258/85	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre prazo para restituição do Imposto de Renda retido na fonte.	À Câmara
259/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.899, de 8 de abril de 1981, para determinar a incidência de correção monetária nos títulos entregues a cartório de protesto, a partir do vencimento.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
260/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais do ramo de agrotóxicos e fertilizantes manterem engenheiro agrônomo como técnico responsável, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
261/85	Nelson Carneiro	Obriga os estabelecimentos comerciais do ramo de produtos veterinários a manterem um técnico responsável.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
262/85	Roberto Wypych	Dispõe sobre a criação de Escolas Agrícolas Federais nos Municípios de Cascavel, Palotina e Medianeira, no Estado do Paraná, a nível de 2º Grau.	Rejeitado
263/85	Nivaldo Machado Tramita em conj. com o PLS nº 284/85	Altera a Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964 e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
264/85	Alfredo Campos	Determina a impressão da data de fabricação e dos preços do fabricante e de venda ao consumidor, na embalagem de produtos de fabricação nacional e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
265/85	Nelson Carneiro	Disciplina a aplicação da equivalência salarial no pagamento das prestações na aquisição da casa própria, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
266/85	Poder Executivo (DF)	Aprova o Estatuto dos Bombeiros-Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 4.479, de 2-6-86
267/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o plantio de árvores frutíferas às margens das rodovias asfaltadas e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
268/85	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a composição do Conselho Monetário Nacional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
269/85	Jutahy Magalhães	Prevê a destinação do produto líquido da arrecadação de dois testes anuais da Loteria Esportiva Federal para a implantação, conservação ou reforma dos campos de treinamento ou competição dos clubes, dos estádios municipais ou estaduais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
270/85	Nelson Carneiro	Estende aos integrantes da Categoria Funcional de Agente de Defesa Florestal, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, a gratificação instituída pelo Decreto-lei nº 1.714, de 21 de novembro de 1979, e dá outras providências.	À Câmara
271/85	Raimundo Parente	Estabelece a competência do Juizado de Pequenas Causas para o processo das Contravenções Penais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
272/85	Murilo Badaró	Denomina "Ponte Deputado Pedro Dutra" a ponte existente em Cataguazes, Minas Gerais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
273/85	Nelson Carneiro	Obriga a doação de livros, pelas editoras, às bibliotecas públicas, na forma que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
274/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei Orgânica da Previdência Social, para o fim de excluir a restrição ali contida contra o marido de mulher segurada.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
275/85	Raimundo Parente (Complementar)	Isenta de imposto predial os promitentes-compradores de imóveis adquiridos através do Sistema Financeiro de Habitação.	Em tramitação
276/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1960, que institui o FGTS, para o fim de determinar que a conta individualizada do empregado não optante também seja transferida aos dependentes, no caso de seu falecimento.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
277/85	Jutahy Magalhães	Altera a Lei nº 3.708, de 30 de outubro de 1979, que dispõe sobre a correção automática de salários, modifica a política salarial e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
278/85	Amaral Peixoto	Dispõe sobre prestação de assistência, na área de fisioterapia, através de empresas de serviços médicos, em regime de convênio ou contrato com a Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
279/85	Jorge Kalume	Estende aos servidores públicos civis, aposentados por tempo de serviço e por invalidez simples, o reposicionamento, de até doze referências, já deferido aos servidores em atividade.	A Câmara
280/85	Poder Executivo (DF)	Concede ao Doutor Plínio Catanhede, ex-Prefeito do Distrito Federal, um subsídio mensal e vitalício, e dá outras providências.	Em tramitação
281/85	João Lobo	Assegura ao professor, contribuinte da Previdência Social, aposentadoria por tempo de serviço com valor integral do seu salário.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
282/85	Alfredo Campos	Dispõe sobre a aplicação de percentual da parcela mensal de Imposto de Renda retido na fonte para a amortização de débito junto ao Sistema Financeiro de Habitação.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
283/85	Luiz Viana e outros	Cria Distritos de Exportação de Informática e Automação, em regiões metropolitanas do Nordeste, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
284/85	Carlos Chiarelli (Vide PLS nº 263/85)	Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal, para fixar novos critérios de nomeação de Administrador Regional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
285/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, para o fim de garantir a qualidade de segurado ao dirigente sindical, durante o prazo correspondente ao exercício do mandato.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
286/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de um técnico em Turismo, de nível superior, pelas agências de viagens e turismo do País.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
287/85	Guilherme Palmeira	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
288/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à CLT, considerando insalubre o trabalho realizado em hospitais e estabelecimentos similares, para efeito de percepção de adicional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
289/85	Jutahy Magalhães	Altera a base de cálculo e alíquotas do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis, de que trata o Decreto-lei nº 1.785, de 13 de maio de 1980 e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
290/85	João Lobo	Altera dispositivos da Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976, que dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
291/85	Nelson Carneiro	Estabelece critério especial de reajustamento das prestações de aquisição de casa própria para mutuários do Sistema Financeiro de Habitação que sejam profissionais liberais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
292/85	Milton Cabral	Dispõe sobre a participação de militares inativos em atividade político-partidária.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
293/85	Cid Sampaio	Cria o Instituto Nordeste de Tecnologia e Ciência — INTC, vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
294/85	Mário Maia	Concede pensão provisória às viúvas dos funcionários civis, até o recebimento da definitiva.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
295/85	Mário Maia	Equipara os servidores aposentados por tempo de serviço aos inativos por incapacidade física.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
296/85	Nivaldo Machado	Assegura ao ex-combatente, contribuinte da Previdência Social, aposentadoria com valor correspondente ao seu salário.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
297/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito), para o fim de determinar a inclusão de um representante da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego no CONTRAN.	À Câmara
298/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o estágio de estudantes de engenharia civil nas empresas do ramo, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
299/84	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a possibilidade de reintegração liminar ou pagamento dos salários a dirigente sindical despedido por justa causa.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
302/85	Nelson Carneiro	Declara de utilidade pública o Clube de Radioamadores CWRJ do Grupo de CW do Estado do Rio de Janeiro.	À Câmara
303/85	Severo Gomes	Dispõe sobre a padronização, classificação, inspeção e registro de bebidas dietéticas e dá outras providências.	À Câmara
304/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a proibição de importar produtos agropecuários de que o País seja tradicional produtor, ressalvados os casos que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
305/85	Aloysio Chaves	Altera dispositivos do Código Eleitoral e dá outras providências	Arquivado (art. 367 do R.I.)
306/85	Eunice Michiles	Institui incentivo fiscal destinado à implantação ou manutenção de empreendimentos de proteção à fauna silvestre.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
307/85	Alcides Saldanha	Dispõe sobre o resgate de investimentos incentivados, aplicados de acordo com o art. 3º do Decreto-lei nº 157/67 e legislação posterior.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
308/85	Alcides Saldanha	Estende aos policiais militares a isenção de que trata o art. 33 da Lei nº 5.787, de 27 de junho de 1972.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
309/85	Heráclito Rollemberg	Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Idoso — FUNABEL, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
310/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, para o fim de isentar de contribuição previdenciária o aposentado ou pensionista sob tratamento médico.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
311/85	Jorge Kalume (Complementar)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).	Em tramitação
312/85 (DF)	Poder Executivo	Dispõe, no âmbito do Distrito Federal, sobre microempresas, isenções do imposto sobre a circulação de mercadorias e do imposto sobre serviços de qualquer natureza e dá outras providências.	À Sanção (Lei nº 7.519, de 14-7-86)
313/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Código Nacional de Trânsito (Lei nº 5.108, de 1966), com vistas a estabelecer prazo de validade dos exames de sanidade física e mental dos condutores de veículos que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
314/85	Roberto Wypych	Dispõe sobre a criação de Escolas Agrícolas Federais nos Municípios de Marechal Cândido Rondon, Capanema e Cafelândia, no Estado do Paraná, a nível de 2º Grau.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
315/85	Nelson Carneiro	Disciplina a publicidade nos uniformes esportivos dos atletas profissionais, de qualquer modalidade, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
316/85	Cesar Cals	Cria a Tarifa Aérea Universitária e dá outras disposições.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
317/85	Gastão Müller	Altera o art. 95 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, para permitir, desde que não ofensivo à moralidade pública, o registro do cognome do candidato.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
318/85	Mário Maia	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 2.251, de 26 de fevereiro de 1985, estendendo seus benefícios ao pessoal da ativa da ex-Guarda Territorial e da Polícia Civil do Acre, classificado no Grupo PF 500 a 505.	À Câmara
319/85	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre o exercício da profissão de Oceanógrafo e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
320/85	Roberto Saturnino	Dispõe sobre concessão do adicional de insalubridade aos trabalhadores da categoria dos aviários, nas funções que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
321/85	Nelson Carneiro	Visa proibir, ao Banco Nacional da Habitação — BNH, e aos agentes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo — SBPE, cobrança aos interessados nas operações relacionadas com a aquisição da casa própria, qualquer valor pela prática de ato administrativo ou contratual.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
322/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a criação da Polícia Ferroviária Federal, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
323/85	Nivaldo Machado	Autoriza o Poder Executivo a reestruturar os Planos de Cargos e Salários dos docentes e do pessoal técnico e administrativo das Instituições Federais de Ensino Superior.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
324/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.529, de 13 de janeiro de 1959, equiparando os radialistas aos jornalistas profissionais, para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
325/85	Nelson Carneiro	Autoriza a instalação de representação do sindicato dos aeroviários nos aeroportos, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
326/85	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, para o fim de estabelecer penalidades aos infratores das normas relativas à correção automática dos salários.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
327/85	Nivaldo Machado	Dispõe sobre o título de livre-docente.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
328/85	Nelson Carneiro	Atribui à carteira de radialista a qualidade de prova de identidade para todos os efeitos legais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
329/85	Nivaldo Machado	Dispõe sobre a progressão vertical dos integrantes da carreira de magistério superior nas Instituições de Ensino Superior Federais.	Rejeitado
330/85	Odacir Soares	Estende aos Agentes Florestais a Gratificação por Operações Especiais de que trata o Decreto-lei nº 1.714, de 21 de novembro de 1979.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
331/85	Odacir Soares	Revoga o art. 566 da Consolidação das Leis do Trabalho e altera o art. 3º da Lei nº 6.185, de 11 de dezembro de 1974.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
332/85	Jorge Kalume	Reduz a jornada de trabalho da Caixa Econômica Federal de oito horas para seis horas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
333/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968, que dispõe sobre a ação de alimentos, para o fim de deixar expresso que a citação do requerido se fará mediante isenção também das despesas postais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
334/85	Carlos Chiarelli	Altera a redação do art. 16 da Consolidação das Leis do Trabalho, passando o parágrafo único a § 1º e criando um § 2º para dispor que as exigências para o fornecimento de Carteiras de Trabalho e Previdência Social ao menor de 18 anos somente serão feitas por ocasião da admissão no emprego.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
335/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que incidam juros e correção monetária sobre todos os valores monetários discutidos e julgados em dissídio coletivo, a partir da instauração da instância.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
336/85	Amaral Furlan	Altera a redação do caput do art. 3º da Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, que dá nova regulamentação à profissão de Corretor de Imóveis, disciplinando o funcionamento de seus órgãos de fiscalização e dá outras providências.	Rejeitado
337/85	Enéas Faria (Complementar)	Dispõe sobre o Subsídio de Vereadores e dá outras providências.	Em tramitação
339/85	Nelson Carneiro	Modifica dispositivo da Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
340/85	Alfredo Campos	Dá nova redação ao caput do art. 7º e ao parágrafo 2º do art. 9º e elimina o § 5º do art. 7º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que criou o Banco Nacional da Habitação — BNH.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
341/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre isenção de pagamento de passagem nos transportes coletivos, em favor dos deficientes físicos, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
342/85	Cesar Cals	Dispõe sobre o pagamento de débitos de Contribuições Previdenciárias.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
343/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao Código Nacional de Trânsito, com vistas a proibir a imobilização de veículos pela autoridade do trânsito.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
344/85	Nivaldo Machado	Isenta do pagamento da contribuição previdenciária os ex-combatentes.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
345/85	Nelson Carneiro	Modifica dispositivo do Decreto-lei nº 1.695, de 18 de setembro de 1979, com vistas a isentar do imposto de renda na fonte os salários atrasados pagos a trabalhadores em geral.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
346/85	Carlos Chiarelli	Altera a redação do caput do art. 16 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, acrescentando-lhe mais um parágrafo, para permitir que o empregador possa depositar a indenização anterior à opção na conta bancária do empregado, em parcelas mensais, deduzindo-as do Imposto de Renda.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
347/85	Roberto Wypych	Dá a denominação de "WILLY BARTH" à rodovia BR-467.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
348/85	Nivaldo Machado	Altera os anexos dos Decretos-leis nºs 2.191 e 2.200, de 26 de dezembro de 1984.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
349/85	Alfredo Campos	Dispõe sobre a criação de uma Escola Agrícola Federal no Município de Iturama, no Estado de Minas Gerais, a nível de 2º grau.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
350/85	Alfredo Campos	Dispõe sobre o retorno ao Serviço Federal dos servidores do extinto Departamento Federal de Segurança Pública, transferidos para o extinto Estado da Guanabara.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
351/85	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a estabelecer prazo para a decisão final nos processos de dissídios coletivos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
352/85	Nivaldo Machado	Altera dispositivo da Lei nº 6.592, de 17 de novembro de 1978, para o fim de permitir a transferência de pensão especial, devida a ex-combatente, a dependentes específicos, e a acumulação desta com a pensão previdenciária.	Em tramitação
353/85	Nivaldo Machado	Isenta do Imposto de Renda os ex-combatentes da Segunda Guerra e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
354/85	Carlos Alberto	Assegura à viúva de ex-combatente a pensão especial instituída pela Lei nº 6.592, de 17 de novembro de 1978.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
355/85	Aloysio Chaves	Assegura aos membros de congregações religiosos o direito de designar dependentes para os efeitos de percepção de benefícios previdenciários.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
356/85	José Lins	Prorroga o prazo de vigência de incentivos fiscais previstos na legislação do imposto de renda.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
357/85	José Lins	Acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
358/85	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a profissão de Zootecnista.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
359/85	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a estabelecer uma nova prerrogativa para os sindicatos de empregados.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
360/85	Gastão Müller	Retira do alienante as exigências de apresentação de certidões, quando o imóvel alienado já for financiado pelo SFH e estiver sendo objeto de transferência a terceiro.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
362/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a regalia da prisão especial em favor do radialista.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
363/85	Gastão Müller	Dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de métodos ou sistemas de proteção à fauna aquática, quando da existência de barragens.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
364/85	Nivaldo Machado	Altera os arts. 3º e 4º do Decreto-lei nº 2.173, de 19 de novembro de 1984, que institui a Gratificação Judiciária devida aos funcionários pertencentes aos Órgãos do Poder Judiciário da União, do Distrito Federal e dos Territórios.	Rejeitado
365/85	Nelson Carneiro	Introduz modificações na legislação previdenciária, extinguindo o instituto da perda da qualidade de segurado e instituindo, em seu lugar, o do sobrestamento temporário da qualidade de segurado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
366/85	Alcides Saldanha	Dispõe sobre a obrigatoriedade de concurso público para admissão em emprego nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta e nas funções instituídas ou mantidas pela União, e fixa critérios para estabelecimento de limite de idade para inscrição em concursos públicos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
367/85	Gastão Müller	Fixa o valor da Taxa de Inscrição e Expediente cobrada pelo Agente Financeiro nas operações de transferência de imóveis financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
368/85	Galvão Modesto	Dispõe sobre a política de atendimento à infância e à adolescência.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
370/85	Nelson Carneiro	Determina a aplicação, aos aposentados da área médica, da gratificação dos Decretos-leis nºs 2.114/84, 2.140/84 e 2.240/85.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
371/85	Roberto Wypych	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Zona Franca da Região Oeste do Paraná, pelo prazo que especifica, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
372/85	Nivaldo Machado	Proíbe a remuneração do fornecedor de sangue, a bancos de sangue, postos de coleta e serviços de hemoterapia em geral, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
373/85	Gastão Müller	Obriga a devolução de importâncias antecipadas como sinal ou início de pagamento de imóvel financiado pelo SFH, quando não concretizada a transação.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
374/85 (DF)	Poder Executivo	Estende aos integrantes da categoria funcional de Agente de Trânsito da Tabela de Pessoal do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, as Gratificações instituídas pelos Decretos-leis nºs 1.727, de 10 de dezembro de 1979, e 2.126, de 19 de junho de 1984, alterado pelo Decreto-lei nº 2.239, de 28 de janeiro de 1985, e dá outras providências.	A sanção (Lei nº 7.455, de 31-3-86)
375/85	Henrique Santillo	Amplia a área de jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento do Município de Anápolis, Goiás.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
376/85	Gastão Müller	Dispõe sobre a referência obrigatória às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas nos rótulos dos produtos industrializados.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
377/85	Alcides Saldanha	Acrescenta parágrafo ao art. 100 do Código de Processo Civil, que dispõe sobre competência de foro.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
378/85	Comissão do Distrito Federal	Retifica, sem ônus, a Lei nº 7.277, de 10 de dezembro de 1984, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1985.	Em tramitação
379/85	Severo Gomes	Cria, no Estado do Amazonas e Território Federal de Roraima, o Parque Indígena Yanomani, com os limites que estabelece, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
380/85	Nelson Carneiro	Regula o exercício da profissão de oficial-de-náutica e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
381/85	Henrique Santillo	Determina a restituição integral do imposto de renda na fonte, descontado a maior, sobre proventos de aposentadoria ou reforma por invalidez decorrente de doença não especificada em lei, no prazo que indica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
382/85	Mário Maia	Dispõe sobre o pagamento de pensão a beneficiário de funcionário público falecido e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/86 DF	Poder Executivo	Altera dispositivo da Lei nº 6.333, de 18 de maio de 1976, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.	À Sanção Lei nº 7.528, de 26-8-86
2/86 DF	Poder Executivo	Fixa os efetivos do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.	À Sanção Lei nº 7.496, de 23-6-86
3/86	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo único ao art. 523 da Consolidação das Leis do Trabalho, estendendo ao delegado sindical a estabilidade provisória do art. 543.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
4/86	Severo Gomes	Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a legislação tributária.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
5/86	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.439, de 1º de setembro de 1977, com vistas a determinar a participação de aposentados e representantes de APAES nos órgãos de administração previdenciária que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
6/86	Amaral Furlan	Determina que a atividade das instituições financeiras em operação no País passa a constituir monopólio público.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
7/86	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, na parte referente à proteção do trabalho da mulher, com vistas a estabelecer sanção específica para os casos de não atendimento das exigências dos §§ 1º e 2º do art. 389.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
8/86	Álvaro Dias	Dispõe sobre a atividade dos trabalhadores na movimentação de mercadorias em geral e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
9/86	Aloysio Chaves	Institui a nulidade da dispensa arbitrária.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
10/86	Murilo Badaró	Dispõe sobre a emissão de papel-moeda prevista no item I do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
11/86	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a assegurar o pagamento das hcras em que os ferroviários, mesmo os de estações do interior que realizem serviço intermitente ou de pouca densidade, ficam à disposição da empresa.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
12/86	Helvídio Nunes (Complementar)	Dá nova redação aos itens I e IV, art. 2º, da Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967.	A Câmara
13/86	Amaral Peixoto (Complementar)	Cria o Estado de Tocantins, mediante desmembramento de área do Estado de Goiás.	A Câmara
14/86	Affonso Camargo	Altera dispositivo da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, que institui o Código Nacional de Trânsito.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
15/86	Severo Gomes	Condiciona a importação de produtos químicos à permissão do seu uso no País de origem.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
16/86 (DF)	Poder Executivo	Fixa o efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal, altera dispositivo da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977, e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 7.491, de 13-6-86
17/86	Nelson Carneiro	Estabelece reserva de vagas para paraplégicos nas empresas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
18/86	Murilo Badaró	Estabelece normas para a realização de eleições em 1986 e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
19/86	Murilo Badaró	Modifica a redação do art. 41 do Decreto-lei nº 2.284, de 10 de março de 1986.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
20/86	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a transferência da matrícula de universitários servidores públicos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
21/86	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo único ao art. 92 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
22/86	Aloysio Chaves (Complementar)	Extingue a candidatura nata e a sublegenda nas eleições para o Senado Federal.	Em tramitação
23/86	Álvaro Dias (Complementar)	Revoga o artigo 6º da Lei Complementar nº 42, de 1º de fevereiro de 1982.	Em tramitação
24/86	Odacir Soares (Complementar)	Altera o § 1 do art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).	Em tramitação
25/86	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
26/86	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.334, de 31 de maio de 1976, para o fim de proibir qualquer cobrança de taxa na inscrição de candidatos em concurso público.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
27/86	Álvaro Dias	Equipara direitos de sociedades Corretoras de Mercadorias aos de Leiloeiros.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
28/86	Martins Filho	Autoriza depósitos em moeda estrangeira em Bancos do País e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
29/86	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 6.877, de 9 de dezembro de 1980, para o fim de incluir entre seus beneficiários os Agentes de Fiscalização.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
30/86	Moacyr Duarte	Institui o rito sumaríssimo para as ações constitutivas de serviço legal de aqueduto.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
31/86	Benedito Ferreira	Dispõe sobre retificação das declarações de bens apresentadas até o exercício de 1986 e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
32/86	Gastão Müller	Acrescenta parágrafos ao art. 6º e modifica a redação do parágrafo único do art. 6º do Decreto-lei nº 2.063, de outubro de 1983, que "dispõe a regulamentação para execução de serviço de transporte rodoviário de cargas ou produtos perigosos, e dá outras providências".	Arquivado (art. 367 do R.I.)
33/86	Nivaldo Machado	Acrescenta § 3º ao art. 17 do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1986 e dá outras providências.	A Câmara
34/86	Nelson Carneiro	Estabelece isenção do pagamento de pedágio, para os táxis e transportes de cargas.	
35/86	Nelson Carneiro	Fixa o salário mínimo profissional do Técnico de Contabilidade de 2º grau, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
36/86	José Ignácio Ferreira	Altera a legislação do imposto sobre a renda das pessoas físicas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
37/86	José Ignácio Ferreira	Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 que "define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
38/86	José Ignácio Ferreira	Institui adicional à contribuição previdenciária das empresas com elevado faturamento; modifica o sistema indenizatório por tempo de serviço no regime do FGTS e da CLT e cria modalidade de seguro-desemprego.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
39/86	José Ignácio Ferreira	Estende aos dependentes que menciona o direito ao salário-família, instituído pela Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
40/86	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre o sistema nacional de identificação civil, torna obrigatória a identificação civil do cidadão brasileiro e altera o Código de Processo Penal no relativo à identificação criminal do indiciado em inquérito policial.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
41/86	José Ignácio Ferreira	Modifica os arts. 827, inciso V, e 844 do Código Civil.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
42/86	José Ignácio Ferreira	Altera o art. 4º da Lei nº 6.494, de 7-12-77, que "dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante de 2º grau e supletivo e dá outras providências".	Arquivado (art. 367 do R.I.)
43/86	Jorge Kalume	Dá nova redação ao caput do art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	A Câmara
44/86	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
45/86	Hélio Gueiros	Dispõe sobre aplicação parcial de lucros em medidas de preservação do meio ambiente nas atividades que causam danos à ecologia e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
46/86	Raimundo Parente	Dispõe sobre o transporte marítimo de carga por empresas nacionais que operam no Sistema ROLL-ON/ROLL-OFF.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
47/86	Nelson Carneiro (Complementar)	Introduz modificação na Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou o PIS-PASEP.	Em tramitação
48/86	Jorge Kalume	Dispõe sobre a lavratura de escrituras públicas e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
49/86	Raimundo Parente	Institui o Programa de Atendimento ao Pequeno Produtor Rural — RURAM, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
50/86	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos ao Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.639, de 3 de outubro de 1941).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
51/86	Hélio Gueiros	Estabelece normas relativas ao trabalho externo e interno dos presos e condenados e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
52/86	Nelson Carneiro	Prorroga até 31 de dezembro de 1988 o prazo de validade do concurso para Fiscal do Trabalho, realizado em outubro de 1984.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
53/86	Nelson Carneiro	Estabelece a legitimação processual de órgãos, entidades ou associações de classe nos casos e condições que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
54/86	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente à proteção do trabalho da mulher, vedando a exigência de realização de testes de gravidez por ocasião da admissão.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
55/86	Alfredo Campos	Institui o pagamento de indenização aos Estados ou Territórios e Municípios pelo aproveitamento de substâncias minerais e cria o Fundo de Exaustão Mineral.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
56/86	Cid Sampaio	Autoriza o Poder Executivo a implementar medidas para a criação de uma Moeda e uma Câmara de Compensação Latino-Americanas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
57/86	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, estabelecendo novas exigências a serem cumpridas no recibo de pagamento de salários.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
58/86	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a atribuir validade, no caso que especifica, a atestado médico fornecido por profissional a serviço do sindicato e de outras instituições.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
59/86	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a estabelecer direito de saída antecipada em favor da gestante, na condição que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
60/86	José Ignácio Ferreira	Amplia os poderes de representação das entidades que menciona, na esfera dos direitos transindividuais ou difusos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
61/86	José Ignácio Ferreira	Acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que "altera a legislação de previdência social e dá outras providências".	Arquivado (art. 367 do R.I.)
62/86	José Ignácio Ferreira	Revoga o art. 2º do Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, que "dispõe sobre contribuições para o custeio da Previdência Social e dá outras providências".	Arquivado (art. 367 do R.I.)
63/86	José Ignácio Ferreira	Altera o inciso V do art. 520 do Código de Processo Civil.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
64/86	Nelson Carneiro	Modifica a Lei de Acidentes do Trabalho, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
65/86	Hélio Gueiros	Libera operações de câmbio vinculadas à cobrança e pagamento internacionais para exportadores e importadores e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
66/86	Nelson Carneiro	Amplia a competência da Polícia Rodoviária Federal, nas estradas, atribuindo-lhe também a tarefa de fiscalizar anotações relativas a registro de empregado exercente da atividade de condutor de veículos, nas respectivas carteiras profissionais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
67/86	Odacir Soares	Dá nova redação ao art. 237 do Código Eleitoral, dispondo sobre abusos do poder econômico nas eleições.	À Câmara (Veto total)
68/86	Itamar Franco	Assegura ao empregado matriculado em estabelecimento de ensino, período de licença remunerada nos dias de prova.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
69/86	Nelson Carneiro	Disciplina o uso do solo e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
70/86	Milton Cabral	Obriga as empresas a declararem em suas demonstrações financeiras anuais gastos com pesquisa e desenvolvimento e com recursos humanos em ciência e tecnologia e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
71/86	Itamar Franco	Dispõe sobre a coligação de partidos políticos nos pleitos majoritários.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
72/86	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a aposentadoria voluntária da mulher, segurada da Previdência Social, após vinte e cinco anos de tempo de serviço com proventos proporcionais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
73/86	José Fragelli	Altera a redação dos arts. 18, 27, 33 e 34 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que "dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências".	Arquivado (art. 367 do R.I.)
74/86	Alfredo Campos	Estabelece normas para a realização de eleições em 1986 e dá outras providências.	À Câmara Lei nº 7.493, de 17-6-86 Veto parcial
75/86	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a emissão de selo comemorativo à Semana do Deficiente Físico, a cargo da ECT, e dá outras providências.	À Câmara
76/86	Helvídio Nunes	Dispõe sobre benefícios de prestação continuada da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
77/86	Nelson Carneiro	Modifica dispositivo da Lei de Imprensa, a fim de redefinir crime nela previsto.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
78/86	José Ignácio Ferreira	Acrescenta dispositivos ao Código de Processo Civil (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
79/86	Nelson Carneiro	Estabelece novo disciplinamento para o trabalho em horário noturno, revogando o art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
80/86	Comissão do Distrito Federal	Retifica, sem ônus, a Lei nº 7.426, de 17 de dezembro de 1985, alterada pelo Decreto nº 9.320, de 14 de março de 1986, que "estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o Exercício Financeiro de 1986".	Em tramitação
81/86	Martins Filho	Altera o § 3º do art. 11 da Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
82/86	Nivaldo Machado	Altera dispositivos da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
83/86	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), com vistas a ampliar, em favor dos parceiros, locatários, posseiros, comodatários e outros que explorem diretamente o imóvel rural, o direito de perempção já atribuído aos arrendatários.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
84/86	Jorge Kalume	Revoga o art. 566 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
85/86	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre a representatividade de associações civis de servidores públicos ou autárquicos, não sindicalizados.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
86/86	José Ignácio Ferreira	Institui o seguro de garantia fidejussória.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
87/86	João Castelo	Dispõe sobre isenção do imposto de renda para o lucro de pessoa física, na conferência de bens como subscrição de capital.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
88/86	Gastão Müller	Institui o salário profissional do músico.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
89/86	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, para o fim de melhor garantir ao sócio minoritário o direito de fiscalizar as despesas realizadas pela sociedade.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
90/86	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para o fim de, ampliando o conceito de empregador rural, nele incluir os proprietários de chácaras e sítios de recreio localizados na área rural, que mantenham empregados.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
91/86	Jorge Kalume	Altera a redação do art. 1º, caput , da Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985, modificado pela Lei nº 7.466, de 23 de abril de 1986.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
92/86	Jaison Barreto	Dispõe sobre a Política Aeronáutica Nacional, no setor de transportes aéreos civis, públicos e privados, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
93/86	Alvaro Dias	Acrescenta o inciso X ao art. 649 do Código de Processo Civil e dispõe sobre impenhorabilidade do módulo rural.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
94/86	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Consolidação das Leis do Trabalho, garantindo ao acidentado no trabalho e ao portador de doença profissional o direito de exercer, na mesma empresa, funções compatíveis com o seu estado físico.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
95/86 (DF)	Poder Executivo	Autoriza o Distrito Federal a abrir crédito especial de Cz\$ 35.291.000,00 e altera o orçamento para o exercício de 1986.	A sanção Lei nº 7.480, de 4-6-86
96/86	Jamil Haddad	Dá nova redação ao caput do art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
97/86	Murilo Badaró	Estabelece normas para a propaganda eleitoral nas eleições de 1986 e dá outras providências.	À Câmara
98/86	César Cals	Regula a sistemática de registro e controle do transporte rodoviário, a granel, de álcool para fins combustíveis e de derivados de petróleo para fins energéticos, exceto GLP.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
99/86	Severo Gomes	Estabelece medidas de proteção aos interesses brasileiros contra práticas discriminatórias adotadas por outros países.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
100/86	Aloysio Chaves	Estende às regiões do Baixo Amazonas, Xingu e Tapajós os benefícios fiscais concedidos às áreas da Amazônia Ocidental.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
101/86	Nelson Carneiro	Altera o art. 6º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, estabelecendo a equivalência entre o FGTS e a indenização da CLT, no caso de despedida sem justa causa.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
102/86	Aloysio Chaves	Altera a redação da alínea c , inciso II do artigo 702, e da alínea b , do artigo 894 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
103/86	Odacir Soares	Inclui o Fotógrafo, como Profissão Diferenciada, no Quadro de Atividades e Profissões, a que se refere o art. 577 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
104/86	Alfredo Campos	Institui o pagamento de indenização aos Municípios que tiverem áreas de seus territórios inundadas pelas águas de reservatórios destinados à produção de energia elétrica e cria o "Fundo de Desenvolvimento dos Municípios Inundados".	Arquivado (art. 367 do R.I.)
105/86	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, assegurando ao empregado que exerce substituição por mais de noventa dias o direito a continuar percebendo a diferença a ela correspondente.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
106/86	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre a contagem do tempo de serviço no meio rural para fins de aposentadoria dos segurados do INPS.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
107/86	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, que disciplina o exercício da profissão de médico-veterinário.	Retirado pelo autor

Nº	Autor	Ementa	Resultado
108/86	Gastão Müller	Cria a Residência Fonoaudiológica para os formandos em Fonoaudiologia, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
109/86	Jutahy Magalhães	Faculta aos herdeiros a compensação do imposto de renda lançado contra espólio.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
110/86	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o arrendamento de parcelas de latifúndio para os efeitos que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
111/86	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a inclusão da licença-prêmio nas declarações de rendimentos do imposto de renda.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
112/86	Nelson Carneiro	Altera a redação do § 6º do artigo 170 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que "dispõe sobre as sociedades por ações", para estimular a criação de empregos através do aumento de capital por subscrição pública e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
113/86	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre isenção do imposto de renda para bolsas de estudo de médicos residentes e remuneração de estudantes em estágio para complementação de estudos universitários.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
114/86	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o calendário escolar nas zonas rurais e determina outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
115/86	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o Sistema Financeiro de Habitação	Arquivado (art. 367 do R.I.)
116/86	Helvídio Nunes	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Faculdade de Pedagogia e Letras na Cidade de São Raimundo Nonato, no Estado do Piauí.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
117/86	José Ignácio Ferreira	Altera a legislação do imposto sobre a renda das pessoas físicas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
118/86	Américo de Souza	Obriga a utilização da Língua Portuguesa nos invólucros, rótulos e impressos de frascos, recipientes, vasilhames e embalagens de qualquer espécie, de apresentação ao público dos produtos fabricados no País, destinados à venda no mercado interno, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
119/86	Nelson Carneiro	Estende ao vigia noturno o direito à aposentadoria especial do art. 9º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
120/86	Gastão Müller	Dispõe sobre o direito de preferência dos condutores autônomos na aquisição de caminhões e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
121/86	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre a fixação ou reajuste do aluguel nas locações prediais urbanas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
122/86	Adacir Soares	Isenta do imposto de importação os bens que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
123/86	Nelson Carneiro	Altera dispositivo do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, de modo a determinar que o tempo de licença especial não gozada seja considerado para efeito de percepção de quinquênios.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
124/86	Passos Pôrto	Autoriza o servidor civil da União a indicar pessoa que tenha como dependente para efeito de percepção de pensão e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
125/86	Odacir Soares	Altera a Lei nº 6.044, de 14-5-74, para estender a toda a Magistratura Federal o benefício prescrito em seu art. 1º	Arquivado (art. 367 do R.I.)
126/86	Odacir Soares	Dá nova redação aos arts. 665 e 666 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre férias e remuneração de juízes classistas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
127/86	Passos Pôrto	Altera disposições da Lei nº 6.695, de 9 de dezembro de 1981, que regula o exercício da profissão de fonoaudiólogo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
128/86	Nelson Carneiro	Modifica dispositivo do Código de Minas, para o fim de dispor sobre o restabelecimento da prioridade ao proprietário do solo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
129/86	Passos Pôrto	Dispõe sobre a proteção do trabalho do empregado em serviços domésticos e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
130/86	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que a eleição dos representantes dos empregados nas CIPAs seja convocada com trinta dias de antecedência, assegurada ampla publicidade e notificação ao sindicato respectivo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
131/86	Alfredo Campos (Complementar)	Veda o registro de candidato que não tenha sido submetido à aprovação da Convenção Partidária e dá outras providências.	Em tramitação
132/86	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a inclusão da tenossinovite entre as doenças profissionais e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
133/86	Jamil Haddad	Revoga a Lei nº 4.611, de 2 de abril de 1965, que modifica as normas processuais dos crimes previstos nos arts. 121, § 3º, e 129, § 6º, do Código Penal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
134/86	Odacir Soares	Assegura o aproveitamento de professores requisitados nos quadros estatutário e celetista da Fundação Educacional do Distrito Federal e dá outras providências.	A sanção Veto total
135/86	Alfredo Campos e outros	Fixa o número de candidatos que os Partidos Políticos poderão registrar nas primeiras eleições para representação à Câmara dos Deputados pelo Distrito Federal.	A Câmara
136/86	João Castelo	Dispõe sobre o abatimento de despesas farmacêuticas e com aparelhos para correção visual, para fins de apuração de renda líquida das pessoas físicas sujeitas a imposto de renda.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
137/86	Nelson Carneiro	Dispensa a identificação criminal sempre que o indiciado exibir cédula de identidade.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
138/86	Itamar Franco	Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação de declaração de bens e rendimentos quando do término de mandato eletivo e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
139/86	Itamar Franco	Fixa em sete horas a jornada de trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
140/86	Odacir Soares	Restabelece a competência do Congresso Nacional para a fiscalização dos recursos de que trata o Decreto-lei nº 1.805, de 1º de outubro de 1980, cuja redação modifica parcialmente.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
141/86	Pedro Simon	Prorroga o prazo de vigência da Lei nº 7.416, de 10 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a isenção do IPI para automóveis de passageiros adquiridos por motoristas profissionais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
142/86	Benedito Ferreira	Dispõe sobre a criação de Clube de Investimento Popular — CIP, operado pelas Caixas Econômicas, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
143/86	Milton Cabral	Dispõe sobre limites ao endividamento externo do País, modifica o Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
144/86	Nelson Carneiro	Introduz modificação na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte que trata dos componentes variáveis do salário.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
145/86	Jamil Haddad	Altera a redação dos artigos 6º e 23 do Código de Processo Penal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
146/86	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
147/86	Jamil Haddad	Dispõe sobre a data do pagamento de salários aos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
148/86	Presidente do Tribunal Federal de Recursos	Dispõe sobre a criação de cargos no quadro permanente das Secretarias e das seções judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências.	À Câmara Veto total
149/86	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, para o fim de proibir o uso de livros descartáveis em tais níveis de educação.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
150/86	César Cals	Altera o Decreto-lei nº 1.947, de 20 de dezembro de 1976, que “reformula critérios de distribuição das quotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica”, modificado pelo Decreto-lei nº 1.805, de 1º de outubro de 1980.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
151/86	Albano Franco	Concede isenção do Imposto de Renda aos proventos e pensões pagos pelos cofres públicos e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
152/86	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao item II do artigo 5º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, que instituiu o Plano de Assistência ao Funcionário e sua Família.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
153/86	Mauro Borges	Altera a redação dos artigos 48 e 143 do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 (Código das Águas), para determinar que todo projeto de utilização de água contenha previsão de aproveitamento múltiplo integrado do curso d'água.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
154/86	Alfredo Campos	Cria Junta de Conciliação e Julgamento na 3ª Região da Justiça do Trabalho.	À Câmara
155/86	Helvídio Nunes	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Faculdade de Direito de Picos, na cidade de Picos, no Estado do Piauí, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
156/86	Enéas Faria	Concede aos Oficiais e Sargentos da Força Aérea Brasileira as vantagens da Lei nº 1.782, de 24 de dezembro de 1952.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
157/86	Nelson Carneiro	Dispõe sobre oportunidade de formação profissional para pessoa excepcional e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
158/86	Gastão Müller	Estabelece a obrigatoriedade de manutenção de Posto de Serviço bancário no caso de extinção ou fechamento de uma única agência bancária em determinado município.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
159/86	Jamil Haddad	Dispõe sobre a proibição de propaganda oficial e dá outras providências.	A Câmara
160/86	Murilo Badaró	Disciplina a distribuição das vagas do Senado nas eleições de 1986.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
161/86	Martins Filho	Dispõe sobre o controle dos produtos fitossanitários e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
162/86	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, com vistas a estabelecer limite às taxas de juros cobradas nas operações de empréstimos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
163/86	Odacir Soares	Acrescenta alínea ao art. 54 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), a fim de tornar obrigatória a inclusão das impressões digitais no assento do registro civil de pessoas naturais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
164/86	Jamil Haddad	Altera a redação do art. 136 da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
165/86	Murilo Badaró	Acrescenta parágrafo ao art. 150 da Lei nº 1.711, de 20 de outubro de 1952.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
166/86	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
167/86	Gastão Müller	Institui a Residência em Psicologia Clínica, cria a Comissão Nacional de Residência em Psicologia Clínica e estabelece outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
168/86	Albano Franco	Altera a Legislação da Previdência Social Urbana.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
169/86	César Cals	Altera a Legislação da Previdência Social Urbana.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
170/86	Octávio Cardoso (Complementar)	Altera disposições da Lei Complementar nº 40, de 14 de dezembro de 1981, que tomou o nº 170, de 1986, Complementar.	Em tramitação
171/86	Jorge Kalume	Autoriza o Supremo Tribunal Federal — STF, a criar cargos de Inspetor de Segurança Judiciária e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
172/86	Alfredo Campos e Nelson Carneiro	Dá nova redação a dispositivo da Lei nº 7.493, de 17 de junho de 1968.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
173/86	César Cals	Dispõe sobre pensão especial para os deficientes físicos e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
174/86 (DF)	Poder Executivo	Altera os arts. 62, 63 e 64 da Lei nº 5.619, de 3 de novembro de 1970, que dispõe sobre vencimentos, indenizações, proventos e outros direitos da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências.	Em tramitação
175/86	César Cals	Estabelece a base de cálculo para a concessão de pensão à família de servidor público e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
176/86	Jorge Kalume	Assegura aos ex-Senadores o direito a passaporte diplomático em qualquer hipótese.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
177/86	Odacir Soares	Altera a redação do art. 876, do caput do art. 879, acrescenta parágrafo ao art. 879, altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 899 e revoga o § 6º do art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
178/86	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a utilização de "robôs" nas atividades industriais insalubres.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
179/86	Jamil Haddad	Acrescenta parágrafo ao art. 67 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
180/86	Maurício Leite	Dispõe sobre a produção de veículos automotores, sua segurança, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
181/86	Gastão Müller	Torna obrigatória a especificação dos alimentos e bebidas que interferem na absorção ou no efeito das drogas e medicamentos, nos rótulos, bulas e impressos dos mesmos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
182/86	Murilo Badaró	Acrescenta parágrafo ao art. 150 da Lei nº 1.711, de 20 de outubro de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.	Retirado pelo autor
183/86	Fernando Henrique Cardoso	Disciplina os vencimentos máximos dos servidores dos Três Poderes, Federais, Estaduais e Municipais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
184/86	Nelson Carneiro	Isenta do Imposto de Renda os adicionais de insalubridade e periculosidade previstos na Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
185/86	Jorge Kalume	Extingue o concurso vestibular.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
186/86	Odacir Soares	Dispõe sobre a transformação da SUNAB em Superintendência Nacional do Abastecimento e Defesa do Consumidor; cria a Procuradoria-Geral do Consumidor, as Procuradorias Regionais do Consumidor e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
187/86 (DF)	Poder Executivo	Autoriza o Governo do Distrito Federal a contratar operação de crédito no valor de 418.526 (quatrocentos e dezoito, quinhentos e vinte e seis) OTN.	Transformado no PR nº 160/86 (Resolução nº 206, de 22-8-86)
188/86	Nelson Carneiro	Regulamenta o exercício da profissão de Controlador de Tráfego Aéreo, disciplina sua habilitação como controlador dessa função, regulamenta o regime de trabalho e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
189/86	Eunice Michiles	Dispõe sobre a liberação dos funcionários públicos federais eleitos dirigentes de associações de classes, sindicatos e associações de comunidades.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
190/86	Cesar Cals	Acrescenta parágrafo ao art. 1º do Decreto-lei nº 2.280, de 16 de dezembro de 1985.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
191/86	Jorge Kalume	Dá nova redação ao art. 117, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
192/86	Cesar Cals	Estabelece percentual mínimo para preenchimento de vagas no Serviço Público Federal, Estadual e Municipal, por deficientes físicos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
193/86	Murilo Badaró	Acrescenta parágrafo ao art. 153 do Código Eleitoral, com vistas a facilitar a votação de eleitores com impedimento religioso.	A Câmara
194/86	Murilo Badaró	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para os veículos automotores para viajantes comerciais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
195/86	Murilo Badaró	Altera a partilha e os critérios de distribuição do Imposto Único sobre Energia Elétrica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
196/86	Pedro Simon	Estabelece prazo para lançamento de novos modelos e marcas de automóveis nacionais e veículos afins, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
197/86 (DF)	Poder Executivo	Aprova o orçamento plurianual de investimentos do Distrito Federal para o triênio.	A sanção (Lei nº 7.547, de 3-13-86)
198/86 (DF)	Poder Executivo	Estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1987.	A sanção (Lei nº 7.546, de 3-12-86)
199/86	Cesar Cals	Considera insalubre o trabalho do pescador profissional, para os efeitos que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
200/86	Albano Franco	Cria incentivo para as empresas que contratarem empregados menores de 18 (dezoito) anos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
201/86	Raimundo Parente	Altera o art. 2º da Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, que autoriza modalidade de prognósticos da Loteria Federal regida pelo Decreto-lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
202/86	Jamil Haddad	Dispõe sobre o exercício da profissão de Instrumentador Cirúrgico e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
203/86	Nelson Carneiro	Assegura um dia de folga por mês aos Presidentes de Associações de Classe, para tratar dos interesses da entidade, remunerando-se a falta.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
204/86	Nivaldo Machado	Dispõe sobre o exercício de vendedor de jornais e revistas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
205/86	Fernando Henrique Cardoso	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a reforma bancária, para obrigar a explicitação da taxa de juros efetivos empregada em todas as transações financeiras.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
206/86	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade da transmissão aos colegas, pelos empregados da administração federal, direta e indireta, dos conhecimentos em estágio no exterior, custeado pela empresa.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
207/86	Jamil Haddad	Define o crime de tortura e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
208/86	Nivaldo Machado e outros	Autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas — APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco — APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte — APERN e Caixa Forte — APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências.	À Câmara (Lei nº 7.564, de 19-12-86)
209/86	Amaral Peixoto	Dispõe sobre a produção, comercialização, o uso, a fiscalização, a importação e a exportação de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
210/86	Carlos Chiarelli	Dispõe sobre a compensação de Imposto de Renda devido a pessoas físicas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
211/86	Carlos Chiarelli	Regulamenta o exercício da profissão de Ortopedista e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
212/86	Nivaldo Machado	Dispõe sobre os direitos da pessoa deficiente de acordo com a Emenda Constitucional nº 12/78 e com o artigo 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
213/86	Alfredo Campos	Institui o Dia da Preservação da Memória Nacional.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
214/86	Jorge Kalume	Isenta, do Imposto sobre Produtos Industrializados, os veículos automotores nacionais quando especificadamente constituídos ou adaptados para permitir sua utilização por paraplégicos ou outros portadores de deficiências físicas motoras que os impossibilitem de dirigir veículos comuns.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
215/86	Jorge Kalume (Complementar)	Isenta, na forma da lei estadual, do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, os veículos automotores quando especificamente adaptados para permitir sua utilização por paraplégicos ou outros portadores de deficiências físicas motoras que os impossibilitem de dirigir veículos comuns.	Em tramitação
216/86	Jorge Kalume	Estabelece desconto de 20% nos preços das passagens aéreas, para a Amazônia.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
217/86	Eunice Michiles	Dispõe sobre a adição das vitaminas A e D ao leite desnatado, em pó ou líquido, comercializado no País.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
218/86	Eunice Michiles	Dispõe sobre a adição das vitaminas A e D ao leite em pó desnatado, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
219/86	Jorge Kalume	Amplia as funções do Banco da Amazônia S.A. como banco comercial múltiplo.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
220/86	César Cals	Dispõe sobre a construção de cidades de idosos e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
221/86	César Cals	Concede isenção do imposto sobre operações relativas à Circulação de mercadorias incidentes sobre os produtos hortifrutícolas, em geral, gado para abate, carne verde resfriada ou congelada de bovinos, ovinos, suínos e caprinos.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
222/86	Hélio Gueiros	Institui facilidades cambiais para visitantes estrangeiros, coíbe as práticas do "mercado paralelo" de moedas e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
223/86	Hélio Gueiros	Estabelece critérios de preferência nas concessões para instalar agências bancárias nas cidades do interior e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
224/86	Jamil Haddad	Dispõe sobre o cálculo de custos em processos trabalhistas e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
225/86	Jamil Haddad	Dá nova redação à letra a do art. 23 da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
226/86	Carlos Chiarelli (Complementar)	Acrescenta alínea ao § 1º do art. 3º da Lei Complementar do § 2º do mesmo artigo, para assegurar à esposa ou companheira do trabalhador rural a condição de titular de direitos previdenciários.	Em tramitação
227/86	Nelson Carneiro	Altera a redação do artigo 192 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
228/86	Nelson Carneiro	Estende ao filho deficiente e necessitado, na falta dos pais, o benefício constante do § 2º do artigo 1.611, do Código Civil, enquanto solteiro e perdurar o estado de necessidade.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
229/86	Nivaldo Machado	Acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 7.497, de 24 de junho de 1986.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
230/86	Gastão Müller	Assegura aos contribuintes do Imposto de Renda optar pela compensação do valor total ou parcial da restituição de que trata o art. 14 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, com o imposto devido nas declarações de rendimentos dos exercícios de 1987 e seguintes, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
231/86	Arno Damiani	Concede título a Augusto Ruschi de "Patrono da Ecologia do Brasil".	Arquivado (art. 367 do R.I.)
232/86	Jutahy Magalhães	Dá nova redação ao art. 144 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que "institui o Código Eleitoral".	Arquivado (art. 367 do R.I.)
233/86	Jutahy Magalhães	Altera a redação do art. 396 e seu parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
234/86	Jutahy Magalhães	Acrescenta parágrafo único ao art. 213 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
235/86	Jutahy Magalhães	Altera a redação do art. 58, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e os arts. 1º, 3º e 7º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, instituindo em 40 horas semanais a duração máxima de trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
236/86	João Lobo	Cria o Conselho Administrativo de Defesa Sanitária e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
237/86	Nivaldo Machado	Autoriza a criação de patrulhas mecanizadas do Exército, para a realização de trabalhos de infraestrutura econômica do Nordeste.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
238/86	Afonso Sancho	Inclui os empregados domésticos no regime da Consolidação das Leis do Trabalho.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
239/86	Murilo Badaró	Acrescenta parágrafo ao art. 180 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
240/86	Nivaldo Machado (Complementar)	Dispõe sobre a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis de passageiros adquiridos por Oficiais de Justiça Avaliadores dos Tribunais do Trabalho e da Justiça.	Em tramitação
241/86	Jamil Haddad	Disciplina o emprego de algemas e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
242/86	Afonso Sancho	Prorroga o prazo de vigência da Lei nº 7.416, de 10 de dezembro de 1985, alterada pela Lei nº 7.500, de 25 de junho de 1986, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, na aquisição de automóveis de passageiros e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
243/86 (DF)	Poder Executivo	Acrescenta §§ 6º e 7º ao art. 3º do Decreto-lei nº 2.258, de 4 de março de 1985.	A sanção (Lei nº 7.575, de 23-12-86)
244/86	Nelson Carneiro	Dispensa da assinatura do ponto os Odontólogos da Previdência Social nos dias em que, comprovadamente, participarem de Congressos de Odontologia nacionais ou internacionais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
245/86	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 6º do Decreto-lei nº 2.140, de 28 de junho de 1984, dispondo sobre a carga horária do Odontólogo da Previdência Social.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
246/86	Nivaldo Machado	Acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 7.025, de 8 de setembro de 1982, “que fixa os valores de retribuição da Categoria Funcional de Técnico de Atividades Tributárias, do Grupo-Tributação, Arrecadação e Fiscalização, Código TAF-600, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
247/86	Jutahy Magalhães	Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que “dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins, mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências”.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
248/86	Carlos Chiarelli	Altera a redação do art. 528 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para assegurar à Justiça do Trabalho competência para apreciar ocorrência de perturbação de entidade sindical.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
249/86	Jutahy Magalhães	Dá nova redação ao art. 59 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que “Estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”, e dá outras providências.	A Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
250/86	Alaor Coutinho	Disciplina o comportamento do servidor público ocupante de cargo de confiança ou de função de chefia.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
251/86	Arno Damiani	Regula a responsabilidade contratual e extracontratual das operadoras de serviços de transportes coletivos terrestres e por aquavias, objetos de concessão, permissão ou autorização do Poder Público.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
252/86	Jorge Kalume	Altera a Lei Orgânica da Previdência Social, mantendo a cota de pensão de filha em virtude do casamento.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
253/86	Alaor Coutinho	Autoriza o Poder Executivo a criar comissão destinada a planejar as comemorações do 5º Centenário do Descobrimento do Brasil.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
254/86	Presidente do Tribunal Federal de Recursos	Altera a redação original do art. 4º da Lei nº 7.007, de 29 de junho de 1982, bem como a Justificativa que o acompanha.	Em tramitação
255/86	Comissão Diretora	Altera o § 2º do art. 2º da Lei nº 6.323, de 14 de abril de 1976, que reajusta os vencimentos dos servidores do Senado Federal.	Em tramitação
256/86	José Ignácio Ferreira	Consolida, unifica e altera a legislação sobre mandado de segurança.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
257/86	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre prazos de decadência e prescrição das ações civis e criminais por lesão corporal ou morte de pessoa presa, sob responsabilidade de autoridade pública, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
258/86	José Ignácio Ferreira	Permite às pessoas jurídicas a dedução, do lucro tributável para efeito de Imposto sobre a Renda, do dobro das despesas realizadas com assistência médico-sanitária aos seus empregados e dependentes.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
259/86	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre a prestação de contas pelo exercício de mandato legislativo, altera o Código Eleitoral e determina outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
260/86	José Ignácio Ferreira	Altera a legislação do imposto sobre a renda das pessoas físicas, no relativo aos abatimentos por despesas de locação e assemelhadas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
261/86	José Ignácio Ferreira	Permite excluir da renda bruta, para fins do Imposto sobre a Renda, o valor do saldo mínimo anual em cadernetas de poupança.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
262/86	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre a veiculação de "filmletes" ou excertos de obras cinematográficas em geral.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
263/86	José Ignácio Ferreira	Modifica dispositivos da Lei nº 4.438, de 26 de junho de 1964, que "estabelece normas processuais relativas a mandado de segurança".	Arquivado (art. 367 do R.I.)
264/86	José Ignácio Ferreira	Modifica o art. 4º do Decreto-lei nº 2.493, de 7 de dezembro de 1976, que "altera a Legislação do Imposto de Renda e dá outras providências", no relativo aos abatimentos por despesas de instrução.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
265/86	José Ignácio Ferreira	Altera a Legislação do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas, no relativo aos abatimentos por dependentes.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
266/86	José Ignácio Ferreira	Altera a Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que "regula a locação predial urbana e dá outras providências", no relativo à retomada pelo adquirente do prédio.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
267/86	José Ignácio Ferreira	Acrescenta dispositivo ao art. 4º do Decreto-lei nº 1.493, de 7 de dezembro de 1976, que "altera a Legislação do Imposto de Renda e dá outras providências", sobre abatimentos por despesas com instrução e assemelhadas.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
268/86	José Ignácio Ferreira	Altera a Legislação do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas, no relativo aos abatimentos por despesas de locação.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
269/86	Cid Sampaio	Institui a anticoncepção cirúrgica voluntária e determina outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
270/86	Comissão Diretora	Altera dispositivo da Lei nº 7.338, de 8 de julho de 1985.	Em tramitação
271/86	José Ignácio Ferreira	Acrescenta parágrafo ao art. 116 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
272/86	Hélio Gueiros	Altera a Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, que "dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC".	A Câmara Lei nº 7.586, de 6-1-87
273/86	Jorge Kalume	Torna obrigatório o fornecimento gratuito de alimentação ao trabalhador de baixa renda e cria o "Vale Refeição".	Arquivado (art. 367 do R.I.)
274/86	Américo de Souza	Altera dispositivos da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
275/86	Cesar Cals	Sujeita à apreciação do Senado a escolha dos Presidentes e Diretores de Sociedade de Economia Mista.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
276/86	José Ignácio Ferreira	Dispõe sobre a participação da Ordem dos Advogados do Brasil e do Instituto dos Advogados Brasileiros na receita proveniente de custas judiciais arrecadadas nos Juízos e Tribunais da Justiça Federal Comum ou Especial.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
277/86	Cid Sampaio (Complementar)	Institui um novo Código Tributário Nacional.	Em tramitação
278/86 (DF)	Poder Executivo	Solicita autorização para que o Governo do Distrito Federal possa contratar operação de crédito, para os fins que especifica.	Em tramitação
279/86	Jorge Kalume	Isenta do Imposto de Renda os proventos de aposentadoria, transferência para a reserva remunerada ou reforma.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
280/86	Jorge Kalume	Isenta do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano — IPTU, os proprietários de imóveis populares adquiridos através do Sistema Financeiro de Habitação.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

c) Emendados pela Câmara dos Deputados

SF	Nº CD	Autor	Ementa	Resultado
145/76	2.942/76	Itamar Franco	Autoriza a Rede Ferroviária Federal S/A a transferir para o Museu Mariano Procópio, o vagão de transporte pessoal utilizado pelo Imperador D. Pedro I.	Em tramitação
4/79	1.677/79	Nelson Carneiro	Estende aos depósitos judiciais em dinheiro, ordenados por outras autoridades judiciárias, a correção monetária prevista para os ordenados por juízes federais.	Em tramitação
244/79	2.883/80	Amaral Furlan	Altera o título da Seção IV do Título I da Parte Especial do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal, e acrescenta parágrafo ao seu art. 154.	Em tramitação
74/86	7.597/86	Alfredo Campos e outros	Estabelece normas para a realização de eleições em 1986 e dá outras providências.	A sanção Lei nº 7.493, de 17-6-86 (veto parcial)
122/76	4.597/77	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao art. 586 da CLT.	Em tramitação
135/86	7.822/86	Alfredo Campos e outros	Fixa o número de candidatos que os Partidos Políticos poderão registrar nas primeiras eleições.	Em tramitação

SÚMULA

Foram os seguintes, os dados numéricos relativos aos Projetos de Lei do Senado:

I — Total dos Projetos	1.415	
Sendo:		
de Sessões Legislativas anteriores	1.135	
desta Sessão Legislativa	280	
Aprovados e enviados à sanção	14	
Sendo:		
de Sessões Legislativas anteriores	6	
desta Sessão Legislativa	8	
Aprovados e enviados à Câmara	122	
Sendo:		
de Sessões Legislativas anteriores	106	
desta Sessão Legislativa	16	
Em andamento	124	
Sendo:		
de Sessões Legislativas anteriores	109	
desta Sessão Legislativa	15	
Retirado pelo Autor	3	
Sendo:		
de Sessões Legislativas anteriores	1	
desta Sessão Legislativa	2	
Arquivados (art. 367 do R.I.)	1.055	
Sendo:		
de Sessões Legislativas anteriores	817	
desta Sessão Legislativa	238	
Arquivado (art. 278 do R.I., de Sessão Legislativa anterior)	1	
Rejeitados (de Sessões Legislativas anteriores)	83	
Prejudicados (de Sessões Legislativas anteriores)	12	
Transformado em Projeto de Resolução (nesta Sessão Legislativa)	1	
II — Emendados pela Câmara dos Deputados	6	
de Sessões Legislativas anteriores	4	
desta Sessão Legislativa	2	
Em andamento	5	
de Sessões Legislativas anteriores	4	
desta Sessão Legislativa	1	
Aprovado e enviado à sanção (desta Sessão Legislativa)	1	

J.5.2 PROJETOS DE LEI DA CÂMARA

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
106/66	314/63	Dispõe sobre o consumo do carvão nacional nas empresas siderúrgicas a coque.	Em tramitação
115/75	1.411/73	Veda a ocupante de cargos de ministros e conselheiros a aposentadoria antes de quatro anos de exercício no cargo.	Em tramitação
88/76 (Vide PLS nº 78/68)	1.106/75	Dá nova redação aos §§ 3º e 4º do art. 2º da Lei nº 5.584, de 1970, que dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da CLT, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências.	Em tramitação
49/77 (Tramita em conjunto com os PLC n.ºs 111/81, 124/83 e 38/84)	395/75	Altera a redação da letra "a" do art. 3º da Lei nº 4.769, de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração.	Em tramitação
83/77	3.110/76	Acrescenta parágrafos aos arts. 3º e 9º e altera a redação do art. 10 da Lei nº 6.194, de 1974, dispondo sobre limitação das indenizações por danos pessoais e materiais cobertos pelos seguros de responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores de via terrestre.	Rejeitado
141/77	1.068/75	Dispõe sobre o trabalho de excepcional nas oficinas protegidas e em trabalho competitivo.	Em tramitação
19/78	838/75	Proíbe a cobrança ao adquirente de casa própria, por intermédio do Sistema Financeiro de Habitação, de obras de equipamento comunitário e de infra-estrutura urbana.	Em tramitação
37/78	2.252/76	Dispõe sobre a proteção contra incêndios.	Em tramitação
51/78	1.465/75	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 6.251, de 1975, que institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências.	Em tramitação
71/78	750/72	Regula a atividade profissional nos jornais de empresas.	Em tramitação
78/78	2.785/76	Dá nova redação ao art. 24 da Lei nº 5.772, de 1971, que institui o Código de Propriedade Industrial.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
82/78	2.883/76	Estende a todas as espécies de animais o processo de abate com prévia insensibilização por métodos técnico-científicos.	Em tramitação
127/78	1.423/75	Proíbe a pesca predatória, e dá outras providências.	Rejeitado
131/78	2.961/76	Dispõe sobre a propaganda e a publicidade nas entidades executantes dos serviços de radiodifusão e determina outras providências.	Em tramitação
65/79	4.257/77	Autoriza a alienação de imóveis residenciais da Rede Ferroviária Federal a seus ocupantes.	Rejeitado
68/79 (Tramita em conjunto com o PLS nº 262/79)	2.248/76	Define o comportamento exigível às empresas que operam no Território Nacional sob o controle de capital estrangeiro	Em tramitação
104/79	3.923/77	Especifica condições para inscrição e registro de embarcações.	Rejeitado
109/79	4.052/77	Dispõe sobre a proibição do fabrico e da venda de medicamentos e insumos farmacêuticos, cuja venda tenha sido interdita no país de origem da fórmula.	Em tramitação
21/80	1.015/79	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 5.107 de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.	Em tramitação
25/80	920/79	Define como crime contra a Segurança Nacional a manutenção de depósito em moeda estrangeira no exterior, fora dos casos previstos em lei.	Em tramitação
49/80	68/79	Dispõe sobre a propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas, e determina outras providências.	Em tramitação
53/80	1.045/79	Altera o § 2º do art. 10 da Lei nº 4.591, de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias, acrescentando-lhe novos parágrafos, regulamentando a realização de obras externas e internas nos edifícios, o quorum para decisões nas reuniões de condomínio, e da outras providências.	Em tramitação
93/80	1.151/79	Dispõe sobre incentivos à produção de álcool, e determina outras providências.	À Câmara
95/80	3.308/77	Institui o Dia Nacional da Poesia.	À Câmara
96/80	144/79	Define ilícitos de natureza fiscal e estabelece prazo de prescrição.	Em tramitação
10/81	1.529/79	Dispõe sobre a aposentadoria com proventos integrais dos ex-combatentes segurados da Previdência Social.	À sanção Veto Total
20/81	1.091/79	Altera dispositivos da Lei nº 5.764, de 1971, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, facultando-lhes permitirem ou não, em seus estatutos, a representação de associados nas assembléias gerais.	Em tramitação
49/81	946/79	Dispõe sobre a intervenção e liquidação extrajudicial de empresas beneficiadas com incentivos fiscais na área de atuação da SUDENE.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
51/81	1.468/79	Dispõe sobre a criação do Instituto de Energia Solar na Universidade Federal do Rio Grande do Norte — UFRN.	Em tramitação
54/81	435/79	Inclui a filha desquitada, divorciada ou viúva entre os beneficiários do servidor público federal, civil, militar ou autárquico.	Em tramitação
55/81	1.186/79	Torna obrigatória a licitação nos casos de alienação de bem público e em hipóteses de aquisição ou arrendamento de imóvel destinado ao Serviço Público, introduzindo alterações no Decreto-Lei nº 200, de 1967.	Em tramitação
66/81	1.412/79	Dispõe sobre alienação de imóveis da União, nas condições que menciona.	Em tramitação
67/81	3.506/80	Dá nova redação ao § 4º do art. 662 da CLT.	Rejeitado
69/81	816/79	Dá nova redação ao art. 110 da Lei nº 5.108, de 1966 — Código Nacional de Trânsito, determinando o pagamento, pelo infrator, da multa de trânsito de sua responsabilidade.	Rejeitado
70/81	10/79	Modifica dispositivos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal.	Em tramitação
71/81	81/79	Modifica a redação do caput do art. 7º da Lei nº 4.380, de 1964, que institui o sistema financeiro para aquisição de casa própria.	Rejeitado
84/81	3.464/80	Institui o Dia Nacional de Combate ao Fumo.	A sanção Lei nº 7.488, de 11-6-86
85/81	3.652/80	Altera dispositivos da Lei nº 6.537, de 1978, dispondo sobre os Conselhos Federal e Regionais de Economia.	Rejeitado
92/81	3.820/80	Acrescenta parágrafo ao art. 659 da Lei nº 5.869, de 1973 — Código de Processo Civil.	Rejeitado
102/81	1.764/79	Dispõe sobre o acesso de interessados a estudos, pesquisas e demais trabalhos realizados e impressos por órgãos públicos, e determina outras providências.	Em tramitação
109/81	337/79	Acrescenta parágrafo ao art. 791 da CLT.	Em tramitação
110/81	443/79	Torna obrigatória a existência de alojamento para motorista, nas empresas de ônibus que especifica.	Em tramitação
111/81	2.665/80 (Vide PLC nº 49/77)	Dispõe sobre a admissão de Técnicos de Administração pelas entidades que menciona.	Em tramitação
124/81	3.437/80	Regula o exercício da profissão de Agente da Propriedade Industrial.	Em tramitação
133/81	4.630/81	Estabelece, atendendo ao disposto no art. 175 da Constituição Federal e na Emenda Constitucional nº 12, de 1978, normas de amparo à pessoa deficiente, e determina outras providências.	Em tramitação
134/81	1.270/79 (Vide PLC nº 118/84)	Introduz alterações no art. 131 do Código Civil Brasileiro e no art. 40 do Código de Processo Penal.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
10/82	4.608/81	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade das Missões, com sede em Santo Ângelo — RS.	À sanção Lei n.º 7.458, de 9-4-86
13/82	204/79	Fixa os níveis máximos permissíveis de sons e ruídos produzidos por veículos automotores, regula a fabricação e o uso de acessórios que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
18/82	2.090/79	Regula o processo de fiscalização, pelo Congresso Nacional, dos atos do Poder Executivo, e dá outras providências.	Em tramitação
22/82	3.012/76	Dá nova redação ao art. 242 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.	À sanção Lei nº 7.476 de 15-5-86
23/82	687/79	Assegura a contagem do tempo de serviço prestado por docentes, nas condições que especifica.	Em tramitação
24/82	1.872/79	Fixa prazo para o pagamento dos empréstimos obtidos por estudantes através do Programa Especial de Crédito.	Rejeitado
25/82	413/79	Autoriza a pessoa física residente na Amazônia Legal a aplicar incentivo fiscal em Fundo para o Desenvolvimento Regional.	Em tramitação
28/82	1.096/79	Permite a impetração de mandado de segurança contra atos de autoridade do ensino particular, de qualquer grau.	Rejeitado
34/82	452/79	Modifica a redação do "caput" do art. 10 da Lei nº 5.108, de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação
37/82	1.299/79	Altera dispositivo da Lei nº 4.504, de 1964 — Estatuto da Terra.	Em tramitação
39/82	4.104/80 (Vide PLC nº 175/84)	Acrescenta parágrafo ao art. 668 do Decreto-lei nº 3.689, de 1941 — Código de Processo Penal.	Em tramitação
41/82	1.652/79 (*)	Altera dispositivos da Lei nº 3.857, de 1960 e a Lei nº 6.533, de 1978, e dá outras providências.	Em tramitação
51/82	5.402/78	Define o trabalho rural para efeito de enquadramento sindical, assistência e previdência rurais, e determina outras providências.	Rejeitado
56/82	1.078/79 (Vide PLC nº 175/84)	Dá nova redação ao art. 6º do Código de Processo Penal, instituído pelo Decreto-lei nº 3.689, de 1941.	Em tramitação
57/82	2.074/79	Dispõe sobre a execução do Projeto Dom Bosco, resultante das conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito, que investigou o problema da criança e do menor carentes no Brasil.	Em tramitação
71/82	1.630/79	Cria incentivos à teleeducação.	Em tramitação
73/82	3.257/80	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 6.251, de 1975, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências.	Rejeitado
74/82	4.196/80	Modifica a redação do art. 20 da Lei nº 5.869, de 1973 — Código de Processo Civil.	Rejeitado

(*) Por lapso deixou de constar dos relatórios anteriores.

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
84/82	3.758/80	Altera dispositivos da Lei nº 4.771, de 1965, que institui o novo Código Florestal.	À sanção Lei nº 7.511, de 7-7-86
85/82	882/72	Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 2.591, de 1912, que regula a emissão e a circulação de cheques.	Em tramitação
88/82	4.919/81	Acrescenta alínea ao § 2º do art. 9º da Lei nº 6.538, de 1978, que dispõe sobre os serviços postais.	Em tramitação
96/82	4.596/81	Dispõe sobre normas referentes aos tabelionatos e dá outras providências.	Em tramitação
98/82	362/79	Altera a redação do art. 189 da CLT e determina outras providências.	Em tramitação
100/82	4.022/80	Introduz alteração no art. 794 da Lei nº 5.869, de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
101/82	292/79	Determina que nos ônibus intermunicipais, interestaduais e internacionais sejam reservados lugares para passageiros não-fumantes, e dá outras providências.	Em tramitação
102/82	4.698/81	Altera a Lei nº 1.390, de 1951, que dispõe sobre o preconceito de raça ou de cor.	Em tramitação
104/82	2.004/79	Modifica a redação do art. 1º da Lei nº 4.281, de 1963, que institui abono especial, em caráter permanente, para aposentados da Previdência Social.	Em tramitação
110/82	1.569/79	Assegura a todo empregado o salário-assiduidade, e determina outras providências.	Em tramitação
114/82	1.713/79	Dispõe sobre a utilização obrigatória de fibras de algodão na composição de tecido e determina outras providências.	Em tramitação
117/82	5.268/81	Introduz modificação na Lei nº 6.251, de 1975, que institui normas gerais sobre desportos.	Em tramitação
119/82	4.698/81	Estabelece a competência do Estado para distribuição de leite a mães e crianças carentes.	Em tramitação
126/82	1.226/79	Dá nova redação ao art. 3º e revoga o art. 5º e seu parágrafo único do Decreto-lei nº 1.075, de 1970.	Em tramitação
128/82	4.465/79	Dá nova redação ao § 6º e acrescenta § 8º ao art. 6º da Lei nº da Lei nº 5.890, de 1973, dispondo sobre casos de aposentadoria por invalidez.	Em tramitação
129/82	2.451/79	Confere à usina da Companhia Energética de São Paulo — CESP, em construção no Porto Primavera, a denominação de Hidrelétrica Domingos Leonardo Cerávolo.	À sanção Veto Total
133/82	2.954/80	Altera dispositivo do Decreto-lei nº 986, de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos.	A Câmara
138/82	3.226/82	Introduz alterações na Lei nº 4.504, de 1964 — Estatuto da Terra.	Em tramitação
142/82	361/79	Altera a redação do art. 556 da Lei nº 5.869, de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
145/82	2.647/80	Dispõe sobre lançamento de detritos industriais em cursos de água.	Em tramitação
154/82	559/79	Acrescenta dispositivos à Lei nº 4.380, de 1964.	Em tramitação
155/82	3.391/80	Altera a redação do art. 9º do Decreto-lei nº 891, de 1938, e do art. 4º da Lei nº 5.726, de 1971.	Em tramitação
1/83	3.027/80	Dispõe sobre a utilização do sistema de arbitramento na solução dos conflitos verificados na celebração de acordos ou convenções coletivas.	Em tramitação
2/83	3.366/80	Altera o "caput" do art. 492 da CLT e acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 5.107, de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
3/83	3.419/80 (Vide PLC nº 175/84)	Altera o art. 408 do Decreto-lei nº 3.689, de 1941 — Código de Processo Penal, relativo à sentença de pronúncia.	Em tramitação
4/83	1.627/79	Institui o salário mínimo profissional dos farmacêuticos, e dá outras providências.	Em tramitação
5/83	5.356/81	Regulamenta as profissões da área de processamento eletrônico de dados e dá outras providências.	Em tramitação
10/83	170/82 (Vide PLS nº 156/79)	Institui o seguro-desemprego.	Em tramitação
12/83	283/79	Não permite sejam os proventos da aposentadoria por invalidez de valor abaixo do salário mínimo regional.	Em tramitação
13/83	112/79	Dá nova redação ao art. 243 da CLT.	Em tramitação
14/83	191/79	Torna obrigatória a instalação de dispositivos de proteção à ictiofauna em usinas hidrelétricas.	Em tramitação
15/83	277/79	Acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 5.107, de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências, dispondo sobre o pagamento de percentuais ao empregado despedido sem justa causa.	Em tramitação
18/83	1.622/79	Altera a redação do art. 143 da CLT.	Em tramitação
23/83	5.199/81	Acrescenta dispositivo à Lei nº 1.711, de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civil da União.	Em tramitação
25/83	4.979/81	Acrescenta parágrafo ao art. 33 da Lei nº 5.197, de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.584, de 6-1-87 Veto Parcial
29/83	4.616/81	Revoga o art. 6º da Lei nº 3.419, de 1958, e determina outras providências.	Em tramitação
30/83	4.563/81	Altera a redação do art. 446 da CLT.	Em tramitação
31/83	4.524/81	Torna obrigatória a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação — CRS, quanto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, para os fins que menciona.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
32/83	330/79	Dispõe sobre a concessão de financiamentos agrícolas, e dá outras providências.	Em tramitação
33/83	4.283/81 (Tramita em conj. com o PLC nº 71/83)	Acrescenta parágrafo ao art. 459 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
34/83	4.258/80	Introduz alteração no Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, determinando a reserva de parte dos terrenos de marinha para construção de casas de pescadores.	Em tramitação
36/83	3.776/80	Altera o art. 830 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
38/83	3.773/80	Estabelece normas sobre carga e descarga de mercadorias em transporte rodoviário, e dá outras providências.	Em tramitação
39/83	528/79	Dispõe sobre a contagem, para efeitos previdenciários, do tempo correspondente ao exercício do mandato de Prefeito Municipal.	Em tramitação
40/83	215/79	Acrescenta dispositivo ao art. 49 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 — Estatuto da Terra.	Em tramitação
41/83	4.255/80	Acrescenta parágrafo ao art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
43/83	536/79	Altera a redação do art. 3º da Lei nº 6.463, de 9 de novembro de 1977, que torna obrigatória a declaração de preço total nas vendas à prestação.	Em tramitação
44/83	193/79 (Vide PLS nº 149/79)	Altera a redação dos arts. 76 e 81, caput , da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para acrescentar os itens previdência social, educação, saúde e lazer à cláusula que define salário mínimo.	Em tramitação
45/83	427/79	Considera insalubre as atividades do pessoal empregado nos serviços de limpeza urbana de coleta e destino de lixo e dá outras providências.	Em tramitação
47/83	5.615/81	Introduz alteração na Lei nº 6.649, de 16 de maio de 1979, que regula a locação predial urbana.	Em tramitação
48/83	5.019/81	Dispõe sobre a criação do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com sede em João Pessoa, Estado da Paraíba, e dá outras providências.	Em tramitação
49/83	4.295/81 (Tramita em conj. com o PLS nº 118/83)	Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
52/83	197/79	Autoriza os agentes do Sistema Nacional de Crédito Rural a adotarem medidas financeiras emergenciais, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
58/83	1.343/79	Altera a redação do parágrafo único do art. 566 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, assegurando o direito de sindicalização aos empregados das empresas públicas.	Em tramitação
60/83	2.355/79	Altera a redação do art. 3º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, a fim de garantir ao empregado doméstico o direito à gratificação natalina instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.	Em tramitação
61/83	1.345/79	Dispõe sobre a aplicação do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, ao parceiro e ao arrendatário agrícolas.	Rejeitado
63/83	1.442/79	Dispõe sobre o afastamento de empregados eleitos para os Conselhos Federais e Regionais de entidades de fiscalização do exercício profissional.	Em tramitação
64/83	1.003/79	Dispõe sobre a desapropriação do imóvel no Município de Jaboatão, Estado de Pernambuco, para atender ao deslocamento das famílias que atualmente residem em áreas do Parque Histórico Nacional dos Guararapes.	Em tramitação
65/83	1.916/79	Concede aposentadoria especial ao piloto agrícola e determina outras providências.	Em tramitação
68/83	2.009/79	Acrescenta dispositivos aos arts. 11 e 12 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que "institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o Sistema Financeiro para a aquisição da Casa Própria, cria o Banco Nacional da Habitação — BNH, e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências".	Em tramitação
69/83	323/79	Dá nova redação ao inciso VI do art. 43 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que "dispõe sobre o condomínio em edificações e incorporações imobiliárias".	Em tramitação
70/83	4.470/81	Revoga o art. 47 do Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 — Lei das Contravenções Penais, e define o crime de exercício ilegal de profissão ou atividade.	Arquivado (art. 278 do R.I.)
71/83	2.156/79 (Vide PLC nº 33/83)	Altera o art. 459 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre o pagamento de salários.	Em tramitação
72/83	1.180/79	Dispõe sobre a colocação de preços nos invólucros de leite.	Em tramitação
73/83	975/79	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Feira de Santana.	Em tramitação
74/83	603/83	Modifica a redação do art. 492 da CLT, assegurando a estabilidade do trabalhador a partir da data de sua admissão, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
77/83	1.559/79	Comete à Justiça do Trabalho competência para dirimir questões relativas a contrato de locação entre empregado e empregador.	Em tramitação
78/83	1.263/79 (Vide PLS nº 329/81)	Dá nova redação ao art. 487 da CLT.	Em tramitação
80/83	1.246/79	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 6.179, de 1974.	Em tramitação
81/83	731/79 (Tramita em conj. com o PLC nº 204 e 233/83; 252/84 e 132/85)	Dá nova redação ao § 3º do art. 670 da CLT.	Em tramitação
82/83	1.810/79	Isenta da incidência do Imposto de Renda os proventos da aposentadoria ou reforma.	Em tramitação
87/83	1.372/89 (Tramita em conj. com o PLC nº 7/84)	Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Oficial de Cabeleireiro, Manicure, Maquilador, Esteticista Facial, Depilador e pedicuro e dá outras providências.	A sanção Veto Total
91/83	2.498/79	Acrescenta parágrafo ao art. 477 da CLT.	Em tramitação
92/83	2.984/80	Acrescente § 3º ao art. 47 da Lei nº 5.764, de 1971, que define a política nacional de cooperativismo.	Em tramitação
93/83	3.471/80	Altera a redação do inciso II do art. 8º da Lei nº 5.107, de 1966, para permitir que o empregado do sexo feminino possa, por motivo de casamento, levantar o seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, na vigência do contrato de trabalho.	Em tramitação
94/83	3.496/80	Revoga o art. 11 da Lei nº 5.890, de 1983, que altera a legislação da Previdência Social.	Em tramitação
95/83	2.580/80	Modifica dispositivos das Leis nºs 4.594, de 1964, e 6.435, de 1977, dispondo sobre Corretores de Seguros.	Em tramitação
99/83	3.358/77	Introduz alterações na Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral, no que se refere à composição dos Tribunais Regionais Eleitorais.	Em tramitação
102/83	3.059/80	Altera o Decreto-Lei nº 221, de 1967, que dispõe sobre proteção e estímulos à pesca.	Em tramitação
104/83	1.768/79	Acrescenta parágrafo único ao art. 467 da CLT.	Em tramitação
105/83	2.693/80	Dispensa do pagamento de multas e penalidades os cidadãos que deixarem de providenciar em tempo hábil, os documentos que menciona.	Em tramitação
107/83	317/79	Acrescenta parágrafo ao art. 482 da CLT.	Em tramitação
108/83	2.456/79	Altera dispositivo do Decreto-lei nº 221, de 1967, que dispõe sobre proteção e estímulo à pesca, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
109/83	508/79 (Vide PLS nº 11/84)	Dá nova redação ao § 3º do art. 543 da CLT.	Em tramitação
114/83	1.775/79	Proíbe às agências noticiosas fornecerem notícias aos órgãos de comunicação social com sede no local do fato.	Em tramitação
121/83	439/83	Acrescenta parágrafo ao art. 130 da CLT, para permitir que o período de férias seja desdobrado em dois.	Em tramitação
123/83	3.931/80	Proíbe ao condutor de veículo de transporte coletivo acumular a função de cobrador.	Em tramitação
124/83	1.385/83 (Vide PLC nº 49/77)	Altera dispositivos da Lei nº 4.769, de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências.	Em tramitação
125/83	3.632/80	Altera a redação do caput do art. 392 da CLT.	Em tramitação
126/83	3.657/80	Considera insalubre a atividade profissional do linotipista.	Em tramitação
127/83	4.074/80	Altera a redação do caput do art. 1º da Lei nº 6.179, de 1974, que institui o amparo previdenciário para os maiores de 70 (setenta) anos e para os inválidos.	Em tramitação
128/83	4.013/80	Acrescenta parágrafo ao art. 458 da CLT.	Em tramitação
130/83	3.832/80	Dá nova redação ao caput do art. 156 da CLT.	Em tramitação
131/83	4.546/81	Acrescenta parágrafo ao art. 195 da CLT.	Em tramitação
133/83	4.199/80	Autoriza o Poder Executivo a promover a realização de recenseamentos bianuais em regiões pioneiras.	Em tramitação
135/83	3.816/80	Dá nova redação ao art. 6º da Lei nº 605, de 1949 dispondo sobre descontos na remuneração de empregados.	Em tramitação
136/83	3.772/80	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 1.234, de 1950, que confere direitos e vantagens a servidores que operem com Raios X e substâncias radioativas.	Em tramitação
137/83	4.084/80	Altera a redação do art. 12 da Lei nº 5.107, de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
138/83	4.075/80	Altera a redação dos incisos II e III do art. 131 da CLT, que trata das faltas ao serviço não consideradas para efeito de concessão de férias.	Em tramitação
140/83	4.214/80	Dispõe sobre a complementação do 13º salário aos empregados em gozo de auxílio-doença.	Em tramitação
142/83	4.019/80	Altera a redação do art. 524 da Lei nº 5.869, de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
144/83	4.539/81	Dispõe sobre o fornecimento de água e luz ao trabalhador desempregado, pelo prazo que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
145/83	4.077/80	Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 5.869, de 1973 — Código de Processo Civil, dispondo sobre o pagamento de honorários advocatícios nas ações de mandado de segurança.	Em tramitação
148/83	4.159/80	Dispõe sobre a organização e manutenção de bibliotecas escolares para os níveis de 1º e 2º graus e nível superior.	Em tramitação
149/83	4.506/81	Fixa em 6 (seis) horas a jornada diária de trabalho nos serviços de coqueria e bateria de fornos, e determina outras providências.	Em tramitação
150/83	4.791/81	Proíbe a divulgação, em veículo de comunicação social, da fotografia do indiciado ou suspeito de crime ou contravenção, e dá outras providências.	Em tramitação
151/83	4.748/81	Faculta ao pescador profissional filiar-se à Previdência Social Urbana, na qualidade de autônomo.	Em tramitação
152/83	4.746/81	Altera a redação do art. 201 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
153/83	4.702/81	Altera o caput do art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para facultar, ao empregado, a conversão de um terço até a metade do período de férias em abono pecuniário.	Em tramitação
154/83	4.168/80	Altera o art. 288 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
163/83	5.237/81	Altera a redação do § 5º do art. 13 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, elevando o valor da contribuição mínima dos profissionais liberais.	Em tramitação
166/83	3.731/80	Dispensa de qualquer ônus o requerimento de segunda via do título de eleitor, revogando o art. 54 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.	Em tramitação
167/83	5.419/81	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.185, de 11 de dezembro de 1974, sobre admissão de excepcionais no serviço público civil da União.	Em tramitação
168/83	4.989/81	Disciplina o exercício da profissão de Tecnólogo em Cooperativismo.	Em tramitação
169/83	5.043/81	Assegura ao servidor público o direito de afastar-se de seu cargo ou função, durante a campanha eleitoral, sem prejuízo de vencimentos e vantagens, introduzindo modificação no Código Eleitoral.	Em tramitação
171/83	5.064/81	Introduz modificações na Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito, para o fim de estabelecer a participação das Polícias Militares dos Estados, Territórios e do Distrito Federal no Sistema Nacional de Trânsito.	Em tramitação
172/83	5.573/81	Autoriza o Poder Executivo a desapropriar a área de terra onde está localizado o Aeroporto Carlos Prates, em Belo Horizonte — MG, para a constituição de um Parque Público.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
173/83	5.567/81	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para o fim de conceder estabilidade provisória ao empregado que ingressar em juízo com reclamatória.	Em tramitação
174/83	5.365/81	Estende a ex-servidores da extinta Fundação Brasil Central e da antiga Prefeitura do Distrito Federal, os benefícios da Lei nº 6.890, de 11 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a contagem do tempo de serviço prestado por extranumerário, diarista ou tarefeiro, bem como pelo pessoal retribuído à conta de dotação global, na forma que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
175/83	5.670/81	Dispõe sobre a divulgação de documentos sigilosos e a proibição de destruí-los.	Em tramitação
177/83	5.197/81	Determina a adoção do princípio de sucumbência no processo judiciário trabalhista, mediante acréscimo de parágrafo ao art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
178/83	4.945/81	Dispõe sobre o exercício do magistério no Sistema Braille, e dá outras providências.	Em tramitação
179/83	4.977/81	Reativa a faculdade prevista no art. 11 da Lei nº 6.332, de 18 de maio de 1976, que autoriza reajustamento adicional de benefícios previdenciários, e dá outras providências.	Em tramitação
180/83	3.713/80	Altera a redação do art. 84 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963 — Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.	Em tramitação
181/83	5.551/81	Dispõe sobre a padronização do boletim de acidentes de trânsito.	Em tramitação
182/83	5.287/81	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que “dispõe sobre o condomínio em edificações...” para o fim de determinar a obrigatoriedade de instalação de medidores individuais em todos os serviços públicos remunerados mediante tarifa, em cada unidade autônoma.	Em tramitação
183/83	5.277/81	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 — Lei de Anistia, para o fim de beneficiar tamb-m servidoras públicas prejudicadas funcionalmente com a punição, imposta a seus maridos.	Em tramitação
184/83	5.704/81	Estabelece as normas a serem cumpridas pelas empresas que exploram os serviços públicos especificados.	Em tramitação
185/83	4.874/81	Introduz alteração na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
187/83	5.957/82	Introduz alteração na Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
188/83	5.641/81	Dispõe sobre férias para os segurados autônomos.	Em tramitação
189/83	5.794/81	Define como crime de responsabilidade, dos Prefeitos municipais, pagar a seus servidores salários abaixo do valor correspondente ao salário mínimo da região, introduzindo disposição no art. 1º do Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.	Em tramitação
190/83	4.046/80	Dispõe sobre o uso de veículo oficial em fim de semana e dia feriado.	Em tramitação
193/83	5.921/82	Autoriza o Poder Executivo a criar um Fundo para o Alistamento Eleitoral.	Em tramitação
194/83	5.966/82	Dispõe sobre prazos de inscrição em concursos ou provas de habilitação da União, suas autarquias, empresas públicas e entidades mistas e dá outras providências.	Em tramitação
195/83	5.709/81	Altera a redação do art. 35 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 — Código de Processo Penal — para efeito de garantir à mulher casada o direito de queixa, e dá outras providências.	Em tramitação
196/83	3.642/80	Dispõe sobre a incorporação ao patrimônio público dos presentes e doações recebidos pelas autoridades que menciona e dá outras providências.	Em tramitação
197/83	5.729/81	Altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, que instituiu a modalidade de sorteio de números — LOTO.	Em tramitação
198/83	803/83 (Tramita em conj. com o PLC nº 236/83)	Dispõe sobre a realização de concursos públicos e determina outras providências.	Em tramitação
199/83	263/83	Exclui, dentre os considerados de interesse da Segurança Nacional, os municípios de Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Caracol, Corumbá, Eldorado, Iguatemi, Ladário, Mundo Novo, Ponta Porã e Porto Murtinho, no Estado de Mato Grosso do Sul.	Em tramitação
200/83	5.311/81	Assegura ao Guarda-noturno o direito à aposentadoria especial aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço, e determina outras providências.	Em tramitação
201/83	287/83	Exclui, dentre os considerados de interesse da Segurança Nacional, o município de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul.	Prejudicado
202/83	5.109/81	Regula o exercício da profissão de Motorista, e determina outras providências.	Em tramitação
204/83	4.969/81 (Vide PLC nº 81/83)	Introduz alteração na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS.	Em tramitação
206/83	77/83	Outorga ao Presidente Getúlio Vargas o título de "Patrão dos Trabalhadores do Brasil".	À sanção (Lei nº 7.470, de 29-4-86)

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
207/83	6.011/82	Altera a Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos.	Em tramitação
208/83	1.318/79	Dispõe sobre a criação de Junta de Conciliação e Julgamento no Município de Araras, Estado de São Paulo.	Em tramitação
209/83	236/83	Extingue o período de carência para a concessão do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez no âmbito da Previdência Social, e determina outras providências.	Em tramitação
210/83	4.294/81	Revoga o § 4º do art. 37 da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 — Lei de Imprensa.	Em tramitação
212/83	4.802/81	Acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei nº 5.474, de 18 de junho de 1968, que dispõe sobre as duplicatas e dá outras providências.	Em tramitação
213/83	761/83	Revoga o art. 243 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre o horário dos ferroviários de estações do interior.	Em tramitação
214/83	6.038/82	Revoga o art. 2º do Decreto-lei nº 1.910, de 29 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a obrigatoriedade de contribuição previdenciária por parte de aposentados e pensionistas.	Em tramitação
215/83	553/83	Altera o art. 1º e seu § 1º da Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965, para ampliar as hipóteses de cabimento de ação popular e de legitimação para propô-la.	Em tramitação
217/83	505/75	Determina a obrigatoriedade da incidência de juros e correção monetária nos débitos de entidades públicas.	Em tramitação
218/83	566/75	Assegura o direito de preferência, dos atuais ocupantes de imóveis residenciais do Instituto Nacional da Previdência Social —INPS, à aquisição das unidades respectivas.	Em tramitação
219/83	405/75	Dispõe sobre a aplicação de produtos saneantes clorados.	Em tramitação
220/83	12/75	Institui o "Dia da Bíblia", para ser comemorado anualmente em todo o território nacional no segundo domingo de dezembro.	Em tramitação
221/83	316/75	Acrescenta parágrafos ao art. 77 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação
222/83	416/75	Dispõe sobre a anotação do salário, na Carteira de Trabalho e Previdência Social dos barbeiros, cabeleireiros, manicures e massagistas.	Em tramitação
223/83	3.322/80	Assegura ao aposentado por invalidez que retorna à atividade, após se recuperar parcialmente, ou para trabalho diverso do que habitualmente exercia, direito a manter seus proventos.	Em tramitação
224/83	600/75	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
225/83	138/75	Institui o "Dia da Comunidade Afro-Brasileira" e determina outras providências.	Em tramitação
227/83	2.555/79	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, estabelecendo regime especial de férias para os tripulantes de unidades mercantes.	Em tramitação
228/83	5.566/81	Introduz alterações no Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal, para o fim de incluir o crime de porte de arma e seus consectários.	Em tramitação
229/83	593/75	Introduz alterações no Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que trata da responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, dispondo sobre maior proteção do mandato legislativo dos Vereadores.	Em tramitação
230/83	5.480/81	Altera o art. 100 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
231/83	614/75	Erige em monumento nacional o túmulo de Getúlio Dornelles Vargas, na cidade de São Borja.	Em tramitação
233/83	318/75 (Vide PLC nº 81/83)	Concede dispensa de pagamento das prestações relativas à aquisição da casa própria, e dá outras providências.	Em tramitação
234/83	607/79	Altera dispositivo do Código de Processo Civil, aprovado pela Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, retificado pela Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973.	Em tramitação
235/83	4.141/80	Altera dispositivos da Lei nº 5.507, de 10 de outubro de 1968, estendendo seus benefícios aos filhos menores de policiais mortos em serviço.	Em tramitação
236/83	6.064/82 (Vide PLC nº 198/83)	Dispõe sobre a realização de concursos públicos, e determina outras providências.	Em tramitação
238/83	4.009/80	Altera o art. 1º da Lei nº 5.589, de 3 de julho de 1970, para estender aos documentos que menciona a autenticação pelo processo de chancela mecânica.	Em tramitação
240/83	191/75	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 5.802, de 11 de setembro de 1972, que dispõe sobre a inscrição em prova de habilitação à livre docência, e determina outras providências.	Em tramitação
241/83	3.537/80	Altera a redação do § 2º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre licença para o empregado que se ausentar do trabalho para desempenhar funções sindicais.	Arquivado (art. 278 do R.I.)
242/83	1.100/83	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 1.134, de 14 de junho de 1950, para atribuir às Federações e à Confederação dos Servidores Públicos do Brasil a competência para representarem seus associados junto, respectivamente, às autoridades estaduais e federais.	A Câmara

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
243/83	6.200/82	Altera a Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, que dispõe sobre o Plano de Assistência ao Funcionário e sua Família, a que se referem os arts. 161 e 256 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, na parte que diz respeito à Previdência.	Em tramitação
244/83	6.105/82	Determina a contratação, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, dos representantes do FUNRURAL que contem mais de 2 (dois) anos de efetivo exercício no cargo.	Em tramitação
245/83	3.398/80	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
247/83	842/75	Altera dispositivos da Lei nº 4.726, de 13 de julho de 1965, que “dispõe sobre os serviços do registro do comércio e atividades afins, e dá outras providências”.	Em tramitação
249/83	1.743/76	Altera o art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que “cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, e dá outras providências”.	Em tramitação
250/83	1.833/76	Acrescenta parágrafo ao art. 116 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre a proibição de fixar valores diferentes do salário mínimo em um mesmo Estado, a partir de 1976.	Em tramitação
253/83	1.661/75	Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 5.668, de 23 de junho de 1971, que “dispõe sobre a filiação dos empregados das Bolsas de Valores no sistema orgânico da Previdência Social, e dá outras providências”.	Em tramitação
254/83	905/75	Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 5.757, de 3 de dezembro de 1971, que estabelece regime de gratificação ao pessoal à disposição do FUNRURAL, dispondo sobre a obrigatoriedade da apresentação do Certificado de Regularidade de situação e Certificado de Quitação, que serão exigíveis a partir de 1º de janeiro de 1976.	Em tramitação
255/83	301/83	Revoga e altera dispositivos da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que define os crimes contra a segurança nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento, e dá outras providências.	Prejudicado
256/83	1.327/75	Altera a redação do § 2º do art. 2º da Lei nº 6.210, de 4 de junho de 1975, que extingue as contribuições sobre benefícios da previdência social e a suspensão da aposentadoria por motivo de retorno à atividade.	Em tramitação
257/83	1.658/75	Acrescenta parágrafo ao art. 79 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
259/83	826/75	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, proibindo a dispensa da gestante nas condições que especifica.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
261/83	648/75	Altera a redação do art. 9º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social, e dá outras providências.	Em tramitação
262/83	1.619/75	Altera disposições da Lei n. 4.137, de 10 de setembro de 1962, que regula a repressão ao abuso do poder econômico, e dá outras providências.	Em tramitação
263/83	1.851/76 (Vide PLS nº 326/80)	Eleva para 25% (vinte e cinco por cento) o acréscimo da remuneração do trabalho noturno sobre o diurno, e fixa o período noturno entre as 20:00 horas de um dia e as 06.00 horas do seguinte, modificando a redação ao art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
264/83	2.076/76	Dá nova redação ao inciso I do art. 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
266/83	2.120/83	Dispõe sobre o vestibular para os Cursos de Comunicação Social, nas condições que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
278/83	4.941/81 (Poder Executivo)	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a transferir o imóvel que menciona, situado no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Em tramitação
279/83	1.370/83	Aplica aos denominados “Soldados da Borracha” disposições das Leis nºs 5.315, de 12 de setembro de 1967, e 5.698, de 31 de agosto de 1971, e dá outras providências.	Em tramitação
280/83	2.674/80	Estabelece condições de associado efetivo de entidade de Previdência Privada, e dá outras providências.	Em tramitação
282/83	6.030/82	Dá nova redação ao art. 133 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
283/83	1.013/83	Dispõe sobre o alistamento de quem venha a completar dezoito anos de idade entre a data de encerramento do alistamento e a véspera do dia da eleição.	Em tramitação
284/83	2.101/76	Acrescenta parágrafo único ao art. 476 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
285/83	2.353/76	Equipara as associações de classe aos sindicatos para os fins previstos no Decreto nº 57.870, de 25 de fevereiro de 1966, que institui Programa Especial de Bolsas de Estudo.	Em tramitação
287/83	2.197/76	Revoga o art. 11 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que alterou a legislação da previdência social.	Em tramitação
288/83	4.330/81	Altera os arts. 523 e 524 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
289/83	2.397/76	Dispõe sobre a obrigatoriedade de aceitar inscrição, em concurso público, de candidato que, não estando de posse do diploma do curso escolar exigido, possa provar havê-lo concluído.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
291/83	661/83	Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 5.271, de 5 de dezembro de 1967, que autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio e dá outras providências.	Em tramitação
1/84	2.445/76	Dispõe sobre a resistência de veículos, altera o art. 36 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito, e dá outras providências.	Em tramitação
2/84	3.061/76	Dá nova redação à alínea g do art. 1º do Decreto-lei nº 1.003, de 21 de outubro de 1969 — Lei da Organização Judiciária Militar.	Em tramitação
4/84	2.401/76	Dispõe sobre requisitos de segurança para fabricação de veículos automotores e dá outras providências.	Em tramitação
6/84	3.791/77	Limita a contratação de empréstimos pelos Prefeitos municipais e dá outras providências.	Em tramitação
7/84	27/79 (Vide PLC nº 87/83)	Dispõe sobre o exercício da profissão de pedicuro.	Prejudicado
8/84	2.124/79	Altera a redação do art. 57 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social, e dá outras providências.	Arquivado (art. 278 do R.I.)
10/84	3.304/77	Altera o Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, modificando o traçado da BR-080.	A sanção (Lei nº 7.581, de 24-12-86)
12/84	2.518/76	Fixa a multa máxima permitida em casos de atrasos nos pagamentos de mensalidades ou anuidades escolares.	Em tramitação
13/84	2.716/76 (Vide PLS nº 32/85)	Dá nova redação ao § 2º do art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com as modificações da legislação posterior.	Em tramitação
14/84	2.867/76	Introduz modificação na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para o fim de assegurar estabilidade provisória à mulher trabalhadora que contrair núpcias.	Em tramitação
15/84	2.760/76	Dá nova redação ao § 3º do art. 8º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que alterou a legislação previdenciária.	Em tramitação
16/84	3.013/76	Altera o Plano Nacional de Viação, instituído pela Lei nº 5.917, incluindo ligações na EF-116, no trecho Crato—Salgueiro.	Em tramitação
18/84	3.313/77	Acrescenta dispositivo ao texto da Lei nº 5.108, de 1966, que institui o Código Nacional de Trânsito, objetivando facilitar o transporte de pessoas que necessitem de atendimento médico urgente.	Em tramitação
22/84	3.603/77	Amplia o traçado da ligação ferroviária EF-465, da Relação Descritiva das Ferrovias do Plano Nacional de Viação, instituído pela Lei nº 5.917, de 1973.	Em tramitação
23/84	126/79	Acrescenta dispositivo à CLT.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
26/84	3.004/80	Regula a responsabilidade civil das empresas de ônibus no transporte de passageiros.	À sanção (Veto total)
27/84	2.567/83	Institui o "Dia da Solidariedade ao povo libanês" e dá outras providências.	Em tramitação
28/84	56/79	Dispõe sobre a aposentadoria especial para os motoristas profissionais.	Em tramitação
30/84	75/79	Assegura a transferência da matrícula de universitários funcionários públicos estaduais, nas condições que especifica.	Em tramitação
31/84	87/79	Proíbe a dispensa de empregado acidentado, até 12 (doze) meses após a sua volta ao trabalho, nas condições que menciona.	Em tramitação
32/84	32/79	Altera a redação do art. 1º da Lei nº 5.958, de 10 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a retroatividade da opção pelo regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
33/84	2.103/76	Revigora, por 180 dias, dispositivo do Decreto-lei nº 194, de 1967, que dispõe sobre a aplicação da legislação sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço às entidades de fins filantrópicos.	Em tramitação
34/84	91/79	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.988, de 1973, que regula os direitos autorais e dá outras providências.	Em tramitação
38/84	753/79 (Vide PLC nº 49/77)	Altera dispositivo da Lei nº 4.726, de 1965, que dispõe sobre os serviços do Registro do Comércio e Atividades afins, e dá outras providências.	Em tramitação
39/84	611/79	Dispõe sobre não-incidência tributária nos casos que especifica.	Em tramitação
40/84	3.006/76	Dispõe sobre a obrigatoriedade de vacinação anti-taftosa, e dá outras providências.	Em tramitação
44/84	619/79	Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de Direito Agrário nas Faculdades de Agronomia e de Direito do País.	Em tramitação
46/84	615/79	Estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios, e dá outras providências.	Em tramitação
47/84	702/79 (Vide PLC nº 175/84)	Altera dispositivo do Decreto-lei nº 2.848, de 1940 — Código Penal e do Decreto-lei nº 3.689, de 1941 — Código de Processo Penal.	Em tramitação
48/84	705/79	Altera a redação do § 1º do art. 475 da CLT.	Em tramitação
51/84	6/83 (Poder Executivo)	Estabelece normas sobre o processo de trabalho.	Em tramitação
53/84	66/79	Dispõe sobre a situação do empregado que se candidate ou que seja eleito vereador.	Em tramitação
57/84	577/83	Altera a redação do art. 237 da Lei nº 5.869, de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
58/84	3.886/77	Modifica a redação do Capítulo II da Convenção de Condomínio — do Título I da Lei nº 4.591, de 1964.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
60/84	4.152/80	Dispõe sobre a perda da pensão do cônjuge credor, introduzindo alteração no art. 29 da Lei nº 6.515, de 1977, que regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.	Em tramitação
61/84	944/79 (Vide PLC nº 175/84)	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 — Código de Processo Penal.	Em tramitação
62/84	820/79	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 6.260, de 6 de novembro de 1975, para equiparar ao empregador rural os filhos maiores de idade.	Em tramitação
63/84	871/79	Inclui nos encargos de famílias as importâncias pagas a título de alimentos ou pensões, em nome da mãe adotiva, para efeito de abatimento da renda bruta do contribuinte do Imposto de Renda.	Em tramitação
64/84	1.447/79	Dispõe sobre a criação de 2 (duas) Escolas Agrícolas no Estado do Pará, a nível de 2º grau.	Em tramitação
67/84	818/79	Estabelece medidas de proteção ao trabalhador rural exposto a substâncias químicas nocivas.	Em tramitação
68/84	864/79	Dispõe sobre amparo a inválidos congênitos, introduzindo alterações na Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974.	Em tramitação
69/84	867/79	Autoriza as entidades públicas ou privadas, em todo o território nacional, a aproveitar a capacidade ociosa de suas instalações e do seu pessoal para fins educativos, e dá outras providências.	Em tramitação
70/84	928/79	Acrescenta parágrafos aos arts. 766 e 859 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e determina outras providências.	Em tramitação
71/84	1.174/79	Dá nova redação ao art. 39 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo.	Em tramitação
72/84	1.206/79	Estabelece condições para a alienação de empresas desestatizadas.	Em tramitação
73/84	1.223/79	Modifica o art. 237 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
79/84	1.224/79	Introduz alterações na Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, e dá outras providências.	Em tramitação
81/84	6.228/82 (Poder Executivo)	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a doar o imóvel que menciona.	Em tramitação
83/84	1.583/79	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para o fim de ampliar o alcance da estabilidade do art. 492 ao empregado que tenha exercido cargo de direção ou representação sindical, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
87/84	1.115/75	Acrescenta dispositivos à Lei n 6.138, de 8 de novembro de 1974, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização do comércio de fertilizantes.	Em tramitação
89/84	307/79	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
92/84	170/79	Obriga o plantio de árvores nativas e frutíferas nos projetos de florestamento e reflorestamento.	Em tramitação
93/84	2.932/76	Introduz alterações na Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que regula os direitos autorais, e dá outras providências.	Em tramitação
96/84	302/79	Altera a redação do art. 85 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União.	Em tramitação
97/84	990/75	Dispõe sobre a prescrição dos processos ético-disciplinares contra profissionais liberais, e dá outras providências.	Em tramitação
98/84	235/79	Acrescenta § 2º ao art. 11 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural.	Em tramitação
99/84	3.818/77	Dispõe sobre a plantação da árvore pau-brasil em parques nacionais, e dá outras providências.	Em tramitação
100/84	200/79	Dispõe sobre a preservação da fauna fluvial na hipótese que especifica.	Em tramitação
101/84	1.075/75	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, que institui o salário-família do trabalhador, e dá outras providências.	Em tramitação
102/84	389/75	Dispensa a exigência do visto de saída para brasileiro residente no exterior.	Em tramitação
104/84	282/79	Estabelece a gratuidade da expedição de atestados médicos e carteiras de saúde, pelos órgãos públicos federais.	Em tramitação
105/84	2.105/76	Dispõe sobre financiamentos a agricultores.	Em tramitação
106/84	231/83	Assegura os benefícios da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, aos que foram punidos por motivos políticos, embora sem fundamento nos Atos Institucionais e Complementares, e dá outras providências.	Em tramitação
107/84	291/79	Acrescenta § 4º ao art. 4º da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971 (com nova redação dada pela Lei nº 5.864, de 12 de dezembro de 1972), isentando as instituições filantrópicas do pagamento da "Taxa de Distribuição de Prêmios".	Em tramitação
108/84	586/75	Faculta o pagamento do empregado através de cheque, e determina outras providências, alterando a redação dos arts. 463 e 465 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
109/84	273/79	Institui o tombamento do sítio urbano constituído pela Lapa e Encosta de Santa Tereza, na cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
110/84	1.816/76	Assegura aos beneficiários do empregado não optante pelo regime do FGTS, quando de sua morte, a indenização prevista no art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
111/84	192/79	Dispõe sobre a obrigatoriedade de a decisão no processo judiciário trabalhista estabelecer os honorários advocatícios quando vencido o empregador, alterando a redação do § 2º do art. 832 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
112/84	1.473/79 (Tramita em conj. com o PLC nº 120/84)	Altera a redação do art. 4º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958 — Plano de Assistência ao Funcionário e sua Família, e dá outras providências.	Em tramitação
114/84	234/79	Institui o seguro obrigatório para atletas profissionais.	Em tramitação
115/84	295/79 (Poder Executivo)	Dispõe sobre a filiação facultativa da dona-de-casa ao regime da Previdência Social.	Em tramitação
118/84	634/75 (Poder Executivo) (Tramita em conj. com os PLC nº 134/81 e PLS nºs 54/62; 237/80; 110/81; 17, 19 e 113/82 e 195/83)	Institui o Código Civil.	Em tramitação
119/84	272/79	Institui o tombamento do sítio cultural denominado Cinelândia, na cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências.	Em tramitação
120/84	305/75 (Vide PLC nº 112/84)	Altera a redação do art. 4º e acrescenta dispositivos ao art. 5º da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, que dispõe sobre o Plano de Assistência ao funcionário e sua família, e dá outras providências.	Em tramitação
121/84	496/79	Dispõe sobre a aplicação obrigatória da jornada-padrão de trabalho (arts. 58 e 61 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943) aos vigilantes ou guardas de segurança em estabelecimentos de crédito.	Em tramitação
122/84	2.742/76	Introduz alterações na Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, para o fim de compatibilizá-la integralmente com a Constituição em vigor.	Em tramitação
123/84	1.608/79	Disciplina o transporte de madeira em toras, por via fluvial.	À sanção (Lei nº 7.509, de 4-7-86)
125/84	2.951/76	Torna obrigatória a criação, em todos os municípios brasileiros, de parques especificamente destinados à preservação do meio ambiente e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
127/84	148/79	Dispõe sobre a comercialização de defensivos destinados à agropecuária, institui a obrigatoriedade de receituário agrônomo e veterinário para sua aquisição, e dá outras providências.	Em tramitação
128/84	547/79	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre o trabalho noturno e o executado em condições de insalubridade.	Em tramitação
131/84	459/79 (Tramita em conj. com os PLS nº 175/84 e 6/85)	Altera a redação do art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
132/84	764/75	Dispõe sobre a concessão de meia-entrada a estudantes em cinemas e teatros.	Em tramitação
133/84	553/79	Altera o art. 33 e o § 2º do art. 64 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
134/84	28/83	Torna elimatória a prova de Língua Portuguesa no concurso vestibular.	Em tramitação
135/84	170/75	Dispõe sobre a contagem recíproca do tempo de serviço prestado pelo trabalhador como segurado do INPS e beneficiário do FUNRURAL.	Em tramitação
136/84	544/79	Altera o inciso IX do art. 1º do Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, incluindo a obtenção de empréstimo excedentes da capacidade de pagamento da receita orçamentária do município, durante o último ano de mandato, entre os crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais.	Em tramitação
137/84	294/79	Altera a redação do caput do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
138/84	3.386/77	Dispõe sobre a velocidade máxima de 100 km/h (cem quilômetros horários) para veículos que trafegam em auto-estradas e 90 km/h (noventa quilômetros horários) nas demais rodovias pavimentadas em todo o Território Nacional.	Em tramitação
139/84	428/79	Dispõe sobre a suspensão do art. 555 e suas alíneas da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
142/84	329/79 (Tramita em conj. com o PLC nº 141/85)	Considera insalubre o trabalho de coleta, transporte e tratamento de lixo, para os efeitos que especifica.	Em tramitação
144/84	558/79	Dispõe sobre a criação de Escola Técnica Agrícola e de Economia Doméstica, no Município de São Fidélis, no Estado do Rio de Janeiro.	Em tramitação
145/84	486/79	Acrescenta § 3º ao art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
146/84	2.394/76	Altera a redação dos §§ 4º e 5º do art. 23 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que modifica a legislação de previdência social e dá outras providências.	Em tramitação
147/84	331/79	Altera a redação do inciso I do art. 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
148/84	401/79	Altera a redação do art. 3º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975, que regula a situação do aposentado pela Previdência Social que volta ao trabalho e a do segurado que se vincula ao seu regime, após completar 60 (sessenta) anos de idade.	Em tramitação
149/84	322/79 (Tramita em conj. com o PLC nº 195/84)	Introduz alterações no art. 39 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
157/84	6.487/82 (Poder Executivo)	Fixa os valores de retribuição da Categoria Funcional de Fonoaudiólogo, e dá outras providências.	Em tramitação
159/84	2.529/76	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
175/84	1.655/83 (Poder Executivo) (Tramita em conj. com os PLC nºs 39 e 56/82; 3/83; 47 e 61/84)	Institui o Código de Processo Penal.	Em tramitação
177/84	2.039/79	Acrescenta parágrafos ao art. 450 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
178/84	2.241/79	Estabelece a obrigatoriedade de constar das capas de discos de músicas nacionais as respectivas letras e os dados biográficos dos seus autores e dá outras providências.	Em tramitação
179/84	1.521/79	Veda aos cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, entre si, até o 3º grau, pertencerem ao mesmo diretório partidário, acrescentando inciso ao art. 26 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos.	Em tramitação
180/84	379/79	Atribui aos vogais das Juntas de Conciliação e Julgamento a função de conciliar os dissídios individuais e dá outras providências.	Em tramitação
181/84	1.797/79	Acrescenta dispositivo à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a reforma bancária, para o fim de determinar que as instituições financeiras privadas tornem públicas as suas tabelas de juros.	Em tramitação
182/84	2.106/79	Proíbe o fumo nas salas de aula, auditórios e bibliotecas dos estabelecimentos de todos os graus e modalidades de ensino e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
184/84	1.578/83	Inclui, no cálculo dos proventos de aposentadoria, gratificações de complementação salarial e de serviço extraordinário percebidas por servidor público na atividade e dá outras providências.	Em tramitação
185/84	2.189/79	Dispõe sobre a criação de um Distrito Rodoviário do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER, no Estado do Acre.	Em tramitação
186/84	871/83	Altera dispositivos da Lei nº 6.996, de 7 de junho de 1982, que dispõe sobre a utilização de processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais e dá outras providências.	Em tramitação
187/84	386/83	Determina a devolução aos municípios do montante das retenções efetuadas a título de custeio do serviço de lançamento e arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.	Em tramitação
188/84	260/83	Acrescenta parágrafo ao art. 132 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	Em tramitação
189/84	2.550/79	Modifica o Plano Nacional de Viação.	Em tramitação
190/84	2.804/80	Torna obrigatória a construção de creches nos conjuntos residenciais de Cooperativas Habitacionais financiadas pelo Banco Nacional da Habitação — BNH.	Em tramitação
192/84	29/83 (Complementar)	Altera e acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, que estabelece os requisitos mínimos para a criação de novos municípios.	Prejudicado
193/84	2.816/80	Estabelece multa pelo descumprimento do prazo previsto no art. 1º da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965, que dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.	Em tramitação
195/84	2.065/79 (Vide PLC nº 149/84)	Altera o art. 50 da Consolidação das Leis da Previdência Social — CLPS, aprovada pelo Decreto nº 89.312, de 23 de janeiro de 1984.	Em tramitação
196/84	2.736/83	Dispõe sobre a alienação de imóveis pertencentes aos municípios e dá outras providências.	Rejeitado
197/84	953/83	Institui o Programa Nacional do Milho — PROMILHO, e determina outras providências.	A sanção (Lei nº 7.512, de 7-7-86) (Veto parcial)
198/84	2.925/80	Veda a concessão de recursos oriundos de incentivos fiscais da área da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, às empresas que especifica.	Em tramitação
199/84	1.718/79	Dispõe sobre a contribuição para a Previdência Social de servidor público sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e sobre a fixação do valor dos benefícios.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
200/84	504/70	Dispõe sobre a possibilidade de os sindicatos de trabalhadores poderem reclamar em juízo, independentemente de mandato procuratório, adicionais de insalubridade e periculosidade, em benefício de seus associados.	Em tramitação
201/84	2.232/79	Altera os arts. 29 e 53 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir penalidade para os casos de recusa de anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social.	Em tramitação
202/84	1.735/79	Dispõe sobre o sistema previdenciário dos servidores municipais.	Em tramitação
203/84	2.516/79	Dispõe sobre o advogado dativo, modificando artigo do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, aprovado pela Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963.	Em tramitação
204/84	2.762/80	Altera a redação do art. 18 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências.	Em tramitação
208/84	1.678/79	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
209/84	525/79	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na parte relativa ao adicional de periculosidade, e determina outras providências.	Em tramitação
210/84	522/79	Acrescenta parágrafo ao art. 489 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a rescisão do contrato de trabalho, sem ônus para o empregado, durante o período do aviso prévio.	Em tramitação
213/84	586/79	Dispõe sobre a concessão de salário-família aos empregados domésticos.	Em tramitação
215/84	635/75 (Poder Executivo)	Institui a Lei das Contravenções Penais.	Em tramitação
216/84	380/79	Dispõe sobre reescalonamento de débitos bancários dos produtores do Vale do São Francisco atingidos por inundações.	Em tramitação
221/84	1.850/79	Modifica legislação sobre supervisão ministerial e dá outras providências.	Em tramitação
222/84	1.959/79	Revoga incisos do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
223/84	2.099/79	Modifica a redação do art. 434 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
224/84	1.907/79	Acrescenta Seção ao Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre a Segurança e Medicina do Trabalho.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
225/84	2.170/79	Dá nova redação ao caput do art. 143 da Consolidação das Leis da Previdência Social — CLPS, aprovada pelo Decreto nº 89.312, de 1984.	Em tramitação
227/84	1.737/79	Faculta ao Prefeito Municipal, na hipótese que menciona, a filiação à Previdência Social.	Em tramitação
228/84	1.759/79	Altera a redação do art. 469 da CLT.	Em tramitação
229/84	2.145/79	Acrescenta § 4º ao art. 6º do Decreto-lei nº 1.691, de 1979, para autorizar o Poder Executivo a fixar a porcentagem, de participação dos Municípios no produto da arrecadação da Taxa Rodoviária Única, atendendo-se ao limite mínimo de 20% do total arrecadado.	Em tramitação
230/84	1.822/79	Altera a redação do inciso VI do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
231/84	232/84 (Complementar)	Dispõe sobre os empregados das empresas agroindustriais e agrocomerciais que exercem suas atividades no meio rural.	Em tramitação
232/84	2.045/79	Dá nova redação ao inciso II do art. 54 da Consolidação das Leis da Previdência Social — CLPS, aprovada pelo Decreto nº 89.132, de 1984.	Em tramitação
234/84	4.493/84	Concede anistia aos que efetuaram conversão desautorizada em veículos.	Em tramitação
236/84	1.298/83	Disciplina e limita o comprometimento da renda familiar dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação — SFH, e os reajustes da casa própria.	Em tramitação
244/84	4.637/84	Altera a redação do art. 156 da Lei nº 7.210, de 1984 — Lei de Execução Penal.	Em tramitação
246/84	1.768/83 (Poder Executivo)	Autoriza a permuta dos terrenos que menciona, situados no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.	À sanção (Lei nº 7.477, de 19-5-86)
249/84	526/83	Altera os arts. 58, 59 e 374 da CLT, fixando a jornada semanal em 40 (quarenta) horas de trabalho.	Em tramitação
252/84	3.031/84 (Vide PLC nº 81/83)	Introduz modificação no Sistema Financeiro de Habitação — SFH, e dá outras providências.	Em tramitação
4/85	185/79	Altera dispositivo da CLT, para estender a exigência da proporcionalidade de 2/3 de empregados brasileiros a outros setores.	Em tramitação
6/85	4.352/81	Estende aos trabalhadores avulsos os benefícios da Lei nº 6.435, de 1977, que dispõe sobre as entidades de previdência privada e dá outras providências.	Em tramitação
8/85	4.616/84	Dispõe sobre medidas de segurança aos ex-Presidentes da República e dá outras providências.	À sanção (Lei nº 7.474, de 8-5-86) *
10/85	3.809/85 (Poder Executivo)	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a alienar, mediante venda, os imóveis urbanos que menciona, de sua propriedade.	À sanção (Veto total)
13/85	3.413/80	Institui a obrigatoriedade de seguro, nos financiamentos de investimentos rurais, cobrindo o risco de morte ou invalidez permanente.	Em tramitação

(*) Lei promulgada pelo Presidente do Senado, nos termos do § 5º do art. 59 da Constituição Federal.

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
15/85	4.248/80	Institui a Caderneta de Controle de Fundo de Garantia de Tempo de Serviço — FGTS e dá outras providências.	Em tramitação
19/85	2.789/83	Dá o nome de "Guarulhos" ao aeroporto em construção no município paulista do mesmo nome e determina outras providências.	Em tramitação
23/85	1.558/83	Altera o art. 1º da Lei nº 883, de 1949, que dispõe sobre o reconhecimento de filhos ilegítimos.	Em tramitação
24/85	4.211/84	Dispõe sobre os pré-requisitos para o desempenho de cargos de chefia e assessoramento do Grupo-DAS, na Secretaria da Receita Federal.	Em tramitação
25/85	818/83	Exclui, dentre os considerados de interesse da segurança nacional, os Municípios de Cubatão, São Sebastião, Paulínea e Castilho, no Estado de São Paulo.	Em tramitação
26/85	3.365/77	Estabelece a obrigatoriedade de divulgação, pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, dos dados que especifica.	Em tramitação
27/85	273/83	Define crimes contra o sistema financeiro nacional e contra a ordem econômico-financeira.	A Câmara Lei nº 7.492, de 16-6-86 Veto parcial
29/85	5.163/85	Dispõe sobre o processo de liquidação extrajudicial de entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo e dá outras providências.	Em tramitação
34/85	1.969/83	Altera dispositivos do Código Nacional de Trânsito, aprovado pela Lei nº 5.108, de 1966, para assegurar a municipalização do trânsito.	Em tramitação
35/85	129/79	Introduz alterações no texto da Lei nº 5.107, de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, e dá outras providências.	Em tramitação
36/85	1.371/75	Estabelece a obrigatoriedade de qualidade artística para os cartazes publicitários localizados ao longo das rodovias e dá outras providências.	Em tramitação
37/85	2.988/80	Altera os arts. 293 e 294 da CLT, para o fim de assegurar direitos especiais aos trabalhadores em minas de carvão e fluorita e em quaisquer atividades que liberem poeiras minerais e orgânicas.	Em tramitação
38/85	2.981/80	Altera o art. 147 da CLT, para o fim de assegurar direito as férias proporcionais aos empregados que pedirem demissão, com menos de um ano de serviço.	Em tramitação
40/85	458/79	Concede aposentadoria, aos 25 anos de serviço, aos trabalhadores em áreas perigosas das refinarias de petróleo e determina outras providências.	Em tramitação
52/85	2.771/83 (Poder Executivo)	Simplifica o registro dos contratos de alienação fiduciária de veículo automotor, embarcação e aeronave.	Retirado pelo autor
58/85	3.012/84 (Poder Executivo)	Aprova a participação acionária das Centrais Elétricas de Roraima S.A., no capital social do Banco de Roraima S.A.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
65/85	2.114/83 (Poder Executivo)	Autoriza o Instituto do Açúcar e do Alcool — IAA, a alienar bens de sua propriedade, localizados nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Alagoas, Pernambuco e Paraíba, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.484, de 6-6-86
68/85	2.043/83	Atribui vantagens aos ocupantes de cargos ou funções em comissão.	Em tramitação
69/85	5.783/81	Altera a redação do § 3º do art. 543 da CLT, estendendo a estabilidade ao empregado associado investido em cargo de direção de Associação Profissional.	À sanção Lei nº 7.543, de 2-10-86
70/85	1.310/83	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.857, de 1960, que cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico e dá outras providências.	Em tramitação
71/85	727/83	Introduz modificações nas disposições penais da Lei nº 6.435, de 1977, e dá outras providências.	Em tramitação
72/85	4.721/81	Altera a redação de dispositivo da Lei nº 5.584, de 1970, que dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da CLT, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho e dá outras providências.	Em tramitação
74/85	3.362/84 (Poder Executivo)	Dá nova redação ao art. 14 do Decreto-lei nº 538, de 1983, que organiza o Conselho Nacional do Petróleo, define suas atribuições e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.487, de 10-6-86
76/85	3.707/84 (Poder Executivo)	Dispõe sobre a Procuradoria Especial da Marinha e dá outras providências.	A Câmara
77/85	2.816/83	Dá o nome de José Antônio Mendes Sansano à CEASA — Campinas.	Em tramitação
78/85	525/83	Torna privativo dos bacharéis em Direito o cargo de Diretor de Secretaria dos Tribunais do Trabalho e das Juntas de Conciliação e Julgamento.	Em tramitação
79/85	1.243/83	Obriga a realização de exames pré-anestésicos em pacientes sujeitos a cirurgia, para evitar choques anestésicos.	Em tramitação
82/85	632/83	Acrescenta dispositivo ao art. 168 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, proibindo a realização de exame ou teste de gravidez por ocasião da admissão de emprego.	Em tramitação
86/85	3.541/84 (Poder Executivo)	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a doar à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA o imóvel que menciona.	Em tramitação
87/85	322/83	Introduz dispositivos na Lei nº 6.727, de 21 de novembro de 1979, que “acrescenta parágrafo ao art. 10 do Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
88/85	815/83	Revoga o parágrafo único do art. 482, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 descaracterizando a prática de ato atentatório à segurança nacional como justa causa para dispensa de empregado.	Em tramitação
90/85	286/83	Permite ao cônjuge não-cabeça do casal declarar em separado, para incidência do Imposto de Renda, os rendimentos de seu trabalho e de seus bens.	Em tramitação
93/85	3.724/84	Dispõe sobre a conservação do Memorial de Juscelino Kubitschek.	Em tramitação
94/85	1.261/83	Altera dispositivo da Lei nº 6.996, de 7 de junho de 1982, para permitir que seja adotado sistema de votação através de meios eletrônicos e determina outras providências.	Em tramitação
95/85	2.219/83	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Território Federal de Roraima.	A sanção Lei nº 7.518, de 14-7-86 Veto parcial
96/85	1.762/83	Dispõe sobre o transporte rodoviário de passageiros em veículos de carga.	Em tramitação
98/85	1.579/83	Acrescenta parágrafo ao art. 30 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.	Em tramitação
100/85	2.609/83	Introduz modificações na legislação de amparo aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial e dá outras providências.	A Câmara Veto total
101/85	93/83 (Complementar)	Modifica a Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, que "estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos municípios.	Em tramitação
102/85	3.305/84	Dispõe sobre a criação de uma Escola Técnica Federal, no Município de Cajazeiras, Estado da Paraíba, e dá outras providências.	Em tramitação
103/85	2.527/83	Acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976, que dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol, destinando 5% (cinco por cento) sobre o total do preço de transferência ao sindicato profissional do atleta.	Em tramitação
104/85	3.138/84	Dá nova redação ao art. 9º da Lei nº 6.999, de 7 de junho de 1982, que dispõe sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral.	Em tramitação
105/85	2.569/76	Fixa a Capital da República como sede do Conselho Nacional de Desportos.	Em tramitação
106/85	4.543/84	Dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados, instituindo o Estatuto Nacional dos Portuários, e dá outras providências.	Em tramitação
107/85	4.791/84 (Poder Executivo)	Altera as redações dos §§ 2º e 3º do art. 139, da alínea a do art. 140, e do art. 141, do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 — Código de Águas.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
108/85	5.081/85 (Poder Executivo)	Autoriza a reversão ao Município de Porto Lucena, Estado do Rio Grande do Sul, do imóvel que menciona.	À sanção Lei nº 7.495, de 20-6-86
112/85	1.675/85	Permite a utilização, como combustível de gás de gasogênio, biogás, gás de pântano e semelhantes, nos veículos automotores.	Em tramitação
113/85	378/83	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Vale do Jacuí, em Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Em tramitação
116/85	2.246/83	Institui o PRÓFRUTI — Programa Nacional de Arborização Urbana com Árvores Frutíferas e determina outras providências.	À sanção Lei nº 7.563, de 19-12-86 Veto parcial
117/85	92/83	Acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 856, parágrafo único ao art. 862 e parágrafo, a ser numerado como § 1º, ao art. 872, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
119/85	343/83	Estabelece normas sobre a utilização dos livros didáticos e dá outras providências.	Em tramitação
122/85	4.960/85 (Poder Executivo)	Autoriza a reversão, ao Estado de Mato Grosso, do terreno que menciona.	À sanção Lei nº 7.473, de 6-5-86
124/85	4.014/84	Proíbe a pesca de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras e dá outras providências.	Em tramitação
125/85	4.959/85 (Poder Executivo)	Autoriza a reversão ao Estado de Mato Grosso, do terreno que menciona.	À sanção Lei nº 7.472, de 2-5-86
128/85	2.523/79	Dispõe sobre o salário-profissional do jornalista.	À sanção Veto total
129/85	3.076/80	Altera a Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, para incluir a dona-de-casa entre os segurados facultativos da Previdência Social.	Em tramitação
131/85	252/85 (Complementar)	Inclui o Município de Maracanaú, recém-desmembrado do Município de Maranguape, na região Metropolitana de Fortaleza, alterando o § 8º do art. 1º da Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973.	À sanção Lei Complementar nº 52, de 16-4-86
132/85	3.157/80 (Vide PLC nº 81/83)	Dá nova redação ao art. 10 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, dispondo sobre a utilização da conta vinculada pelo empregado para o fim de adquirir moradia.	Em tramitação
133/85	3.379/80	Libera o transporte de material esportivo referente ao esporte do vôo livre.	Em tramitação
134/85	3.469/80	Proíbe a utilização de chapas de cor amarela em veículos utilizados pela Administração Pública Federal Direta e Indireta, inclusive Fundações.	Em tramitação
135/85	3.736/80	Declara de utilidade pública a Associação dos Criadores da Mata Norte do Estado de Pernambuco.	Em tramitação
136/85	3.098/84	Altera dispositivo do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 — Código de Minas.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
137/85	5.347/85	Declara o cidadão Tancredo de Almeida Neves, Presidente Honorário da República.	À Câmara Lei nº 7.465, de 21-4-86
138/85	3.844/80	Dispõe sobre a correção monetária incidente sobre honorários advocatícios, inclusive em mandado de segurança, e dá outras providências.	Em tramitação
139/85	3.782/80	Torna obrigatória a instalação de tacógrafos nos veículos automotores, de passageiros e de carga, destinados ao transporte rodoviário.	Em tramitação
140/85	3.760/80	Estende os financiamentos e demais benefícios do PRÓALCOOL às miniusinas de álcool destinadas a consumo próprio.	Em tramitação
141/85	1.914/83 (Vide PLC nº 142/84)	Considera insalubre a atividade profissional dos empregados nos serviços de coleta, transportes e tratamento de lixo, e determina outras providências.	Em tramitação
145/85	4.362/84	Denomina "Senador Nilo Coelho" a Rodovia BR-428, que liga Cabrobó a Petrolina, no Estado de Pernambuco.	Em tramitação
146/85	4.324/85	Autoriza a criação, em Guarulhos, no Estado de São Paulo, de Escola Técnica Federal, em nível de 2º grau.	Em tramitação
147/85	1.297/83	Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 6.592, de 17 de novembro de 1978, que concede amparo aos ex-combatentes julgados incapazes definitivamente para o serviço militar.	Em tramitação
148/85	3.295/84	Dispõe sobre a isenção de limite mínimo de idade para admissão de professores às escolas oficiais em decorrência de concurso público.	Em tramitação
150/85	4.118/80	Determina o afastamento da autoridade responsável por violação dos direitos humanos e dá outras providências.	Em tramitação
151/85	3.908/84	Declara de utilidade pública o Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor — IAJES, com sede em Andradina, Estado de São Paulo.	Em tramitação
152/85	4.086/80	Acrescenta parágrafo, a ser numerado como § 1º, ao art. 643 da Consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
153/85	2.061/83	Acrescenta parágrafos ao art. 239 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que "dispõe sobre as sociedades por ações".	Em tramitação
154/85	2.270/83	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica de Rio do Sul, no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.	Em tramitação
155/85	2.622/83	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Vale do Rio Pardo, em Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Em tramitação
156/85	2.751/83	Altera o Decreto-lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, que "dispõe sobre títulos de crédito rural e dá outras providências".	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
157/85	1.888/83	Dá denominação ao aeroporto internacional de Campinas.	À sanção Lei nº 7.585, de 6-1-87
158/85	1.586/83	Dispõe sobre a obrigatória utilização de legendas nos programas de televisão que especifica, visando a possibilitar a sua percepção por deficientes auditivos.	Em tramitação
159/85	1.087/83	Altera dispositivo do Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que disciplina o exercício da profissão de jornalista.	Em tramitação
160/85	1.322/83	Eleva a cidade de Oeiras, no Estado do Piauí, à condição de monumento nacional.	Em tramitação
161/85	183/83	Dispõe sobre o salário mínimo profissional do advogado e dá outras providências.	À sanção Veto total
163/85	5.661/81 (Poder Executivo)	Dispõe sobre medidas aplicáveis às empresas beneficiárias de recursos dos Fundos de Investimentos criados pelo Decreto-lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, e dá outras providências.	Em tramitação
164/85	3.122/80	Extingue a censura prévia para o livro, teatro e cinema e dá outras providências.	Em tramitação
166/85	2.975/83	Altera a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, acrescentando alínea ao art. 3º e modificando a redação do art. 7º, instituindo a obrigatoriedade de assistência social nas delegacias.	Em tramitação
167/85	3.622/84	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Gurupi, no Estado de Goiás, e dá outras providências.	Em tramitação
168/85	2.935/83	Estabelece o salário mínimo profissional para os diplomados em Ciências Econômicas.	Em tramitação
169/85	2.247/83	Dispõe sobre a criação da Escola Agrotécnica de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.	Em tramitação
171/85	4.971/85 (Poder Executivo)	Autoriza a doação, ao Clube dos Previdenciários de Brasília, de terreno do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social — IAPAS.	À sanção Lei nº 7.469, de 29-4-86
172/85	2.266/83	Autoriza a desapropriação e o tombamento, por necessidade pública, do imóvel em que nasceu Graciliano Ramos, em Quebrangulo, no Estado de Alagoas.	Em tramitação
173/85	1.080/83	Assegura autonomia às organizações sindicais e estabelece elegibilidade dos dirigentes de sindicato destituídos por atos do Poder Executivo.	Em tramitação
174/85	5.499/81	Dispõe sobre autorização do Poder Executivo para eletrificação do metrô de superfície na cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, e dá outras providências.	Em tramitação
175/85	180/81 (Complementar)	Altera a Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, que "dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional".	À sanção Veto total

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
176/85	1.224/83	Modifica o art. 84 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que "define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências.	Em tramitação
183/85	5.312/85	Dispõe sobre a estruturação de Categorias Funcionais do Grupo-Atividades de Apoio Judiciário do Quadro das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.459, de 11-4-86
185/85	2.680/83 (Poder Executivo)	Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.542, de 26-9-86
186/85	5.083/85 (Poder Executivo)	Autoriza o Poder Executivo a alienar imóveis da União.	Em tramitação
187/85	4.967/85 (Poder Executivo)	Fixa os valores de retribuição da Categoria Funcional de Biomédico e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.497, de 24-6-86
188/85	3.857/84 (Poder Executivo)	Autoriza a doação, ao Clube dos Previdenciários de Pernambuco, de terreno do Instituto da Administração Financeira da Previdência e Assistência Social — IAPAS.	À sanção Lei nº 7.462, de 16-4-86
189/85	5.465/85	Dispõe sobre a criação e extinção de cargos na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região e dá outras providências.	À sanção Veto total
190/85	5.389/85	Estende aos servidores da Justiça do Trabalho as disposições do art. 3º, e seu parágrafo único, da Lei nº 7.299, de 14 de março de 1985.	À sanção Lei nº 7.483, de 4-6-86
193/85	6.448/85 (Poder Executivo)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Subanexo Encargos Gerais da União o crédito especial de Cr\$ 6.000.000.000 (seis bilhões de cruzeiros), para o fim que especifica.	À sanção Lei nº 7.467, de 25-4-86
194/85	6.202/85 (Poder Executivo)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Agricultura o crédito especial até o limite de Cr\$ 54.528.466.000 (cinquenta e quatro bilhões, quinhentos e vinte e oito milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil cruzeiros), para os fins que especifica.	Retirado pelo autor
195/85	6.203/85 (Poder Executivo)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação o crédito especial de Cr\$ 22.465.000.000 (vinte e dois bilhões, quatrocentos e sessenta e cinco milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.	Retirado pelo autor
196/85	4.962/85 (Poder Executivo)	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a vender o imóvel que menciona, de sua propriedade.	À sanção Lei nº 7.532, de 1º-9-86
197/85	4.987/85 (Poder Executivo)	Altera o valor do vencimento de Cargos que especifica e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.531, de 29-8-86

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
198/85	6.577/85 (Poder Executivo)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação o crédito especial até o limite de Cr\$ 4.244.600.000 (quatro bilhões, duzentos e quarenta e quatro milhões e seiscentos mil cruzeiros), para o fim que especifica.	Retirado pelo autor
201/85	6.249/85 (Poder Executivo)	Cria órgãos na estrutura básica da administração do Distrito Federal, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.456, de 1º-4-86
203/85	5.385/85 (Poder Executivo)	Denomina "Aeroporto Internacional Tancredo Neves", o Aeroporto Internacional de Confins, no município de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais.	À sanção Lei nº 7.534, de 2-9-86
204/85	6.615/85 (Poder Executivo)	Cria Juntas de Conciliação e Julgamento nas Regiões da Justiça do Trabalho, define áreas de jurisdição e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.471, de 30-4-86 Veto parcial
205/85	6.332/85	Revoga o Decreto-lei nº 251, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.516, de 11-7-86 Veto parcial
208/85	6.578/85 (Poder Executivo)	Dispõe sobre a estruturação das Categorias Funcionais do Grupo-Atividades de Apoio Judiciário dos Quadros Permanentes das Secretarias do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.460, de 15-4-86
212/85	4.452/77	Revoga a Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, os Decretos-leis nºs 594, de 27 de maio de 1969, 1.617, de 3 de março de 1968, e 1.924, de 20 de janeiro de 1982, o art. 48 da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, art. 3º do Decreto-lei nº 1.923, de 20 de janeiro de 1982, dá nova redação ao inciso I e § 1º do art. 2º da Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, e fixa normas de instituição e funcionamento da Loteria Esportiva Federal.	À sanção Veto total
216/85	2.929/83	Altera a redação da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos.	Em tramitação
217/85	6.970/85 (Poder Executivo)	Dispõe sobre o resgate de quotas dos Fundos Fiscais criados pelo Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967.	À sanção Lei nº 7.482, de 4-6-86
218/85	6.698/85 (Poder Executivo)	Dispõe sobre o I Plano Nacional de Informática e Automação — PLANIN.	À sanção Lei nº 7.463, de 17-4-86
220/85	6.250/85 (Poder Executivo)	Cria diretorias na estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, e dá outras providências.	À sanção Veto total
221/85	6.876/85	Autoriza o Poder Executivo a promover a publicação das obras completas de José Américo de Almeida, nas condições que especifica.	Em tramitação
222/85	6.286/85 (Poder Executivo)	Autoriza a extinção e a exclusão de créditos relativos ao imposto sobre a propriedade territorial rural, à contribuição dos que exercem atividades rurais, à taxa de serviços cadastrais e à contribuição sindical rural, em Municípios do Nordeste nas condições que especifica, e dá outras providências.	À sanção Veto Total

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
1/86	6.312/85	Dispõe sobre a realização de campanha educativa pelo rádio e televisão sobre os efeitos nocivos do uso de entorpecentes.	À sanção Lei nº 7.468, de 28-4-86
2/86	6.201/85	Reajusta a pensão especial concedida pela Lei nº 4.774, de 15 de setembro de 1965, a Paulo Soares e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.461, de 16-4-86
3/86	7.134/86 (Poder Executivo)	Dispõe sobre a comemoração do feriado de 1º de maio — Dia do Trabalho.	À sanção Lei nº 7.466, de 23-4-86
4/86	7.157/86	Dispõe sobre a transmissão do programa oficial referido na alínea e do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 — Código Brasileiro de Telecomunicações.	À sanção Lei nº 7.478, de 2-6-86
5/86	6.576/85 (Poder Executivo)	Aplica ao Procurador-Geral da República e ao Consultor-Geral da República as disposições da Lei nº 7.374, de 30 de setembro de 1985.	À sanção Lei nº 7.536, de 15-9-86
6/86	316/85 (Complementar) Poder Executivo	Dispõe sobre nova redação e revogação de artigos da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979.	À Câmara Lei Complementar nº 54, de 22-12-86 Veto Parcial
7/86	4.629/84	Institui normas para a propaganda eleitoral e dá outras providências.	À Câmara Lei nº 7.508, de 4-7-86 Veto Parcial
8/86	6.933/85 (Poder Executivo)	Dispõe sobre a utilização de imóveis residenciais de propriedade da União, das entidades da Administração Federal e das fundações sob supervisão ministerial, localizados no Distrito Federal.	Em tramitação
9/86	7.670/86 (Poder Executivo)	Isenta de contribuição o aposentado e pensionista do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social — SINPAS.	À sanção Lei nº 7.485, de 6-6-86
10/86	6.265/85 (Poder Executivo)	Reajusta a pensão especial mensal concedida à Jandira Carvalho de Oliveira Café, viúva do ex-Presidente da República João Café Filho.	À sanção Lei nº 7.481, de 4-6-86
11/86	7.497/86 (Poder Executivo)	Institui o regime jurídico dos funcionários do Serviço Exterior e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.501, de 27-6-86

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
12/86	6.346/85 (Poder Executivo)	Proclama o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Nelson Freire Lavenère-Wanderley patrono do Correio Aéreo Nacional.	À sanção Lei nº 7.490, de 12-6-86
13/86	3.289/84 (Poder Executivo)	Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica.	À sanção Lei nº 7.565 de 19-12-86 Veto parcial
14/86	7.169/86	Altera o art. 5º da Lei nº 7.416, de 10 de dezembro de 1985, que concede isenção do Imposto de sobre Produtos Industrializados — IPI na aquisição de automóveis de passageiros e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.500, de 25-6-86 Veto Parcial
15/86	4.645/84	Dispõe sobre as condições de trabalho, carga horária, salário e área de atuação dos Assistentes Sociais.	À Câmara Veto total
16/86	5.325/85 (Poder Executivo)	Altera o caput do art. 9º do Decreto-lei nº 3, de 27 de janeiro de 1966.	Em tramitação
17/86	6.692/85	Dispõe sobre as unidades orgânicas das Indústrias Gráficas na Administração Federal e dá outras providências.	Em tramitação
18/86	7.184/86	Cria cargos de Secretário de Turma e de Diretor de Serviço na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.	À sanção Lei nº 7.556, de 19-12-86
19/86	6.701/85 (Poder Executivo)	Dispõe sobre a estruturação de Categorias Funcionais do Grupo-Atividades de Apoio Judiciário do Quadro Permanente das Secretarias das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.540, de 26-9-86
20/86	6.549/85	Dispõe sobre a estrutura de Categorias Funcionais do Grupo-Atividades de Apoio Judiciário do Quadro Permanente das Secretarias das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.539, de 26-9-86
21/86	6.696/85	Cria cargos no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, a que se refere a Lei nº 7.324, de 18 de junho de 1985, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.535, de 8-9-86 Veto Parcial
22/86	3.544/80	Autoriza o Poder Executivo a instituir a "Fundação Universidade Federal do Norte de Minas" e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.587, de 8-1-87 Veto parcial
23/86	7.825/86	Assegura aos partidos políticos e candidatos o direito de usar os números a eles atribuídos na eleição anterior e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.514, de 9-7-86 Veto Parcial
24/86	7.793/86 (Poder Executivo)	Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operação de caráter cultural ou artístico.	À sanção Lei nº 7.505, de 2-7-86 Veto Parcial
25/86	6.793/85	Altera as contribuições dos segurados obrigatórios do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
26/86	7.838/86 (Poder Executivo)	Autoriza o Poder Executivo a executar o programa de apoio à produção nacional do leite, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.502, de 2-7-86 Veto Parcial
27/86	5.967/85	Proíbe a demissão imotivada do trabalhador, e dá outras providências.	Em tramitação
28/86	7.446/86	Suspende a execução de sentença em ações de despejo, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.538, de 24-9-86 Veto Parcial
29/86	7.863/86 (Poder Executivo)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Minas e Energia o crédito especial até o limite de Cz\$ 16.608.000.000,00 (dezesesseis bilhões, seiscentos e oito milhões de cruzados), para o fim que especifica.	À Sanção Lei nº 7.506, de 3-7-86
30/86	7.244/86 (Poder Executivo)	Altera dispositivos da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares.	À sanção Lei nº 7.503, de 2-7-86
31/86	7.596/86 (Poder Executivo)	Dispõe sobre a criação de cargos nos Ofícios Judiciais da Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.527, de 18-8-86
32/86	7.541/86 (Poder Executivo)	Cria a 14ª Região da Justiça do Trabalho e o respectivo Tribunal Regional do Trabalho, institui a correspondente Procuradoria Regional do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.523, de 17-7-86
33/86	7.544/86 (Poder Executivo)	Cria a 15ª Região da Justiça do Trabalho, institui a correspondente Procuradoria Regional do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.520, de 15-7-86
34/86	7.417/86	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Oeste do Paraná e a Universidade Federal do Vale do Ivaí, no mesmo Estado, e dá outras providências.	À sanção Veto Total
35/86	4.010/84	Autoriza o Poder Executivo a criar, em Campinas, Estado de São Paulo, uma Vara de Justiça Federal.	À sanção Lei nº 7.521, de 15-7-86 Veto Parcial
36/86	7.457/86	Dispõe sobre o abuso do poder econômico na campanha eleitoral de 1986.	Em tramitação
37/86	7.540/86 (Poder Executivo)	Cria Juntas de Conciliação e Julgamento no Estado de Rondônia, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.522, de 17-7-86
38/86	7.635/86 (Poder Executivo)	Cria cargos na Justiça do Trabalho.	À sanção Lei nº 7.517, de 14-7-86
39/86	6.777/85	Institui o Programa Nacional de Minerais Estratégicos, e dá outras providências.	Em tramitação
40/86	7.528/86 (Poder Executivo)	Estabelece normas complementares para a execução do disposto no art. 27 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, com a redação da Lei nº 7.453, de 27 de dezembro de 1985, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.525, de 22-7-86

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
41/86	7.496/86 (Poder Executivo)	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação de Ensino Superior de São João del Rei, e dá outras providências.	À Câmara Lei nº 7.555, de 18-12-86
42/86	7.492/86	Autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas — APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco — APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte — APERN, e Caixa Forte — APE, do Piauí, transformadas em Sociedades de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências.	À sanção Veto Total
43/86	7.507/86 (Poder Executivo)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação o crédito especial até o limite de Cz\$ 40.777.106,00 (quarenta milhões, setecentos e setenta e sete mil, cento e seis cruzados), para o fim que especifica.	À sanção Lei nº 7.507, de 3-7-86
44/86	7.508/86 (Poder Executivo)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça o crédito especial até o limite de Cz\$ 47.558.000,00 (quarenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil cruzados), para o fim que especifica.	À sanção Lei nº 7.529, de 26-8-86
45/86	7.675/86	Dispõe sobre o direito à percepção da remuneração correspondente ao grau hierárquico superior a inativos e pensionistas dos Ministérios Militares, nas condições que especifica.	Em tramitação
46/86	6.835/85	Dispõe sobre a transformação de encargos de representação de gabinete na Secretaria do Tribunal Federal de Recursos, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.569, de 22-12-86
47/86	6.555/85	Inclui a Categoria Funcional de Inspetor de Segurança Judiciária no Grupo-Atividade de Apoio Judiciário do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos, fixa os respectivos valores de vencimento, e dá outras providências.	À Câmara Lei nº 7.562, de 19-12-86
48/86	5.055/85	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Caxias, no Estado do Maranhão.	Em tramitação
49/86	6.462/85	Autoriza o Poder Executivo a transformar a "Escola Estadual Américo Renê Giannetti" situada em Uberlândia, Minas Gerais, em "Escola Técnica Federal de Uberlândia", e dá outras providências.	Em tramitação
50/86	3.158/84	Introduz alteração no Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	Em tramitação
51/86	3.001/80	Dispõe sobre o exercício da profissão de Bacharel em Relações Internacionais e dá outras providências.	Em tramitação
52/86	5.159/85	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal em Imperatriz, no Estado do Maranhão.	Em tramitação
53/86	3.319/84	Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Resultado	Ementa
54/86	7.634/86	Dispõe sobre os órgãos de administração do Ministério Público do Distrito Federal e dá outras providências.	À Câmara Lei nº 7.567, de 19-12-86 Veto parcial
55/86	907/83	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Amapá.	À sanção Lei nº 7.530, de 29-8-86 Veto parcial
56/86	5.114/85	Dá nova redação ao art. 11 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, permitindo ao município decretar feriado municipal na data de sua fundação ou emancipação, mesmo quando esta data não coincida com feriado religioso.	Em tramitação
57/86	4.559/84	Dispõe sobre o reconhecimento dos profissionais em Educação Física e cria seus respectivos Conselhos Federal e Regionais.	Em tramitação
58/86	1.597/83	Dá nova redação ao art. 2º do Decreto-lei nº 1.861, de 25 de fevereiro de 1981, que alterou a legislação referente às contribuições compulsórias recolhidas pelo IAPAS à conta de diversas entidades.	Em tramitação
59/86	3.332/84	Altera dispositivos da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972, para estender aos empregados da indústria petroquímica e de refinação de petróleo, sujeitos ao regime de escala de revezamento, direito à jornada de trabalho de 6 (seis) horas.	Em tramitação
60/86	3.424/84	Autoriza o Poder Executivo a adotar medidas contra países que dificultem as exportações brasileiras de bens e serviços.	Em tramitação
61/86	3.895/84	Torna obrigatória o emprego de substâncias e produtos retardantes de combustão em materiais, utensílios e peças suscetíveis de queima, usados nas indústrias de construção civil e automobilística, e dispõe sobre normas para sua fabricação.	Em tramitação
62/86	4.351/84	Dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais dos Arquivistas.	Em tramitação
63/86	4.048/84	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS e dá outras providências.	Em tramitação
64/86	4.138/84	Dispõe sobre a profissão de Garçon, fixa o salário-mínimo profissional, e determina outras providências.	Em tramitação
65/86	4.138/84	Dispõe sobre o diagnóstico precoce da Fenilcetonúria e do Hipotireoidismo congênito nos hospitais e maternidades do País.	Em tramitação
66/86	3.802/84	Disciplina o exercício da profissão de carregador de bagagens nos aeroportos e dá outras providências.	À sanção Veto total

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
67/86	4.329/84	Autoriza o Ministério da Agricultura a doar ao Município de Viçosa do Ceará os imóveis que indica.	Em tramitação
68/86	5.072/85	Obriga a instalação de telefones públicos em locais densamente povoados.	Em tramitação
69/86	7.864/86 (Poder Executivo)	Reajusta a pensão especial concedida pela Lei nº 4.093, de 14 de julho de 1962, à Sra. Geni Silva Vivacqua, viúva do ex-Senador Atílio Vivacqua.	A sanção Lei nº 7.541, de 26-9-86
70/86	4.280/81	Altera a redação do inciso III do art. 475 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
71/86	7.598/86	Estabelece medidas destinadas à comemoração dos setenta anos de existência do Código Civil.	Em tramitação
72/86	1.934/83	Garante a todo contribuinte da Previdência Social com 10 (dez) ou mais anos de contribuição, e a seus dependentes, assistência médica integral.	Em tramitação
73/86	7.658/86	Obriga as instituições financeiras oficiais a divulgar as concessões de crédito subsidiado.	Em tramitação
74/86	3.363/84	Acrescenta parágrafo ao art. 643 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
75/86	4.251/84	Dá nova redação ao inciso III do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
76/86	5.391/85	Institui a obrigatoriedade de declaração de bens para o exercício de cargos ou funções, e dá outras providências.	Em tramitação
77/86	5.131/85	Altera o art. 102 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação
78/86	1.945/83	Inclui o fotógrafo autônomo no Quadro de Atividades e Profissões a que se refere o art. 577 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
79/86	5.217/85	Considera patrimônio histórico nacional a cidade de Ubatuba, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.	Em tramitação
80/86	7.162/86	Determina a obrigatoriedade do pagamento de indenização aos Estados, Territórios e Municípios pelos titulares de direitos minerários.	Em tramitação
81/86	4.818/84	Introduz dois parágrafos ao art. 626 da CLT, fixando a competência dos sindicatos para exercer a fiscalização das normas de proteção ao Trabalho.	Em tramitação
82/86	1.561/83	Dispõe sobre atos relativos aos servidores públicos civis da União, dos Estados e Municípios em período eleitoral, e dá outras providências.	Em tramitação
83/86	1.476/83	Institui o dia 23 de junho como o "Dia Olímpico" e determina outras providências.	Em tramitação
84/86	4.799/84	Reduz o prazo para o pagamento de salários.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
85/86	3.137/84	Declara de utilidade pública a Associação São Pedro de Pesquisas Científicas, com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo.	Em tramitação
86/86	2.388/83	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para assegurar maior autonomia de trabalho aos membros das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes — CIPA.	Em tramitação
87/86	5.329/85	Considera Patrimônio Histórico Nacional a Cidade de Cametá, no Estado do Pará.	A sanção Lei nº 7.537, de 16-9-86
88/86	6.101/85	Acrescenta parágrafo único ao art. 18 da Lei que regula ação popular.	A sanção Veto total
89/86	647/79	Dispõe sobre a permissão de misturar outras farinhas de origem vegetal à farinha de trigo, e dá outras providências.	Em tramitação
90/86	4.099/84	Modifica a redação do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
91/86	1.894/83	Torna obrigatória a inclusão de espetáculos musicais ao vivo nas casas de diversões.	Em tramitação
92/86	201/84 (Complementar)	Inclui os Municípios de Cascavel e Pacajus na Região Metropolitana de Fortaleza, alterando o § 8º do art. 1º da Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973.	Em tramitação
93/86	2.033/83	Dispõe sobre a venda de imóveis residenciais da União, situados na área urbana de Boa Vista, Roraima, e dá outras providências.	Em tramitação
94/86	5.183/85	Restabelece direito de servidores públicos, no caso que especifica.	A sanção Veto total
95/85	1.594/83	Obriga a adição de 10% (dez por cento), no mínimo, de farinha de milho à farinha de trigo e determina outras providências.	Em tramitação
96/86	3.839/77	Dispõe sobre os depósitos judiciais feitos perante a Justiça Federal.	Em tramitação
97/86	5.002/85	Erige à condição de Monumento Histórico Nacional a cidade de Vigia, no Estado do Pará.	Em tramitação
98/86	2.743/83	Revoga a Lei nº 7.138, de 7 de novembro de 1983, que "altera a redação do § 2º do art. 72, da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito".	Em tramitação
99/86	5.289/85	Regula a profissão de Supervisor Educacional e determina outras providências.	Em tramitação
100/86	2.213/79	Dispõe sobre a revisão do cálculo do benefício aos segurados da Previdência Social que se aposentaram durante a vigência do art. 3.º da Lei nº 5.890, de 1973, em sua redação original.	Em tramitação
101/86	344/83	Acrescenta parágrafo ao art. 195 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, transferindo ao empregador o ônus de provar a incorrência ou atenuação de periculosidade e insalubridade.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
102/86	390/83	Manda computar no cálculo do descanso semanal remunerado as horas extras habitualmente prestadas.	Em tramitação
103/86	962/83	Altera dispositivo da Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972, para garantir aos geólogos o regime de trabalho assegurado ao pessoal do setor de exploração, beneficiamento e transporte de petróleo.	Em tramitação
104/86	1.797/83	Fixa em 60 (sessenta) anos a idade para aposentadoria por velhice de ex-combatente.	Em tramitação
105/86	7.679/86 (Poder Executivo)	Atribui ao Tribunal de Contas da União, a partir do exercício de 1986, a fiscalização da aplicação pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, inclusive por suas entidades da Administração Indireta e Fundações, das transferências de recursos federais.	Em tramitação
106/86	3.149/80	Dispõe sobre o aproveitamento de cegos nas empresas estatais de telecomunicações e de serviços postais e dá outras providências.	Em tramitação
107/86	3.083/84	Institui a Residência Odontológica, cria a Comissão Nacional de Residência Odontológica e determina outras providências.	Em tramitação
108/86	84/83	Obriga a indicação do preço e do prazo de validade na embalagem de produtos colocados à disposição do consumidor e dá outras providências.	Em tramitação
109/86	60/80 (Complementar)	Acrescenta parágrafo ao art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, permitindo a liberação dos saldos dos depósitos que menciona para pagamento das prestações da casa própria.	Em tramitação
110/86	263/85 (Complementar)	Concede isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias para veículos destinados a uso exclusivo de paraplégicos ou de pessoas portadoras de defeitos físicos.	À Câmara Lei Complementar nº 53, de 19-12-86
111/86	171/80 (Complementar)	Institui a co-gestão dos trabalhadores e funcionários públicos no fundo PIS-PASEP.	Em tramitação
112/86	3.850/84	Substitui a abreugrafia pelos hemogramas periódicos, como exigência para a obtenção de carteira de saúde pelos que lidam com radiações ionizantes no trabalho cotidiano.	Em tramitação
113/86	69/83	Assegura pensão vitalícia aos excepcionais, a partir dos 21 (vinte e um) anos de idade, no valor de 1 (uma) vez o salário mínimo, alterando a Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que ampara os idosos e inválidos.	Em tramitação
114/86	2.036/83	Cria o Polígono Castanheiro da Amazônia, e dá outras providências.	Em tramitação
115/86	2.237/83	Autoriza a criação da Fundação Universidade de Uruguaiana, e dá outras providências.	Em tramitação
116/86	7.129/86 (Poder Executivo)	Autoriza o Governo do Distrito Federal a constituir uma Fundação com a finalidade de amparar o trabalhador preso, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.533, de 2-9-86

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
117/86	6.703/82	Dispõe sobre a profissão de Barbeiro e Cabeleireiro e define o seu exercício.	Em tramitação
118/86	138/80 (Complementar)	Introduz alterações na Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979 — Lei Orgânica da Magistratura Nacional.	Em tramitação
119/86	2.504/83	Dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho destinado ao trabalhador rural, a cargo da Previdência Social.	À sanção Veto total
120/86	6.631/85	Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica Agrícola no Município de Quixeramobim, no Estado do Ceará.	Em tramitação
121/86	3.082/80	Altera a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, modificada pela Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964, que institui a fiscalização democrática das empresas de capital estrangeiro mediante a obrigatoriedade de divulgação de dados, e dá outras providências.	Em tramitação
122/86	5.780/85 (Poder Executivo)	Concede isenção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias, das taxas pelo exercício do poder da polícia e remissão de créditos tributários às microempresas estabelecidas nos Territórios Federais do Amapá e de Roraima, e dá outras providências.	Em tramitação
123/86	7.132/86 (Poder Executivo)	Dispõe sobre a criação, transformação e transposição de cargos nos Quadros Permanentes das Secretarias do Superior Tribunal Militar e das Auditorias de Justiça Militar, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.557, de 19-12-86
124/86	5.566/85 (Poder Executivo)	Altera os arts. 1º e 3º do Decreto-lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982, que institui contribuição social, cria o Fundo de Investimento Social — FINSOCIAL, e dá outras providências.	Em tramitação
125/86	7.246/86 (Poder Executivo)	Concede pensão especial a Maria Odila do Amaral Trindade, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.558, de 19-12-86
126/86	5.989/85	Dispõe sobre a criação e extinção de cargos na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região e dá outras providências.	Em tramitação
127/86	6.623/85	Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências.	Em tramitação
128/86	7.388/86	Cria cargos em comissão e de provimento efetivo no Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.582, de 6-1-87
129/86	8.058/86	Cria cargos, em comissão, de Assessor Legislativo, no Quadro Permanente de Pessoal da Câmara dos Deputados, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.588, de 12-1-87
130/86	6.697/85 (Poder Executivo)	Dispõe sobre o ensino do Ministério da Aeronáutica.	À sanção Lei nº 7.549, de 11-12-86
131/86	7.245/86 (Poder Executivo)	Concede pensão especial a Maria Barbosa da Silva e dá outras providências.	À Câmara

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
132/86	8.061/86 (Poder Executivo)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação o crédito especial até o limite de Cz\$ 7.374.020,00 (sete milhões, trezentos e setenta e quatro mil e vinte cruzados), para o fim que especifica.	À sanção Lei nº 7.572, de 23-12-86
133/86	6.057/85 (Poder Executivo)	Altera o Anexo II da Lei nº 7.324, de 18 de junho de 1985, que "cria a 13ª Região da Justiça do Trabalho e o respectivo Tribunal Regional do Trabalho, institui a correspondente Procuradoria Regional do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho e dá outras providências.	Em tramitação
134/86	8.062/86 (Poder Executivo)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Ciência e Tecnologia, em favor do Instituto de Pesquisa Espaciais, o crédito especial de Cz\$ 9.307.000,00 (nove milhões, trezentos e sete mil cruzados), para o fim que especifica.	À sanção Lei nº 7.568, de 22-12-86
135/86	5.538/85 (Poder Executivo)	Reorganiza os Quadros de Oficiais Auxiliares da Marinha.	À sanção Lei nº 7.574, de 23-12-86
136/86	8.060/86 (Poder Executivo)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Aeronáutica o crédito especial, até o limite de Cz\$ 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil cruzados), para o fim que especifica.	À sanção Lei nº 7.550, de 11-12-86
137/86	7.222/86 (Poder Executivo)	Estende aos equipamentos importados para uso do Ministério do Exército a isenção de pagamento de armazenagem prevista no art. 12 do Decreto-lei nº 8.439, de 24 de dezembro de 1945.	À sanção Lei nº 7.571, de 23-12-86
138/86	7.506/85 (Poder Executivo)	Concede pensão especial a Cleonice dos Santos Azevedo e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.559, de 19-12-86
139/86	8.391/86 (Poder Executivo)	Introduz alterações na Lei nº 5.701, de 9 de setembro de 1971, que dispõe sobre o magistério do Exército.	À sanção Lei nº 7.553, de 15-12-86
140/86	7.632/86 (Poder Executivo)	Dispõe sobre o valor da remuneração dos Juizes do Tribunal Marítimo.	À sanção Lei nº 7.552, de 15-12-86
141/86	8.381/86 (Poder Executivo)	Autoriza o Poder Executivo a abrir à Justiça Federal de Primeira Instância o crédito especial de Cz\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil cruzados), para o fim que especifica.	À sanção Lei nº 7.579, de 23-12-86
142/86	7.750/86	Autoriza o Poder Executivo a construir uma base naval em São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina.	Em tramitação
143/86	8.386/86	Dispõe sobre a aplicação do disposto no Decreto-lei nº 2.251, de 26 de fevereiro de 1985, aos servidores policiais dos Territórios Federais.	À sanção Lei nº 7.548, de 5-12-86
144/86	8.086/86	Dispõe sobre a criação de cargos e empregos permanentes na Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências.	À sanção Veto total
145/86	7.963/86	Dispõe sobre os incentivos da produção de aço, nas condições que estabelece.	À sanção Lei nº 7.554, de 16-12-86

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
146/86	6.881/85	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 1.801, de 18 de agosto de 1980, que dispõe sobre o "Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, bem como o fundo de Marinha Mercante".	À sanção Veto total
147/86	6.379/85	Dispõe sobre honorários advocatícios.	Em tramitação
148/86	8.003/86	Dispõe sobre a reestruturação dos servidores da Justiça Federal de Primeira Instância e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.583, de 6-1-87
149/86	2.195/83	Autoriza a criação do Fundo para Desenvolvimento Integrado do Vale do Rio Doce.	À sanção Lei nº 7.566, de 19-12-86 Veto parcial
150/86	7.633/86 (Poder Executivo)	Dispõe sobre o Ensino Profissional marítimo.	À sanção Lei nº 7.573, de 23-12-86
151/86	8.392/86 (Poder Executivo)	Altera dispositivos da Lei nº 6.265, de 19 de novembro de 1975, que dispõe sobre o ensino no Exército.	À sanção Lei nº 7.576, de 23-12-86
152/86	4.490/84	Dispõe sobre a aposentadoria dos professores, conforme o previsto no inciso XX do art. 165 da Constituição Federal.	Em tramitação
153/86	797/79	Dispõe sobre as compensações dos municípios detentores de potenciais de energia hidráulica, explorados por concessionária com sede em Estado diverso, e determina outras providências.	Em tramitação
154/86	3.085/84	Altera a Lei nº 3.099, de 24 de fevereiro de 1957, para impor sanção à quebra de sigilo e à prestação de informação errada, praticada por empresas de informações reservadas ou confidenciais.	Em tramitação
155/86	4.696/84 (Poder Executivo)	Dispõe sobre a criação da Escola Nacional da Magistratura e Ministério Público, denominada Instituto Teixeira de Freitas e dá outras providências.	Em tramitação
156/86	6.694/85 (Poder Executivo)	Dispõe sobre o registro da Propriedade Marítima e dá outras providências.	Em tramitação
157/86	8.035/86 (Poder Executivo)	Cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 7.560, de 19-12-86
158/86	8.383/86 (Poder Executivo)	Dispõe sobre a liquidação de débitos previdenciários de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal e suas respectivas fundações.	À sanção Lei nº 7.578, de 23-12-86
159/86	8.385/86 (Poder Executivo)	Dispõe sobre a liquidação de débitos previdenciários de entidades filantrópicas de fins não-lucrativos.	À sanção Lei nº 7.577, de 23-12-86
160/86	8.416/86 (Poder Executivo)	Estende os benefícios previstos no inciso II do art. 50 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, aos militares que menciona.	À sanção Lei nº 7.570, de 23-12-86

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
161/86	8.414/86 (Poder Executivo)	Altera dispositivo da Lei nº 5.787, de 27 de junho de 1972, que dispõe sobre a remuneração de militares inativos convocados ou designados para o serviço ativo ou exercício de cargo ou função nas Forças Armadas.	Em tramitação
162/86	8.088/86 (Poder Executivo)	Dispõe sobre a criação de cargos na Categoria Funcional de Técnico de Controle Externo do Grupo-Atividades de Controle Externo do Quadro Permanente da Secretaria-Geral do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências.	Em tramitação
163/86	8.213/86 (Poder Executivo)	Concede pensão especial a NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA.	À sanção Lei nº 7.561, de 19-12-86
164/86	8.415/86 (Poder Executivo)	Dá nova redação ao art. 110 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que põe sobre o estatuto dos Militares.	À sanção Lei nº 7.580, de 23-12-86
165/86	8.389/86 (Poder Executivo)	Dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências.	Em tramitação

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Lei da Câmara:

Total dos Projetos	704
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	539
desta sessão legislativa	165
Aprovados e enviados à sanção	120
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	50
desta sessão legislativa	70
Emendados e devolvidos à Casa de origem	15
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	7
desta sessão legislativa	8
Em andamento	541
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores	454
desta sessão legislativa	87
Rejeitados (de sessões legislativas anteriores)	16
Arquivados (art. 278 do R.I., de sessões legislativas anteriores)	3
Prejudicados (de sessões legislativas anteriores)	4
Retirado pelo Autor (de sessões legislativas anteriores)	4

J.5.3 — PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
22/83	Itamar Franco	Determina que o Poder Executivo denuncie, no prazo de 48 horas, o texto do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional.	Em tramitação
24/83	6/83	Aprova a correção do artigo XV, alínea b do Acordo Relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite — INTELSAT, assinado pelo Brasil em Washington, a 20 de agosto de 1971, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 87, de 5 de dezembro de 1972, e promulgado pelo Decreto nº 74.130, de 28 de maio de 1974.	Em tramitação
5/84	39/83	Aprova o texto da Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Equador, celebrado em Quito, a 26 de maio de 1983.	Decreto Legislativo nº 4, de 20-3-86
8/84	44/84	Aprova o texto do Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil, e o Governo da Espanha, celebrada em Brasília, a 12 de maio de 1983.	Em tramitação
10/84	17/83	Aprova o texto do Protocolo sobre Privilégios e Imunidades da Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite — INMARSAT, concluído em Londres, a 1º de dezembro de 1981.	Em tramitação
16/84	58/84	Aprova o texto da Convenção nº 87 relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotada em São Francisco em 1948, por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho.	Em tramitação
18/84	50/84	Aprova os textos da Convenção nº 140 e da Recomendação nº 148, referente à "licença remunerada para estudos, adotadas na 59ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em junho de 1974.	Em tramitação
20/84	53/84	Aprova as contas do Senhor Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1982.	Decreto Legislativo nº 11, de 13-6-83

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
21/84	66/84	Aprova o texto do Acordo sobre Transporte Aéreo Regular, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola, em Luanda, em 16 de dezembro de 1983.	Decreto Legislativo nº 11, de 13-6-86
22/84	57/84	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino de Marrocos, celebrado em Fez, a 10 de abril de 1984.	Decreto Legislativo nº 5, de 4-4-86
23/84	62/84	Aprova o texto do Ato Constitutivo da Rede de Informação Tecnológica Latino-americana — RITLA, celebrado em Brasília, a 26 de outubro de 1983.	Em tramitação
25/84	70/84	Aprova o texto da Convenção nº 133, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre alojamento a bordo de navios (disposições complementares), adotada em Genebra a 30 de outubro de 1970, durante a 55ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
29/84	69/84	Aprova o texto da Convenção nº 119, sobre "Proteção das Máquinas", adotada na 47ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, realizada em Genebra, em junho de 1963.	Em tramitação
1/85	56/84	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Suécia, concluído em Brasília, a 3 de abril de 1984.	Decreto Legislativo nº 2, de 14-3-86
3/85	64/84	Aprova o texto da Convenção destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de Imposto sobre a Renda entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas, celebrado em Brasília, a 29 de setembro de 1983.	Em tramitação
4/85	59/84	Aprova o texto do Acordo de Cooperação na área de Energia Nuclear para fins pacíficos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, concluído em Caracas, a 30 de novembro de 1983.	Em tramitação
5/85	31/83	Concede homologação a ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no ano de 1981, no valor de Cr\$ 150.000.000.000.	Em tramitação
6/85	78/84	Aprova os textos da Convenção nº 137, e da Recomendação nº 145, da Organização Internacional do Trabalho, relativas às repercussões sociais dos novos métodos de processamento de carga nos portos, adotados em Genebra, em 25 de junho de 1973, durante a 58ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
7/85	77/81	Aprova o texto da Recomendação nº 131, referente a aposentadoria por invalidez e por velhice e pensões por morte, adotada na 51ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em junho de 1967.	Em tramitação
8/85	85/85	Aprova os textos da Convenção nº 136 e da Recomendação nº 144, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre “proteção contra os riscos de intoxicação provocados pelo benzeno”, adotadas em Genebra, a 30 de junho de 1971, durante LVI Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
12/85	98/85	Aprova o texto do protocolo adicional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha ao Acordo cultural de 25 de junho de 1960, assinado em Brasília em 1º de fevereiro de 1984.	Em tramitação
13/85	81/85	Aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Gabonesa, firmado em Brasília, a 1º de agosto de 1984.	Em tramitação
14/85	89/85	Aprova o texto do Acordo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, concluído em 26 de junho de 1984.	Decreto Legislativo nº 6, de 9-4-86
15/85	93/85	Aprova o texto do protocolo relativo à Convenção sobre Aviação Civil Internacional, concluído em Montreal, a 10 de maio de 1984.	Decreto Legislativo nº 15, de 26 9-86
16/85	94/85	Aprova o texto do Adendo ao Acordo para funcionamento do Escritório de Área da Organização Pan-americana de Saúde — OPAS, Organização Mundial de Saúde — OMS, no Brasil, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Repartição Sanitária Pan-americana, assinado em Brasília, a 21 de dezembro de 1984.	Em tramitação
18/85	96/85	Aprova as contas do Presidente da República relativas ao exercício financeiro de 1983.	Em tramitação
19/85	72/84	Aprova o texto do Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, concluído em Brasília, a 26 de junho de 1984.	Em tramitação
20/85	75/84	Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou emissão de papel-moeda no exercício de 1982, no valor global de Cr\$ 420.000.000.000.	Decreto Legislativo nº 8, de 18-4-86
21/85	73/84	Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado em Brasília, a 26 de junho de 1984.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
22/85	83/85	Aprova o texto da Convenção nº 134, da Organização Internacional do Trabalho, sobre Prevenção de Acidentes de Trabalho dos Marítimos, adotada em Genebra, a 30 de outubro de 1970, durante a LV Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
23/85	84/85	Aprova o texto da Recomendação nº 116, da Organização Internacional do Trabalho, sobre a Redução da Duração do Trabalho, adotada em Genebra, a 26 de junho de 1962, durante a XLVI Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
24/85	82/85	Aprova o texto do Acordo relativo à Cooperação em Ciência e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América celebrado em Brasília, a 6 de fevereiro de 1984.	Decreto Legislativo nº 9, de 18-4-86
25/85	88/85	Aprova o texto do Acordo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino de Marrocos, concluído em Fez, a 10 de abril de 1984.	Em tramitação
26/85	92/85	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Tailândia.	Em tramitação
28/85	95/85	Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Alemã concluído em Brasília, a 22 de novembro de 1984.	Decreto Legislativo nº 21, de 5-12-86
29/85	Nelson Carneiro	Dispõe sobre dotação financeira ao Fundo Assistencial do Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC	Retirado pelo Autor
31/85	111/85	Aprova, com reservas, os textos da Convenção Internacional de 1973 para Prevenção da Poluição causada por navios, concluída em Londres, a 2 de novembro de 1973, e o Protocolo de 1978 relativo à Convenção Internacional para a prevenção da poluição causada por navios, concluído a 17 de fevereiro de 1978, em Londres.	Em tramitação
32/85	107/85	Aprova o texto da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, concluído em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982.	Em tramitação
33/85	102/85	Aprova o texto do Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República Popular da China, em Pequim, a 11 de outubro de 1984.	Em tramitação
34/85	74/85	Concede homologação a ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no ano de 1983, nos valores de Cr\$. . . 950.000.000.000.	Em tramitação
35/85	108/85	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Federal da Áustria, em Viena, a 3 de maio de 1985.	Decreto Legislativo nº 14, de 30-6-86

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
36/85	51/84	Aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Paquistão, concluído em Brasília a 18 de novembro de 1982.	Em tramitação
37/85	91/85	Aprova o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para o funcionamento do Escritório em Brasília da Comissão Econômica para a América Latina, concluído em Santiago, Chile, em 27 de julho de 1984.	Em tramitação

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
1/86	118/86	Autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País, no período compreendido entre os dias 3 e 11 de maio de 1986, em visita oficial às Repúblicas Portuguesa e de Cabo Verde.	Decreto Legislativo nº 10, de 18-4-86
2/86	97/85	Aprova o texto da Convenção de Viena sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares, concluída em Viena, a 21 de maio de 1963.	Em tramitação
3/86	113/85	Aprova o texto do Acordo sobre Gratuidade Parcial na Execução de Cartas Rogatórias, celebrado, por troca de notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em 5 de outubro de 1978.	Em tramitação
4/86	86/85	Aprova o texto da Convenção nº 138, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, relativa à Idade Mínima para Admissão em Emprego, adotada, a 26 de junho de 1973, em Genebra, durante a 58ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.	Em tramitação
5/86	104/85	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, assinado em São Domingos, a 8 de fevereiro de 1985.	Em tramitação
6/86	105/85	Aprova o texto do Acordo para a Criação de uma Comissão Mista Brasileiro-Egípcia, celebrado, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Egito, em Brasília, a 7 de março de 1985.	Decreto Legislativo nº 19, de 5-12-86
7/86	99/85	Aprova o texto do Acordo Internacional relativo ao Serviço de Radiodifusão em Ondas Médias, firmado pelo Brasil, em 19 de dezembro de 1981, por ocasião da Conferência Administrativa Regional de Radiodifusão em Ondas Médias (Região 2), realizada no Rio de Janeiro.	Em tramitação
8/86	112/85	Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou emissão de papel-moeda, no exercício de 1984, no valor de Cr\$ 400.000.000.000 (quatrocentos bilhões de cruzeiros).	Em tramitação
9/86	116/86	Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão adiicional de papel-moeda, no exercício de 1984, no valor global de Cr\$ 1.900.000.000.000 (um trilhão e novecentos bilhões de cruzeiros).	Em tramitação
10/86	117/86	Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no exercício de 1985, no valor global de Cr\$ 10.000.000.000.000 (dez trilhões de cruzeiros).	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
11/86	134/86	Dispõe sobre autorização ao Presidente da República para ausentar-se do País, no período compreendido entre 1º de julho de 1986 e 31 de janeiro de 1987, e estabelece outras providências.	Decreto Legislativo nº 12, de 24-6-86
12/86	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a autorização ao Presidente da República para ausentar-se do País no período compreendido entre 1º de julho de 1986 a 31 de janeiro de 1987, e dá outras providências.	Em tramitação
13/86	127/86	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Industrial, celebrado, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, a 12 de março de 1985.	Decreto Legislativo nº 17, de 5-12-86
14/86	124/86	Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica, concluído, em Atenas, a 12 de setembro de 1984.	Em tramitação
15/86	119/86	Aprova o texto do Governo Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos CII, subscrito pelo Embaixador do Brasil, em nome da República Federativa do Brasil, em 9 de julho de 1985, na sede do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, em Washington.	Decreto Legislativo nº 13, de 30-6-86
16/86	109/85	Aprova o texto do Acordo de Comércio, celebrado, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia, em Brasília, a 12 de setembro de 1984.	Em tramitação
17/86	120/86	Aprova o texto do Protocolo Adicional à Convenção Internacional para Conservação do Atum e afins do Atlântico, aprovado pela Conferência de Plenipotenciários, em 9 e 10 de julho de 1984.	Em tramitação
18/86	122/86	Aprova o texto do Convênio Zossanitário para o Intercâmbio de Animais e de Produtos de Origem Animal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, em Montevideú, a 14 de agosto de 1985.	Em tramitação
19/86	123/86	Aprova o texto do Acordo Internacional do Açúcar de 1984, concluído em Genebra, em 5 de julho de 1984.	Em tramitação
20/86	129/86	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica e Técnica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em Moscou, a 10 de dezembro de 1985.	Em tramitação
21/86	130/86	Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Convênio Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai na área de Rádio e Televisão, celebrado em Montevideú, em 14 de agosto de 1985.	Em tramitação
22/86	110/85	Aprova o texto do Acordo sobre a criação de Comissão Mista entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana, celebrado em Brasília, em 5 de julho de 1985.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
23/86	121/86	Aprova o texto do Acordo sobre Sanidade Animal em áreas de Fronteira, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, a 16 de julho de 1985.	Em tramitação
24/86	148/86	Autoriza o Presidente da República a ausentar-se do País, durante os meses de fevereiro e março de 1987.	Decreto Legislativo nº 16, de 3-12-86
25/86	144/86	Aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), concluído em Genebra, a 12 de abril de 1979.	Decreto Legislativo nº 20, de 5-12-86
26/86	145/86	Aprova o texto do Acordo Relativo à Interpretação e à Implementação dos Artigos VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), que constitui o Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios, concluído em Genebra, a 12 de abril de 1979.	Decreto Legislativo nº 22, de 5-12-86
27/86	149/86	Prorroga a vigência do Decreto Legislativo nº 114, de 3 de dezembro de 1982, para a Legislatura a iniciar-se a 1º de fevereiro de 1987.	Decreto Legislativo nº 18, de 5-12-86

c) SÚMULA

Foram os seguintes, os dados numéricos referentes aos Projetos de Decreto Legislativo:

I — Total dos Projetos	70
Sendo:	
oriundos de Sessões Legislativas anteriores	43
desta Sessão Legislativa	27
Aprovados e promulgados	19
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	10
desta Sessão Legislativa	9
Permanecem em estudo	50
Sendo:	
de Sessões Legislativas anteriores	32
desta Sessão Legislativa	18
Retirado pelo Autor (de Sessão Legislativa anterior)	1
II — Os Projetos de Decreto Legislativo aprovados versaram sobre:	
Atos Internacionais	13
Autorização para o Presidente da República ausentar-se do País	3
Aprovação de contas do Presidente da República	1
Prorrogação de vigência de Decreto Legislativo	1
Homologação de ato do Conselho Monetário Internacional	1

J.5.4 PROJETOS DE RESOLUÇÃO

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Nº	Autor	Ementa	Resultado
132/80	Affonso Camargo	Dispõe sobre a utilização dos veículos de representação no Senado Federal e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
149/80	Jutahy Magalhães	Acrescenta parágrafo ao art. 344 do Regimento Interno.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
53/81	Lourival Baptista	Proíbe o uso do fumo em dependências do Senado que menciona.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
37/82	Jutahy Magalhães	Altera o Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
1/83	Itamar Franco	Dá nova redação ao art. 137 do Regimento Interno e fixa em 48 horas o prazo para a Comissão de Constituição e Justiça opinar sobre recurso contra decisão da Presidência.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
34/83	Passos Porto	Altera os arts. 78 e 105 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
35/83	Carlos Alberto	Cria a Comissão de Assuntos Imobiliários e Habitacionais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
37/83	Itamar Franco	Fixa em 5 dias o prazo para comparecimento de Ministro de Estado convocado para prestar informações e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
45/83	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao art. 419 do Regimento Interno.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
46/83	Henrique Santillo	Altera a redação da alínea a, item I, do art. 239 do Regimento Interno.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
62/83	José Ignácio Ferreira	Cria uma Comissão Permanente de Defesa do Meio Ambiente.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
64/83	Mário Maia	Cria a Comissão Permanente de Assuntos Fundiários (CAF).	Arquivado (art. 367 do R.I.)
65/83	Itamar Franco	Determina a submissão ao Senado Federal das cláusulas contratuais referentes a operações externas realizadas por Estados ou municípios.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
91/83	Marco Maciel	Disciplina a apreciação da escolha de Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
95/83	Henrique Santillo	Cria CPI para os fins que especifica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
107/83	Humberto Lucena	Cria Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar fatos relacionados com a intervenção do Banco Central no Grupo Coroa-Brastel.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
110/83	Marco Maciel	Dispõe sobre o credenciamento de entidades junto à Mesa.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
118/83	Lomanto Júnior	Dispõe sobre a publicação de trabalhos do escritor Carlos Chiacchio.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
119/83	Itamar Franco	Extingue o § 3º do art. 77 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
120/83	Henrique Santillo	Altera disposições regimentais atinentes às Comissões de Inquérito.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
1/84	Comissão Diretora	Modifica o art. 392 do Regimento Administrativo do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 58, de 1972.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
3/84	Marco Maciel	Denomina Comissão do Interior (CI) a Comissão de Assuntos Regionais (CAR), e redefine-lhe as atribuições.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
27/84	Murilo Badaró	Submete à prévia autorização do Senado Federal o cumprimento de obrigações financeiras por parte do Governo brasileiro.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
29/84	Comissão Diretora	Reestrutura o Grupo-Atividades de Apoio Legislativo, extingue os Grupos Serviços Auxiliares, Serviços de Transporte Oficial e Portaria, Artesanato e Outras Atividades de Nível Médio, e de Adjunto Legislativo do Quadro Permanente do Senado Federal, institui o Incentivo ao Mérito Funcional e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
46/84	Hélio Gueiros	Modifica, em parte, os arts. 179 e 180 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
54/84	Itamar Franco	Dá nova redação aos arts. 188, caput e 192 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
75/84	Comissão Diretora	Cria a Categoria Funcional de Adjunto de Segurança Legislativa e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
80/84	Pedro Simon	Cria, em dependência do Senado Federal, Capela Ecumênica destinada a orações e atos religiosos para Parlamentares e Funcionários do Senado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
3/85	Henrique Santillo	Altera dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
4/85	Jorge Kalume	Altera dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
5/85	Jorge Kalume	Cria a Coordenação de Recursos Humanos e Patrimônio Cultural do Senado Federal diretamente subordinada ao Diretor-Geral e dispõe sobre a sua estrutura e atribuições.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
6/85	Milton Cabral	Dá nova redação aos arts. 73, 74, 75, 78, 86, 98, 99 e 105/116 e revoga o § 6º do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
9/85	Guilherme Palmeira	Altera dispositivo do Regimento Interno do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 93, de 1970.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Ementa	Resultado
11/85	Itamar Franco	Extingue o processo de votação simbólica.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
13/85	Alfredo Campos	Denomina corredor do Anexo II do Senado Federal "Ala Senador Tancredo Neves".	Resolução nº 400, de 5-12-86
16/85	Lenoir Vargas	Concede aos ex-Senadores da República o direito de utilização dos serviços técnicos-assistenciais do Senado Federal que discrimina, e dá outras providências.	Resolução nº 82, de 19-6-86
17/85	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o uso da palavra e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
27/85	Comissão Diretora	Altera o art. 530 do Regulamento Administrativo do Senado Federal.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
49/85	Roberto Saturnino	Introduz alterações na Resolução nº 62, de 1975, que dispõe sobre operações de crédito dos Estados e Municípios, fixa seus limites e condições.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
86/85	Itamar Franco	Altera o art. 2º da Resolução nº 79, de 1985.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
96/85	Jorge Kalume	Cria a Comissão de Desenvolvimento da Civilização Brasileira.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
133/85	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do título "IV-A" Taxa de Conservação de Estradas Municipais e do fato gerador da Lei nº 278/77/4, que dispõe sobre alterações e atualização do Código Tributário do Município de Estrela do Norte, Estado de São Paulo.	Resolução nº 43, de 24-4-86
145/85	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre as Comissões e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
146/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 24.404.323.468 o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 1, de 7-3-86
147/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a contratar operação de crédito no valor de Cr\$.. 1.208.436.063.	Resolução nº 16, de 3-4-86
148/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 3.520.541.401.	Resolução nº 6, de 3-4-86
149/85	Comissão Diretora	Aprova o Plano de Classificação de Cargos e Empregos e dispõe sobre o Quadro de Pessoal do Senado Federal.	Arquivado (art. 367 do R.R.)
150/85	Comissão Diretora	Aprova o Regulamento de Pessoal do Senado Federal e dá outras providências.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
151/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Paranaguá (PR) a contratar operação de crédito no valor Cr\$ 965.435.900.	Resolução nº 63 de 16-5-86
152/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Sebastião (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 4.590.191.000.	Resolução nº 17, de 4-4-86
153/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mococa (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 6.108.015.000.	Resolução nº 18, de 4-4-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
154/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mogiguaçu (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 13.770.573.000.	Resolução nº 9, de 3-4-85
155/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Caraguatubá (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 9.180.382.000.	Resolução nº 19, de 4-4-86
156/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 7.329.618.000.	Resolução nº 20, de 4-4-86
157/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Agudos (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 9.180.382.000.	Resolução nº 21, de 4-4-86
158/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Bárbara D'Oeste (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 9.772.824.000.	Resolução nº 22, de 4-4-86
159/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Várzea Grande (MT) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 4.395.142.078.	Resolução nº 23, de 4-4-86
160/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis (RJ) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 4.659.236.000.	Resolução nº 24, de 4-4-86
161/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB) a elevar em Cr\$ 1.492.599.767, o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 7, de 3-4-86
162/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Distrito Federal a contratar operações de crédito no valor de Cr\$.. 702.372.620.154.	Resolução nº 8, de 3-4-86
163/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a realizar operação de empréstimo externo no valor de DM 10.000.000,00 (dez milhões de marcos alemães) destinada ao Programa de Saneamento Básico daquele Estado.	Resolução nº 64, de 16-5-86
164/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 52,000,000.00 (cinquenta e dois milhões de dólares norte-americanos), destinado ao financiamento parcial do II Programa de Rodovias Alimentadoras daquele Estado.	Resolução nº 3, de 2-4-86
165/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 57,600,000.00 (cinquenta e sete milhões de dólares norte-americanos) destinada ao refinanciamento dos compromissos externos existentes e vencíveis em 1985.	Resolução nº 66, de 23-5-86
166/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Maranhão a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 47,000,000.00 (quarenta e sete milhões de dólares) destinada ao refinanciamento dos compromissos externos existentes e vencíveis em 1985.	Resolução nº 10, de 3-4-86
167/85	Comissão de Finanças	Modifica a redação da Resolução nº 120 de 1984, do Senado Federal, que autoriza o Governo do Estado da Paraíba a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 15,100,000.00 (quinze milhões e cem mil dólares norte-americanos) destinado à liquidação dos compromissos existentes e vencíveis em 1984 e 1985.	Resolução nº 65, de 16-5-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
168/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 120,000,000.00 (cento e vinte milhões de dólares) destinado ao Programa de Refinanciamento da dívida externa daquele Estado.	Resolução nº 4, de 2-4-86
169/85	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Acre a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares) destinada a carrear recursos para o Programa Rodoviário daquele Estado.	Resolução nº 78, de 19-6-86
170/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 181.488.226.556 o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 5, de 2-4-86
171/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 134.513.277.512 o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 15, de 3-4-86
172/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Paraná a contratar operação de crédito no valor de Cr\$.. 6.465.500.000.	Resolução nº 67, de 23-5-86
173/85	Comissão de Economia	Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 152.682.159.144 o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 28, de 10-4-86
174/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Várzea Paulista (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 14.688.611.200.	Resolução nº 11, de 3-4-86
175/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Brasilândia (MS) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 3.043.254.331.	Resolução nº 12, de 3-4-86
176/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Barra do Garças (MT) a elevar em Cr\$ 4.886.412.000 o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 35, de 14-4-86
177/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Paranaguá (PR) a elevar em Cr\$ 961.855.200 o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 68, de 23-5-86
178/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itapira (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 8.541.692.500.	Resolução nº 30, de 10-4-86
179/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Salto de Pirapora (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 2.680.050.000.	Resolução nº 32, de 14-4-86
180/85	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 85.665.500.000 o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 13, de 3-4-86
181/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Sombrio (SC) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 275.952.706 junto à Caixa Econômica Federal.	Resolução nº 31, de 10-4-86
182/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Alta Floresta (MT) a elevar em Cr\$ 3.140.422.050 o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 33, de 14-4-86
183/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Mourão (PR) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 2.629.828.800.	Resolução nº 69, de 23-5-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
184/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Iporã (PR) a elevar em Cr\$ 1.007.805.300 o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 34, de 14-4-86
185/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Maringá (PR) a elevar em Cr\$ 9.627.841.800 o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 14, de 3-4-86
186/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Barra Mansa (RJ) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 15.897.513.479.	Resolução nº 25, de 10-4-86
187/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 42.459.266.750.	Resolução nº 27, de 10-4-86
188/85	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Luz (MG) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 872.837.604.	Resolução nº 36, de 14-4-86

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/86	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 75, bem como seu parágrafo único, da Lei nº 14, de 30-12-77, Município de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná.	Resolução nº 59, de 12-5-86
2/86	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 38.400.000,00 (trinta e oito milhões e quatrocentos mil dólares norte-americanos) destinada ao programa de refinanciamento da dívida externa daquele Estado.	Resolução nº 60, de 13-5-86
3/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 69.710.037,26 (sessenta e nove milhões, setecentos e dez mil, trinta e sete cruzados e vinte e seis centavos).	Resolução nº 37, de 15-4-86
4/86	Comissão de Economia	Autoriza o Estado da Bahia a elevar em Cz\$ 73.889.277,15 (setenta e três milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, duzentos e setenta e sete cruzados e quinze centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 38, de 15-4-86
5/86	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Pará a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos) destinada ao programa de investimentos prioritários daquele Estado.	Resolução nº 26, de 10-4-86
6/86	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Alagoas a contratar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 11.000.000,00 (onze milhões de dólares norte-americanos).	Resolução nº 61, de 13-5-86
7/86	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 24.500.000,00 (vinte e quatro milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos).	Resolução nº 29, de 10-4-86
8/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 263.706.472,95 (duzentos e sessenta e três milhões, setecentos e seis mil, quatrocentos e setenta e dois cruzados e noventa e cinco centavos).	Resolução nº 58, de 12-5-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
9/86	Comissão de Economia	Autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina a elevar em Cz\$ 142.451.149,49 (cento e quarenta e dois milhões, quatrocentos e cinqüenta e um mil, cento e quarenta e nove cruzados e quarenta e nove centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 39, de 15-4-86
10/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 12.327.175,16 (doze milhões, trezentos e vinte e sete mil, cento e setenta e cinco cruzados e dezesseis centavos).	Resolução nº 40, de 15-4-86
11/86	Comissão de Economia	Autoriza o Estado de Santa Catarina a elevar em Cz\$ 133.593.500,00 (cento e trinta e três milhões, quinhentos e noventa e três mil e quinhentos cruzados) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 57, de 12-5-86
12/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Ceará a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 5.405.727,26 (cinco milhões, quatrocentos e cinco mil, setecentos e vinte e sete cruzados e vinte e seis centavos).	Resolução nº 84, de 23-6-86
13/86	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Ceará a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares norte-americanos) destinada ao Programa de financiamento da dívida externa daquele Governo junto ao Banco do Estado do Ceará S.A.	Resolução nº 79, de 19-6-86
14/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia (MT) a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 654.384,73 (seiscentos e cinqüenta e quatro mil, trezentos e oitenta e quatro cruzados e setenta e três centavos).	Resolução nº 44, de 30-4-86
15/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Petrópolis (RJ) a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 22.032.566,45 (vinte e dois milhões, trinta e dois mil, quinhentos e sessenta e seis cruzados e quarenta e cinco centavos).	Resolução nº 45, de 30-4-86
16/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Antônio João (MT) a elevar em Cr\$ 599.978.097 (quinhentos e noventa e nove milhões, novecentos e setenta e oito mil e noventa e sete cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 46, de 30 4 86
17/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bandeirante (MS), a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 237.162,58 (duzentos e trinta e sete mil, cento e sessenta e dois cruzados e cinqüenta e oito centavos).	Resolução nº 47, de 30-4-86
18/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Grande (MS) a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 335.280,95 (trezentos e trinta e cinco mil, duzentos e oitenta cruzados e noventa e cinco centavos).	Resolução nº 49, de 2-5-86
19/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Grande (MS), a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 3.780.503,76 (três milhões, setecentos e oitenta mil, quinhentos e três cruzados e setenta e seis centavos).	Resolução nº 50, de 2-5-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
20/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul (RS) a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 4.611.102,38 (quatro milhões, seiscentos e onze mil, cento e dois cruzados e trinta e oito centavos).	Resolução nº 51, de 2-5-86
21/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vitória de Santo Antão, no Estado de Pernambuco, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 10.210.650,36 (dez milhões, duzentos e dez mil, seiscentos e cinquenta cruzados e trinta centavos).	Resolução nº 52, de 2-5-86
22/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Corumbá (MS) a elevar em Cz\$ 2.635.295,58 (dois milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, duzentos e noventa e cinco cruzados e cinquenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 53, de 8-5-86
23/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mauá (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 4.312.389,11 (quatro milhões, trezentos e doze mil, trezentos e oitenta e nove cruzados e onze centavos).	Resolução nº 54, de 8-5-86
24/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Arapiraca (AL) a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 1.298.997,88 (um milhão, duzentos e noventa e oito mil, novecentos e noventa e sete cruzados e oitenta e oito centavos).	Resolução nº 55, de 8-5-86
25/86	Comissão do Distrito Federal	Aprova as contas do Governo do Distrito Federal, relativas ao exercício financeiro de 1984.	Resolução nº 77, de 13-6-86
26/86	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução dos artigos 204 a 212, da Lei nº 566, de 31 de dezembro de 1977, do Município de Barrinha, Estado de São Paulo, declarando-os inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.	Resolução nº 72, de 5-6-86
27/86	Jorge Kalume	Dá nova redação ao caput do art. 49 do Regimento Interno.	Arquivado (art. 376 do R.I.)
28/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger (MT) a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 1.552.266,70 (um milhão, quinhentos e cinquenta e dois mil, duzentos e sessenta e seis cruzados e setenta centavos).	Resolução nº 73, de 6-6-86
29/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste (MT) a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 532.128,80 (quinhentos e trinta e dois mil, cento e vinte e oito cruzados e oitenta centavos).	Resolução nº 74, de 9-6-86
30/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pedras Grandes (SC) a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 141.132,31 (cento e quarenta e um mil, cento e trinta e dois cruzados e trinta e um centavos).	Resolução nº 75, de 9-6-86
31/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cruzeiro (SP) a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 6.162.889,60 (seis milhões, cento e sessenta e dois mil, oitocentos e oitenta e nove cruzados e sessenta centavos).	Resolução nº 76, de 9-6-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
32/86	Comissão Diretora	Susta, nos termos do art. 32, § 3º, da Constituição Federal, processo originário do Inquérito nº 218, em curso no Supremo Tribunal Federal, movido contra o Senador João Castelo.	Resolução nº 70, de 23-5-86
33/86	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende, nos termos do item VII, do art. 42, da Constituição Federal, expressões contidas no art. 1º da Lei nº 6.686, de 1979, na redação que lhe deu o art. 1º da Lei nº 7.135, de 1983, e o art. 2º da Lei nº 7.135, de 1983, declarando-os inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.	Resolução nº 86, de 24-6-86
34/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Guaramiranga (CE) a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 423.444,42 (quatrocentos e vinte e três mil, quatrocentos e quarenta e quatro cruzados e quarenta e dois centavos).	Resolução nº 85, de 23-6-86
35/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vilhena (RO) a elevar em Cr\$ 2.732.430.000,00 (dois bilhões, setecentos e trinta e dois milhões, quatrocentos e trinta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 324, de 3-12-86
36/86	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Piauí a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 7.900.000,00 (sete milhões e novecentos mil dólares norte-americanos) destinada à liquidação dos compromissos externos já existentes e vencidos em 1984 e 1985.	Resolução nº 71, de 30-5-86
37/86	Jorge Kalume	Assegura aos Taquígrafos o direito à aposentadoria aos 25 anos de serviço.	Arquivado (art. 376 do R.I.)
38/86	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de dólares norte-americanos) destinada ao Programa de Saúde daquele Estado.	Resolução nº 80, de 19-6-86
39/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 85.233.428,78 (oitenta e cinco milhões, duzentos e trinta e três mil, quatrocentos e vinte e oito cruzados e setenta e oito centavos).	Resolução nº 87, de 24-6-86
40/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Alagoas a elevar em Cz\$ 43.751.405,51 (quarenta e três milhões, setecentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e cinco cruzados e cinquenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 83, de 20-6-86
41/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Sete Quedas (MS), a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 3.426.524,24 (três milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, quinhentos e vinte e quatro cruzados e vinte e quatro centavos).	Resolução nº 88, de 24-6-86
42/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal da Cidade de Recife (PE) a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 11.313.080,43 (onze milhões, trezentos e treze mil, oitenta cruzados e quarenta e três centavos).	Resolução nº 81, de 19-6-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
43/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Tubarão (SC) a elevar em Cz\$ 1.533.604,68 (um milhão, quinhentos e trinta e três mil, seiscentos e quatro cruzados e sessenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 89, de 24-6-86
44/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Belém (PA) a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 24.643.817,44 (vinte e quatro milhões, seiscentos e quarenta e três mil, oitocentos e dezessete cruzados e quarenta e quatro centavos).	Resolução nº 90, de 24-6-86
45/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Piauí a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 1.625.224,24 (hum milhão, seiscentos e vinte e cinco mil, duzentos e vinte e quatro cruzados e vinte e quatro centavos).	Resolução nº 93, de 30-6-86
46/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Piauí a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 541.741,42 (quinhentos e quarenta e um mil setecentos e quarenta e um cruzados e quarenta e dois centavos).	Resolução nº 94, de 30-6-86
47/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Piauí a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 8.627.902,38 (oito milhões, seiscentos e vinte e sete mil, novecentos e dois cruzados e trinta e oito centavos).	Resolução nº 91, de 26-6-86
48/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Alagoas a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 9.300.976,00 (nove milhões, trezentos mil, novecentos e setenta e seis cruzados).	Resolução nº 95, de 30-6-86
49/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a elevar em Cz\$ 16.229.306,88 (dezesseis milhões, duzentos e vinte e nove mil, trezentos e seis cruzados e oitenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 111, de 30-6-86
50/86	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares americanos).	Resolução nº 96, de 30-6-86
51/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 493.968.800.000 (quatrocentos e noventa e três bilhões, novecentos e sessenta e oito milhões e oitocentos mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 92, de 26-6-86
52/86	Comissão de Economia	Modifica a Resolução nº 180, de 10 de maio de 1983, do Senado Federal.	Resolução nº 97, de 30-6-86
53/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 13.124.335,27 (treze milhões, cento e vinte e quatro mil, trezentos e trinta e cinco cruzados e vinte e sete centavos).	Resolução nº 98, de 30-6-86
54/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais, a elevar em 7.605.081 Obrigações do Tesouro de Minas Gerais (OTM) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 102, de 30-6-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
55/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itaporã, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor Cz\$ 2.631.005,88 (dois milhões, seiscentos e trinta e um mil, cinco cruzados e oitenta e oito centavos).	Resolução nº 99, de 30-6-86
56/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cz\$ 1.446.918.810,40 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e seis milhões, novecentos e dezoito mil, oitocentos e dez cruzados e quarenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 100, de 30-6-86
57/86	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares americanos).	Resolução nº 101, de 30-6-86
58/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cz\$ 414.933.792,00 (quatrocentos e quatorze milhões, novecentos e trinta três mil, setecentos e noventa e dois cruzados) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 110, de 30-6-86
59/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Naviraí, Estado de Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 831.182,14 (oitocentos e trinta e um mil, cento e oitenta e dois cruzados quatorze centavos).	Resolução nº 108, de 30-6-86
60/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vitória, Estado do Espírito Santo, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 2.704.826,93 (dois milhões, setecentos e quatro mil, oitocentos e vinte e seis cruzados e noventa e três centavos).	Resolução nº 107, de 30-6-86
61/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Babaçulândia (GO), a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 362.150,86 (trezentos e sessenta e dois mil, cento e cinquenta cruzados e oitenta e seis centavos).	Resolução nº 112, de 30-6-86
62/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pedras Grandes (SC), a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 331.865,03 (trezentos e trinta e um mil, oitocentos e sessenta e cinco cruzados e três centavos).	Resolução nº 222, de 17-9-86
63/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Araranguá (SC) a contratar empréstimo no valor de Cz\$ 629.758,86 (seiscentos e vinte e nove mil, setecentos e cinquenta e oito cruzados e oitenta e seis centavos).	Resolução nº 223, de 17-9-86
64/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Izabel (GO), a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 484.477,68 (quatrocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e sete cruzados e sessenta e oito centavos).	Resolução nº 119, de 30-6-86
65/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Colméia (GO) a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 213.045,40 (duzentos e treze mil, quarenta e cinco cruzados).	Resolução nº 121, de 30-6-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
66/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Colméia (GO) a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 1.682.058,11 (hum milhão, seiscentos e oitenta e dois mil, cinqüenta e oito cruzados e onze centavos).	Resolução nº 120, de 30-6-86
67/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bom Jesus (RN) a contratar empréstimo no valor de Cz\$ 452.749,57 (quatrocentos e cinqüenta e dois mil, setecentos e quarenta e nove cruzados e cinqüenta e sete centavos).	Resolução nº 224, de 17-9-86
68/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Uruaçu (GO) a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 1.377.057,30 (hum milhão, trezentos e setenta e sete mil, cinqüenta e sete cruzados e trinta centavos).	Resolução nº 122, de 30-6-86
69/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Montes Claros, Estados de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 34.980.120,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e oitenta mil, cento e vinte cruzados).	Resolução nº 103, de 30-6-86
70/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 6.886.286,50 (seis milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, duzentos e oitenta e seis cruzados e cinqüenta centavos).	Resolução nº 113, de 30-6-86
71/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Goiás a contratar operação de crédito no valor de 254.089,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 114, de 30-6-86
72/86	Comissão de Economia	Autoriza o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAFE) a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 1.557.846.280,68 (um bilhão, quinhentos e cinqüenta e sete milhões, oitocentos e quarenta e sei mil, duzentos e oitenta cruzados e sessenta e oito centavos).	Resolução nº 105, de 30-6-86
73/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 36.721.528,00 (trinta e seis milhões, setecentos e vinte e um mil, quinhentos e vinte e oito cruzados).	Resolução nº 109, de 30-6-86
74/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 2.050.006,20 (dois milhões, cinqüenta mil, seis cruzados e vinte centavos).	Resolução nº 115, de 30-6-86
75/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 23.014.450,96 (vinte e três milhões, quatorze mil, quatrocentos e cinqüenta cruzados e noventa e seis centavos).	Resolução nº 104, de 30-6-86
76/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Sinop, Estado de Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 3.416.375,21 (três milhões, quatrocentos e dezesseis mil, trezentos e setenta e cinco cruzados e vinte e um centavos).	Resolução nº 116, de 30-6-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
77/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Pará a contratar operação de crédito no valor correspondente 419.775,30 — OTN.	Resolução nº 117, de 30-6-86
78/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Pará a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, à 163.704,39 — OTN, junto à Caixa Econômica Federal.	Resolução nº 118, de 30-6-86
79/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Pará a contratar operação de crédito em cruzados correspondente a 151.459,91 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 123, de 30-6-86
80/86	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a contratar operação de empréstimo no valor de US\$ 59,800,000.00 (cinquenta e nove milhões, oitocentos mil dólares norte-americanos).	Resolução nº 124, de 30-6-86
81/86	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a contratar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos).	Resolução nº 125, de 30-6-86
82/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 28.471.957,07 (vinte e oito milhões, quatrocentos e setenta e um mil, novecentos e cinquenta e sete cruzados e sete centavos).	Resolução nº 106, de 30-6-86
83/86	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 29,800,000.00 (vinte e nove milhões e oitocentos mil dólares norte-americanos).	Resolução nº 126, de 30-6-86
84/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Goianésia, Estado de Goiás, a contratar empréstimo no valor de Cz\$ 2.222.859,60 (dois milhões, duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e cinquenta e nove cruzados e sessenta centavos).	Resolução nº 127, de 30-6-86
85/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 1.131.758,59 (um milhão, cento e trinta e um mil, setecentos e cinquenta e oito cruzados e cinquenta e nove centavos).	Resolução nº 128, de 30-6-86
86/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 939.687,37 (novecentos e trinta e nove mil, seiscentos e oitenta e sete cruzados e trinta e sete centavos).	Resolução nº 129, de 30-6-86
87/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 632.307,65 (seiscentos e trinta e dois mil, trezentos e sete cruzados e sessenta e cinco centavos).	Resolução nº 130, de 30-6-86
88/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Barra do Bugre, Estado do Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 4.066.023,83 (quatro milhões, sessenta e seis mil, vinte e três cruzados e oitenta e três centavos).	Resolução nº 131, de 30-6-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
89/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Torixoréu, Estado de Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 177.735,43 (cento e setenta e sete mil, setecentos e trinta e cinco cruzados e quarenta e três centavos).	Resolução nº 132, de 30-6-86
90/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 20.500.062,00 (vinte milhões, quinhentos mil e sessenta e dois cruzados).	Resolução nº 133, de 30-6-86
91/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santos, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 8.575.715,68 (oito milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, setecentos e quinze cruzados e sessenta e oito centavos).	Resolução nº 134, de 18-8-86
92/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Juína, Estado de Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 1.129.936,10 (um milhão, cento e vinte e nove mil, novecentos e trinta e seis cruzados e dez centavos).	Resolução nº 135, de 18-8-86
93/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 333.902,65 (trezentos e trinta e três mil, novecentos e dois cruzados e sessenta e cinco centavos).	Resolução nº 136, de 18-8-86
94/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cascavel, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 14.863.125,80 (quatorze milhões, oitocentos e sessenta e três mil, cento e vinte e cinco cruzados e oitenta centavos).	Resolução nº 137, de 18-8-86
95/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santos, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 39.326.982,91 (trinta e nove milhões, trezentos e vinte e seis mil, novecentos e oitenta e dois cruzados e noventa e um centavos).	Resolução nº 138, de 18-8-86
96/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 269.100,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 139, de 18-8-86
97/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 227.325,99 (duzentos e vinte e sete mil, trezentos e vinte e cinco cruzados e noventa e nove centavos).	Resolução nº 174, de 21-8-86
98/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 63.840.000,00 (sessenta e três milhões, oitocentos e quarenta mil cruzados).	Resolução nº 140, de 18-8-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
99/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 298.869,19 (duzentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e nove cruzados e dezenove centavos).	Resolução nº 154, de 19-8-86
100/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 532.000.000,00 (quinhentos e trinta e dois milhões de cruzados).	Resolução nº 175, de 21-8-86
101/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 489.346.491,93 (quatrocentos e oitenta e nove milhões, trezentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e um cruzados e noventa e três centavos).	Resolução nº 148, de 19-8-86
102/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 319.200.000,00 (trezentos e dezenove milhões e duzentos mil cruzados).	Resolução nº 141, de 18-8-86
103/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 138.788.809,32 (cento e trinta e oito milhões, setecentos e oitenta e oito mil, oitocentos e nove cruzados e trinta e dois centavos).	Resolução nº 142, de 18-8-86
104/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cz\$ 893.760.000,00 (oitocentos e noventa e três milhões, setecentos e sessenta mil cruzados) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 143, de 18-8-86
105/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 84.439,22 Obrigações do Tesouro Nacional.	Resolução nº 176, de 21-8-86
106/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 44.018,91 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 178, de 21-8-86
107/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Centralina, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 614.379,16 (seiscentos e quatorze mil, trezentos e setenta e nove cruzados e dezesseis centavos).	Resolução nº 177, de 21-8-86
108/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 50.526,41 OTN.	Resolução nº 171, de 21-8-86
109/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Wanderlândia, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 477.512,52 (quatrocentos e setenta e sete mil, quinhentos e doze cruzados e cinquenta e dois centavos).	Resolução nº 144, de 18-8-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
110/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Posse, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 506.264,76 (quinhentos e seis mil, duzentos e sessenta e quatro cruzados e setenta e seis centavos).	Resolução nº 150, de 19-8-86
111/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Posse, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 334.612,49 (trezentos e trinta e quatro mil, seiscentos e doze cruzados e quarenta e nove centavos).	Resolução nº 145, de 18-8-86
112/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Inhumas, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 1.450.045,78 (um milhão, quatrocentos e cinqüenta mil, quarenta e cinco cruzados e setenta e oito centavos).	Resolução nº 146, de 18-8-86
113/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Araguaçu, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 823.734,25 (oitocentos e vinte e três mil, setecentos e trinta e quatro cruzados e vinte e cinco centavos).	Resolução nº 179, de 21-8-86
114/86	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Goiás a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 39.100.000,00 (trinta e nove milhões e cem mil dólares norte-americanos).	Resolução nº 149, de 19-8-86
115/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 247.912.000,00 (duzentos e quarenta e sete milhões e novecentos e doze mil cruzados).	Resolução nº 165, de 20-8-86
116/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Janduís, Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 105.587,90 (cento e cinco mil, quinhentos e oitenta e sete cruzados e noventa centavos).	Resolução nº 172, de 21-8-86
117/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Presidente Dutra, Estado do Maranhão, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 181.533,53 (cento e oitenta e um mil, quinhentos e trinta e três cruzados e cinqüenta e três centavos).	Resolução nº 180, de 21-8-86
118/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Lajes, Estado de Santa Catarina, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 264.757,16 (duzentos e sessenta e quatro mil, setecentos e cinqüenta e sete cruzados e dezesseis centavos).	Resolução nº 155, de 19-8-86
119/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 17.083.385,00 (dezesete milhões, oitenta e três mil, trezentos e oitenta e cinco cruzados).	Resolução nº 173, de 21-8-86
120/86	Comissão de Constituição e Justiça	Altera a Resolução nº 358, de 1983.	Resolução nº 147, de 18-8-86
121/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 444.751,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 157, de 19-8-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
122/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Loreto, Estado do Maranhão, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 278.841,25 (duzentos e setenta e oito mil, oitocentos e quarenta e um cruzados e vinte e cinco centavos).	Resolução nº 167, de 20-8-86
123/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Piedade, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 15.960.000,00 (quinze milhões, novecentos e sessenta mil cruzados).	Resolução nº 168, de 20-8-86
124/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Pará, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 156.969,13 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 188, de 21-8-86
125/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Contagem, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor em cruzados, correspondente a 47.038,19 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 181, de 21-8-86
126/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 418.680,48 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 189, de 21-8-86
127/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Monsenhor Gil, Estado do Piauí, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados a 4.697,70 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 190, de 21-8-86
128/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 465.000 OTN.	Resolução nº 169, de 20-8-86
129/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Pará, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados a 189.754,74 OTN.	Resolução nº 158, de 19-8-86
130/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 29,800,000.00 (vinte e nove milhões e oitocentos mil dólares americanos).	Resolução nº 151, de 19-8-86
131/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 89.072,20 OTN.	Resolução nº 159, de 19-8-86
132/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Amazonas a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 104.934,17 OTN.	Resolução nº 182, de 21-8-86
133/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 121.090,29 OTN.	Resolução nº 153, de 19-8-86
134/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Pará a contratar operações de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 363.865,70 OTN.	Resolução nº 160, de 19-8-86
135/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 8.512.000,00 (oito milhões, quinhentos e doze mil cruzados).	Resolução nº 191, de 21-8-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
136/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 1.232.537.600,00 (um bilhão, duzentos e trinta e dois milhões, quinhentos e trinta e sete mil e seiscentos cruzados).	Resolução nº 162, de 19-8-86
137/86	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 40,650,000.00 (quarenta milhões, seiscentos e cinquenta mil dólares americanos).	Resolução nº 183, de 21-8-86
138/86	Comissão de Finanças	Autoriza a Prefeitura Municipal de Manaus, Estado do Amazonas, a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 5,200,000.00 (cinco milhões e duzentos mil dólares americanos).	Resolução nº 163, de 19-8-86
139/86	Comissão de Economia	Autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina — DER/SC, a elevar em Cz\$ 23.003.879,90 (vinte e três milhões, três mil, oitocentos e setenta e nove cruzados e noventa centavos), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 161, de 19-8-86
140/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 53.200.000,00 (cinquenta e três milhões e duzentos mil cruzados).	Resolução nº 164, de 19-8-86
141/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 32.085,02 OTN.	Resolução nº 166, de 20-8-86
142/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Araxá, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 366.540,00 OTN.	Resolução nº 170, de 20-8-86
143/86	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 21,500,000.00 (vinte e um milhões e quinhentos mil dólares americanos).	Resolução nº 156, de 19-8-86
144/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cz\$ 348.500.000,00 (trezentos e quarenta e oito milhões e quinhentos mil cruzados) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 152, de 19-8-86
145/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Sergipe, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 8.082.470,14 (oito milhões, oitenta e dois mil, quatrocentos e setenta cruzados e quatorze centavos).	Resolução nº 210, de 28-8-86
146/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 127.811,93 OTN.	Resolução nº 184, de 21-8-86
147/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 450.900,00 OTN.	Resolução nº 192, de 21-8-86
148/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Sergipe, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 200.012,63 OTN.	Resolução nº 211, de 28-8-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
149/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 414.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 185, de 21-8-86
150/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Contagem, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 450.000,00 OTN.	Resolução nº 200, de 22-8-86
151/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 414.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 193, de 21-8-86
152/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Jussara, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 3.362.266,80 (três milhões, trezentos e sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e seis cruzados e oitenta centavos).	Resolução nº 199, de 22-8-86
153/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 409.972,50 OTN.	Resolução nº 186, de 21-8-86
154/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Caldas Novas, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 1.728.890,80 (um milhão, setecentos e vinte oito mil, oitocentos e noventa cruzados e oitenta centavos).	Resolução nº 212, de 28-8-86
155/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Cabrália, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 100.000,00 OTN.	Resolução nº 194, de 22-8-86
156/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cabeceiras, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 668.316,56 (seiscentos e sessenta e oito mil, trezentos e dezesseis cruzados e cinquenta e seis centavos).	Resolução nº 195, de 22-8-86
157/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itapira, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 655.787,73 (seiscentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e oitenta e sete cruzados e setenta e três centavos).	Resolução nº 208, de 27-8-86
158/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Pardo, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 530.930,50 (quinhentos e trinta mil, novecentos e trinta cruzados e cinquenta centavos).	Resolução nº 196, de 22-8-86
159/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Oeiras, Estado do Piauí, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 46.138,06 OTN.	Resolução nº 197, de 22-8-86
160/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Distrito Federal, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 418.526 OTN.	Resolução nº 206, de 22-8-86
161/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Gravataí, Estado do Rio Grande do Sul, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 5.341.292,40 (cinco milhões, trezentos e quarenta e um mil, duzentos e noventa e dois cruzados e quarenta centavos).	Resolução nº 187, de 21-8-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
162/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Contagem, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 21.368,54 OTN.	Resolução nº 198, de 22-8-86
163/86	Comissão do Distrito Federal	Autoriza o Governo do Distrito Federal a realizar operação de empréstimo externo, no valor de FF.38.000.000,00 (trinta e oito milhões de francos franceses).	Resolução nº 213, de 28-8-86
164/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Goiatuba, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 1.910.423,00 (um milhão, novecentos e dez mil, quatrocentos e vinte e três cruzados).	Resolução nº 214, de 28-8-86
165/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Maranhão, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 606.480.000,00 (seiscentos e seis milhões, quatrocentos e oitenta mil cruzados).	Resolução nº 215, de 28-8-86
166/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 458.937,49 (quatrocentos e cinquenta e oito mil, novecentos e trinta e sete cruzados e quarenta e nove centavos).	Resolução nº 216, de 28-8-86
167/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 120.000,00 OTN.	Resolução nº 201, de 22-8-86
168/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 6.165,90 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 202, de 22-8-86
169/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Alvarenga, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 18.163,52 OTN.	Resolução nº 217, de 28-8-86
170/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura de Lages, Estado de Santa Catarina, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 1.301.712,52 (um milhão, trezentos e um mil, setecentos e doze cruzados e cinquenta e dois centavos).	Resolução nº 218, de 28-8-86
171/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Monsenhor Gil, Estado do Piauí, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 4.898,08 OTN.	Resolução nº 203, de 22-8-86
172/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pires do Rio, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 1.673.618,16 (um milhão, seiscentos e setenta e três mil, seiscentos e dezoito cruzados e dezesseis centavos).	Resolução nº 219, de 28-8-86
173/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Amazonas, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 236.315,78 OTN.	Resolução nº 204, de 22-8-86
174/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Buriti Alegre, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 207.187,80 (duzentos e sete mil, cento e oitenta e sete cruzados e oitenta centavos).	Resolução nº 205, de 22-8-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
175/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 5.261.593,05 (cinco milhões, duzentos e sessenta e um mil, quinhentos e noventa e três cruzados e cinco centavos).	Resolução nº 207, de 22-8-86
176/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Alegre de Goiás, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 645.962,99 (seiscentos e quarenta e cinco mil, novecentos e sessenta e dois cruzados e noventa e nove centavos).	Resolução nº 220, de 28-8-86
177/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 215.035,20 OTN.	Resolução nº 209, de 27-8-86
178/86	Comissão de de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 44.886,47 OTN.	Resolução nº 221, de 28-8-86
179/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 17.544,83 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 226, de 19-9-86
180/86	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Pará a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 102,200,000.00 (cento e dois milhões e duzentos mil dólares norte-americanos), destinada à execução de programa de investimentos nas áreas de transporte e energia.	Resolução nº 227, de 19-9-86
181/85	Comissão de Economia	Autoriza a Universidade Estadual de Campinas, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 160.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 234, de 19-9-86
182/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 459.092 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 228, de 19-9-86
183/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Osasco, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 51.660 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 248, de 22-9-86
184/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 135.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 235, de 19-9-86
185/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campinas, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 51.072.000,00 (cinquenta e um milhões e setenta e dois mil cruzados).	Resolução nº 229, de 19-9-86
186/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Gonçalo dos Campos, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 31.775,88 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 236, de 19-9-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
187/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Guaçuí, Estado do Espírito Santo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 12.196,68 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 237, de 19-9-86
188/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Olinda, Estado de Pernambuco, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 236.935,70 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 238, de 19-9-86
189/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campina Grande, Estado da Paraíba, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 121.682,42 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 239, de 19-9-86
190/86	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 40.000.000.00 (quarenta milhões de dólares norte-americanos) destinada ao Programa de Refinanciamento da Dívida Externa daquele Estado.	Resolução nº 230, de 19-9-86
191/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 403.200,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 231, de 19-9-86
192/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Tumiritinga, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 14.161,56 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 249, de 22-9-86
193/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Jaboticabal, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 27.541.146,00 (vinte e sete milhões, quinhentos e quarenta e um mil, cento e quarenta e seis cruzados).	Resolução nº 232, de 19-9-86
194/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nortelândia, Estado do Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 18.567,21 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 240, de 19-9-86
195/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Angélica, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 4.316,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 241, de 19-9-86
196/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Descalvado, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 6.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 233, de 19-9-86
197/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 32.355,07 — Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 242, de 19-9-86
198/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ubatã, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados a 56.846,20 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 243, de 19-9-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
199/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 372.400.000,00 (trezentos e setenta e dois milhões e quatrocentos mil cruzados).	Resolução nº 250, de 22-9-86
200/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 155.857.060,80 (cento e cinquenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, sessenta cruzados e oitenta centavos).	Resolução nº 244, de 19-9-86
201/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Naviraí, Estado do Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 114.768,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 296, de 25-9-86
202/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 82.705,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 245, de 19-9-86
203/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 185.910,85 (cento e oitenta e cinco mil, novecentos e dez cruzados e oitenta e cinco centavos).	Resolução nº 304, de 25-9-86
204/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 412.200,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 277, de 24-9-86
205/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Treze de Maio, Estado de Santa Catarina, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 133.028,13 (cento e trinta e três mil, vinte e oito cruzados e treze centavos).	Resolução nº 278, de 24-9-86
206/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Costa Rica, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 20.500,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 279, de 24-9-86
207/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Brilhante, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 33.215,84 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 273, de 23-9-86
208/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina, a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 152.842,85 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 246, de 19-9-86
209/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Axixá de Goiás, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 316.563,86 (trezentos e dezesseis mil, quatrocentos e sessenta e três cruzados e oitenta e seis centavos).	Resolução nº 297, de 25-9-86
210/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Angélica, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 5.284,30 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 251, de 22-9-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
211/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itaquiraí, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 18.319,02 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 252, de 22-9-86
212/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aracati, Estado do Ceará, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados a 52.055,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 298, de 25-9-86
213/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Verde de Mato Grosso, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 3.074,96 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 253, de 22-9-86
214/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ilhéus, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados a 353.978,20 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 267, de 23-9-86
215/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Figueirópolis, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 12.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 303, de 25-9-86
216/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Arandu, Estado de São Paulo, contratar operação de crédito no valor correspondente em cruzados, a 23.610,93 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 247, de 19-9-86
217/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 190.193,56 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 254, de 22-9-86
218/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 354.600,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 268, de 23-9-86
219/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 941.109,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 280, de 24-9-86
220/86	Comissão de Economia	Autoriza o Departamento Municipal de Água e Esgoto de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 10.304.500,00 (dez milhões, trezentos e quatro mil e quinhentos cruzados).	Resolução nº 255, de 22-9-86
221/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Brilhante, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 21.958,46 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 274, de 23-9-86
222/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ilhéus, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 150.514,06 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 269, de 23-9-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
223/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 25.452,66 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 256, de 22-9-86
224/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Arapiraca, Estado de Alagoas, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 261.349,29 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 281, de 24-9-86
225/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Luciara, Estado do Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 34.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 257, de 22-9-86
226/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ponta Porã, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 159.637,90 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 272, de 23-9-86
227/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 26.719,12 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 258, de 22-9-86
228/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bonito, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 33.030,97 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 259, de 22-9-86
229/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mundo Novo, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 3.737,21 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 275, de 23-9-86
230/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Maranhão, a elevar em Cz\$ 72.872.615,20 (setenta e dois milhões, oitocentos e setenta e dois mil, seiscentos e quinze cruzados e vinte centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 282, de 24-9-86
231/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Colíder, Estado do Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 68.765,36 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 260, de 22-9-86
232/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Distrito Federal a contratar operação de crédito no valor correspondente a 15.301.599 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Altera a Resolução nº 3, de abril de 1986).	Resolução nº 264, de 22-9-86
233/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Acre a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 871.892,61 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 283, de 24-9-86
234/86	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Maranhão a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 40,800,000.00 (quarenta milhões e oitocentos mil dólares americanos).	Resolução nº 307, de 26-9-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
235/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 117.387,10 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 262, de 22-9-86
236/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cz\$ 276.852.800,00 (duzentos e setenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil e oitocentos cruzados) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 261, de 22-9-86
237/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rochedo, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 10.583,88 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 276, de 23-9-86
238/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Colíder, Estado do Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 29.839,49 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 284, de 24-9-86
239/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Teresina, Estado do Piauí, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 61.795,97 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 285, de 24-9-86
240/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Teresina, Estado do Piauí, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 112.102,54 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 308, de 26-9-86
241/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Maceió, Estado de Alagoas, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 450.371,13 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 263, de 22-9-86
242/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Teresina, Estado do Piauí, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 115.677,39 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 286, de 24-9-86
243/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Salvador, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 439.336,74 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 270, de 23-9-86
244/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Maceió, Estado de Alagoas, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 458.640,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 287, de 24-9-86
245/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 5.173,99 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 311, de 26-9-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
246/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 59.105,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 312, de 26-9-86
247/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campina Grande, Estado da Paraíba, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 62.932,70 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 301, de 25-9-86
248/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora da Glória, Estado de Sergipe, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 22.054,86 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 265, de 23-9-86
249/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 488.781,74 (quatrocentos e oitenta e oito mil, setecentos e oitenta e um cruzados e setenta e quatro centavos).	Resolução nº 288, de 24-9-86
250/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Salvador, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 347.004,20 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 271, de 23-9-86
251/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 161.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 313, de 26-9-86
252/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Valinhos, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 58.020,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 289, de 24-9-86
253/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Salvador, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 412.653,33 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 314, de 26-9-86
254/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Marabá, Estado do Pará, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 44.779,48 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 290, de 24-9-86
255/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 19.999,17 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 291, de 24-9-86
256/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 40.488,39 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 315, de 26-9-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
257/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campina Grande, Estado da Paraíba, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 78.137,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 302, de 25-9-86
258/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 117.236,53 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 309, de 26-9-86
259/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 9.777,69 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 299, de 25-9-86
260/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Goiás a contratar operação de crédito no valor de Cz\$. . . 438.261.174,40 (quatrocentos e trinta e oito milhões, duzentos e sessenta e um mil, cento e setenta e quatro cruzados e quarenta centavos).	Resolução nº 300, de 25-9-86
261/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Paulista, Estado de Pernambuco, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 68.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 305, de 25-9-86
262/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Morro do Pilar, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 25.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 306, de 25-9-86
263/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 9.511,49 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 316, de 26-9-86
264/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Miguel Aleixo, Estado de Sergipe, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 2.141,25 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 266, de 23-9-86
265/86	Comissão de Finanças	Altera a Resolução nº 140, de 28 de abril de 1983, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Claro, Estado de São Paulo, a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$. . . 10.000.000.00 (dez milhões de dólares americanos).	Resolução nº 293, de 24-9-86
266/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Goiás a contratar operação de crédito no valor de Cz\$. . . 276.906.106,40 (duzentos e setenta e seis milhões, novecentos e seis mil, cento e seis cruzados e quarenta centavos).	Resolução nº 292, de 24-9-86
267/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 10.089,63 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 294, de 24-9-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
268/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Praia Grande, Estado de Santa Catarina, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 38.454,27 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 317, de 26-9-86
269/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 13.283,06 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 318, de 26-9-86
270/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Juscimeira, Estado do Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 19.794,60 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 320, de 26-9-86
271/86	Comissão de Economia	Altera a Resolução nº 206, de 22 de agosto de 1986.	Resolução nº 310, de 26-9-86
272/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cotia, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 75.445,11 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 295, de 24-9-86
273/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 31.920.000,00 (trinta e um milhões, novecentos e vinte mil cruzados).	Resolução nº 319, de 26-9-86
274/86	Comissão de Legislação Social	Autoriza o Poder Executivo a conceder à Companhia Vale do Rio Doce — CVRD o direito real de uso resolúvel de uma gleba de terras do domínio da União, adjacente à província mineral de Carajás e localizada no município de Marabá, Estado do Pará, com área de 411.948,87 (quatrocentos e onze mil, novecentos e quarenta e oito hectares e oitenta e sete ares).	Resolução nº 331, de 5-12-86
275/86	Comissão de Legislação Social	Autoriza o Poder Executivo a alienar terras do domínio da União, destacadas da gleba Iriri, situada no Município de Colíder, Estado do Mato Grosso, para reassentamento de ex-ocupantes das Reservas Indígenas Pimentel Barbosa e Parabubure, na forma que indica.	Resolução nº 328, de 4-12-86
276/86	Comissão Diretora	Altera a Resolução nº 12, de 1985 e dá outras providências.	Resolução nº 344, de 5-12-86
277/86	Comissão Diretora	Altera a Resolução nº 21, de 1980, a fim de estender as suas vantagens a todos os servidores aposentados em cargo em comissão.	Arquivado (art. 376 do R.I.)
278/86	Comissão Diretora	Cria, no Senado Federal, o Centro de Formação em Administração Legislativa e dá outras providências.	Arquivado (art. 376 do R.I.)
279/86	Comissão Diretora	Dispõe sobre o abono de faltas não justificadas de servidores do Senado Federal.	Resolução nº 343, de 5-12-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
280/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 514.495,76 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 321, de 3-12-86
281/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Serra, Estado do Espírito Santo, a contratar operação de crédito no valor correspondente a Cz\$ 127.680.000,00 (cento e vinte e sete milhões, seiscentos e oitenta mil cruzados).	Resolução nº 322, de 3-12-86
282/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cz\$ 691.000.000,00 (seiscentos e noventa e um milhões de cruzados) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 323, de 5-12-86
283/86	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Paraná, a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 58.000.000,00 (cinquenta e oito milhões de dólares americanos) destinada ao Programa de Refinanciamento da Dívida Externa daquele Estado.	Resolução nº 326, de 4-12-86
284/86	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Mato Grosso, a realizar operação de crédito externo no valor de US\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de dólares americanos).	Resolução nº 325, de 4-12-86
285/86	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Ceará, a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 84.000.000,00 (oitenta e quatro milhões de dólares americanos).	Resolução nº 327, de 4-12-86
286/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 466.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 332, de 5-12-86
287/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Guarapuava, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 63.840.000,00 (sessenta e três milhões, oitocentos e quarenta mil cruzados).	Resolução nº 329, de 4-12-86
288/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul, a realizar operação de crédito no valor correspondente a Cz\$ 20.726.400,00 (vinte milhões, setecentos e vinte e seis mil e quatrocentos cruzados).	Resolução nº 330, de 5-12-86
289/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santo Amaro, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 95.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 345, de 5-12-86
290/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Paulista, Estado de Pernambuco, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 209.288,74 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 372, de 5-12-86
291/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em 2.000.000 Obrigações do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul — Tipo Reajustáveis — ORTE-RS.	Resolução nº 333, de 5-12-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
292/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Umuarama, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 53.418.758,40 (cinquenta e três milhões, quatrocentos e dezoito mil, setecentos e cinquenta e oito cruzados e quarenta centavos).	Resolução nº 335, de 5-12-86
293/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Gandu, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 21.611.285,00 (vinte e um milhões, seiscentos e onze mil, duzentos e oitenta e cinco cruzados).	Resolução nº 346, de 5-12-86
294/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a contratar junto ao BID — Banco Interamericano de Desenvolvimento, empréstimo externo no valor de US\$ 54,000,000.00 (cinquenta e quatro milhões de dólares norte-americanos).	Resolução nº 347, de 5-12-86
295/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 30.936.265,20 (trinta milhões, novecentos e trinta e seis mil, duzentos e sessenta e cinco cruzados e vinte centavos).	Resolução nº 399, de 5-12-86
296/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 151.970,89 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 348, de 5-12-86
297/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor de 181.905,49 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 350, de 5-12-86
298/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 197.133,02 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 371, de 5-12-86
299/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Frederico Westphalen, Estado do Rio Grande do Sul, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 6.688.955,42 (seis milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, novecentos e cinquenta e cinco cruzados e quarenta e dois centavos).	Resolução nº 351, de 5-12-86
300/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Canela, Estado do Rio Grande do Sul, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 6.881.915,00 (seis milhões, oitocentos e oitenta e um mil, novecentos e quinze cruzados).	Resolução nº 337, de 5-12-86
301/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 440.673,52 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 349, de 5-12-86
302/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Pará a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 450.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 352, de 5-12-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
303/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 154.570,25 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 353, de 5-12-86
304/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Formosa, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 92.817,01 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 354, de 5-12-86
305/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Jacobina, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 10.161.944,80 (dez milhões, cento e sessenta e um mil, novecentos e quarenta e quatro cruzados e oitenta centavos).	Resolução nº 334, de 5-12-86
306/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Iporá, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 2.123.990,75 (dois milhões, cento e vinte e três mil, novecentos e noventa cruzados e setenta e cinco centavos).	Resolução nº 368, de 5-12-86
307/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santo André, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 458.028,96 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 359, de 5-12-86
308/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Paulo Afonso, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 43.279,67 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 360, de 5-12-86
309/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Bárbara D'Oeste, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 91.840,61 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 338, de 5-12-86
310/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pilar de Goiás, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 424.471,53 (quatrocentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e setenta e um cruzados e cinquenta e três centavos).	Resolução nº 361, de 5-12-86
311/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Quirinópolis, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 74.254,89 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 339, de 5-12-86
312/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Jaguaquara, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 7.443.152,00 (sete milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, cento e cinquenta e dois cruzados).	Resolução nº 362, de 5-12-86
313/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Salvador, Estado da Bahia, a elevar em Cz\$ 97.751.749,72 (noventa e sete milhões, setecentos e cinquenta e um mil, setecentos e quarenta e nove cruzados e setenta e dois centavos).	Resolução nº 373, de 5-12-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
314/86	Comissão de Economia	Autoriza a Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul — SANESUL, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 400.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 382, de 5-12-86
315/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 29.956,28 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 363, de 5-12-86
316/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cláudio, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 110.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 340, de 5-12-86
317/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 219.233,20 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 355, de 5-12-86
318/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pojuca, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 298.800,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 341, de 5-12-86
319/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 170.987,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 356, de 5-12-86
320/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 432.911,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 357, de 5-12-86
321/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Sidrolândia, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 1.139.339,03 (um milhão, cento e trinta e nove mil, trezentos e trinta e nove cruzados e três centavos).	Resolução nº 388, de 5-12-86
322/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Maranhão a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 165.280,50 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 366, de 5-12-86
323/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Araçuaí, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 31.391,30 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 390, de 5-12-86
324/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 416.748,07 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 358, de 5-12-86
325/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 3.180.370.480,00 (três bilhões, cento e oitenta milhões, trezentos e setenta mil, quatrocentos e oitenta cruzados).	Resolução nº 389, de 5-12-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
326/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vitória, Estado do Espírito Santo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 460.835,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 395, de 5-12-86
327/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vitória, Estado do Espírito Santo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 464.984,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 398, de 5-12-86
328/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 32.448,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 393, de 5-12-86
329/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itabuna, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 199.624,06 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 336, de 5-12-86
330/86	Comissão de Finanças	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo, Estado de São Paulo, a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares americanos).	Resolução nº 381, de 5-12-86
331/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Inhumas, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 8.512.000,00 (oito milhões, quinhentos e doze mil cruzados).	Resolução nº 380, de 5-12-86
332/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 244.021,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 367, de 5-12-86
333/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Açú, Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 7.443.152,00 (sete milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, cento e cinquenta e dois cruzados).	Resolução nº 392, de 5-12-86
334/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Araçuaí, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 11.189,33 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 379, de 5-12-86
335/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cordislândia, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 16.205,28 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 342, de 5-12-86
336/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 139.625,29 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 374, de 5-12-86
337/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Fronteira, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 14.097,74 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 369, de 5-12-86

Nº	Autor	Ementa	Resultado
338/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 107.756,20 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 376, de 5-12-86
339/86	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Piauí a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 9,600,000.00 (nove milhões e seiscentos mil dólares americanos), destinada ao Programa de Refinanciamento da Dívida Externa daquele Estado.	Resolução nº 384, de 5-12-86
340/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Oeiras, Estado do Piauí, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 7.443,152,00 (sete milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, cento e cinquenta e dois cruzados).	Resolução nº 383, de 5-12-86
341/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 25.536.000,00 (vinte e cinco milhões, quinhentos e trinta e seis mil cruzados).	Resolução nº 397, de 5-12-86
342/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aracaju, Estado de Sergipe, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 418.812,09 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 364, de 5-12-86
343/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Cruz Cabralia, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 120.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 375, de 5-12-86
344/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 86.746,52 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 378, de 5-12-86
345/86	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cz\$ 148.026.020,80 (cento e quarenta e oito milhões, vinte e seis mil, vinte cruzados e oitenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 370, de 5-12-86
346/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 8.512.000,00 (oito milhões e quinhentos e doze mil cruzados).	Resolução nº 391, de 5-12-86
347/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Igarassu, Estado de Pernambuco, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 159.961,68 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 377, de 5-12-86
348/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ituverava, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 60.986,77 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 387, de 5-12-86

Nº	Autor	Ementa	Relatório
349/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 364.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 394, de 5-12-86
350/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aracaju, Estado de Sergipe, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 321.267 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 365, de 5-12-86
351/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Murici, Estado de Alagoas, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a ... 64.840,13 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 386, de 5-12-86
352/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cordislândia, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 10.427,84 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 396, de 5-12-86
353/86	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ituverava, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 56.646,26 — Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.	Resolução nº 385, de 5-12-86

c) SÚMULA

Eis os dados numéricos relativos aos Projetos de Resolução:

Total dos projetos	439
Sendo:	
oriundos de sessões legislativas anteriores	86
apresentados nesta sessão legislativa	353
Aprovados	393
Sendo:	
desta sessão legislativa	349
de sessões legislativas anteriores	44
Arquivados (art. 367 do R.I.)	46
Sendo:	
desta sessão legislativa	4
de sessões legislativas anteriores	42
Os Projetos de Resolução aprovados versaram sobre:	
empréstimos ou financiamentos externos	35
operações de crédito internas	343
suspensão de execução de dispositivos legais	4
assuntos da administração interna do Senado Federal	18
contas do Governo do Distrito Federal	1
uso e alienação de terras	2
alteração do Regimento Interno	22
alteração de resoluções do Senado	6
criação de CPI	5
estabelece competências para o Senado	2
susta processo de inquérito no STF	1

J.5.5 — REQUERIMENTOS

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Nº	Autor	Assunto	Resultado
717/83	Roberto Saturnino	Constituição de Comissão Especial Interna.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
842/83	Nelson Carneiro	Retirada de Projeto.	Aprovado
867/83	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
896/83	Eunice Michiles	Criação de Comissão Especial Mista.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
7/84	Álvaro Dias	Transcrição nos Anais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
53/84	Álvaro Dias	Transcrição nos Anais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
65/84	Henrique Santillo	Criação de Comissão Especial Interna.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
155/84	Jaison Barreto	Transcrição nos Anais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
161/84	Moacyr Duarte	Transcrição nos Anais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
164/84	Líder do PMDB	Transcrição nos Anais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
179/84	Moacyr Duarte	Transcrição nos Anais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
229/84	Severo Gomes	Criação de Comissão Especial Interna.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
331/84	Odacir Soares	Criação de Comissão Especial Interna.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
64/85	Milton Cabral	Transcrição nos Anais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
67/85	Fábio Lucena	Transcrição nos Anais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
175/85	Carlos Alberto	Convocação de Autoridade.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
341/85	Fábio Lucena	Transcrição nos Anais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
386/85	Jutahy Magalhães	Transcrição nos Anais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)

Nº	Autor	Assunto	Relatório
394/85	Itamar Franco	Transcrição nos Anais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
420/85	José Fragelli	Transcrição nos Anais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
423/85	Líder do PFL	Urgência (art. 371, c, do R.I.)	Arquivado (art. 367 do R.I.)
424/85	Nelson Carneiro	Criação de Comissão Especial Mista.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
425/85	Comissão de Legislação Social	Tramitação conjunta.	Aprovado
427/85	Murilo Badaró	Transcrição nos Anais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
432/85	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
461/85	Lomanto Júnior	Criação de Comissão Especial Mista.	Aprovado
464/85	Jutahy Magalhães	Inclusão de Projeto em Ordem do Dia.	Aprovado
465/85	Jutahy Magalhães	Inclusão de Projeto em Ordem do Dia.	Aprovado
468/85	Jutahy Magalhães	Inclusão de Projeto em Ordem do Dia.	Aprovado
471/85	Comissão de Constituição e Justiça	Tramitação conjunta de Projetos.	Aprovado



b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Autor	Assunto	Resultado
1	Nelson Carneiro	Homenagem de pesar.	Aprovado
2	Helvídio Nunes	Adiamento de discussão.	Aprovado
3	Líderes PMDB e PFL	Urgência (art. 371, c, do R.I.)	Aprovado
4	Fábio Lucena	Transcrição nos Anais.	Aprovado
5	Humberto Lucena	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
6	Humberto Lucena	Adiamento de discussão.	Aprovado
7	Gabriel Hermes	Destinação do Expediente.	Aprovado
8	Roberto Campos	Inversão da Ordem do Dia.	Prejudicado
9	Comissão de Constituição e Justiça	Tramitação conjunta de Projetos.	Aprovado
10	Comissão de Constituição e Justiça	Tramitação conjunta de Projetos.	Aprovado
11	Comissão de Constituição e Justiça	Tramitação conjunta de Projetos.	Aprovado
12	Comissão de Constituição e Justiça	Tramitação conjunta de Projetos.	Aprovado
13	Roberto Campos	Inversão da Ordem do Dia.	Prejudicado
14	Murilo Badaró	Destinação do Expediente.	Aprovado
15	Comissão de Constituição e Justiça	Tramitação conjunta de Projetos.	Aprovado
16	Jorge Kalume	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
17	Roberto Campos	Inversão da Ordem do Dia.	Prejudicado
18	Jorge Kalume	Informações.	Deferido
19	Roberto Campos	Inversão da Ordem do Dia.	Prejudicado
20	Itamar Franco	Transcrição nos Anais.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
21	Jutahy Magalhães	Informações.	Deferido
22	Martins Filho	Transcrição nos Anais.	Aprovado
23	Roberto Campos	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
24	Nelson Carneiro e outros	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
25	Jamil Haddad	Informações.	Deferido
26	Líderes PMDB, PDS e PFL	Dispensa de interstício.	Aprovado
27	Líderes PMDB, PDS e PFL	Dispensa de interstício.	Aprovado
28	Líderes PMDB, PDS e PFL	Dispensa de interstício.	Aprovado
29	Alfredo Campos	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
30	Alexandre Costa	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
31	Alfredo Campos	Adiamento de votação.	Aprovado
32	Alfredo Campos	Adiamento de votação.	Considerado inexistente
33	Líderes PMDB, PDS, PFL e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
34	Alfredo Campos	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
35	Líderes PMDB, PDS, PFL, PSB e PTB	Não realização de sessão.	Aprovado
36	Milton Cabral	Transcrição nos Anais.	Aprovado
37	Alfredo Campos	Adiamento de votação.	Aprovado
38	Carlos Chiarelli e outros	Homenagem de pesar.	Aprovado
39	Odacir Soares	Transcrição nos Anais.	Aprovado
40	Murilo Badaró	Adiamento de discussão.	Rejeitado
41	Alfredo Campos	Adiamento de discussão.	Aprovado
42	Helvídio Nunes	Informações.	Deferido
43	Murilo Badaró	Adiamento de votação.	Rejeitado
44	Jorge Kalume	Adiamento de votação.	Aprovado
45	Alberto Silva	Tramitação conjunta de projetos.	Aprovado
46	Enéas Faria	Inclusão de projeto em Ordem do Dia.	Aprovado
47	Benedito Ferreira	Adiamento de discussão.	Rejeitado
48	Nelson Carneiro	Adiamento para reexame de Comissão.	Rejeitado
49	Líderes PMDB, PDS, PFL e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
50	Líderes PMDB, PFL, PDT, PTB e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
51	Comissão de Constituição e Justiça	Tramitação conjunta de projetos.	Aprovado
52	Hélio Gueiros	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
53	Alfredo Campos	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado ¹¹⁷
54	Alfredo Campos	Adiamento de discussão.	Aprovado
55	Alfredo Campos	Adiamento de discussão.	Aprovado
56	Jorge Kalume	Dispensa de interstício.	Aprovado
57	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais.	Aprovado
58	Líderes PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
59	Jamil Haddad	Convocação de Ministro de Estado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
60	Jorge Kalume	Adiamento de discussão.	Aprovado
61	Jorge Kalume	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
62	Severo Gomes	Informações.	Deferido
63	Milton Cabral e outros	Destinação do Expediente.	Aprovado
64	Jorge Kalume	Informações.	Deferido
65	Líderes PMDB, PDS, PFL, PDT e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
66	Nivaldo Machado	Transcrição nos Anais.	Aprovado
67	Comissão de Constituição e Justiça	Tramitação conjunta de projetos.	Aprovado
68	Gabriel Hermes	Convocação de Ministro de Estado.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
69	Alfredo Campos	Adiamento de discussão.	Aprovado
70	Alfredo Campos	Adiamento de discussão.	Aprovado
71	Alfredo Campos	Adiamento de discussão.	Aprovado
72	Jamil Haddad	Informações.	Deferido
73	Fábio Lucena	Transcrição nos Anais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
74	Nelson Caneiro	Informações.	Deferido
75	Líderes PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
76	Comissão de Legislação Social	Tramitação conjunta de projetos.	Aprovado
77	Luiz Viana	Autorização para aceitar missão do Executivo.	Aprovado
78	Luiz Cavalcante	Autorização para aceitar missão do Executivo.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
79	Alfredo Campos	Autorização para aceitar missão do Executivo.	Aprovado
80	Altevir Leal	Adiamento de votação.	Aprovado
81	César Cals	Adiamento de discussão.	Aprovado
82	César Cals	Adiamento de discussão.	Aprovado
83	Líderes PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
84	Líderes PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Prejudicado
85	Alberto Silva	Tramitação conjunta de projetos.	Aprovado
86	Marcondes Gadelha	Criação de Comissão Especial.	Aprovado
87	Hélio Gueiros	Destaque.	Aprovado
88	Líderes PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
89	Líderes PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
90	Jorge Kalume	Destaque.	Aprovado
91	Marcondes Gadelha e outros	Homenagem de pesar.	Aprovado
92	Nelson Carneiro	Informações.	Aprovado
93	João Lobo	Adiamento de discussão.	Aprovado
94	Comissão de Legislação Social	Tramitação conjunta de projetos.	Aprovado
95	Lenoir Vargas	Inclusão de projeto em Ordem do Dia.	Aprovado
96	José Fragelli e outros	Homenagem de pesar.	Aprovado
97	Nelson Carneiro	Inclusão de projeto em Ordem do Dia.	Aprovado
98	Jutahy Magalhães	Tramitação conjunta de projetos.	Aprovado
99	Alfredo Campos	Adiamento de discussão.	Aprovado
100	José Lins	Retirada de emenda.	Aprovado
101	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Prejudicado
102	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
103	Líderes do PMDB, PDS, PFL, PSB e PDT	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Prejudicado
104	Líderes do PMDB, PDS, PFL, PSB e PDT	Não realização de sessão.	Aprovado
105	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
106	Comissão de Constituição e Justiça	Tramitação conjunta de projetos	Aprovado
107	Moacyr Duarte e outros	Realização de Sessão Especial	Aprovado
108	Líderes do PMDB, PDS, PFL e PSB	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
109	Líderes do PMDB e PFL	Urgência (art. 371, c , do R.I.)	Aprovado
110	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
111	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
112	Rubens Costa	Licença para tratar de interesses particulares	Prejudicado
113	Moacyr Duarte	Audiência de Comissão	Aprovado (*)
114	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
115	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
116	Passos Pôrto	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
117	Líderes do PMDB, PFL, PSB e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
118	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Votação em globo de emendas	Aprovado
119	Jamil Haddad	Destaque	Rejeitado
120	Jamil Haddad	Destaque	Rejeitado
121	Jamil Haddad	Destaque	Rejeitado
122	Jamil Haddad	Destaque	Rejeitado
123	Jamil Haddad	Destaque	Aprovado
124	Jamil Haddad	Destaque	Retirado pelo autor
125	Jamil Haddad	Destaque	Retirado pelo autor
126	Jamil Haddad	Destaque	Retirado pelo autor
127	Jamil Haddad	Destaque	Retirado pelo autor
128	Jamil Haddad	Destaque	Retirado pelo autor
129	Jamil Haddad	Retirada de requerimento	Deferido
130	Odacir Soares	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367, do R.I.)
131	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
132	Líderes do PFL, PMDB e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
133	Odacir Soares	Adiamento de discussão	Aprovado
134	Líderes do PMDB, PFL, PDS, PSB e PL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
135	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
136	Líderes do PSB, PMDB, PDS e PFL	Não realização de Sessão	Aprovado

(*) Arquivado por ter perdido o objetivo, em virtude da renúncia do Senador Rubens Costa.

Nº	Autor	Assunto	Resultado
137	Nelson Carneiro	Retirada de Projeto	Aprovado
138	Líderes do PDS e do PFL	Não realização de Sessão	Aprovado
139	Líderes do PMDB, PFL, PSB e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
140	Líderes do PMDB, PSB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
141	Líderes do PMDB, PDS, PFL e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
142	Líderes do PFL, PMDB, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
143	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Prejudicado
144	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Prejudicado
145	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
146	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
147	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
148	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
149	Líderes do PMDB e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
150	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
151	Alfredo Campos	Dispensa de interstício	Aprovado
152	Helvídio Nunes (*)	Prorrogação de prazo de CPI	Aprovado
153	Jorge Kalume	Prorrogação de prazo de CPI	Aprovado
154	Eunice Michiles	Prorrogação de prazo de CPI	Aprovado
155	Líderes do PDS, PMDB, PFL e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Prejudicado
156	Líderes do PDS, PMDB, PSB e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Prejudicado
157	Líderes do PMDB, PDS, PFL e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Prejudicado
158	Líderes do PDS, PMDB, PFL e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Prejudicado
159	Marcondes Gadelha	Licença para tratar de interesses particulares	Aprovado
160	Cid Sampaio	Criação de Comissão Especial Especial	Aprovado
161	Jamil Haddad	Prorrogação de prazo de Comissão Especial	Aprovado 479
162	Martins Filho	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
163	Líderes do PDS, PMDB, PSB e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Prejudicado
164	Líderes do PMDB, PDS, PFL e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Prejudicado
165	Roberto Campos e outros	Destinação do Expediente	Aprovado

(*) Declarado insubsistente na sessão ordinária de 24 de junho.

Nº	Autor	Assunto	Resultado
166	Líderes do PDS, PMDB, PSB e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
167	Líderes do PMDB, PDS, PFL e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
168	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Prejudicado
169	Octávio Cardoso	Destaque	Rejeitado
170	Líderes do PMDB, PFL, PDS, PSB e PDT	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
171	Líderes do PMDB, PDS, PFL e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
172	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
173	Líderes do PDS, PFL, PSB e PDT	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Prejudicado
174	Jorge Kalume	Dispensa de interstício	Aprovado
175	João Lobo	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
176	Líderes do PDS, PFL, PSB e PDT	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
177	Líderes do PMDB, PDS, PSB e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
178	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
179	Líderes do PMDB, PDS, PFL e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
180	João Lobo	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
181	Líderes do PMDB, PDS, PSB e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Prejudicado
182	Líderes do PDS, PMDB, PSB e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Prejudicado
183	Líderes do PMDB, PFL e PDT	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
184	Líderes do PDS, PMDB, PSB e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
185	Lomanto Júnior	Licença para tratar de interesses particulares	Aprovado
186	Líderes do PMDB, PDS, PFL e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
187	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
188	Mário Maia	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
189	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
190	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
191	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PDT	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
192	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PDT	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
193	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
194	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
195	Nivaldo Machado	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
196	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Prejudicado
197	Benedito Ferreira	Adiamento de votação	Aprovado
198	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
199	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
200	Líderes do PMDB e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
201	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
202	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
203	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
204	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
205	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
206	Nelson Carneiro	Dispensa de interstício	Aprovado
207	Nelson Carneiro	Dispensa de interstício	Aprovado
208	Líderes do PMDB, PDS, PFL e PSB	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
209	Líderes do PMDB, PDS, PFL e PSB	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado 6/5
210	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
211	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
212	Helvídio Nunes	Informações	Aprovado
213	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
214	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
215	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
216	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
217	Octávio Cardoso	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
218	Octávio Cardoso	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
219	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
220	Líderes do PMDB, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
221	João Lobo	Dispensa de interstício	Aprovado
222	João Lobo	Dispensa de interstício	Aprovado
223	Líderes do PMDB, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
224	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
225	Severo Gomes	Adiamento de discussão	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
226	Severo Gomes	Adiamento de discussão	Aprovado
227	Presidente de Comissão Especial de Código	Prorrogação de prazo para apresentação de emendas.	Aprovado
228	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
229	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
230	Benedito Ferreira	Adiamento de votação	Aprovado
231	Alfredo Campos	Adiamento de votação	Aprovado
232	Carlos Chiarelli	Adiamento de votação	Aprovado
233	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
234	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
235	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
236	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
237	Líderes do PMDB, PFL, PDT, PTB e PDS	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
238	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
239	Líderes do PMDB e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
240	Líderes do PMDB e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
241	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
242	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
243	Líderes do PMDB e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
244	Líderes do PMDB e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Rejeitado
245	Carlos Chiarelli	Adiamento de discussão	Aprovado
246	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
247	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
248	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
249	Líderes do PMDB e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
250	Gastão Müller	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
251	Gastão Müller	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
252	Gastão Müller	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
253	Gastão Müller	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
254	Gastão Müller	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
255	Gastão Müller	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
256	Gastão Müller	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
257	Gastão Müller	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
258	Gastão Müller	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
259	Gastão Müller	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
260	Líderes do PMDB, PFL e PTB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado 50
261	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PTB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
262	Benedito Ferreira	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
263	Gastão Müller	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
264	Benedito Ferreira	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
265	Octávio Cardoso e outros	Homenagem de pesar.	Aprovado
266	Jamil Haddad	Convocação de Ministro de Estado	Aprovado
267	Lourival Baptista	Destinação do Expediente.	Aprovado
268	Roberto Campos	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
269	João Calmon	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado
270	Cid Sampaio	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado
271	Comissão de Legislação Social	Tramitação conjunta de projetos.	Aprovado
272	Jamil Haddad	Transcrição nos Anais.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
273	Odacir Soares	Adiamento de votação.	Aprovado
274	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
275	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
276	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
277	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
278	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
279	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
280	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
281	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
282	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
283	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
284	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
285	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
286	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
287	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
288	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
289	Lídeers do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
290	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
291	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
292	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
293	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
294	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
295	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
296	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
297	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
298	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
299	Líderes do PMDB, PDS, PFL e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Prejudicado
300	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Prejudicado
301	Líderes do PMDB, PDS, PFL e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
302	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
303	Alaor Coutinho e Jamil Haddad	Convocação de Ministro de Estado	Aprovado
304	Alaor Coutinho e Jamil Haddad	Convocação de Ministro de Estado	Aprovado
305	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
306	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
307	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
308	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
309	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
310	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
311	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
312	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
313	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
314	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
315	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
316	Líderes do PMDB, PDS, PFL e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
317	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
318	Líderes do PMDB, PFL e PL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
319	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
320	Líderes do PMDB, PDS, PFL e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
321	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
322	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
323	Alexandre Costa e Maurício Leite	Adiamento de discussão	Aprovado
324	Líderes do PSB, PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
325	Líderes do PFL, PMDB e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
326	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
327	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
328	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
329	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
330	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
331	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
332	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
333	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
334	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
335	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
336	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
337	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
338	Líderes do PFL, PSB, PDS e PMDB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
339	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
340	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
341	Líderes do PMDB, PFL, PDS, PSB e PDT	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
342	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
343	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
344	Líderes do PFL, PDS e PMDB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
345	Líderes do PMDB, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
346	Líderes do PMDB, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
347	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
348	Líderes do PMDB, PDS, PSB e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
349	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
350	Líderes do PMDB, PDS, PSB e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
351	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
352	Líderes do PDS, PFL e PMDB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
353	Líderes do PMDB, PFL, PSB e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
354	Líderes do PMDB, PFL, PSB e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
355	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
356	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
357	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
358	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
359	Líderes do PMDB, PFL, PSB e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
360	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
361	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
362	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
363	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
364	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
365	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
366	Líderes do PMDB, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
367	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
368	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
369	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
370	Líderes do PMDB, PDS, PSB e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
371	Líderes do PMDB, PFL, PSB e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
372	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
373	Líderes do PMDB, PFL, PSB e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
374	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
375	Líderes do PMDB, PDS, PFL e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
376	Líderes do PMDB, PDS, PSB e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
377	Enéas Faria	Informações	Retirado pelo autor
378	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
379	Líderes do PMDB, PDS, PFL e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
380	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
381	Líderes do PMDB, PSB, PFL e PDT	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Prejudicado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
382	Enéas Faria	Informações	Aprovado
383	Enéas Faria	Constituição de Comissão Especial Externa.	Arquivado (art. 367 do R.I.)
384	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
385	José Lins	Licença para tratar de interesses particulares	Deferido (art. 47, § 2º do R.I.)
386	Lourival Baptista e outros	Destinação do expediente	Deferido
387	Enéas Faria	Retirada de requerimento	Deferido
388	Virgílio Távora	Licença para tratar de interesses particulares	Deferido (art. 47, § 2º, do R.I.)
389	Albano Franco	Autorização para aceitar missão do Executivo	Deferido (art. 45 do R.I.)
390	Itamar Franco	Licença para tratar de interesses particulares	Deferido (art. 47, § 2º, do R.I.)
391	Nelson Carneiro	Retirada de Projeto	Aprovado
392	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
393	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
394	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Extinção de urgência	Aprovado
395	Carlos Chiarelli	Adiamento de votação	Aprovado
396	Alfredo Campos	Adiamento de votação	Aprovado
397	Hélio Gueiros	Adiamento de votação	Aprovado
398	Líderes do PDS, PFL e PMDB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
399	Líderes do PDS, PFL e PMDB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
400	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
401	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
402	Líderes do PDS, PFL e PMDB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
403	Líderes do PDS, PFL e PMDB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
404	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
405	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
406	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
407	Líderes do PDS, PFL e PMDB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
408	Líderes do PFL, PMDB e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
409	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
410	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
411	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
412	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
413	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Relatório
414	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
415	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
416	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
417	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
418	Roberto Campos	Prorrogação de licença	Aprovado
419	Nivaldo Machado	Adiamento de discussão	Aprovado
420	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
421	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
422	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
423	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
424	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
425	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
426	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
427	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
428	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
429	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
430	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
431	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
432	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
433	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
434	Líderes do PDS, PFL e PMDB	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
435	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
436	Líderes do PDS, PFL e PMDB	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
437	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
438	Líderes do PDS, PFL e PMDB	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
439	Líderes do PDS, PMDB e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
440	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
441	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
442	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
443	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
444	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
445	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
446	Líderes do PFL, PMDB e PDS	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
447	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
448	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
449	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
450	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
451	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado
452	Líderes do PDS, PMDB, PSB e PFL	Urgência (art. 371, b , do R.I.)	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Relatório
453	Líderes do PDS, PFL e PMDB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
454	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
455	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
456	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
457	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
458	Hélio Gueiros	Adiamento de discussão	Aprovado
459	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
460	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
461	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
462	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
463	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
464	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
465	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
466	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
467	Moacyr Duarte	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado
468	José Ignácio Ferreira	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado
469	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
470	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
471	Líderes do PMDB, PFL, PSB e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
472	Líderes do PDS, PMDB e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
473	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
474	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
475	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
476	Líderes do PFL, PDS e PMDB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
477	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
478	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
479	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
480	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
481	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
482	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
483	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
484	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
485	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
486	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
487	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
488	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
489	Hélio Gueiros	Dispensa de interstício	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Relatório
490	Hélio Gueiros	Dispensa de interstício	Aprovado
491	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
492	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
493	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
494	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
495	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
496	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
497	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
498	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
499	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
500	Líderes do PMDB, PFL e PL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
501	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
502	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
503	João Lobo	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado
504	Murilo Badaró	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado
505	Nivaldo Machado	Autorização para aceitar missão do Executivo	Aprovado
506	Lourival Baptista	Não realização de sessão	Aprovado
507	Lourival Baptista	Prorrogação de prazo de Comissão Especial	Deferido
508	Nivaldo Machado	Reexame de Comissão	Rejeitado
509	Murilo Badaró	Retirada de Projeto	Aprovado
510	Passos Pôrto	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
511	Passos Pôrto	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
512	Líderes do PFL, PDS e PMDB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Prejudicado
513	Líderes do PFL, PDS e PMDB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Prejudicado
514	Líderes do PFL, PDS e PMDB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
515	Líderes do PFL, PDS e PMDB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Prejudicado
516	Odacir Soares	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
517	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
518	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
519	Líderes do PMDB, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
520	Jorge Kalume	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
521	Jorge Kalume	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
522	Carlos Chiarelli	Prorrogação de prazo de Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
523	Carlos Chiarelli	Prorrogação de prazo de Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI	Aprovado
524	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
525	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
526	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
527	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Prejudicado
528	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
529	Líderes do PFL, PDS e PMDB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
530	Líderes do PMDB, PDT, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
531	Líderes do PFL, PMDB e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
532	Líderes do PFL, PMDB e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
533	Líderes do PFL, PMDB e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
534	Líderes do PMDB, PFL, PSB e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
535	Líderes do PMDB, PFL, PSB e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
536	Líderes do PMDB, PFL, PSB e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
537	Líderes do PMDB, PDS, PSB e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
538	Saldanha Derzi	Informações	Deferido
539	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
540	Líderes do PDS, PFL e PMDB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
541	Octávio Cardoso	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
542	Líderes do PDS, PMDB e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
543	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
544	Nelson Carneiro	Homenagem de pesar	Aprovado
545	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
546	Líderes do PFL, PDS e PMDB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
547	Jorge Kalume	Dispensa de interstício	Aprovado
548	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
549	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
550	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
551	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
552	Nelson Carneiro	Dispensa de interstício	Aprovado
553	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
554	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
555	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
556	Líderes do PDS, PMDB, PL e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
557	Marcondes Gadelha	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
558	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
559	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
560	Benedito Ferreira	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
561	Benedito Ferreira	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
562	Líderes do PFL, PMDB, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
563	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
564	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
565	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
566	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
567	Líderes do PFL, PMDB, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
568	Jorge Kalume	Dispensa de publicação de redação final	Aprovado
569	Líderes do PMDB, PDT, PL PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
570	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
571	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
572	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
573	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
574	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
575	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
576	Líderes do PDS, PFL e PMDB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
577	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
578	Líderes do PFL, PMDB e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
579	Líderes do PFL, PMDB e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
580	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
581	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
582	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
583	Líderes do PFL, PMDB e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
584	Líderes do PDS, PMDB e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
585	Líderes do PDS, PMDB e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
586	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
587	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
588	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
589	Líderes do PDS, PMDB e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
590	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
591	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
592	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
593	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
594	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
595	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
596	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
597	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
598	Líderes do PFL, PMDB e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
599	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Arquivado (art. 367 do R.I.)
600	Líderes do PMDB, PFL, PDS e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
601	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
602	Líderes do PFL, PMDB e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
603	Líderes do PFL, PMDB e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
604	Líderes do PFL, PMDB e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
605	Líderes do PDS, PMDB e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
606	Líderes do PSB, PMDB e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
607	Líderes do PDS, PMDB e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
608	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
609	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
610	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
611	Líderes do PFL, PMDB e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
612	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
613	Líderes do PFL, PMDB e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
614	Líderes do PDS, PMDB, PFL e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
615	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
616	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
617	Líderes do PMDB, PDS, PFL e PSB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
618	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
619	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
620	Alfredo Campos	Dispensa de publicação de Redação Final	Aprovado
621	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
622	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
623	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
624	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
625	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado

Nº	Autor	Ementa	Resultado
626	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
627	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
628	Líderes do PFL, PMDB e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
629	Líderes do PMDB, PDS, PFL e PTB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
630	Líderes do PDS, PMDB e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
631	Líderes do PFL, PDS e PMDB	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
632	Líderes do PFL, PMDB e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
633	Benedito Ferreira	Adiamento de discussão	Aprovado
634	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
635	Líderes do PFL, PMDB e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
636	Líderes do PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
637	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
638	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
639	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
640	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
641	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
642	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
643	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
644	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Extinção de urgência	Aprovado
645	Líderes do PFL, PMDB e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
646	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
647	Alfredo Campos	Adiamento de discussão	Aprovado
648	Líderes do PDS, PMDB, PL e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
649	Líderes do PMDB, PDS, PFL e PL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
650	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
651	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
652	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
653	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
654	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
655	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
656	Líderes do PMDB, PDS e PFL	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado
657	Líderes do PMDB, PFL e PDS	Urgência (art. 371, b, do R.I.)	Aprovado



c) SÚMULA

Requerimentos apresentados nesta sessão legislativa:

Adiamento de Discussão	24
Adiamento de Votação	14
Audiência de Comissão	1
Autorização para aceitar missão do Executivo	11
Convocação de Ministro de Estado	5
Criação de Comissão Especial Externa	1
Criação de Comissão Especial Interna	2
Destaque	13
Destinação do Expediente	6
Dispensa de Interstício	14
Dispensa de publicação de redação final	37
Extinção de urgência	2
Homenagem de pesar	6
Inclusão de projeto em Ordem do Dia	3
Informações	13
Inversão da Ordem do Dia	9
Licença para tratamento de saúde	1
Licença para tratar de interesses particulares	6
Não realização de Sessão	5
Prorrogação de prazo de Comissão Especial	2
Prorrogação de prazo de Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI	5
Prorrogação de prazo para apresentação de emendas	1
Prorrogação de licença	1
Realização de Sessão Especial	1
Reexame de Comissão	2
Retirada de Emenda	1
Retirada de Projeto	3
Retirada de Requerimento	2
Tramitação conjunta de Projetos	14
Transcrição nos Anais	13
Urgência	438
Votação em globo de emendas	1
Total	657

Requerimentos apresentados, em sessões legislativas anteriores:

Convocação de Ministro de Estado	1
Criação de Comissão Especial Interna	4
Criação de Comissão Especial Mista	3
Inclusão de Projeto em Ordem do Dia	3
Retirada de Projeto	1
Tramitação conjunta de projetos	2
Transcrição nos Anais	15
Urgência	1
Total	30

J.5.6 — MATÉRIA VETADA

De acordo com o disposto no item V do art. 42, combinado com o § 1º do art. 17 da Constituição, cabe ao Senado Federal legislar para o Distrito Federal, sendo, ainda, da competência privativa do Senado, segundo o disposto no § 7º do art. 59 da Lei Maior, a apreciação de veto aposto aos projetos de lei que versem matéria especificada no citado § 1º do art. 17.

Na presente sessão legislativa, o Presidente da República, através da Mensagem nº 80, de 1986 (nº 85/86, na origem), comunicou à Casa haver vetado parcialmente o Projeto de Lei do Senado nº 235, de 1985-DF, que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências.

A parte do Projeto sancionada deu origem à Lei nº 7.457, de 9 de abril de 1986.

Lida na sessão ordinária do dia 10 de abril, a Mensagem foi encaminhada à Comissão do Distrito Federal a fim de relatar o veto, nos termos do disposto no item II do art. 105 do Regimento Interno.

Oferecido o Relatório, que tomou o nº 1, de 1986, publicado no **Diário do Congresso Nacional** (seção II) de 29 de abril, o veto, conforme comunicação da Presidência, proferida na sessão ordinária do dia 28 de maio, foi considerado mantido nos termos do disposto no § 4º do art. 59 da Constituição Federal.

Através da Mensagem nº 253, de 1986 (nº 312/86, na origem), o Presidente da República comunicou, ainda, ao Senado ter vetado totalmente o Projeto de Lei do Senado nº 134, de 1986, de autoria do Senador Odacir Soares, que assegura o aproveitamento de professores requisitados nos Quadros Estatutário e Celetista da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Lida na sessão ordinária do dia 4 de agosto, a Mensagem foi encaminhada à Comissão do Distrito Federal a fim de relatar o veto.

Na Sessão ordinária do dia 17 de setembro a Presidência comunicou ao Plenário ter sido o veto mantido por decurso de prazo, nos termos do disposto no § 4º do art. 59 da Constituição Federal.

J.5.7 — ESCOLHA DE AUTORIDADES

O Senado teve o ensejo de se manifestar sobre nomes escolhidos pelo Presidente da República para cargos cujo provimento depende da prévia aquiescência desta Casa.

Os nomes foram submetidos ao Senado através das Mensagens abaixo relacionadas.

a) Mensagens recebidas na sessão legislativa anterior

Mensagem nº SF	PR	Nome	Cargo
259/85	541/85	Sérgio de Queiróz Duarte	Embaixador do Brasil junto à República da Nicarágua.
262/85	544/85	Ayrton Gonzales Gil Dieguez	Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.
263/85	545/85	Jorge de Sá Almeida	Embaixador do Brasil Junto ao Reino da Arábia Saudita.
275/85	567/85	Jorge Ronaldo de Lemos Barbosa	Embaixador do Brasil junto à República do Zaire.
297/85	598/85	Antônio Sabino Cantuária Guimarães	Embaixador do Brasil junto à República Socialista da Romênia.

b) Mensagens recebidas nesta sessão legislativa

Mensagem nº SF	PR	Nome	Cargo
36/86	1/86	Hélio Antônio Scarabotolo	Embaixador do Brasil junto à República do Iraque.
37/86	2/86	André Guimarães	Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia.
38/86	3/86	Guy Mendes Pinheiro de Vasconcelos	Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau.
39/86	4/86	Luiz Fernando do Couto Nazareth	Embaixador do Brasil junto à República Popular de Moçambique.
40/86	5/86	Ramiro Elysis Saraiva Guerreiro	Embaixador do Brasil junto à República Popular Socialista da Albânia. (Função cumulativa)

Mensagem nº SF	PR	Nome	Cargo
41/86	19/86	Carlos Alberto Pereira Pinto	Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia.
62/86	36/86	Aldo da Silva Fagundes	Ministro do Superior Tribunal Militar.
66/86	65/86	Carlos dos Santos Veras	Embaixador do Brasil na Jamaica.
73/86	71/86	Célio de Oliveira Borja	Ministro do Supremo Tribunal Federal.
79/86	82/86	Paulo Dyrceu Pinheiro	Embaixador do Brasil junto à República Democrática de São Tomé e Príncipe. (Função cumulativa).
91/86	98/86	Affonso Arinos de Mello Franco	Embaixador do Brasil junto à Ordem Soberana e Militar de Malta. (Função cumulativa).
157/86	206/86	Ivan Velloso da Silveira Batalha	Embaixador do Brasil junto à República do Sudão. (Função cumulativa).
206/86	276/86	Geraldo Andrade Fonteles	Ministro do Tribunal Federal de Recurso.
214/86	296/86	Carlos Alberto Pereira Pinto	Embaixador do Brasil em Brunei. (Função cumulativa).
255/86	377/86	Francisco de Assis Grieco	Embaixador do Brasil junto à República da Irlanda. (Função cumulativa).
256/86	380/86	Italo Zappa	Embaixador do Brasil junto à República de Cuba.
257/86	381/86	Victor José Silveira	Embaixador do Brasil junto à República da Turquia.
259/86	390/86	Paulo da Costa Franco	Embaixador do Brasil junto à República Popular da China.
270/86	401/86	Orlando Soares Carbonar	Embaixador do Brasil junto à República do Paraguai.
306/86	438/86	Aderbal Costa	Embaixador do Brasil junto à República Cooperativa da Guiana.
357/86	511/86	Luiz Felipe De La Torre Benitez Teixeira Soares	Embaixador do Brasil junto à República do Quênia.
366/86	528/86	Carlos Alberto Leite Barbosa	Embaixador do Brasil junto à República Italiana.
367/86	529/86	Bernardo de Azevedo Brito	Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue.
368/86	530/86	Celso Antônio de Souza e Silva	Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.
384/86	549/86	Oscar Soto Lorenzo Fernandez	Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha.

Mensagem nº SF	PR	Nome	Órgãos
453/86	632/86	Jorge Pires do Rio	Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia.
454/86	633/86	Octávio Rainho da Silva Neves	Embaixador do Brasil junto à República da Índia.
455/86	634/86	Carlos Eduardo de Affonseca Alves de Souza	Embaixador do Brasil junto à República Socialista da Tchecoslováquia.
457/86	637/86	Marcílio Marques Moreira	Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América.
459/86	640/86	João Tabajara de Oliveira	Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.
463/86	647/86	Jorge Ronaldo de Lemos Barbosa	Embaixador do Brasil junto à República Ruandesa (função cumulativa).
465/86	650/86	Tenente-Brigadeiro-do-Ar Jorge José de Carvalho	Ministro do Superior Tribunal Militar.
467/86	664/86	Tarcísio Marciano da Rocha	Embaixador do Brasil junto à República de Malta. (Função cumulativa).
468/86	671/86	Laura Maria Malcher de Macedo	Embaixadora do Brasil junto à República de Cabo Verde.
469/86	672/86	Geraldo Egídio da Costa Holanda Cavalcanti	Embaixador do Brasil junto às Comunidades Europeias.
470/86	673/86	Rodrigo Amaro de Azeredo Coutinho	Embaixador do Brasil junto à República Togolesa.
471/86	674/86	Ney Moraes de Mello Mattos	Embaixador do Brasil junto à República Árabe da Síria.
473/86	679/86	Paulo Monteiro Lima	Embaixador do Brasil junto à República do Panamá.
474/86	681/86	Murillo Gurgel Valente	Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega.
475/86	682/86	Carlos Antônio Bettencourt Bueno	Embaixador do Brasil no Japão.
477/86	716/86	José Luiz Barbosa Ramalho Clerot	Ministro do Superior Tribunal Militar.
508/86	726/86	João Américo de Souza	Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.
509/86	727/86	Amaury Banhos Porto de Oliveira	Embaixador do Brasil junto à República de Cingapura.
510/86	729/86	Ronald Leslie Moraes Small	Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã.

L — O SENADO FEDERAL EM SUAS RELAÇÕES COM OUTROS ÓRGÃOS

L.1 — ELEMENTOS DE LIGAÇÃO

Atuaram como elementos de ligação junto ao Senado Federal:

Órgãos	Assessores
Presidência da República	Dr. Henrique Eduardo Ferreira Hargreaves
Ministério da Aeronáutica	Cel. Aviador Francisco Florêncio de Assis
Ministério do Exército	Cel. Carlos Alfredo Pellegrino (*) Cel. Werlon Coaracy de Roure Cel. Athayde Marcondes Ubiratan Cel. Cyro Leonardo de Albuquerque Cel. Edson de Oliveira Goulart Cel. Gilberto Barbosa de Figueiredo
Ministério da Marinha	Cap.-Mar-e-Guerra Luiz Paulo Aguiar Reguffe
Ministério da Administração	Dr. José Wild de Oliveira Cabral
Ministério de Ciência e Tecnologia	Dr. Arthur Pinto de Araújo Corrêa
Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	Dr. Ives Moretti Pacheco
Ministério da Educação	Dr. João Paulo Machado Peixoto
Ministério da Fazenda	Dra. Vera Barroso Dr. Antonio Gouvea Jr.
Ministério da Indústria e do Comércio	Dr. Alvaro Alberto Sampaio
Ministério das Minas e Energia	Dr. Atos Vieira de Andrade
Ministério da Previdência Social	Dr. José Carlos Pacheco Ferreira
Ministério das Relações Exteriores	Emb. Luiz Felipe Teixeira Soares
Ministério da Saúde	Dra. Maria Ester de Carvalho
Ministério do Trabalho	Deputado Walter Silva
BNDES	Dr. Paulo José Martins dos Santos
CIBRAZEM	Dr. Raul Mesquita
EMFA	Cap.-Mar-e-Guerra Dick Silveira Melo
INCRA	Dr. Antonio Dionísio Batista Vieira
TST	Dr. Ronaldo Starling Soares

(*) Substituído na chefia pelo Cel. Werlon Coaracy de Roure a partir de 25-6-86.

L.2 — JORNALISTAS CREDENCIADOS

O Comitê de Imprensa junto ao Senado Federal funcionou com a seguinte composição:

Jornalistas	Órgãos
João Emílio Falcão Costa Filho José Tarcísio Saboya de Hollanda	Agência de Notícias dos Diários Associados (ANDA)
Evandro Fonseca Paranaguá Francisco de Assis Moreira e Silva	Agência Estado (de S. Paulo)
Rubem Azevedo Lima Ruy Lopes	Agências Folhas de Notícias Ltda. (São Paulo)
Milton Roberto Monteiro Ribeiro Eduardo Bentes Monteiro Kim-Ir-Sen Pires Leal	Agência Imprensa Livre Ltda. (AGIL) (Foto-jornalismo)
Jankiel Gonczarowka Francisco C. N. Lacerda Filho	Agência Jornalística do Planalto (APLAN)
Alfredo Obliziner Luiz de Araújo Marques Filho	Correio Braziliense S/A
Amália Maranhão Calmon José Marcondes Sampaio	Folha de S. Paulo
Celso Campos Pinto José Antonio Severo Carlo Iberê de Freitas Sergio Magalhães Garschagen Maria Clara R. M. do Prado Valério Antônio Fabris Walter José Nunes Marques Claudia Netto Safatle	Gazeta Mercantil
Sérgio Chacon	Jornal da Tarde (O Estado de S. Paulo)
Antônio Arrais de Oliveira Helena Maria de Freitas Chagas	Agência Globo (Empresa Jornalística Brasileira Ltda.)
Francisco José Lustosa da Costa	Diário do Nordeste (Editora Verdes Mares Ltda.)
Roque Francisco de Sá José Haroldo Hollanda	Jornal de Brasília
João Bosco Baptista Rabello José Luiz Faria	Jornal O Globo (Empresa Jornalística Brasileira Ltda.)
Francisco das Chagas Leite Filho	José — Jornal da Semana Inteira
Luiz José Magalhães Joca Rita Maria Francisco Pereira Lyra	Jornal Última Hora de Brasília

Jornalistas	Órgãos
Cornélio Souza Lima Franco	Jornal O Estado de Minas
Leda Beatriz de Souza Guedes	Diário da Tarde (MG)
Luiz Alencar Monteiro	O Estado de S. Paulo
Manoel Vilela de Magalhães	
Carlos Chagas	
Murilo Murça de Carvalho	
Jorge Rosa	
Maria Nilza Pereira da Silva Portocarrero	OBN (Organização Brasileira de Notícias)
Wanderval Calaça de Mendonça	
Esaú Afonso de Carvalho	
Guilherme de Sena Varjão	EBN (Empresa Brasileira de Notícias)
Rita Maria Francisco Pereira Lyra	
Ary Cícero de Moraes Ribeiro	Rádio Eldorado (O Estado de S. Paulo)
Sérgio Borges	
Luiz Einar Neri Solono	Jornal Tribuna de Brasília (Editora Jornalística Tribuna de Brasília Ltda.)
Ruy Fabiano Baptista Rabello	Rádio Planalto FM (Correio Braziliense)
Antônio Carlos Antunes Scartezini	
Antônio de Pádua Aranha Araújo	Rádio Nacional de Brasília AM (RADIOBRÁS) — Empresa Brasileira de Radiodifusão
Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo	Rádio Nacional de Brasília FM (RADIOBRÁS)
José Fábio de Andrade Mendes	Revista Visão
Márcia Macedo Ferreira de Andrade	
Sebastião Baptista da Silva	TV Brasília — Canal 6 (Correio Braziliense)
Mário Antônio Garófalo	Rádio Alvorada (Rede Gaúcha Zero Hora de Comunicações Ltda. — RBS)
Jorge Faria de Souza	Rádio Eldorado FM (O Estado de S. Paulo)
Haig Baghdassarian	
Sandra Costa de Oliveira	Revista Manchete (Bloch Editores S.A.)
Vicente Limongi Neto	Tribuna da Imprensa (S.A. Editora)
Maria da Graça Costa Ramos Menandro	Revista "IstoÉ"
Luiz Antônio de Souza Ribeiro	
Mariângela Hamú	
Jorge Henrique Cartaxo	Jornal "O Povo"
Hermano de Deus Nobre Alves	Diário Popular (SP)
Josemar Gonçalves	Revista Fatos (Bloch Editores S.A.)
Sílvio Leite Campos	Jornal Congresso Nacional
Júlio Cezar Ramos Silva	
Jaime Balderrama Herrera	Voz da América (Voz de Los Estados Unidos de América en Brasil)
Solimar Martins Vaz	FUNTEVÊ (Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa) MEC
Elizabeth Belmonte de Athayde Bohrer	
Sylvia Regina Gadelha Millon	
Lincoln Brum	
Djalma Batista Júnior	

IV – O CONGRESSO NACIONAL REUNIDO

A — SESSÕES REALIZADAS

Realizaram-se 160 sessões conjuntas, sendo 155 para tratar de matéria legislativa e 5 (cinco) solenes.

Deixaram de ser realizadas as sessões conjuntas convocadas para os dias 15 e 18 de agosto, às 18:30 horas, em virtude de falta de **quorum** para o início dos trabalhos.

As sessões solenes foram as seguintes:

- 1º-3-86 Instalação dos trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária de 47ª Legislatura.
- 23-4-86 Homenagem à memória do Presidente Tancredo de Almeida Neves, pelo transcurso do primeiro ano de seu falecimento. (Oradores: Senador Amaral Peixoto e Deputados Fernando Lyra e Sérgio Moreira)
- 21-5-86 Homenagem ao Sr. José Napoleon Duarte, Presidente da República de El Salvador. (Oradores: Deputado José Mendonça de Moraes e Senador Octávio Cardoso)
- 12-8-86 Recepção ao Sr. Julio Maria Sanguinetti, Presidente da República Oriental do Uruguai. (Oradores: Deputado Cunha Bueno e Senador José Ignácio Ferreira)
- 19-8-86 Homenagem à memória do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, pelo transcurso do décimo aniversário de seu falecimento. (Oradores: Deputado Pimenta da Veiga e Senador Arno Damiani)

B — COMISSÕES MISTAS

Nesta sessão legislativa foram constituídas 54 Comissões Mistas, sendo:

Para exame de Propostas de Emenda à Constituição	3
Para exame de Projetos de Lei	2
Para relatar Vetos Presidenciais	24
Para exame de Decretos-leis	25

C — MATÉRIA LEGISLATIVA

C.1 — PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

a) De sessões legislativas anteriores

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
17/82	Dep. Lúcia Viveiros	Acrescenta item ao art. 112, nova Seção ao Capítulo VIII do Título I, e renumera os arts. 144 e 145, da Constituição Federal.	Em tramitação
19/82	Dep. Nilson Gibson	Dá nova redação ao art. 195 da Constituição Federal.	Em tramitação
20/82	Dep. Túlio Barcellos	Dá nova redação ao art. 176, § 3º, item VI, da Constituição Federal.	Em tramitação
21/82	Dep. Salvador Julianelli	Altera a redação do § 4º, do art. 175, da Constituição Federal.	Em tramitação
22/82	Sen. Pedro Simon	Acrescenta parágrafos ao art. 21 da Constituição Federal.	Em tramitação
23/82	Dep. Juarez Furtado	Altera dispositivos da Constituição Federal.	Em tramitação
24/82	Dep. Airton Sandoval	Acrescenta parágrafo ao art. 38 da Constituição Federal.	Em tramitação
28/82	Dep. Edgard Amorim	Revoga a alínea e do § 2º do art. 156 e o art. 162, altera os arts. 165 e 166, e acrescenta artigo às Disposições Gerais e Transitórias da Constituição Federal.	Em tramitação
29/82	Dep. Antônio Moraes	Assegura aos professores em geral — inclusive aos rurais — dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e Municípios vencimentos não inferiores ao salário mínimo regional.	Em tramitação
31/82	Dep. Antônio Carlos de Oliveira	Revoga a alínea d do item VIII do art. 8º e dá nova redação ao § 8º do art. 153 da Constituição Federal, extinguindo a censura de diversões públicas.	Em tramitação
32/82	Dep. Hélio Duque	Altera a redação do § 35 do art. 153 da Constituição Federal.	Em tramitação
34/82	Dep. Octacílio Almeida	Dá nova redação ao § 2º do art. 113 da Constituição Federal.	Em tramitação
35/82	Dep. Juarez Furtado	Institui a Justiça Comercial.	Em tramitação
36/82	Dep. Juarez Furtado	Altera redação do § 2º do art. 99.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
37/82	Dep. Paulo Lustosa	Altera dispositivos da Constituição Federal, referentes ao orçamento da União, e dá outras providências.	Em tramitação
38/82	Sen. Hugo Ramos	Acrescenta parágrafos ao art. 152 da Constituição.	Em tramitação
39/82	Dep. Walter de Prá	Altera a seção do texto constitucional referente ao Ministério Público.	Em tramitação
40/82	Dep. Ruy Côdo	Determina que um terço dos membros dos Tribunais de Contas sejam nomeados mediante prévia aprovação em concurso público.	Em tramitação
42/82	Dep. Airton Sandoval	Altera o Capítulo VII do Título I e o Título V, para introduzir o regime de Governo Parlamentar.	Em tramitação
43/82	Dep. Carlos Bezerra	Altera a redação do art. 142 da Constituição Federal.	Em tramitação
44/82	Dep. Henrique Brito	Altera o art. 184 da Constituição.	Em tramitação
45/82	Dep. Airton Sandoval	Determina que as modificações introduzidas, durante uma legislatura, na legislação eleitoral, somente possam vigorar a partir da legislatura subsequente.	Em tramitação
46/82	Dep. José de Castro Coimbra	Acrescenta parágrafo 5º ao art. 15 da Constituição Federal.	Em tramitação
47/82	Dep. Modesto da Silveira	Altera a redação do § 11 do art. 153 da Constituição Federal.	Em tramitação
48/82	Dep. Jorge Vianna	Dispõe sobre a aposentadoria dos servidores policiais sob o regime estatutário e da Consolidação das Leis do Trabalho aos vinte e cinco anos de serviço, acrescentando dizeres ao art. 165 do texto constitucional no seu item XX.	Em tramitação
49/82	Dep. Brabo de Carvalho	Dá nova redação ao § 4º, acrescenta parágrafos e renumera os atuais §§ 5º e 6º do art. 144 da Constituição Federal, dispondo sobre os vencimentos da magistratura.	Em tramitação
50/82	Dep. Maurício Fruet	Revoga a alínea c do parágrafo único do art. 30 da Constituição Federal.	Em tramitação
51/82	Dep. Rogério Rego	Institui a Justiça Rural.	Em tramitação
52/82	Sen. Passos Pôrto	Dá nova redação ao art. 101 da Constituição Federal.	Em tramitação
53/82	Dep. Audálio Dantas	Restabelece a redação que a alínea d do § 1º do art. 144 tinha anteriormente à Emenda nº 7, de 1977, para o fim de devolver à Justiça Comum a competência para processar e julgar militares pela prática de crimes de natureza civil.	Em tramitação
54/82	Sen. Jutahy Magalhães	Altera o art. 153, § 10, da Constituição Federal.	Em tramitação
55/82	Sen. Lázaro Barboza	Altera os caput dos arts. 95 e 96 da Constituição Federal.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
56/82	Dep. Audálio Dantas	Dispõe sobre a estabilidade dos servidores da União, dos Estados e dos Municípios, da administração direta ou indireta, que à data da promulgação desta Emenda já tenham cinco ou mais anos de serviço, contínuos ou não.	Em tramitação
57/82	Sen. Jorge Kalume	Altera o art. 184 da Constituição Federal.	Em tramitação
59/82	Dep. Victor Faccioni	Institui o sistema parlamentar de governo.	Em tramitação
60/82	Dep. Inocêncio Oliveira	Dá nova redação ao § 3º do art. 97 da Constituição Federal.	Em tramitação
61/82	Dep. José Camargo	Altera a alínea d do item III do art. 19 da Constituição Federal, vedando a instituição de imposto sobre a tinta preta destinada à impressão do livro, do jornal e dos periódicos.	Em tramitação
62/82	Dep. Ronaldo Ferreira Dias	Altera a redação do inciso I do art. 165 da Constituição Federal.	Em tramitação
2/83	Sen. Affonso Camargo	Altera o art. 98 da Constituição Federal.	Em tramitação
3/83	Dep. Ruy Côdo	Dá nova redação ao art. 15, § 3º, alínea f, e ao art. 177, § 1º, da Constituição Federal.	Em tramitação
4/83	Dep. Ary Kffuri	Dispõe sobre os reajustes dos vencimentos dos funcionários públicos.	Em tramitação
9/83	Dep. Dionísio Hage	Altera o item II do art. 176 da Constituição Federal.	Em tramitação
10/83	Dep. José Carlos Teixeira	Acrescenta item ao art. 160 da Constituição Federal.	Em tramitação
13/83	Dep. Myrthes Bevilacqua	Acrescenta dispositivos à Constituição.	Em tramitação
15/83	Sen. Mário Maia	Revoga os dispositivos que restringem a autonomia dos municípios brasileiros e dá nova organização política ao Distrito Federal.	Em tramitação
16/83	Dep. Maurício Fruet	Restabelece eleições diretas para prefeitos dos municípios que especifica, cria a representação política do Distrito Federal e dá outras providências.	Em tramitação
17/83	Dep. Herbert Levy	Acrescenta as Disposições Transitórias para introduzir o regime de governo parlamentar.	Em tramitação
18/83	Dep. Fernando Bastos	Altera os arts. 4º, item II e o art. 5º da Constituição Federal.	Em tramitação
19/83	Dep. João Bastos	Estende aos Deputados Estaduais e aos Vereadores a inviolabilidade no exercício do mandato.	Em tramitação
21/83	Dep. João Bastos	Incorpora ao texto constitucional a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU.	Em tramitação
25/83	Dep. Paulo Lustosa	Acrescenta dispositivo ao art. 102 da Constituição Federal.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
26/83	Dep. Mário Frota	Devolve à Justiça Comum a competência para processar e julgar os integrantes das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros pela prática de crimes de natureza civil.	Em tramitação
27/83	Dep. Luiz Henrique	Extirpa do texto constitucional os dispositivos que permitem ao Poder Executivo a exposição de decretos-leis.	Em tramitação
28/83	Dep. Paulo Lustosa	Dá nova redação ao § 1º do art. 104 da Constituição, facultando ao parlamentar a opção entre os rendimentos da parte fixa dos subsídios e os relativos ao emprego, cargo ou função.	Em tramitação
29/83	Dep. Paulo Lustosa	Introduz alterações no art. 60 da Constituição Federal, instituindo o critério de regionalização na lei orçamentária anual da União.	Em tramitação
30/83	Dep. Jonathas Nunes	Acrescenta parágrafo único ao art. 84 da Constituição, dispondo sobre a escolha de Ministros de Estado.	Em tramitação
32/83	Dep. Airon Rios	Dispõe sobre programas de combate à seca no Nordeste.	Em tramitação
34/83	Dep. José Camargo	Altera a redação da alínea a do parágrafo único do art. 151 da Constituição Federal.	Em tramitação
35/83	Dep. Mozarildo Cavalcanti	Dispõe que a nomeação dos Governadores dos Territórios deverá ser feita a partir de indicação pelos Deputados Federais do respectivo Território.	Em tramitação
36/83	Dep. Airon Rios	Introduz alteração na Constituição Federal, na parte relativa ao Orçamento, visando regionalizar a fixação da despesa orçamentária.	Em tramitação
37/83	Dep. Oswaldo Lima Filho	Restabelece a destinação constitucional de três por cento da renda tributária na execução do plano de defesa contra os efeitos da seca do Nordeste.	Em tramitação
43/83	Ded. Dilson Fanchin	Altera o Capítulo III, no item I do art. 13, para introduzir as imunidades parlamentares para os Deputados Estaduais e Vereadores.	Em tramitação
44/83	Dep. Lélío Souza	Suprime o art. 57 da Constituição Federal.	Em tramitação
45/83	Dep. Luiz Guedes	Revoga o inciso V do art. 46 e o art. 65 da Constituição Federal.	Em tramitação
46/83	Dep. Daso Coimbra	Revoga o inciso V do art. 46 e o art. 55, seus incisos e parágrafos, todos da Constituição Federal.	Em tramitação
47/83	Dep. Aldo Arantes	Restabelece os poderes do Congresso Nacional para legislar sobre matéria financeira e revoga o art. 57 da Constituição.	Em tramitação
1/84	Dep. Sérgio Murilo	Acrescenta parágrafo ao art. 32 da Constituição Federal, e dá nova redação ao seu § 4º.	Em tramitação
3/84	Sen. Henrique Santillo	Altera o art. 42 da Constituição Federal em seu inciso III, estendendo a competência do Senado Federal para aprovar previamente a indicação do Ministro-Chefe do SNI.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
4/84	Sen. Henrique Santillo	Altera o art. 43 da Constituição em seu inciso II; o art. 65 em seus § 2º e o art. 66 e seus §§ 1º, 4º e 5º, para permitir ao Congresso Nacional discutir e votar a proposta do orçamento monetário.	Em tramitação
5/84	Dep. Dante de Oliveira	Altera a redação e revoga dispositivos da Constituição Federal, que contêm restrições à exercitação do direito de greve.	Em tramitação
8/84	Dep. Adail Vettorazzo	Modifica a redação dos artigos 34 e 36 da Constituição Federal, assegurando aos Senadores e Deputados o direito de se licenciar para exercer novas funções na administração pública.	Em tramitação
9/84	Dep. Mário Frota	Dispõe sobre a aplicação de recursos financeiros na Amazônia Legal.	Em tramitação
10/84	Dep. Renato Cordeiro	Altera a redação do caput do art. 36, da Constituição Federal.	Em tramitação
12/84	Dep. Renato Cordeiro	Amplia as hipóteses em que o Deputado ou o Senador pode exercer funções ou cargos sem perda do mandato.	Em tramitação
13/84	Dep. Coutinho Jorge	Altera a redação do art. 3º da Constituição.	Em tramitação
17/84	Dep. Brandão Monteiro	Altera a redação dos arts. 21, 25 e 57 da Constituição.	Em tramitação
18/84	Dep. Onísio Ludovico	Altera a redação do item II do caput do art. 42, da Constituição Federal.	Em tramitação
20/84	Dep. Fernando Lyra	Introduz modificações no § 3º do art. 75 da Constituição Federal, reduzindo para quatro anos o mandato do Presidente da República, respeitado o período de seis anos do atual mandato presidencial.	Em tramitação
22/84	Dep. Irma Passoni	Acrescenta parágrafo ao art. 3º do texto constitucional, estabelecendo a realização de plebiscito para a redivisão territorial.	Em tramitação
24/84	Dep. Wilmar Palis	Altera e acrescenta dispositivos à Constituição.	Em tramitação
26/84	Dep. Eduardo Matarazzo Suplicy	Modifica a redação do § 2º do art. 13 e do inciso I do art. 15 da Constituição Federal.	Em tramitação
27/84	Dep. José Fogaça	Estabelece eleições em dois turnos para Governador e vice-Governador de Estado.	Em tramitação
28/84	Dep. Arthur Virgílio Neto	Retira, das atribuições do Presidente da República, a faculdade de editar decretos-lei.	Em tramitação
29/84	Dep. Paulo Lustosa	Acrescenta § 5º ao art. 62 da Constituição Federal.	Em tramitação
30/84	Ded. Paulo Lustosa	Acrescenta parágrafo ao art. 163 da Constituição.	Em tramitação
31/84	Sen. Jorge Kalume	Dispõe sobre a aposentadoria de servidores municipais.	Em tramitação
32/84	Dep. Brandão Monteiro	Acrescenta parágrafos ao art. 45 da Constituição Federal.	Em tramitação
33/84	Dep. Farabulini Júnior	Assegura o direito de voto aos cabos e soldados das polícias militares dos Estados.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
34/84	Dep. Domingos Juvenil	Acrescenta o § 6º ao art. 15 da Constituição.	Em tramitação
35/84	Dep. Armando Pinheiro	Confere o direito de voto aos cabos e soldados das Polícias Militares.	Em tramitação
36/84	Dep. Jorge Carone	Acrescenta parágrafo único ao artigo 167 da Constituição Federal.	Em tramitação
37/84	Sen. Benedito Ferreira	Obriga o Poder Público a solver seus débitos com correção monetária.	Em tramitação
38/84	Dep. Francisco Dias	Acrescenta parágrafo único ao art. 160 da Constituição Federal.	Em tramitação
39/84	Dep. Fernando Lyra	Dá nova redação ao § 2º do art. 151 da Constituição Federal, para permitir a reassunção do Governador e do Prefeito que se desincompatibilizaram para a disputa de mandato eletivo.	Em tramitação
40/84	Dep. Jorge Arbage	Institui a Justiça Agrária.	Em tramitação
41/84	Dep. Francisco Dias	Dá nova redação ao art. 98 da Constituição Federal.	Em tramitação
42/84	Dep. Ary Kffuri	Dispõe sobre a concessão, aos servidores civis e militares da União, de uma gratificação especial natalina.	Em tramitação
43/84	Dep. Jorge Leite	Altera a redação do § 2º do art. 147, da Constituição Federal.	Em tramitação
44/84	Dep. Francisco Dias	Dá nova redação ao item III do art. 165.	Em tramitação
46/84	Dep. Nilton Alves	Altera e acrescenta dispositivos na Constituição Federal, de modo a tornar gratuito o ensino em todos os níveis, sob o encargo do poder público.	Em tramitação
48/84	Dep. Irma Passoni	Modifica a redação do item II do § 3º do art. 176 da Constituição Federal.	Em tramitação
49/84	Dep. Jorge Carone	Altera, acrescenta e suprime dispositivos da Constituição.	Em tramitação
50/84	Sen. Mauro Borges	Modifica dispositivos da Constituição Federal, visando estabelecer nova organização política para o Distrito Federal, bem como assegurar-lhe representação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e dar outras providências.	Em tramitação
51/84	Dep. João Batista Fagundes	Suprime o § 1º do art. 17 e o item V do art. 42, renumera os demais e acrescenta item ao art. 44 da Constituição Federal.	Em tramitação
52/84	Dep. Arildo Teles	Altera dispositivos da Constituição referentes aos Territórios e ao Distrito Federal.	Em tramitação
53/84	Dep. Múcio Athayde	Estabelece eleições para Governador, Senadores e Deputados Federais e Estaduais no Distrito Federal.	Em tramitação
54/84	Dep. Aldo Arantes	Altera dispositivos da Constituição Federal, nas partes que dispõem sobre a competência, organização e funcionamento do Distrito Federal, e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
55/84	Sen. Álvaro Dias	Dá nova redação ao item XIII do art. 13 da Constituição Federal.	Em tramitação
56/84	Dep. Fernando Collor	Altera a redação do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.	Em tramitação
57/84	Dep. José Tavares	Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Constituição Federal estendendo a imunidade parlamentar aos vereadores.	Em tramitação
58/84	Aldo Arantes	Acrescenta inciso II ao art. 15 da Constituição Federal.	Em tramitação
59/84	Dep. Carlos Vinagre	Altera a redação do inciso IV do art. 176, acrescentando ao mesmo artigo um novo item, e um parágrafo ao art. 176, como segue.	Em tramitação
60/84	Dep. Luiz Dulci	Acrescenta dispositivo à Constituição Federal.	Em tramitação
61/84	Dep. Arthur Virgílio Neto	Altera o art. 13, em seus caput , incisos VI e VIII, §§ 1º, 2º, 3º, 5º e 6º; o art. 15, em seus caput e § 1º, alíneas a e b; o art. 17, §§ 1º a 3º; o art. 34, incisos IV e V; o art. 35, § 4º; o art. 41, em seu caput , §§ 1º e 2º; o art. 42, itens III e V; o art. 47, em seu caput , incisos e parágrafos; o art. 51, § 3º; o art. 59, em seus caput e §§ 3º e 4º; o art. 152, §§ 5º e 6º; e acrescenta dois artigos no Título V da Constituição Federal, que trata das Disposições Gerais e Transitórias.	Em tramitação
62/84	Dep. Freitas Nobre	Dá nova redação ao § 7º art. 23 da Constituição Federal.	Em tramitação
64/84	Dep. Freitas Nobre	Dá nova redação ao item III do art. 42 da Constituição Federal.	Em tramitação
65/84	Dep. Freitas Nobre	Dá nova redação ao art. 55 da Constituição Federal.	Em tramitação
66/84	Dep. Freitas Nobre	Acrescenta parágrafo ao art. 62 da Constituição Federal.	Em tramitação
67/84	Dep. Freitas Nobre	Dá nova redação ao art. 95 da Constituição Federal.	Em tramitação
68/84	Dep. Freitas Nobre	Dá nova redação à alínea I do item I do art. 119 e acrescenta ao artigo o § 4º.	Em tramitação
69/84	Dep. Freitas Nobre	Dá nova redação ao art. 190 da Constituição Federal.	Em tramitação
70/84	Dep. Fernando Collor	Acrescenta § 7º ao art. 13 da Constituição Federal.	Em tramitação
71/84	Dep. Francisco Dias	Acrescenta dispositivo ao art. 19 da Constituição Federal.	Em tramitação
72/84	Dep. Myrthes Bevilacqua	Altera a redação do item I, do art. 44 da Constituição Federal.	Em tramitação
73/84	Dep. Dilson Fanchin	Atribui competência ao Congresso Nacional para autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimos, fazer operações de crédito, legislar sobre a dívida pública e estabelecer os meios de pagamento.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
74/84	Dep. Hugo Mardini	Condiciona à autorização do Congresso Nacional os empréstimos, operações ou acordos externos que importem ônus para o Tesouro Nacional.	Em tramitação
75/84	Dep. Freitas Nobre	Dá nova redação aos itens I e IV do art. 44 da Constituição Federal.	Em tramitação
76/84	Dep. Freitas Nobre	Dá nova redação ao <i>caput</i> do art. 69, transformando-o em parágrafo único, com nova redação.	Em tramitação
77/84	Dep. Geovani Borges	Altera a redação do art. 41 da Constituição Federal, relativo à composição do Senado, para determinar a representação dos Territórios Federais nessa Casa do Congresso.	Em tramitação
78/84	Dep. Juarez Batista	Determina que a eleição de juiz de paz nos municípios será feita por sufrágio direto.	Em tramitação
79/84	Dep. Airton Sandoval	Cria o Fundo de Compensação dos Estados, Distrito Federal e Municípios; altera e acrescenta dispositivos da Constituição Federal.	Em tramitação
80/84	Dep. Victor Faccioni	Altera a redação dos arts. 19, 21 e 23 da Constituição Federal.	Em tramitação
81/84	Sen. Álvaro Dias	Altera o § 3º do art. 23 da Constituição Federal.	Em tramitação
82/84	Sen. Álvaro Dias	Dá nova redação aos §§ 8º e 9º do art. 23 da Constituição Federal.	Em tramitação
83/84	Sen. Carlos Chiarelli	Propõe alteração nos arts. 19, 21, 23, 25 e 26 e acrescenta o art. 218 na Constituição Federal.	Em tramitação
84/84	Dep. Paulo Zarzur	Altera a redação dos arts. 94, 95 e 96 da Constituição Federal.	Em tramitação
85/84	Dep. Alvaro Valle	Modifica o art. 3º e seu parágrafo único e acrescenta outras alterações na Constituição Federal.	Em tramitação
1/85	Dep. Lúcio Alcântara	Concede aos Estados o poder de legislar supletivamente sobre manejo florestal, proteção ambiental e proteção da biota.	Em tramitação
6/85	Dep. Flávio Bierrembach	Acrescenta parágrafo ao art. 170 da Constituição Federal.	Em tramitação
7/85	Dep. Flávio Bierrembach	Acrescenta parágrafos ao art. 153 da Constituição Federal.	Em tramitação
8/85	Dep. Siegfried Heuser	Acrescenta parágrafo ao art. 161 da Constituição Federal.	Em tramitação
9/85	Dep. Valmor Giavarina	Altera redação dos arts. 101 e 102 da Constituição.	Em tramitação
10/85	Dep. Fernando Gomes	Institui o 13º salário para o funcionalismo público da União.	Em tramitação
12/85	Dep. Renato Vianna	Acrescenta parágrafos ao art. 102 da Constituição Federal.	Em tramitação
13/85	Sen. Mário Maia	Dá nova redação ao item c do art. 197 da Constituição Federal.	Em tramitação
19/85	Dep. Hermes Zaneti	Altera o <i>caput</i> do art. 147 da Constituição	Em tramitação
21/85	Dep. Alcécio Dias	Altera o <i>caput</i> do art. 147 da Constituição	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
24/85	Dep. Amílcar de Queiroz	Dá nova redação a dispositivos da Constituição Federal.	Em tramitação
25/85	Dep. Mendes Botelho	Modifica a redação do § 4º do art. 99 da Constituição Federal.	Em tramitação
26/85	Dep. Lélío Souza	Suprime as medidas de emergência, o Estado de Emergência e o Conselho Constitucional, instituindo o Estado de Sítio, decretado pelo Congresso Nacional, como única salvaguarda do Estado.	Em tramitação
27/85	Dep. Onísio Ludovico	Altera e acrescenta dispositivos à Constituição.	Em tramitação
28/85	Dep. Sérgio Cruz	Revoga os arts. 155 e 158 da Constituição, que dispõem sobre medidas coercitivas e estado de emergência.	Em tramitação
29/85	Dep. Clemir Ramos	Altera e exclui dispositivos da Constituição relativos às medidas e ao estado de emergência.	Em tramitação
30/85	Dep. Siqueira Campos	Altera a redação do inciso VIII do art. 8º da Constituição Federal, para o fim de determinar a subordinação da polícia rodoviária federal ao Ministério da Justiça.	Em tramitação
31/85	Sen. Itamar Franco	Exige prévia aprovação do Senado Federal para a realização de obras viárias nos parques nacionais.	Em tramitação
32/85	Dep. Hélio Manhães	Acrescenta item ao art. 57 da Constituição.	Em tramitação
33/85	Dep. Arnaldo Maciel	Cria o Tribunal Constitucional.	Em tramitação
34/85	Dep. Jorge Cury	Permite a um terço de cada Casa do Congresso Nacional propor emenda à Constituição.	Em tramitação
35/85	Dep. Evandro Ayres de Moura	Acrescenta artigo à Constituição Federal, referente à aplicação de recursos na área do Polígono das Secas.	Em tramitação
36/85	Dep. José Carlos Vasconcelos	Dispõe sobre a transferência de recursos financeiros ao Nordeste.	Em tramitação
37/85	Dep. Manoel Gonçalves	Acrescenta parágrafos ao art. 62 da Constituição Federal.	Em tramitação
38/85	Dep. Arnaldo Maciel	Acrescenta parágrafo ao art. 101.	Em tramitação
39/85	Dep. Myrthes Bevilacqua	Acrescenta item ao art. 165 da Constituição Federal.	Em tramitação
40/85	Sen. Raimundo Parente	Acrescenta artigo à Constituição Federal.	Em tramitação
41/85	Dep. Ricardo Ribeiro	Modifica a redação dos arts. 119, I, a, e 122 da Constituição Federal.	Em tramitação
42/85	Dep. Tidei de Lima	Dá nova redação ao item XIX do art. 165 da Constituição.	Em tramitação
45/85	Dep. Osvaldo Lima Filho	Restaura a competência do Congresso Nacional na elaboração do Orçamento, extingue os decretos-leis, regula a nomeação do Procurador-Geral da República, do Presidente do Banco Central do Brasil, a apreciação dos tratados, dos vetos, a representação sobre inconstitucionalidade e a disciplina do estado de sítio e de emergência.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
46/85	Dep. Freitas Nobre	Acrescenta parágrafo único ao art. 44 da Constituição Federal.	Em tramitação
47/85	Sen. Cid Sampaio	Altera dispositivos da Constituição Federal.	Em tramitação
48/85	Dep. Jessé Freire	Altera os arts. 29, 60, 62, 66, 70, 71 e 81 e acrescenta artigo à Constituição Federal.	Em tramitação
49/85	Dep. Mário Hato	Permite o voto ao estrangeiro, sob condições.	Em tramitação
50/85	Dep. Haroldo Sanford	Modifica o disposto nas alíneas b, c e d do § 1º do art. 151 da Constituição, dispondo sobre inelegibilidades.	Em tramitação
51/85	Dep. Felipe Cheidde	Assegura ao estrangeiro, nas condições que especifica, o direito de votar e ser votado, restrito porém às eleições municipais.	Em tramitação
53/85	Dep. Myrthes Bevilacqua	Inclui entre os casos que permite, a falta a sessões ordinárias de Casa Legislativa a condição de gestante de parlamentar.	Em tramitação
54/85	Dep. Odilon Salmoria	Acrescenta item IV ao art. 40 da Constituição Federal.	Em tramitação
55/85	Dep. Siegfried Heuser	Altera o prazo de vigência da distribuição prevista no art. 26, item I, da Constituição.	Em tramitação
56/85	Sen. Lomanto Júnior	Determina que a União aplique não menos de 30% de sua renda tributária anual na Região Nordeste.	Em tramitação
62/85	Dep. Rubens Ardenghi	Altera a redação da alínea e do parágrafo único do art. 30 da Constituição.	Em tramitação
63/85	Dep. João Divino	Acrescenta parágrafos ao art. 200 da Constituição Federal.	Em tramitação
64/85	Dep. Walmor de Luca	Acrescenta dispositivo ao art. 98 da Constituição Federal, determinando paridade nos reajustes dos rendimentos dos funcionários civis e militares.	Em tramitação
65/85	Dep. Irajá Rodrigues	Suspende o pagamento de dívidas contraídas pela União, Estados e Municípios, nas condições que especifica.	Em tramitação
66/85	Dep. Edme Tavares	Estende aos odontólogos o direito à acumulação remunerada de cargos ou funções públicas, constante do item IV do art. 99 da Constituição Federal.	Em tramitação
67/85	Dep. Francisco Rollemberg	Estende aos paramédicos o direito à acumulação remunerada de cargos ou funções públicas, constante do item IV, do art. 99 da Constituição Federal.	Em tramitação
68/85	Dep. Clemir Ramos	Acrescenta dispositivo ao item IV do art. 99 da Constituição Federal, estendendo aos odontólogos os benefícios da acumulação de cargos públicos.	Em tramitação
69/85	Sen. Amaral Furlan	Amplia os direitos dos brasileiros naturalizados.	Em tramitação
70/85	Sen. Alvaro Dias	Altera o § 10 do art. 23 da Constituição Federal.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
71/85	Dep. Octacilio de Almeida	Dá nova redação ao art. 208 da Constituição Federal.	Em tramitação
72/85	Dep. Darcy Passos	Acrescenta parágrafos ao art. 98 da Constituição Federal.	Em tramitação
73/85	Sen. Albano Franco	Altera e acrescenta parágrafos ao art. 168 da Constituição Federal.	Em tramitação
74/85	Dep. Gomes da Silva	Altera a redação dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 168 da Constituição Federal.	Em tramitação
75/85	Dep. Samir Achôa	Estende o direito de voto aos cabos e soldados das Polícias Militares dos Estados.	Em tramitação
76/85	Dep. Hermes Zaneti	Acrescenta parágrafos ao art. 98 da Constituição.	Em tramitação
77/85	Dep. Renan Calheiros	Altera o art. 147 da Constituição.	Em tramitação
78/85	Dep. Denisar Arneiro	Acrescenta parágrafo único ao art. 169, tornando privativas das empresas nacionais a distribuição e comercialização de derivados de petróleo e álcool carburante.	Em tramitação
79/85	Dep. Francisco Dias	Altera o art. 36 da Constituição Federal.	Em tramitação
80/85	Dep. Leur Lomanto	Altera a redação dos arts. 34 e 36, que dispõem sobre a perda de mandato de Senador e Deputado.	Em tramitação
81/85	Dep. Jorge Arbage	Dá nova redação ao caput do art. 147, da Constituição Federal.	Em tramitação
82/85	Dep. Moacir Franco	Dá nova redação ao art. 92 da Constituição, estabelecendo o Serviço Agrícola Obrigatório.	Em tramitação
83/85	Dep. Altair Chagas	Dá nova redação aos arts. 17 e 217 da Constituição Federal.	Em tramitação
84/85	Sen. Mário Maia	Dispõe sobre a autonomia do Distrito Federal, alterando os arts. 13, 17 e 42 da Constituição, acrescentando novo artigo ao seu Título V.	Em tramitação
85/85	Sen. Eunice Michiles	Atribui aos Estados competência para disciplinar a criação de Municípios, alterando o art. 14 da Constituição.	Em tramitação
86/85	Dep. Celso Peçanha	Estende à justiça de paz os direitos, vantagens e garantias dos juizes temporários.	Em tramitação
87/85	Dep. Alcides Lima	Introduz modificação no § 3 do art. 1º da Constituição Federal, para permitir que os Territórios tenham símbolos próprios.	Em tramitação
88/85	Dep. Vivaldo Frota	Dá nova redação ao parágrafo terceiro do art. 72 da Constituição Federal.	Em tramitação
89/95	Dep. Gerson Peres	Altera dispositivos do art. 151 da Constituição Federal.	Prejudicada em virtude de aprovação da PEC nº 43/85
90/85	Dep. Milton Reis	Fixa novos prazos para inelegibilidades.	Prejudicada em virtude de aprovação da PEC nº 43/85

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
1/86	Dep. Airton Sandoval	Altera os arts. 18, 19, 21, 24, 25 e 26 da Constituição Federal e dá outras providências.	Em tramitação
2/86	Dep. Ralph Biasi	Acrescenta dispositivo à Constituição Federal, no capítulo referente ao Sistema Tributário, para o fim de instituir a possibilidade de aplicação de alíquotas progressivas no IPTU.	Em tramitação
3/86	Dep. Marcondes Pereira	Institui a Reforma Tributária.	Em tramitação
4/86	Dep. Victor Faccioni	Propõe Ajuste Tributário Emergencial, alterando a redação dos arts. 19, 21, 23 e 26 da Constituição Federal.	Em tramitação
5/86	Dep. Nelson do Carmo	Altera dispositivos da Constituição Federal (arts. 18, § 5º; 23; 25, caput e incisos e 26).	Em tramitação
6/86	Sen. Fábio Lucena	Acrescenta artigo ao Título V (Disposições Gerais e Transitórias) da Constituição Federal, dispondo sobre o provimento, em caso de vacância, dos cargos de Governador e Vice-Governador de Estado.	Em tramitação
7/86	Dep. Ademir Andrade	Introduz modificações no art. 165 da Constituição Federal, estabelecendo limite para a diferença entre o salário mínimo e a remuneração máxima; obrigando o pagamento de remuneração dobrada às horas trabalhadas além das oito normais e assegurando a qualquer membro do Congresso Nacional competência para dispor sobre a integração do seguro desemprego no âmbito da Previdência Social.	Em tramitação
	Dep. Roberto Rollemberg	Modifica o art. 161 e seu parágrafo 2º, da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Luiz Guedes	Altera a redação do art. 48 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. JG de Araújo Jorge	Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Ralph Biasi	Acrescenta parágrafo ao art. 62 da Constituição Federal, fixando, no Orçamento da União, as parcelas atribuídas aos Poderes Legislativo e Judiciário.	Aguardando leitura
	Sen. Henrique Santillo	Altera dispositivos da Constituição Federal, referentes ao Sistema Tributário Nacional.	Aguardando leitura
	Dep. Raul Ferraz	Unifica as estruturas do Poder Judiciário e do Ministério Público.	Aguardando leitura
	Dep. Sebastião Nery	Dá nova redação ao art. 92 da Constituição Federal e extingue o serviço militar obrigatório em tempo de paz.	Aguardando leitura
	Dep. Ludgero Raulino	Estabelece eleições diretas em 1986 para Presidente da República, Prefeitos de Capitais, das Estâncias Hidrominerais, Áreas de Segurança Nacional e dá outras providências.	Aguardando leitura
	Dep. João Cunha	Altera o art. 32 da Constituição Federal.	Aguardando leitura

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
	Dep. José Ribamar Machado	Altera o § 2º do art. 113 da Constituição.	Aguardando leitura
	Dep. Ademir Andrade	Altera a redação do art. 161 da Constituição Federal, visando facilitar o processo de desapropriação de imóvel territorial rural, que contrarie os objetivos da função social da propriedade, para efeito de reforma agrária, estendendo este poder aos Estados.	Aguardando leitura
	Dep. Farabulini Júnior	Altera o § 11 do art. 153 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Maçao Tadano	Exclui a obrigatoriedade do voto.	Aguardando leitura
	Dep. Amílcar de Queiroz	Assegura aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, vencimentos nunca inferiores ao salário mínimo regional.	Aguardando leitura
	Dep. Jorge Cury	Altera a redação do § 2º do art. 113 da Constituição.	Aguardando leitura
	Sen. Jorge Kalume	Estabelece a obrigatoriedade de aplicação anual, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, de, no mínimo, um por cento da renda resultante dos impostos, na promoção, difusão e incentivo de atividades culturais.	Aguardando leitura
	Dep. Dante de Oliveira	Suprime competência da Justiça Militar.	Aguardando leitura
	Dep. Jorge Cury	Modifica dispositivos dos arts. 144 e 193 e altera a redação do art. 202, todos da Constituição.	Aguardando leitura
	Dep. Jorge Cury	Altera a redação da alínea b do § 1º e do § 5º do art. 141 da Constituição.	Aguardando leitura
	Dep. Ralph Biasi	Altera o art. 48 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Ralph Biasi	Altera os parágrafos 3º e 4º do art. 51 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Francisco Dias	Dá nova dedação ao § 4º do art. 104 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Del Bosco Amaral	Modifica os arts. 42, 62 e 170 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Sarney Filho	Cria a Justiça Agrária.	Aguardando leitura
	Dep. José Fogaça	Altera e acrescenta dispositivos à Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Arnaldo Maciel	Altera dispositivos da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Jorge Leite	Altera a redação da alínea b do inciso II, do art. 15, da Constituição Federal, com vistas a permitir a instituição de polícia municipal nas capitais dos Estados.	Aguardando leitura
	Dep. Eduardo Galil	Dispensa a prévia separação judicial para a dissolução do casamento.	Aguardando leitura

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
	Dep. Renato Johnsson	Altera o art. 25 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Sen. César Cals	Institui o Ministério da Defesa Nacional.	Aguardando leitura
	Dep. Agnaldo Timóteo	Acrescenta o art. 218 à Constituição, relativo à nacionalidade de consortes e descendentes de brasileiros expatriados.	Aguardando leitura
	Dep. Nyder Barbosa	Acrescenta parágrafo ao art. 38 e dá nova redação ao item III do art. 42 da Constituição.	Aguardando leitura
	Dep. Paulo Maluf	Introduz alterações no art. 62 da Constituição Federal, determinando que o orçamento monetário e o das entidades autárquicas e paraestatais sejam aprovados pelo Congresso Nacional.	Aguardando leitura
	Dep. Lúcia Viveiros	Altera o art. 74 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Lélio Souza	Confere aos Estados e aos Municípios competência para fixação de subsídios de Deputados Estaduais e Vereadores.	Aguardando leitura
	Dep. Epitácio Cafeteira	Altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 102 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Luiz Leal	Modifica o § 2º do art. 102 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Lélio Souza	Dá nova redação ao art. 14 e seu parágrafo único da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Sen. Mário Maia	Altera o art. 41 e seus §§ 1º e 2º, para conferir aos Territórios Federais representação no Senado.	Aguardando leitura
	Dep. Diogo Nomura	Concede nacionalidade brasileira aos estrangeiros após dez anos de residência no Brasil.	Aguardando leitura
	Sen. Jutahy Magalhães	Revoga o item I do art. 55 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Paulo Maluf	Altera a redação do art. 97 e seu § 1º da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Sen. Mário Maia	Dispõe sobre a realização de eleições nos Territórios Federais de Amapá e Roraima, a 15 de novembro de 1986.	Aguardando leitura
	Dep. Roberto Jefferson	Extingue o decurso de prazo e o decreto-lei.	Aguardando leitura
	Dep. Roberto Jefferson	Torna obrigatória a assistência de advogado, nos autos de prisão em flagrante.	Aguardando leitura
	Dep. Nelson Marchezan	Acrescenta parágrafo ao art. 13 e altera a redação do § 2º do art. 15 da Constituição.	Aguardando leitura
	Dep. Paulo Mincarone	Dá nova redação aos arts. 97 e 99 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Francisco Amaral	Altera a redação do item XVI do art. 165 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Stélio Dias	Introduz na Constituição Federal dispositivos referentes à preservação do meio-ambiente.	Aguardando leitura

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
	Dep. Milton Reis	Acrescenta parágrafo único ao art. 197 da Constituição Federal, assegurando direitos aos deficientes físicos.	Aguardando leitura
	Dep. Sérgio Lomba	Altera o caput e os parágrafos 2º, 3º e 4º do art. 39 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Agnaldo Timóteo	Introduz o serviço de polícia rodoviária no âmbito da polícia federal.	Aguardando leitura
	Dep. Wolney Siqueira	Estabelece que o afastamento de Prefeito será definitivo apenas quando vier a candidatar-se a Vereador do mesmo Município.	Aguardando leitura
	Dep. João Divino	Dá nova redação ao art. 144, item VII, § 4º da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Wagner Lago	Permite ao juiz exercer o magistério, em qualquer grau de ensino.	Aguardando leitura
	Dep. Carneiro Arnaud	Dispõe sobre a aposentadoria especial para médicos e médicas, respectivamente aos trinta (30) e vinte e cinco (25) anos de serviço.	Aguardando leitura
	Dep. Osvaldo Melo	Dá nova redação ao § 1º do art. 168, da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Pedro Germano	Dispõe sobre a exoneração de Ministros de Estado.	Aguardando leitura
	Sen. Galvão Modesto	Altera o art. 168 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Sen. Galvão Modesto	Estabelece a obrigatoriedade de aplicação, anualmente, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios de, pelo menos, 15% (quinze por cento) de suas receitas próprias em programas especiais de atendimento ao menor em situação irregular.	Aguardando leitura
	Sen. Galvão Modesto	Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores.	Aguardando leitura
	Sen. Galvão Modesto	Altera o § 14 do art. 153 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Sen. Alcides Saldanha	Amplia a competência do Tribunal do Júri.	Aguardando leitura
	Sen. Gabriel Hermes	Dá nova redação ao art. 182 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Sen. Nivaldo Machado	Altera a redação de dispositivo da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Theodoro Mendes	Acrescenta parágrafo único ao art. 103, da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Solon Borges	Assegura direitos trabalhistas e previdenciários a servidores admitidos em serviços temporários e contratados para funções de natureza técnica especializada.	Aguardando leitura
	Dep. Stélio Dias	Dispõe sobre a remuneração dos integrantes da Magistratura dos Estados.	Aguardando leitura
	Dep. Armando Pinheiro	Introduz modificações nos arts. 4º e 5º da Constituição Federal, com vistas a redefinir os bens de domínio da União e dos Estados, particularmente no que se refere às ilhas marítimas.	Aguardando leitura

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
	Dep. Armando Pinheiro	Altera a redação do art. 184 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Darcy Pozza	Dispõe sobre a tributação e aposentadoria do deficiente.	Aguardando leitura
	Dep. Francisco Dias	Acrescenta item X ao art. 44 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Victor Faccioni	Dispõe sobre o sistema parlamentar de governo.	Aguardando leitura
	Dep. Francisco Rollemberg	Altera redação do art. 99 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Manoel Costa Júnior	Dispõe sobre a investigação de violações à lei e aos direitos fundamentais do cidadão, através da Promotoria Geral do Povo.	Aguardando leitura
	Dep. Theodoro Mendes	Dá nova redação ao item XX do art. 165, da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. José Fernandes	Altera a alínea b do item II do art. 15 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Solon Borges	Altera o caput do art. 176 para incluir a responsabilidade como um dos valores em que se inspirará a educação.	Aguardando leitura
	Dep. Josué de Souza	Altera o § 2º do art. 39 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Farabulini Júnior	Cria a Guarda Civil armada nas capitais dos Estados.	Aguardando leitura
	Dep. Farabulini Júnior	Autoriza a criação de Tribunais Federais de Recurso, no País.	Aguardando leitura
	Dep. Oscar Alves	Altera a redação do caput e da alínea c do § 1º do art. 29 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Francisco Dias	Altera dispositivos da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Sen. José Ignácio Ferreira	Altera o art. 8º, inciso XVII, alínea c, da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Sen. José Ignácio Ferreira	Altera a alínea I do inciso I do art. 119 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Bento Porto	Acrescenta dispositivo ao art. 44 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Sen. Odacir Soares	Altera o caput do art. 147 da Constituição Federal, para permitir aos menores emancipados o exercício do direito de voto.	Aguardando leitura
	Sen. Jutahy Magalhães	Acrescenta parágrafo ao art. 175 da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Paulo Lustosa	Institui o Imposto Único sobre a Receita das Microempresas.	Aguardando leitura
	Dep. Paulo Lustosa	Dispõe sobre normas técnicas para a redação, alteração, numeração e controle da legislação brasileira.	Aguardando leitura
	Dep. Francisco Amaral	Disciplina a estabilidade dos funcionários públicos.	Aguardando leitura
	Dep. Francisco Amaral	Dispõe sobre a aposentadoria para a funcionária pública.	Aguardando leitura

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
	Dep. José Maranhão	Altera dispositivo da Constituição Federal.	Aguardando leitura
	Dep. Américo de Souza	Dá nova redação ao § 1º do art. 175 da Constituição Federal.	Aguardando leitura

C) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos às Propostas de Emenda à Constituição:

— Total das Propostas	306
Sendo:	
— com tramitação iniciada em sessões legislativas anteriores, todas de iniciativa parlamentar	205
— com tramitação iniciada nesta sessão legislativa, todas de iniciativa parlamentar ..	7
— aguardando leitura	94
— Prejudicadas (ambas de iniciativa parlamentar e oriundas da sessão legislativa anterior)	2
— Em andamento, todas de iniciativa parlamentar	210
Sendo:	
— oriundas de sessões legislativas anteriores	203
— desta sessão legislativa	7

C.2 — PROJETOS DE LEI

a) DA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
7/85	72/85-CN (570/85, na origem)	Aprova as diretrizes do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) da Nova República, para o período de 1986 a 1989, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. Lei nº 7.486, de 6-6-86

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

1/86	1/86-CN (6/86, na origem)	Aprova as diretrizes do Primeiro Plano de Desenvolvimento do Nordeste da Nova República.	Aprovado por decurso de prazo. Lei nº 7.499, de 25-6-86
2/86	52/86-CN (499/86, na origem)	Aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1987/1989.	Aprovado. Lei nº 7.545, de 3-12-86
3/86	53/86-CN (498/86, na origem)	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1987.	Aprovado. Lei nº 7.544, de 3-12-86

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Lei:

— Total dos Projetos	4
Sendo:	
— da sessão legislativa anterior	1
— desta sessão legislativa	3
— Aprovados (sendo 2 por decurso de prazo) e enviados à sanção	4
Sendo:	
— da sessão legislativa anterior	1
— desta sessão legislativa	3

C.3 — DECRETOS-LEIS

a) COM TRAMITAÇÃO INICIADA NA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
2.161, de 11-09-84	62/85-CN (337/84, na origem)	Dispõe sobre o enquadramento dos servidores integrantes da Tabela Especial do ex-Território Federal de Rondônia.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 30/85-CN)
2.162, de 19-09-84	64/85-CN (343/84, na origem)	Altera o limite máximo para elevação das alíquotas da Tarifa Aduaneira no Brasil.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 3/86, oriundo do PDL nº 1/86-CN)
2.163, de 19-09-84	66/85-CN (344/84, na origem)	Dispõe sobre a adoção de medidas de incentivos à arrecadação federal e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 1/86, oriundo do PDL nº 2/86-CN)
2.164, de 19-09-84	69/85-CN (345/84, na origem)	Institui incentivo financeiro para os adquirentes de moradia própria através do Sistema Financeiro de Habitação, a equivalência salarial como critério de reajustamento das prestações e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 29/85-CN)
2.165, de 02-10-84	73/85-CN (357/84, na origem)	Institui a Gratificação de Desempenho de Atividades Previdenciárias e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 7/86-CN)
2.176, de 29-11-84	67/85-CN (493/84, na origem)	Altera o Decreto-lei nº 2.163, de 19 de setembro de 1984, que dispõe sobre a adoção de medidas de incentivo à arrecadação federal.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 1/86, oriundo do PDL nº 2/86-CN)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
2.240, de 31-01-85	70/85-CN (109/85, na origem)	Dá nova redação aos arts. 3º, 7º, § 2º do art. 9º e art. 12 do Decreto-lei nº 2.164, de 19 de setembro de 1984.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 29/85-CN)
b) COM TRAMITAÇÃO INICIADA NA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA			
2.166, de 16-10-84	4/86-CN (384/84, na origem)	Institui Gratificação de Atividades de Assessoramento Especial e de Altos Estudos e Pesquisas, na Escola Superior de Guerra.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 9/86-CN)
2.167, de 22-10-84	5/86-CN (414/84, na origem)	Dispõe sobre o recolhimento dos débitos previdenciários das Prefeituras Municipais.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 3/86-CN)
2.168, de 29-10-84	8/86-CN (405/84, na origem)	Concede isenção de impostos aos bens importados para substituição ou reparo daqueles danificados pelas inundações ocorridas na Região Sul do País.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 6/86-CN)
2.169, de 29-10-84	9/86-CN (406/84, na origem)	Altera o Decreto-lei nº 1.928, de 18 de fevereiro de 1982, que dispõe sobre o pagamento prioritário de débitos decorrentes de compromissos em moeda estrangeira, assumidos pela Administração Pública.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 5/86-CN)
2.170, de 05-11-84	14/86-CN (413/84, na origem)	Dispõe sobre a aplicação da correção monetária aos valores recebidos a maior pelas distribuidoras de combustíveis, relativos a ressarcimento de fretes.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 10/86-CN)
2.171, de 13-11-84	15/86-CN (459/84, na origem)	Dispõe sobre o reajuste dos benefícios da Previdência Social.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 11/86-CN)
2.172, de 19-11-84	18/86-CN (470/84, na origem)	Altera os valores e percentuais constantes do Anexo ao Decreto-lei nº 2.131, de 25 de junho de 1984, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 12/86-CN)
2.173, de 19-11-84	19/86-CN (480/84, na origem)	Altera o Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 13/86-CN)

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
2.174, de 26-11-84	22/86-CN (481/84, na origem)	Dispõe sobre a aplicação do disposto no art. 2º da Lei nº 6.732, de 4 de dezembro de 1979, aos funcionários designados para o exercício, no exterior, de funções diplomáticas.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 14/86-CN)
2.175, de 27-11-84	23/86-CN (482/84, na origem)	Dispõe sobre o recolhimento dos débitos previdenciários das Prefeituras e Autarquias Municipais.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 15/86-CN)
2.178, de 04-12-84	26/86-CN (556/84, na origem)	Fixa as bases para o soerguimento da Rede Ferroviária Federal S/A — RFFSA, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 16/86-CN)
2.179, de 04-12-84	27/86-CN (557/84, na origem)	Dispõe sobre a percepção de vencimentos pelos candidatos submetidos aos cursos de formação profissional de que trata o art. 8º da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, que instituiu o regime jurídico peculiar aos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 17/86-CN)
2.180, de 04-12-84	30/86-CN (564/84, na origem)	Concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados aos bens de capital importados por empresas concessionárias dos serviços de transporte ferroviário ou metroviário de passageiros ou de carga.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 18/86-CN)
2.181, de 10-12-84	31/86-CN (565/84, na origem)	Restabelece o incentivo fiscal de que trata o Decreto-lei nº 1.932/82.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 8/86-CN)
2.182, de 11-12-84	32/86-CN (568/84, na origem)	Altera a Legislação do Imposto de Renda.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 19/86-CN)
2.183, de 19-12-84	33/86-CN (11/85, na origem)	Descaracteriza como de interesse da Segurança Nacional os municípios que especifica.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 20/86-CN)
2.184, de 20-12-84	36/86-CN (12/85, na origem)	Altera a redação do art. 2º do Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, que modificou a legislação relativa ao Imposto Único sobre Lubrificantes, Combustíveis Líquidos e Gasosos e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 22/86-CN)

Nº — Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.185, de 20-12-84	38/86-CN (13/85, na origem)	Dispõe sobre a isenção da Taxa de Melhoramento dos Portos.	Aprovado por decurso de prazo. (Prejudicado o PDL nº 21/86-CN)
2.186, de 20-12-84	40/86-CN (14/85, na origem)	Institui o Imposto sobre Serviços de Comunicações, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo.
2.187, de 26-12-84	42/86-CN (15/85, na origem)	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974.	Aprovado por decurso de prazo.
2.188, de 26-12-84	44/86-CN (16/85, na origem)	Institui a Gratificação de Incentivo à Atividade Médico-Veterinária no Ministério da Agricultura e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo.
2.189, de 26-12-84	46/86-CN (17/85, na origem)	Dispõe sobre a transformação de gratificação deferida aos Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura e dá outras providências.	Em tramitação
2.190, de 26-12-84	49/86-CN (18/85, na origem)	Dispõe sobre os novos percentuais da Gratificação de Representação de Atividade Diplomática, e dá outras providências.	Em tramitação
2.191, de 26-12-84	51/86-CN (19/85, na origem)	Altera o Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências.	Em tramitação
2.283, de 27-02-86	12/86-CN 56/86, na origem)	Dispõe sobre a instituição da nova unidade do sistema monetário brasileiro, do seguro-desemprego e dá outras providências.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 7/86, oriundo do PDL nº 4/86-CN)
2.284, de 10-03-86	13/86-CN (57/86, na origem)	Mantém a nova unidade do sistema monetário brasileiro, o seguro-desemprego, amplia e consolida as medidas de combate à inflação.	Aprovado. (Decreto Legislativo nº 7/86, oriundo do PDL nº 4/86-CN)

c) AGUARDANDO LEITURA

2.192, de 26-12-84	20/85, na origem)	Restabelece a carreira de Procurador da Fazenda Nacional e fixa os respectivos vencimentos básicos.
2.193, de 26-12-84	(21/85, na origem)	Inclui no Anexo II do Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, a Gratificação de Desemprego das Atividades de Fiscalização de Abastecimento, e dá outras providências.
2.194, de 26-12-84	(22/85, na origem)	Dispõe sobre a transformação de gratificação deferida aos servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e dá outras providências.
2.195, de 26-12-84	(23/85, na origem)	Dispõe sobre a concessão do incentivo funcional a que alude o item II do art. 2º da Lei nº 6.433, de 15 de julho de 1977, e dá outras providências.

Nº — Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.196, de 26-12-84	(24/85, na origem)	Dispõe sobre a incorporação da gratificação que menciona ao provento da aposentadoria e dá outras providências.	
2.197, de 26-12-84	49/85, na origem)	Autoriza a compensação de imposto de exportação e dá outras providências.	
2.198, de 26-12-84	(50/85, na origem)	Aplica, no que couber, o disposto nos Decretos-leis n.ºs 2.114, de 23 de abril de 1984, e 2.140, de 28 de junho de 1984, aos Médicos e aos Dentistas, respectivamente, do Hospital das Forças Armadas.	
2.199, de 26-12-84	(51/85, na origem)	Dispõe sobre a incorporação da Gratificação de Desempenho de Função Essencial à Prestação Jurisdicional ao provento de aposentadoria.	
2.200, de 26-12-84	(52/85, na origem)	Altera o Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências.	
2.201, de 27-12-84	(53/85, na origem)	Reajusta o valor do soldo base do cálculo da remuneração dos militares.	
2.202, de 27-12-84	(54/85, na origem)	Altera o Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências.	
2.203, de 27-12-84,	(55/85, na origem)	Dispõe sobre a equiparação de companhias abertas a empresas nacionais definidas no art. 12 da Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984, nas condições e para os efeitos que estabelece, e dá outras providências.	
2.204, de 27-12-84	(56/85, na origem)	Reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo, bem como os das pensões e dá outras providências.	
2.205, de 27-12-84	(57/85, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros da Magistratura Federal, do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal de Contas da União, bem como os das pensões e dá outras providências.	
2.206, de 28-12-84	(58/85, na origem)	Reajusta o limite de remuneração estabelecido pelo Decreto-lei nº 1.971, de 30 de novembro de 1982.	
2.207, de 28-12-84	(59/85, na origem)	Autoriza a elevação do capital social do Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. — BNCC e dá outras providências.	
2.208, de 28-12-84	(60/85, na origem)	Prorroga, até 31 de dezembro de 1985, o prazo estabelecido no Decreto-lei nº 1.846, de 30 de dezembro de 1980.	
2.209, de 28-12-84	(61/85, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências.	
2.210, de 28-12-84	(62/85, na origem)	Reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Distrito Federal, bem como os das pensões e dá outras providências.	

Nº — Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.211, de 31-12-84	(63/85, na origem)	Altera o Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974.	
2.212, de 31-12-84	(64/85, na origem)	Estabelece contenção de despesas orçamentárias para o exercício de 1985, e dá outras providências.	
2.213, de 31-12-84	(65/85, na origem)	Reajusta o valor do soldo base de cálculo da remuneração dos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.	
2.214, de 31-12-84	(66/85, na origem)	Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Tribunais do Trabalho, e dá outras providências.	
2.215, de 03-01-85	(67/85, na origem)	Reajusta os atuais valores de vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria Geral do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências.	
2.216, de 03-01-85	(68/85, na origem)	Reajusta os atuais valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, bem como os das pensões, e dá outras providências.	
2.217, de 03-01-85	(69/85, na origem)	Reajusta os vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, e dá outras providências.	
2.218, de 03-01-85	(70/85, na origem)	Reajusta os vencimentos e proventos dos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais, e dá outras providências.	
2.219, de 03-01-85	(71/85, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do respectivo Ministério Público, e dá outras providências.	
2.220, de 07-01-85	(72/85, na origem)	Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar, e dá outras providências.	
2.221, de 07-01-85	(73/85, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Offícios Judiciais da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.	
2.222, de 07-01-85	(74/85, na origem)	Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal, e dá outras providências.	
2.223, de 07-01-85	(75/85, na origem)	Reajusta os vencimentos e proventos dos funcionários do Quadro das Secretarias das Seções Judiciárias da Justiça Federal de Primeira Instância, bem como os das pensões, e dá outras providências.	
2.224, de 09-01-85	(76/85, na origem)	Inclui a Gratificação de Atividades de Apoio no Anexo II do Decreto-lei nº 1.360, de 22 de novembro de 1974, e dá outras providências.	

Nº — Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.225, de 10-01-85	(77/85, na origem)	Cria a Carreira Auditoria do Tesouro Nacional e seus cargos, fixa os valores de seus vencimentos, e dá outras providências.	
2.226, de 16-01-85	(78/85, na origem)	Autoriza o Tesouro Nacional a participar do capital da Companhia Brasileira de Entrepósitos e Comércio — COBEC, e dá outras providências.	
2.227, de 16-01-85	(79/85, na origem)	Dispõe sobre processo de consulta, e dá outras providências.	
2.228, de 17-01-85	(81/85, na origem)	Reajusta os atuais valores dos vencimentos, salários, proventos, pensões e da Gratificação de Dedicção Exclusiva dos servidores que menciona, e dá outras providências.	
2.229, de 17-01-85	(82/85, na origem)	Estende aos servidores dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal o disposto no Decreto-lei nº 2.211, de 31 de dezembro de 1984.	
2.230, de 17-01-85	(83/85, na origem)	Altera o percentual da representação mensal dos cargos que menciona.	
2.231, de 21-01-85	(100/85, na origem)	Dispõe sobre a Gratificação pelo Desempenho de Atividade de Apoio.	
2.232, de 21-01-85	(101/85, na origem)	Dá nova redação ao art. 5º do Decreto-lei nº 1.950, de 14 de julho de 1982.	
2.233, de 21-01-85	(102/85, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 15.000.000.000, para o fim que especifica.	
2.234, de 23-01-85	(103/85, na origem)	Limita a remuneração e demais vantagens devidas a Diplomatas casados, servindo juntos no exterior.	
2.235, de 23-01-85	(104/85, na origem)	Acrescenta o nível 5 na escala de vencimentos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores constante do Anexo II do Decreto-lei nº 1.462, de 29 de abril de 1976.	
2.236, de 23-01-85	(105/85, na origem)	Altera a tabela de emolumentos e taxas aprovada pelo art. 131 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.	
2.237, de 24-01-85	(106/85, na origem)	Altera o art. 2º do Decreto-lei nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, que dispõe sobre as contribuições destinadas à aplicação nas atividades ligadas ao ensino profissional aeronáutico, e dá outras providências.	
2.238, de 28-01-85	(107/85, na origem)	Concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados aos materiais e equipamentos importados para a construção e manutenção de embarcações.	
2.239, de 28-01-85	(108/85, na origem)	Inclui a Gratificação de Atividade Técnico-Administrativa no Anexo II do Decreto-lei nº 1.360, de 22 de novembro de 1974, e dá outras providências.	

Nº — Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.241, de 04-02-85	(115/85, na origem)	Estende até 31 de dezembro de 1985 o prazo a que se refere o art. 5º do Decreto-lei nº 2.061, de 19 de setembro de 1983.	
2.242, de 05-02-85	(116/85, na origem)	Acrescenta disposições ao art. 1º do Decreto-lei nº 2.212, de 31 de dezembro de 1984.	
2.243, de 11-02-85	(117/85, na origem)	Inclui parágrafo único no art. 3º do Decreto-lei nº 1.727, de 10 de dezembro de 1979, e dá outras providências.	
2.244, de 14-2-85	(118/85, na origem)	Restabelece a carreira de Procurador do Distrito Federal e fixa os respectivos vencimentos básicos.	
2.245, de 14-2-85	(119/85, na origem)	Dispõe sobre a composição das Categorias Direção Superior e Assessoramento Superior, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.	
2.246, de 21-2-85	(137/85, na origem)	Inclui no Anexo II do Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, a Gratificação de Desempenho da Atividade de Fiscalização do Trabalho.	
2.247, de 21-2-85	(136/85, na origem)	Estende a isenção de impostos prevista no art. 1º do Decreto-lei nº 2.044, de 7 de julho de 1983, às hipóteses que indica.	
2.248, de 25-2-85	(138/85, na origem)	Concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados aos bens destinados aos Censos Econômicos de 1985.	
2.249, de 25-2-85	(139/85, na origem)	Estende a concessão da Gratificação de Atividade Técnico-Administrativa aos ocupantes de cargos e empregos de nível superior dos quadros e tabelas da Administração Federal direta e das autarquias federais.	
2.250, de 26-2-85	(140/85, na origem)	Prorroga o prazo de aplicação dos incentivos fiscais instituídos pelo Decreto-lei nº 880, de 18 de setembro de 1969, e dá outras providências.	
2.251, de 26-2-85	(141/85, na origem)	Dispõe sobre a criação da Carreira Policial Federal e seus cargos, fixa os valores de seus vencimentos e dá outras providências.	
2.252, de 4-3-85	(148/85, na origem)	Revoga o art. 4º e seus parágrafos do Decreto-lei nº 1.924, de 20 de janeiro de 1982, que “destina ao Comitê Olímpico Brasileiro a renda líquida de um dos concursos de prognósticos esportivos nos anos em que não são realizados Jogos Olímpicos ou Jogos Pan-Americanos”.	
2.253, de 4-3-85	(149/85, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), relativos à filiação dos empregados das missões diplomáticas e repartições consulares estrangeiras e dos membros destas.	
2.254, de 4-3-85	(150/85, na origem)	Inclui no Anexo II do Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, a Gratificação de Desempenho de Atividades de Fiscalização Financeira e Orçamentária da União, e dá outras providências.	

Nº — Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.255, de 4-3-85	(151/85, na origem)	Institui a Gratificação de Incentivo à Atividade Agronômica no Distrito Federal, e dá outras providências.	
2.256, de 4-3-85	(152/85, na origem)	Institui a Gratificação de Incentivo à Atividade Médico-Veterinária no Distrito Federal, e dá outras providências	
2.257, de 4-3-85	(153/85, na origem)	Institui a Gratificação pelo Desempenho de Atividades Rodoviárias no Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.	
2.258, de 4-3-85	(154/85, na origem)	Cria a Carreira Auditoria do Tesouro do Distrito Federal e seus cargos, fixa os valores de seus vencimentos e dá outras providências.	
2.259, de 5-3-85	(174/85, na origem)	Estende a gratificação instituída pelo Decreto-lei nº 2.111, de 4 de abril de 1984, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 2.196, de 26 de dezembro de 1984, aos integrantes da Polícia Rodoviária Federal.	
2.260, de 6-3-85	(175/85, na origem)	Estende aos Fiscais de Contribuições Previdenciárias o disposto no Decreto-lei nº 2.187, de 26 de dezembro de 1984.	
2.261, de 12-3-85	(181/85, na origem)	Institui a Gratificação de Desempenho de Atividades de Fiscalização Financeira e Orçamentária do Distrito Federal, destinada aos integrantes da categoria que indica, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências.	
2.262 de 12-3-85	(182/85, na origem)	Estende aos ocupantes de cargos e empregos de nível superior do Quadro e Tabela de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal o disposto no Decreto-lei nº 2.200, de 26 de dezembro de 1984, e dá outras providências.	
2.263, de 12-3-85	(183/85, na origem)	Acrescenta nível à escala de vencimentos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, Código TCDF-DAS-100, prevista no artigo 1º da Lei nº 6.002, de 19 de dezembro de 1973, alterada pelo artigo 1º da Lei nº 6.714, de 5 de novembro de 1979.	
2.264, de 12-3-85	(184/85, na origem)	Dispõe sobre a venda de bens imóveis pelo Ministério da Fazenda, com aplicação do produto da operação em empreendimentos do seu interesse e dá outras providências.	
2.265, de 12-3-85	(185/85, (na origem)	Dispõe sobre o recolhimento dos débitos previdenciários das Fundações e Autarquias Educacionais de Ensino Superior, mantidas com recursos do Poder Público.	
2.266, de 12-3-85	(186/85, na origem)	Dispõe sobre a criação da Carreira Policial Civil do Distrito Federal e seus cargos, fixa os valores de seus vencimentos e dá outras providências.	
2.267, de 13-3-85	(188/85, na origem)	Transforma e cria cargos na carreira do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, fixa vencimentos e dá outras providências.	

Nº — Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.268, de 13-3-85	(189/85, na origem)	Dispõe sobre a remuneração dos Membros do Ministério Público Federal e dá outras providências.	
2.269, de 13-3-85	(190/85, na origem)	Estende a Gratificação de Atividade Técnico-Administrativa aos ocupantes de cargos e empregos de nível superior do Quadro e das Tabelas de Pessoal do Distrito Federal e de suas autarquias.	
2.270, de 13-3-85	(191/85, na origem)	Dá nova redação ao § 2º do art. 3º do Decreto-lei nº 1.445, de 13 de fevereiro de 1976, que reajusta os vencimentos e salários dos servidores civis da União.	
2.271, de 13-3-85	(192/85, na origem)	Revoga o Decreto-lei nº 1.343, de 11 de setembro de 1974, e o art. 12 do Decreto-lei número 352, de 17 de junho de 1968.	
2.272, de 13-3-85	(193/85, na origem)	Dispõe sobre o cancelamento de débitos para com a Fazenda Nacional, de natureza não tributária, contraídos por entidades filantrópicas.	
2.273, de 15-3-85	(195/85, na origem)	Cria cargos no Ministério da Cultura e dá outras providências.	
2.274, de 15-3-85	(196/85, na origem)	Cria cargos no Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.	
2.275, de 15-3-85	(197/85, na origem)	Cria cargos no Ministério da Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.	
2.276, de 18-3-85	(198/85, na origem)	Altera disposições do Decreto-lei nº 2.212, de 31 de dezembro de 1984, e dá outras providências.	
2.277, de 2-4-85	(220/85, na origem)	Reajusta os limites de que trata o art. 1º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, alterado pelos Decretos-leis n.ºs 1.460, de 22 de abril de 1976, 1.562, de 19 de julho de 1977, 1.651, de 21 de dezembro de 1978, 1.756, de 31 de dezembro de 1979, e 2.048, de 26 de julho de 1983.	
2.278, de 19-11-85	(615/85, na origem)	Altera o artigo 1º do Decreto-lei nº 1.477, de 26 de agosto de 1976, e dá outras providências.	
2.279, de 16-12-85	(20/86, na origem)	Dispõe sobre o reajustamento dos vencimentos dos funcionários de que tratam os Decretos-leis n.ºs 2.225, de 10 de janeiro de 1985, e 2.251, de 26 de fevereiro de 1985.	
2.280, de 16-12-85	(43/86, na origem)	Cria, mediante transformação, empregos na Administração Federal direta e nas autarquias federais e dá outras providências.	
2.281, de 17-1-86	(21/86, na origem)	Altera o percentual de reajuste de que trata a Lei nº 7.419, de 17 de dezembro de 1985, e dá outras providências.	
2.282, de 29-7-86	(55/86, na origem)	Altera o percentual de reajuste de que trata a Lei nº 7.425, de 17 de dezembro de 1985, e dá outras providências.	

Nº — Data	Mensagem	Ementa	Resultado
2.285, de 23-7-86	(384/86, na origem)	Estende aos fundos em condomínio a que se refere o artigo 50 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, o tratamento fiscal previsto no Decreto-lei nº 1.986, de 28 de dezembro de 1982, e dá outras providências.	
2.286, de 23-7-86	(382/86, na origem)	Dispõe sobre cobrança de imposto nas operações a termo de bolsas de mercadorias e dá outras providências.	
2.287, de 23-7-86	(383/86, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, e dá outras providências.	
2.288, de 23-7-86	(385/86, na origem)	Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento, institui empréstimo compulsório para absorção temporária de excesso de poder aquisitivo e dá outras providências.	
2.289, de 9-9-86	(621/86, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de Cz\$ 48.057.100.000,00, e dá outras providências.	

d) Súmula

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Decretos-leis:

— Total dos Decretos-leis	128
Sendo:	
— com tramitação iniciada na sessão legislativa anterior	7
— com tramitação iniciada na presente sessão legislativa	26
— aguardando leitura	95
— Aprovados (25 por decurso de prazo)	30
Sendo:	
— com tramitação iniciada na sessão legislativa anterior	7
— com tramitação iniciada na presente sessão legislativa	23
— Em andamento	3

C.4 — PROPOSTAS DE DELEGAÇÃO LEGISLATIVA

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
4/79	Dep. Ruben Figueiró	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei, criando o Ministério da Produção Animal, e determinando outras providências.	Em tramitação
3/80	Dep. Sérgio Murilo	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para criação do Ministério do Desenvolvimento do Nordeste, e dá outras providências.	Em tramitação (Vide Projeto de Resolução nº 2/83-CN)
1/82	Dep. Ruy Côdo	Propõe a delegação de poderes ao Presidente da República para a elaboração de lei dispondo sobre a criação do Ministério do Abastecimento.	Em tramitação
1/83	Dep. Paulo Mincarone	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei estendendo ao trabalhador rural os benefícios da Previdência Social, e da Legislação do Trabalho.	Em tramitação (Vide Projeto de Resolução nº 3/83-CN)
1/84	Dep. Nilson Gibson	Delega competência ao Poder Executivo para regulamentar, mediante lei, a exploração da loteria denominada jogo do bicho.	Em tramitação
1/85	Dep. Brandão Monteiro, Líder do PDT	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para a elaboração de lei dispondo sobre a criação do Banco do Trabalho.	Em tramitação
2/85	Dep. Horácio Ortiz	Propõe a delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei dispondo sobre o desdobramento do Ministério das Minas e Energia em Ministério das Minas e Ministério da Energia.	Em tramitação
3/85	Sen. Marco Maciel	Propõe delegação de poderes ao Senhor Presidente da República para criar uma Comissão Nacional com a incumbência de programar, desenvolver e coordenar estudos, debates e atividades comemorativas relativos ao Centenário da Proclamação da República.	Em tramitação

b) Súmula

Foram os seguintes os dados numéricos relativos às Propostas de Delegação Legislativa:

— Total das Propostas, todas de sessões legislativas anteriores	8
— Em tramitação, todas de sessões legislativas anteriores	8

C.5 — PROJETOS DE RESOLUÇÃO

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Nº	Autor	Ementa	Resultado
2/83	Comissão Mista	Delega poderes ao Presidente da República para elaboração de lei para criação do Ministério do Desenvolvimento do Nordeste, e dá outras providências.	Em tramitação
3/83	Comissão Mista	Delega poderes ao Presidente da República para elaboração de lei estendendo ao trabalhador rural os benefícios da Previdência Social e da Legislação do Trabalho.	Em tramitação
1/84	Sen. Henrique Santillo e outros	Altera o art. 146 do Regimento Comum do Congresso Nacional.	Em tramitação
2/84	Dep. Aluizio Campos e outros	Substitui o parágrafo único do art. 72 do Regimento Comum.	Em tramitação
1/85	Dep. Francisco Amaral	Dispõe sobre a abertura das sessões.	Em tramitação

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/86	Mesas da Câmara e do Senado	Dispõe sobre o funcionamento da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional, durante o funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte, e dá outras providências.	Em tramitação

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Resolução:

— Total dos Projetos	6
Sendo:	
— de sessões legislativas anteriores	5
— desta sessão legislativa	1
— Em tramitação	6
Sendo:	
— de sessões legislativas anteriores	5
— desta sessão legislativa	1

C.6 — VETOS PRESIDENCIAIS

a) DA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
68/85-CN (455/85, na origem)	PLS nº 124/85- Complementar (PL Comple- mentar nº 314 de 1985, na Câmara)	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, modificada pelas Leis Complementares nºs 38, de 13 de novembro de 1979, e 45, de 14 de dezembro de 1983.	Mantido o veto total por decurso de prazo
71/85-CN (456/85, na origem)	PLS nº 299/77 (PL/3.101/80, na Câmara)	Dá nova redação ao art. 246 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).	Mantido o veto total por decurso de prazo

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

I — Mantidos por decurso de prazo

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
2/86-CN (457/85, na origem)	PLC nº 67/77 (PL/1.885/76, na origem)	Exige a inscrição do CPF e do RG dos devedores, nos títulos de crédito que especifica, e dá outras providências.	Veto total
3/86-CN (462/85, na origem)	PLS nº 14/76 (PL/4.598/77, na Câmara)	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Veto total
6/86-CN (463/85, na origem)	PLS nº 180/78 (PL/3.220/80, na Câmara)	Modifica a redação do caput do art. 226 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Veto total
7/86-CN (500/85, na origem)	PLS nº 159/76- Complementar (PL Comple- mentar nº 73/79 na Câmara)	Altera o § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975.	Veto total
10/86-CN (506/85, na origem)	PLS nº 81/80 (PL/5.047/81, na Câmara)	Dá nova redação a dispositivo do Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, que institui a Loteria Esportiva Federal e dá outras providências.	Veto total

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
11/86-CN (515/85, na origem)	PLC nº 64/85 (PL/5.078/85, na origem)	Dispõe sobre a reestruturação da Defensoria de Ofício da Justiça Militar, e dá outras providências.	Veto parcial
16/86-CN (546/85, na origem)	PLC nº 26/78 (PL/317/75, na origem)	Regula o exercício da Profissão de Técnico de Radiologia e dá outras providências.	Veto parcial
17/86-CN (550/85, na origem)	PLC nº 97/85 (PL/1.698/83, na origem)	Dispõe sobre a validade dos cursos superiores não reconhecidos.	Veto parcial
20/86-CN (552/85, na origem)	PLC nº 16/85 (PL/1.880/83, na origem)	Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus, e dá outras providências.	Veto Parcial
21/86-CN (554/85, na origem)	PLC nº 250/84 (PL/4.222/84, na origem)	Dispõe sobre a reversão ao Município de Boa Vista, no Território Federal de Roraima, nos termos que especifica, de gleba patrimonial.	Veto total
24/86-CN (559/85, na origem)	PLS nº 297/79 (PL/3.593/80, na Câmara)	Garante ao empregado aposentado por velhice, a requerimento da empresa, indenização em função do salário que percebia em atividade.	Veto total
25/86-CN (560/85, na origem)	PLC nº 45/81 (PL/650/79, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 6.032, de 30 de abril de 1974, que dispõe sobre o Regimento de Custas da Justiça Federal, para o fim de determinar o preavalecimento dos arts. 789 e 790 da Consolidação das Leis do Trabalho, sempre que se tratar de litígio decorrente de relação de trabalho.	Veto total
28/86-CN (588/85, na origem)	PLS nº 49/80 (PL/3.727/80, na Câmara)	Revoga a alínea e do parágrafo único do art. 16 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Veto total
29/86-CN (637/85, na origem)	PLC nº 178/85 (PL/5.463/85, na origem)	Dispõe sobre pessoal admitido em Tabela Temporária nos Ofícios Judiciais da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.	Veto total
34/86-CN (643/85, na origem)	PLC nº 179/85 (PL/6.206/85, na origem)	Dispõe sobre a destinação do produto da arrecadação da Taxa de Melhoramento dos Portos.	Veto total
35/86-CN (650/85, na origem)	PLC nº 49/82 (PL/2.159/79, na origem)	Dispõe sobre a criação do Colégio Agrícola de Sertânia, no Estado de Pernambuco.	Veto Parcial
37/86-CN (653/85, na origem)	PLC nº 55/82 (PL/2.631/80, na origem)	Acrescenta parágrafo ao art. 27 da Lei nº 3.274, de 2 de outubro de 1957, que disciplina o regime penitenciário.	Veto total
39/86-CN (654/85, na origem)	PLC nº 3/81 (PL/1.889/76, na origem)	Altera a redação dos arts. 7º, 9º e 10 da Lei nº 6.223, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a fiscalização financeira e orçamentária da União, pelo Congresso Nacional, e dá outras providências.	Veto total
41/86-CN (655/85, na origem)	PLS nº 201/85- Complementar (PL Comple- mentar nº 357/ 85, na Câmara)	Cria o Estado do Tocantins, e dá outras providências.	Veto total

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
43/86-CN (656/85, na origem)	PLC nº 17/84 (PL/2.845/76, na origem)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, para dispor sobre o segurado que tiver assumido cargo público e perdido o prazo para continuar contribuindo como autônomo.	Veto total
45/86-CN (657/85, na origem)	PLC nº 14/81 (PL/2.977/80, na origem)	Suprime a alínea b do art. 39 da Lei nº 3.807, de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).	Veto total
47/86-CN (658/85, na origem)	PLC nº 17/85 (PL/2.296/83, na origem)	Dispõe sobre a defesa de médico, servidor público, em processos judiciais decorrentes do exercício da profissão.	Veto total
48/86-CN (661/85, na origem)	PLC nº 50/81 (PL/2.048/79, na origem)	Dá nova redação ao § 2º do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre o fornecimento de transporte para o trabalhador.	Veto total
50/86-CN (662/85, na origem)	PLS nº 147/82 (PL/5.327/85, na Câmara)	Isenta de qualquer tributação os proventos da aposentadoria, e dá outras providências.	Veto total
(664/85, na origem)	PLC nº 206/85 (PL/6.968/85, na origem)	Dispõe sobre a inclusão de servidores da Administração Federal direta e das autarquias federais no Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e dá outras providências.	Veto total
(665/85, na origem)	PLC nº 207/85 (PL/6.906/85, na origem)	Reajusta os valores de vencimentos, salários, soldos e proventos dos servidores civis e militares da União, dos Territórios e das autarquias federais, dos membros do Poder Judiciário da União, do Distrito Federal e dos Territórios, do Tribunal de Contas da União, bem como os valores das pensões, e dá outras providências.	Veto Parcial
(672/85, na origem)	PLC nº 149/85- Complementar PL Complementar nº 48/83, na origem)	Altera a redação do inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, que estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais para a criação de novos municípios.	Veto total
(685/85, na origem)	PLS nº 198/79 (PL/3.171/84, na Câmara)	Disciplina o exercício da profissão de detetive particular.	Veto total
686/85 na origem)	PLC nº 58/80 (PL/1.693/79, na origem)	Acrescenta parágrafo ao art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Veto total
(687/85, na origem)	PLC nº 34/81 (PL/3.658/80, na origem)	Acrescenta parágrafo ao art. 234 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	Veto total
(688/85, na origem)	PLC nº 48/81 (PL/4.708/78, na origem)	Introduz alterações no art. 243 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.	Veto total
(690/85, na origem)	PLC nº 81/81 (PL/3.123/80, na origem)	Asegura os direitos de autores teatrais. Dispõe sobre novos requisitos para a criação de município, introduzindo alterações na Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967.	Veto total

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
(705/85, na origem)	PLS nº 43/80- Complementar (PL Complementar nº 166 de 1980, na Câmara)	Dispõe sobre novos requisitos para a criação de município, introduzindo alterações na Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967.	Veto total
(706/85, na origem)	PLS nº 79/84 (PL/4.693/84, na Câmara)	Institui contribuição sobre os prêmios de seguro de vida e de acidentes pessoais, para fins de amparo aos idosos, e dá outras providências.	Veto total
(707/85, na origem)	PLC nº 219/85 (PL/6.971/85, na origem)	Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.	Veto parcial
(708/85, na origem)	PLC nº 209/85 (PL/6.844/85, na origem)	Prorroga o prazo de vigência dos incentivos fiscais previstos nos arts. 80 e 81 do Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, fixado pelo Decreto-lei nº 2.134, de 26 de junho de 1984.	Veto total
(709/85, na origem)	PLC nº 215/85 (PL/6.837/85, na origem)	Dispõe sobre a prorrogação de vigência de incentivo fiscal previsto na legislação do Imposto de Renda.	Veto total
(710/85, na origem)	PLC nº 214/85 (PL/6.822/85, na origem)	Prorroga o prazo de isenção do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, incidente nos álcoois etílico e metílico, para fins carburantes, e dá outras providências.	Veto parcial
(712/85, na origem)	(PLS nº 4/85 (PL/6.446/85, na Câmara)	Modifica o art. 27 e seus parágrafos da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pela Lei nº 3.257, de 2 de setembro de 1957, que dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências.	Veto parcial
(715/85, na origem)	PLS nº 99/85 (PL/5.986/85, na Câmara)	Dispõe sobre a sistematização e ordenação das ações do Governo Federal no Nordeste, no que tange aos problemas das águas, e dá outras providências.	Veto total
(716/85, na origem)	PLC nº 60/77 (PL/397/85, na origem)	Estabelece normas de assistência ao excepcional, autoriza a criação da Fundação de Assistência ao Excepcional — FUNASE, e dá outras providências.	Veto total
(84/86, na origem)	PLC nº 220/85 (PL/6.250/85, na origem)	Cria Diretorias na estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, e dá outras providências.	Veto total
(127/86, na origem)	PLC nº 10/85 (PL/3.809/84, na origem)	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA a alienar, mediante venda, os imóveis urbanos que menciona, de sua propriedade.	Veto total
(134/86, na origem)	PLC nº 204/85 (PL/6.615/85, na origem)	Cria Juntas de Conciliação e Julgamento nas Regiões da Justiça do Trabalho, define áreas de Jurisdição e dá outras providências.	Veto parcial
(204/86, na origem)	PLC nº 10/81 (PL/1.529/79, na origem)	Dispõe sobre a aposentadoria, com proventos integrais, dos ex-combatentes segurados da Previdência Social.	Veto total

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
(252/86, na origem)	PLC nº 27/85 (PL/273/83, na origem)	Define os crimes contra o sistema financeiro nacional e dá outras providências.	Veto parcial
(260/86, na origem)	PLS nº 74/86 (PL/7.597/86, na Câmara)	Estabelece normas para a realização de eleições em 1986 e dá outras providências.	Veto parcial
(280/86, na origem)	PLC nº 60/82 (PL/3.427/80, na origem)	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências.	Veto parcial
(282/86, na origem)	PLC nº 14/86 (PL/7.169/86, na origem)	Altera o art. 5º da Lei nº 7.416, de 10 de dezembro de 1985, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI na aquisição de automóveis de passageiros e dá outras providências.	Veto parcial
(309/86, na origem)	PLC nº 26/86, (PL/7.838/86, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a executar o Programa de Apoio à Produção Nacional de Leite e dá outras providências.	Veto parcial
(313/86, na origem)	PLC nº 24/86 PL/7.793/86, na origem)	Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.	Veto parcial
(317/86, na origem)	PLC nº 7/86 (PL/4.629/84, na origem)	Institui normas para a propaganda eleitoral e dá outras providências.	Veto parcial
(319/86, na origem)	PLC nº 54/84 (PL/880/79, na origem)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, com as alterações posteriores, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.	Veto parcial
(320/86, na origem)	PLC nº 161/85 (PL/183/83, na origem)	Dispõe sobre o salário mínimo profissional do advogado e dá outras providências.	Veto total
(321/86, na origem)	PLC nº 128/85 (PL/2.523/79, na origem)	Dispõe sobre o salário profissional do jornalista.	Veto total
(323/86, na origem)	PLC nº 197/84 (PL/953/83, na origem)	Institui o Programa Nacional do Milho — PROMILHO e dá outras providências.	Veto parcial
(324/86, na origem)	PLC nº 129/82 (PL/2.451/79, na origem)	Confere à usina da Companhia Energética de São Paulo — CESP, em construção no Porto Primavera, a denominação de Hidrelétrica Domingos Leonardo Cerávolo.	Veto total
(326/86, na origem)	PLC nº 23/86 (PL/7.825/86, na origem)	Assegura aos partidos políticos e candidatos o direito de usar os números a eles atribuídos na eleição anterior e dá outras providências.	Veto parcial
(337/86, na origem)	PLC nº 205/85 (PL/6.332/85, na origem)	Revoga o Decreto-lei nº 251, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.	Veto parcial
(342/86, na origem)	PLC nº 95/85 (PL/2.219/83, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Território Federal de Roraima.	Veto parcial
(348/86, na origem)	PLC nº 35/86 (PL/4.010/84, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a criar, em Campinas, Estado de São Paulo, uma Vara de Justiça Federal.	Veto parcial

Mensagem	Projeto	Ementa	Resultado
(354/86, na origem)	PLC nº 222/85 (PL/6.286/85, na origem)	Autoriza a extinção e a exclusão de créditos relativos ao imposto sobre a propriedade territorial rural, à contribuição dos que exercem atividades rurais, à taxa de serviços cadastrais e à contribuição sindical rural, em Municípios do Nordeste, nas condições que especifica, e dá outras providências.	Veto total
(361/86, na origem)	PLC nº 100/85 (PL/2.609/83, na origem)	Introduz modificações na legislação de amparo aos ex-combatentes da II Guerra Mundial, e dá outras providências.	Veto total
(369/86, na origem)	PLC nº 34/86 (PL/7.417/86, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Oeste do Paraná e a Universidade Federal do Vale do Ivaí, no mesmo Estado, e dá outras providências.	Veto total
(371/86, na origem)	PLC nº 42/86 (PL/7.492/86, na origem)	Autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas — APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco — APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte — APERN e Caixa Forte — APE, do Piauí, transformadas em Sociedades de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências.	Veto total
(502/86, na origem)	PLC nº 55/86 (PL/907/83, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Amapá.	Veto parcial
(519/86, na origem)	PLC nº 212/85 (PL/4.452/77, na origem)	Revoga a Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, os Decretos-leis nºs 594, de 27 de maio de 1969, 1.617, de 3 de março de 1968, e 1.924, de 20 de janeiro de 1982, o art. 48 da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, art. 3º do Decreto-lei nº 1.923, de 20 de janeiro de 1982, dá nova redação ao inciso I e § 1º do art. 2º da Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, e fixa normas de instituição e funcionamento da Loteria Esportiva Federal.	Veto total
(520/86, na origem)	PLC nº 21/86 (PL/6.696/85, na origem)	Cria cargos no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, a que se refere a Lei nº 7.324, de 18 de junho de 1985, e dá outras providências.	Veto parcial
(526/86, na origem)	PLC nº 175/85-Complementar PL Complementar nº 180/81, na origem)	Altera a Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, que “dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional”.	Veto total
(545/86, na origem)	PLC nº 87/83 (PL/1.372/79, na origem)	Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Oficial Cabeleireiro, Manicura, Maquilador, Esteticista Facial, Depilador e Pedicuro, e dá outras providências.	Veto total
(610/86, na origem)	PLC nº 26/84 (PL/3.004/80, na origem)	Regula a responsabilidade civil das empresas de ônibus no transporte de passageiros.	Veto total
(614/86, na origem)	PLC nº 28/86 (PL/7.446/86, na origem)	Suspende a execução de sentença em ações de despejo e dá outras providências.	Veto parcial
(646/86, na origem)	PLC nº 189/85 (PL/5.465/85, na origem)	Dispõe sobre a criação e extinção de cargos na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, e dá outras providências.	Veto total

c) SÚMULA

Foram os seguintes dados numéricos relativos aos vetos:

— Total dos vetos	75
Sendo:	
— da sessão legislativa anterior	2
— desta sessão legislativa	73
— Mantidos (todos por decurso de prazo)	26
Sendo:	
— da sessão legislativa anterior	2
— desta sessão legislativa	24
— Aguardando leitura	49

C.7 — REQUERIMENTOS

a) DA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
11/85	17-5-85	Dep. Djalma Falcão	Constituição de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para apurar denúncias de irregularidades na admissão de pessoal para os serviços administrativos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.	Em tramitação

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1/86	18-3-86	Sen. Gabriel Hermes	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 1985.	Aprovado
2/86	9-4-86	Sen. Carlos Chiarelli e outros	Prorrogação do prazo de duração da sessão por quatro horas.	Prejudicado
3/86	17-4-86	Dep. José Thomaz Nonô	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 1985.	Aprovado
4/86	5-5-86	Dep. Amaral Netto	Constituição de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas das epidemias de dengue, febre amarela e meningite e as razões da escassez de soro antiofídico.	Em tramitação
5/86	9-5-86	Dep. Matheus Schmidt	Constituição de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a examinar todos os aspectos do Programa Nuclear Brasileiro.	Em tramitação
6/86	20-5-86	Sen. Gabriel Hermes	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina as Propostas de Emenda à Constituição nº 65, de 1985.	Aprovado
7/86	4-6-86	Sen. Benedito Ferreira	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina as Propostas de Emenda à Constituição nºs 1, 2, 3, 4 e 5, de 1986.	Aprovado

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
8/86	17-6-86	Dep. José Thomaz Nonô	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 1985.	Aprovado
9/86	4-8-86	Dep. José Maurício e outros	Constituição de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar as causas da crise na citricultura brasileira.	Em tramitação

c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Requerimentos:

— Total dos Requerimentos	10
Sendo:	
— da sessão legislativa anterior	1
— desta sessão legislativa	9
— Aprovados, todos desta sessão legislativa	5
— Prejudicado (desta sessão legislativa)	1
— Em tramitação	4
Sendo:	
— da sessão legislativa anterior	1
— desta sessão legislativa	3

D — PARTICIPAÇÃO DOS SENHORES PARLAMENTARES NOS TRABALHOS DO CONGRESSO NACIONAL

Senadores	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos								Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas								
	PEC	Req.	Emenda	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal	Sessão Solene		PEC	PL	Decreto-lei	Veto	Função			Parecer	Relatório
																	Presidente	Vice-Presidente	Relator		
Aderbal Jurema	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	6	—	2	2	—	—	
Affonso Camargo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	—	—	—	—	—	—	
Albano Franco	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	3	—	—	—	—	—	
Alberto Silva	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	2	4	3	—	2	3	—	—	
Alcides Paio	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	1	—	—	—	
Alexandre Costa	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	2	1	1	—	1	—	—	
Aloysio Chaves	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	1	—	1	—	—	—	
Altevir Leal	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	—	—	1	—	—	—	
Alvaro Dias	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	
Amaral Furlan	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	
Amaral Peixoto	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	1	—	—	4	—	—	—	—	—	—	
Américo de Souza	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	6	1	—	1	2	2	—	
Amir Gaudêncio	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	
Arno Damiani	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	1	—	—	2	2	—	
Benedito Ferreira	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	6	1	1	—	—	—	—	
Carlos Chiarelli	—	1	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Carlos Lyra	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	—	—	—	2	1	—	
Cesar Cals	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	5	—	—	—	—	—	—	
Cid Sampaio	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	2	12	—	—	—	5	4	—	
Claudionor Roriz	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	
Eunice Michiles	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	3	—	—	—	—	—	
Fábio Lucena	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	5	2	—	—	—	—	—	

Senadores	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos								Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas								
	PEC	Req.	Emenda	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal	Sessão Solene		PEC	PL	Decreto-lei	Veto	Função			Parecer	Relatório
																	Presidente	Vice-Presidente	Relator		
Fernando Henrique Cardoso	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Gabriel Hermes	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	3	2	1	1	1	—	—	—
Galvão Modesto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	—	—	—	—	—	—	—
Gastão Müller	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	1	11	2	—	3	4	3	—	—
Hélio Gueiros	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	9	4	—	2	6	4	—	—
Helvídio Nunes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	7	6	2	1	2	—	1	—
Henrique Santillo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	2	—	—	—	—	—	—
Humberto Lucena	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—
Itamar Franco	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Ivan Bonato	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	1	11	—	—	—	5	2	—	—
Jaison Barreto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	3	—	—	—	1	—	—	—
Jamil Haddad	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
João Calmon	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	5	1	—	1	2	—	—	—
João Castelo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
João Lobo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	2	2	1	—	1	5	4	—	—
Jorge Kalume	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	1	18	2	11	—	2	2	—	—
José Fragelli	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
José Ignácio Ferreira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	6	—	—	—	—	—	—	—
José Lins	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	2	9	—	—	1	1	—	—	—
José Urbano	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	1	—	—	—
Juthay Magalhães	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1	3	—	1	2	—	—	—
Lenoir Vargas	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	1	8	1	3	—	1	1	—	—
Lomanto Júnior	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	5	3	2	1	—	—	—	—
Lourival Baptista	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	3	1	—	1	3	2	—	—

Senadores	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos							Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas									
	PEC	Req.	Emenda	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal		Sessão Solene	PEC	PL	Decreto-lei	Veto	Função			Parecer	Relatório
																	Presidente	Vice-Presidente	Relator		
Luiz Cavalcante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	1	-	-	1	1	-	
Luiz Viana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	
Marcelo Miranda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	
Marcondes Gadelha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	
Mário Maia	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	1	-	7	-	-	-	1	1	-	
Martins Filho	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	2	14	3	-	1	2	-	-	
Milton Cabral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	6	-	-	1	-	-	-	
Moacyr Dalla	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	4	1	1	-	-	-	-	
Moacyr Duarte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	5	-	-	-	-	-	-	
Nelson Carneiro	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	-	
Nivaldo Machado	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	1	13	7	-	2	12	9	1	
Octávio Cardoso	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	1	-	7	2	2	1	-	-	-	
Odacir Soares	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	
Passos Pôrto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	1	-	1	-	-	
Pedro Simon	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	3	1	-	-	-	-	-	
Raimundo Parente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	5	-	-	-	-	-	-	
Roberto Campos	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	1	-	-	
Saldanha Derzi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	3	4	4	-	
Severo Gomes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	1	-	-	
Virgílio Távora	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2	6	2	2	-	-	-	-	

Deputados	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos								Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas								
	PEC	Req.	Emenda	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal	Sessão Solene		PEC	PL	Decreto-lei	Veto	Função			Parecer	Relatório
																	Presidente	Vice-Presidente	Relator		
Abdias Nascimento	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Adail Vettorazzo	-	-	-	9	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	
Adauto Pereira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	-	
Ademir Andrade	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	
Adroaldo Campos	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	
Aécio de Borba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	
Agenor Maria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	
Agnaldo Timóteo	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Airon Rios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	
Airton Sandoval	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	
Alberto Goldman	-	-	-	-	1	-	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Alceni Guerra	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	
Alcides Franciscato	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	
Alcides Lima	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	
Aldo Pinto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	
Alércio Dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	
Altair Chagas	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aluizio Campos	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	
Álvaro Gaudêncio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	
Álvaro Valle	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Amadeu Geara	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	
Amaral Netto	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Amaury Müller	-	-	-	2	-	-	-	1	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Amílcar de Queiroz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	
Antônio Câmara	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	

Deputados	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos								Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas								
	PEC	Req.	Emenda	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal	Sessão Solene		PEC	PL	Decreto-lei	Veto	Função			Parecer	Relatório
																	Presidente	Vice-Presidente	Relator		
Antônio Dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Antônio Mazurek	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Antônio Osório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Antônio Ueno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Arlindo Porto	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	1	-	-
Armando Pinheiro	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arnaldo Maciel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-
Arnaldo Moraes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Arolde de Oliveira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Aroldo Moletta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Artenir Werner	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Arthur Virgílio Neto	-	-	-	4	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ary Kffuri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Assis Canuto	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Augusto Franco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Augusto Trein	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Aurélio Peres	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balthazar de Bem e Canto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Bayma Júnior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	1	-	-	-	-	-
Bento Porto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Bocayúva Cunha	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Bonifácio de Andrada	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Brabo de Carvalho	-	-	-	2	-	-	1	1	-	-	-	-	-	1	7	1	2	1	-	-	-
Brandão Monteiro	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Caio Pompeu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-

Deputados	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos								Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas								
	PEC	Req.	Emenda	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal	Sessão Solene		PEC	PL	Decreto-lei	Veto	Função			Parecer	Relatório
																	Presidente	Vice-Presidente	Relator		
Casildo Maldaner	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Cardoso Alves	—	—	—	5	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Carlos Peçanha	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	
Carlos Virgílio	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Cássio Gonçalves	—	—	—	2	—	—	—	—	3	—	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—	
Celso Barros	—	—	—	2	—	—	—	—	2	—	—	2	—	2	7	2	1	2	3	—	
Celso Peçanha	—	—	—	—	—	1	1	—	2	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	
Celso Sabóia	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	2	—	—	—	—	—	—	
César Cals Neto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	2	—	—	—	—	
Cid Carvalho	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	1	—	—	
Clemir Ramos	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	
Cristina Tavares	—	—	—	2	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Cristino Cortes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	
Cunha Bueno	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	
Darcy Passos	—	—	—	2	1	—	—	2	3	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	
Darcy Pozza	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	1	—	—	—	—	
Daso Coimbra	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	1	—	—	1	—	—	
Del Bosco Amaral	—	—	—	3	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Délio dos Santos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	
Delson Scarano	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	
Denisar Arneiro	—	—	—	10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	
Dilson Fanchin	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	
Dionísio Hage	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	
Djalma Bessa	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1	1	—	1	—	—	—	

Deputados	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos							Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas									
	PEC	Req.	Emenda	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal		Sessão Solene	PEC	PL	Decreto-lei	Veto	Função			Parecer	Relatório
																	Presidente	Vice-Presidente	Relator		
Djalma Bom	—	—	—	4	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Domingos Leonelli	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—	—	1	—	—
Edison Lobão	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	2	2	—
Edme Tavares	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	2	—	1	1	—	—	1
Eduardo Matarazzo Suplicy	—	—	—	6	1	1	2	1	1	1	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—
Egídio Ferreira Lima	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Elquisson Soares	—	—	—	1	—	—	—	2	1	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—
Emílio Gallo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	1	—	—	—	—
Enoc Vieira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Epitácio Bittencourt	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Epitácio Cafeteira	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Erani Müller	—	—	—	9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ernani Satyro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—
Estevam Galvão	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Etelvir Dantas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
Evaldo Amaral	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Evandro Ayres de Moura	—	—	—	10	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	1	—	—
Fabiano Braga Cortes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
Farabulini Júnior	—	—	—	11	2	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	1	1	—
Fernando Cunha	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	1	—	—
Fernando Gomes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Fernando Lyra	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Fernando Magalhães	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	2	—	—	—	—	—
Figueiredo Filho	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1	—	—

Deputados	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos								Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas								
	PEC	Req.	Emenda	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal	Sessão Solene		PEC	PL	Decreto-lei	Veto	Função			Parecer	Relatório
																	Presidente	Vice-Presidente	Relator		
Flávio Marcílio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	
Floríceno Paixão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	
Francisco Amaral	-	-	-	29	-	-	-	-	-	-	-	1	-	3	3	-	1	2	-	1	
Francisco Dias	-	-	-	14	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	3	1	-	1	-	-	
Francisco Erse	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	3	-	-	-	
Francisco Rollemberg	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Francisco Studart	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1	2	2	-	
Freitas Nobre	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	1	-	-	
Furtado Leite	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	1	-	-	1	2	-	
Gastone Righi	-	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Genebaldo Correia	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	1	-	-	
Geovani Borges	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	
Geraldo Bulhões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	
Geraldo Fleming	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	
Geraldo Melo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	
Gerson Peres	-	-	-	8	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	
Gilson de Barros	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Gilton Garcia	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	
Gonzaga Vasconcelos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	
Guido Moesch	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	
Gustavo Faria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	
Haroldo Lima	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Harry Amorim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	
Hélio Correia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	

Deputados	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos								Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas								
	PEC	Req.	Emenda	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal	Sessão Solene		PEC	PL	Decreto-lei	Veto	Função			Parecer	Relatório
																	Presidente	Vice-Presidente	Relator		
João Agripino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	
João Alves	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2	-	2	2	-	
João Batista Fagundes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	1	-	-	
João Carlos de Carli	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	
João Faustino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	
João Gilberto	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	2	-	-	
João Herculino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	6	6	-	
João Hermann Neto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	
João Marques	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	
João Paganella	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	
Jonas Pinheiro	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Jorge Arbage	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	1	-	6	6	-	
Jorge Carone	-	-	-	8	-	-	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Jorge Leite	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	
Jorge Medauar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	
Jorge Uequed	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	
Jorge Vianna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	
José Amando	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	
José Brunett	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	
José Carlos Fagundes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	1	-	1	-	-	-	
José Carlos Fonseca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	2	-	
José Carlos Martinez	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	
José Carlos Teixeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	
José Carlos Vasconcelos	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
José Colagrossi	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	

Deputados	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos							Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas									
	PEC	Req.	Emenda	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal		Sessão Solene	PEC	PL	Decreto-lei	Veto	Função			Parecer	Relatório
																	Presidente	Vice-Presidente	Relator		
José Eudes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	
José Fernandes	-	-	-	4	-	-	-	2	2	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	
José Fogaça	-	-	-	9	-	-	-	2	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	
José Frejat	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
José Genoino	-	-	-	10	1	-	3	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
José Jorge	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	2	-	
José Lourenço	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
José Machado	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
José Maria Magalhães	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	
José Mauricio	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
José Mendonça Bezerra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	
José Mendonça de Morais	-	-	-	1	-	-	1	-	1	-	1	-	1	1	-	-	-	1	-	-	
José Ribamar Machado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	
José Tavares	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	
José Thomaz Nonô	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
José Ulisses	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	
Josias Leite	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-	1	-	-	
Josué de Souza	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	
Juarez Batista	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	
Juarez Bernardes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	
Júlio Costamilan	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	
Jutahy Júnior	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Lázaro Carvalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	
Lélio Souza	-	-	-	5	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	
Leônidas Sampaio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1	-	-	-	-	

Deputados	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos								Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas								
	PEC	Req.	Emenda	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal	Sessão Solene		PEC	PL	Decreto-lei	Veto	Função			Parecer	Relatório
																	Presidente	Vice-Presidente	Relator		
Leorne Belém	-	-	-	1	-	-	-	3	1	-	-	1	2	2	-	-	-	2	2	-	
Leur Lomanto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	
Lúcia Viveiros	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ludgero Raulino	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	1	-	-	-	-	
Luís Dulci	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Luiz Antônio Fayet	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	
Luiz Baccarini	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	
Luiz Henrique	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	1	-	
Luiz Leal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	
Maçao Tadano	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Magno Bacelar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	
Maluly Neto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	
Manoel Affonso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	
Manoel Ribeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	
Mansueto de Lavor	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Marcelo Linhares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	
Márcio Lacerda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	
Márcio Macedo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	
Marcondes Pereira	1	-	-	13	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mário Assad	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mário Covas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	
Mário Frota	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mário Juruna	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mário de Oliveira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	

Deputados	Proposições Apresentadas			Pronunciamentos							Declaração de Voto	Participação em Comissões Mistas									
	PEC	Req.	Emenda	Breves Comunic.	Discussão	Enc. de Votação	Aparte	Pela ordem	Como Líder	Explicação Pessoal		Sessão Solene	PEC	PL	Decreto-lei	Veto	Função			Parecer	Relatório
																	Presidente	Vice-Presidente	Relator		
Matheus Schmidt	—	1	—	—	—	1	—	5	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Mattos Leão	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Maurício Fruet	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
Maurílio Ferreira Lima	—	—	—	3	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mauro Sampaio	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Mendes Botelho	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Milton Figueiredo	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	2	2	—
Moysés Pimentel	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	4	—	—	—	—	1	—	—
Mozarildo Cavalcanti	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	1	—	—	—	—	—	—
Múcio Athayde	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
Myrthes Beviláqua	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5	1	—	—	—	1	—	—
Nadyr Rossetti	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Natal Gale	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Nelson do Carmo	1	—	—	5	—	—	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Nelson Marchezan	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Nelson Morro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—
Nelton Friedrich	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
Nilson Gibson	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	2	4	—	2	3	3	—	—
Nilton Alves	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	2	—	—	—	—	—	—	—
Nosser Almeida	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1	2	—	—	—	4	4	—
Nyder Barbosa	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1	1	—	—	—	1	—	—
Octacílio de Almeida	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Octacílio Queiroz	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Odilon Salmoria	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—	2	—	—	—	—	—	—	—

ERRATAS DO RELATÓRIO ANTERIOR

PARTE DO CONGRESSO NACIONAL

Pág. 292, na PEC nº 15/84, onde se lê:

Dep. Marcos Lira

leia-se:

Dep. Marcos Lima

Pág. 297, na PEC nº 29/85, onde se lê:

Dep. Clerir Barros

leia-se:

Dep. Clemir Ramos

Pág. 298, na PEC nº 31/85, onde se lê:

Dep. Itamar Franco

leia-se:

Sen. Itamar Franco

Pág. 307, no resultado do PL nº 4/85, onde se lê:

Lei nº 7.332, ...

leia-se:

Lei nº 7.322, ...

Pág. 328, na ementa do PLS nº 180/78, onde se lê:

Modifica a redação do **caput** do art. 220...

leia-se:

Modifica a redação do **caput** do art. 226...